



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

CLEIDIANE DA SILVA MORAIS

**DE ANTÍDOTO DA DESORDEM A OBSTÁCULO DO PROGRESSO:
ENSINO MORAL E RELIGIOSO NA INSTRUÇÃO PÚBLICA PRIMÁRIA DO
CEARÁ IMPERIAL (1874-1890)**

FORTALEZA

2017

CLEIDIANE DA SILVA MORAIS

DE ANTÍDOTO DA DESORDEM A OBSTÁCULO DO PROGRESSO:
ENSINO MORAL E RELIGIOSO NA INSTRUÇÃO PÚBLICA PRIMÁRIA DO CEARÁ
IMPERIAL (1874-1890)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Ceará, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em História. Área de concentração: História Social.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª Ana Rita Fonteles Duarte.

FORTALEZA

2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

M825a Morais, Cleidiane da Silva.

De antídoto da desordem a obstáculo do progresso : ensino moral e religioso na Instrução Pública Primária do Ceará Imperial (1874-1890) / Cleidiane da Silva Morais. – 2017.
219 f. : il. color.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em História, Fortaleza, 2017.

Orientação: Profa. Dra. Ana Rita Fonteles Duarte.

1. Instrução Pública Primária. 2. Instrução Moral e Religiosa. 3. Igreja Católica. 4. Doutrina Cristã Católica.
I. Título.

CDD 900

CLEIDIANE DA SILVA MORAIS

DE ANTÍDOTO DA DESORDEM A OBSTÁCULO DO PROGRESSO:
ENSINO MORAL E RELIGIOSO NA INSTRUÇÃO PÚBLICA PRIMÁRIA DO CEARÁ
IMPERIAL (1874-1890)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Ceará, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em História. Área de concentração: História Social.

Aprovada em: ___/___/_____.

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dr^ª. Ana Rita Fonteles Duarte (Orientadora)

Universidade Federal do Ceará - UFC

Prof. Dr^ª. Berenice Abreu de Castro Neves

Universidade Estadual Ceará / PPGH-UFC

Prof^ª. Dr^ª. Raquel da Silva Alves

Secretaria Municipal de Educação de Fortaleza

A meu pai, Hercílio Pereira de Moraes, e à
minha avó, Maria do Carmo Silva, por
acreditarem, até mais que eu, que um dia este
momento chegaria. Eterna saudade e
lembrança.

AGRADECIMENTOS

Desde os tempos de graduação aos dois anos e meio como aluna do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Ceará conheci muitas pessoas que colaboraram na feitura deste trabalho e me proporcionaram belas amizades. Este espaço é pequeno para tamanha gratidão que tenho por todos.

Primeiramente agradeço a Deus, pois acredito que está sempre a me guardar.

À minha família, em especial a meus pais, Hercílio Moraes e Maria das Graças Moraes pela dedicação e apoio em minha vida acadêmica e por todo amor e carinho manifestado.

Aos meus irmãos Clebio, Cleiton e Cleilson pela torcida sempre constante, principalmente nos momentos em que estive mais ausente dos “encontros familiares”.

Aos meus sobrinhos Mayana Yasmim, Luis Gustavo, Luan e Lázaro por me lembrarem a beleza da vida e pela alegria que trazem aos meus dias.

À professora Ana Rita Fonteles Duarte por ter aceitado me orientar e por sempre mostrar-se disposta a ajudar.

Ao professor Régis Lopes Ramos por aceitar participar da banca de qualificação. Suas contribuições me fizeram voltar ao texto com novas questões.

À professora Berenice de Castro Neves pelas valiosas sugestões no exame de qualificação e por ter aceito o convite para fazer parte da banca de defesa.

À professora Raquel Alves, por aceitar compor a banca de defesa.

Ao professor Márcio Porto (Diretor do Arquivo Público do Estado Ceará) que desde o início acompanhou minha pesquisa, lendo a primeira versão de meu projeto, indicando leituras e fontes, sempre disposto a ajudar quando precisei. Sou muita grata, professor!

Ao professor André, por fazer de minhas tardes no Arquivo Público mais agradáveis com suas conversas sobre os acervos documentais, me fazendo ter mais amor pelo trabalho do pesquisador.

A Paulo Cardoso e Antônia, funcionários do Arquivo Público, que não pouparam esforços na procura das fontes.

A Etevaldo, funcionário do Arquivo Público, sempre muito solícito. Sou muito grata a você, principalmente por toda disposição e amor que tem em ajudar os pesquisadores.

À Madalena (Madá), funcionária da Biblioteca Pública Menezes Pimentel e da Academia Cearense de Letras, pela grandiosa ajuda ao me indicar fontes que até então desconhecia. Muito obrigada Madá!

Às colegas de estágio no Arquivo Público do Estado do Ceará, Bruna Oliveira, Elma de Jesus e Clarissa Franco, pelo aprendizado no trato com os documentos, pelas conversas, pelas risadas e, sobretudo, por ter me ajudado quando mais precisei. Sou profundamente grata pelos conselhos e por nossas “peripécias”.

A Edimeia, minha querida amiga de graduação, que acompanhou não somente minha pesquisa desde bem antes da seleção do mestrado, lendo meu projeto e dando suas colaborações, mas especialmente porque esteve comigo nos momentos de angústia e alegria. Suas observações me faziam voltar ao texto sempre com um novo olhar e nossas conversas me davam mais entusiasmo.

A David Botelho, colega de graduação pela dedicação e paciência sendo um fiel leitor de meu texto desde que era apenas alguns rabiscos “verdes”, mas empolgantes na certeza de que o “amadurecimento” vem com o empenho na pesquisa e trabalho constante.

À Carla Camila, colega de graduação, pela cumplicidade e pelas contribuições em minha pesquisa.

Às amigas adquiridas no Mestrado, Manuelle Araújo, Jormana Araújo, Renan Praciano, Lucas Assis Oliveira, José Maria Andrade, Pedro Paulo, Raul Gondim, nossos encontros, conversas e risadas amenizaram os percalços próprios da vida acadêmica, trazendo muita alegria e empolgação.

À Roseli Miguel, amiga de sempre, pela ajuda na construção dos quadros de informações presentes nesta dissertação e pela torcida constante. Sua ajuda deu mais “beleza” ao meu trabalho!

À Rosiane Pinheiro por nossas conversas e aconchego dedicado ao me receber em sua casa.

A David Diego pela grandiosa ajuda na seleção e procura de bibliografia, por ter me ajudado diante de minha “leiguice” no trato com as “peripécias” do computador sempre querendo “brincar” com meu trabalho. Muito obrigada pela torcida!

À CAPES, pelo apoio financeiro com a manutenção da bolsa de auxílio.

“Obrigá à escola, e fazer dela a agência de propaganda de uma seita, é cometer a suprema violência contra a humanidade e o direito: é suprimir a família, substituindo a autoridade do pai pela supremacia do padre e asfixiar à nascença a liberdade moral, abolindo a individualidade à consciência, feridas de morte, na criança, pela compreensão uniforme de um símbolo religioso entronizado na escola”. (Rui Barbosa/ Reforma do Ensino Primário e várias instituições complementares da Instrução Pública, 1883)

RESUMO

Nas últimas décadas do século XIX, na Província do Ceará, a formação moral e religiosa das crianças nas aulas públicas primárias estava baseada nos ensinamentos dos valores e princípios da doutrina cristã católica. Como parte do programa oficial de estudos da Instrução Pública, a “formação” dos aspirantes ao magistério apresentava como principal dever dos professores a tarefa de modelar condutas e fornecer exemplos para que fossem reproduzidos pelos alunos. Os professores, portanto, deveriam estar preparados quanto à instrução religiosa, quanto aos ensinamentos da doutrina cristã católica e praticá-los na sua vida cotidiana, pois sua “missão” seria moldar e preparar as crianças para o bom convívio entre seus pares, questão que passava pelo cultivo do espírito e da formação do caráter. Assim, este trabalho tem como objetivo investigar o lugar reservado ao ensino moral e religioso na educação das crianças no Ceará no período que compreende a década de 1870, com a “Questão Religiosa” (1874), até o fim do Padroado em 1890. Nesse momento, os debates nos círculos políticos e letrados (imprensa, Câmara dos Deputados, Assembleia Provincial, agremiações literárias e filosóficas) anunciavam a necessidade de reformas na Instrução Pública, sendo o Ensino Religioso um dos principais assuntos discutidos. Esta matéria ora identificada como entrave a constituição de uma mentalidade laica e baseada na razão, ora apresentada como antídoto da desordem e indisciplina, sendo fundamental ao “projeto” em que a Instrução Pública estava inserida, tida como alavanca para o progresso material e moral, será discutida e disputada pelas elites políticas e letradas, que em determinadas circunstâncias defenderão a secularização e uma maior ampliação do programa escolar ancorados nos princípios da ciência, da valorização da instrução moral e cívica e das exigências de preparação para o trabalho, devendo a instrução moral e religiosa ser de responsabilidade da Igreja e da família. Em outros momentos anunciarão como dever do Estado garantir a instrução nesta matéria, identificando o papel do professor mais como um agente disseminador de uma mentalidade moralizante do que como um construtor de conhecimentos junto aos alunos.

Palavras Chaves: Instrução Pública Primária. Instrução Moral e Religiosa. Igreja Católica. Doutrina Cristã Católica

ABSTRACT

In the last decades of the nineteenth century in the Province of Ceará the moral and religious formation of children in primary public classes was based on the teachings of the values and principles of catholic christian doctrine. As part of the official study program of Public Instruction, the "training" of aspiring teachers was the main duty of teachers to model behaviors and provide examples for them to be reproduced by students. Teachers, therefore, should be prepared as to religious instruction, and teach them in their daily lives, for their "mission" is to shape and prepare children for the good fellowship among their peers, a matter which Passed through the cultivation of the spirit and the formation of character. The objective of this work is to investigate the place reserved for moral and religious education in the education of children in Ceará, in the period between the 1870s and the "Religious Question" (1874) until the end of the Padroado in 1890. At that moment, The debates in political and literary circles (press, Chamber of Deputies, Provincial Assembly, political and philosophical associations) announced the need for reforms in Public Instruction, and Religious Education, a subject of primary education, is one of the main subjects discussed. This matter is now identified as hindering the formation of a secular mentality based on reason, and as an antidote to disorder and indiscipline, being fundamental to the "project" in which Public Instruction was inserted, as a lever for material and moral progress. Discussed and disputed by the political and literate elites who in certain circumstances will defend secularization and a greater expansion of the school program anchored in the principles of science, the valorization of moral and civic education and the requirements of preparation for work, and moral and religious education must be Responsibility of the Church and the family. At other times, they will announce the State's duty to guarantee instruction in this matter, thus identifying the role of the teacher more as a disseminating agent of a moralizing mentality than a knowledge builder with the students.

Keywords: Primary Public Instruction. Moral and Religious Instruction. Catholic Church. Catholic Christian Doctrine

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Prova de Mathildes Umbelina Sucupira de Araripe realizada no Exame de Capacidade Profissional na Sala de Exames do Liceu em 22/07/1875.....	77
Figura 2: Matérias do exame de capacidade profissional feito por Pedro Correa de Macedo em 1º de maio de 1871.	82
Figura 3 – Relação das meninas desvalidas que frequentam a escola pública primária da cidade de Granja em 1 de janeiro de 1881.....	106
Figura 4 – Orçamento dos móveis e utensílios indispensáveis a aula pública do sexo masculino da Vila de Varzea Alegre (Agosto de 1884).	134
Figura 5 – Livro Canções da Escola (“Canção de Entrada”) e (“Canção de Retirada”).	139
Figura 6 – Livro Canções da Escola (Canção “Faltas Graves”).....	140
Figura 7 – Capa do livro História Sagrada do Antigo e Novo Testamento enriquecido com muitas notas e reflexões morais (José Ignacio Roquete).	142
Figura 8 – Gravura referente a Primeira Lição “Deus cria o mundo em seis dias” p. 43.....	145
Figura 9 – Gravura referente a Segunda Lição “O homem é feliz no paraíso terreal” p. 52..	145
Figura 10 – Capa do livro Canções da Escola/ 1871.	153
Figura 11 – Capa do Catechismo Biblico para as Classes Infantis/1883	157
Figura 12 – Catechismo Biblico para as Classes Infantis (Os Mandamentos) 1883.....	158
Figura 13 – Capa do livro Resumo da Historia Biblica ou Narrativas do Velho e Novo Testamento	161
Figura 14 – Livro Resumo da História Bíblica ou Narrativas do Velho e Novo Testamento ilustradas com cerca de 200 estampas	163
Figura 15 – Assunto de 1 “Criação do mundo”/Assunto de número 8 “O sacrificio de Noé em ação de graças”	165
Figura 16 – Assunto de número 9 “Os filhos de Noé e a Torre de Babel/Assunto de número 29 “Vocação de Moisés”	165
Figura 17 – Assunto de número 77 “Jesus é açoitado e coroado de espinhos”/ Assunto de número 83 “Jesus morre na cruz”	166
Figura 18 – Assunto de número 7 “Reis do Oriente”/Parte História do Velho Testamento...168	

LISTA DE QUADROS

Disciplinas do programa do Ensino Primário em 1873.....	79
Disciplinas do programa do Ensino Primário em 1881.....	86
Livros indispensáveis e existentes n(às) aulas públicas primárias da Província do Ceará na década de 1870.....	135

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
2 “UNIVERSO LETRADO” E A INSTRUÇÃO PÚBLICA PRIMÁRIA NA PROVÍNCIA DO CEARÁ.....	28
2.1 Modernidade e Ensino Religioso na Instrução Pública Primária.....	28
2.2 Fraternidade, Tribuna Católica e Cearense: a imprensa como um lugar de debate sobre educação.....	52
2.3 “Qual a preferível, a educação religiosa ou a civil?”: educação religiosa e educação civil nos Exames de Capacidade Profissional.....	75
3 O LUGAR DA INSTRUÇÃO MORAL E RELIGIOSA NA EDUCAÇÃO DAS CRIANÇAS	90
3.1 O que deveria ser ensinado e quem deveria ser educado: a Família, a Igreja e o Estado	90
3.2 Formar o corpo, o espírito e a moral: a educação para a vida completa e a emergência do capitalismo	113
3.3 A matéria Instrução Moral e Religiosa nos compêndios escolares das aulas públicas primárias	132
4 A INSTRUÇÃO PÚBLICA PRIMÁRIA COMO ESPAÇO DE PRODUÇÃO E EXERCÍCIO DA MORAL RELIGIOSA E CIVIL	171
4.1 Mecanismos de inspeção na Instrução Pública e as estratégias apresentadas pelos professores como aptos ao exercício do magistério.....	171
4.2 Professor público primário: exemplo de moralidade e “agente da civilização”	184
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	203
REFERÊNCIAS	208

1 INTRODUÇÃO

O ato de olhar-se ao espelho expressa entre outras coisas o desejo do sujeito de ver a sua imagem. Para muitos, ver no espelho o reflexo de seu rosto é um exercício de autoconhecimento. De modo semelhante, como quem está diante do espelho, para os historiadores o presente já foi reflexo do passado e a narração dos eventos tal como “realmente aconteceram”, possuía em si mesma um caráter explicativo que bastava para dar conta dos porquês dos fenômenos¹. Isto porque a historiografia que se produz é parte da cultura de uma época, das inquietações e anseios de tal período. No entanto, as transformações que a historiografia tem sofrido refletiram no próprio entendimento do conceito de história. Hoje os historiadores não apresentam reflexos da realidade, mas representações desta. E não olham o presente como num espelho, vendo-o como reflexo do passado, mas como algo que lhe é diferente ou estranho.

A história, portanto, é concebida como processo da “vida real” dos homens e das relações que estabelecem entre si. A compreensão dos fenômenos históricos se dá por meio da apreensão das experiências de homens e mulheres, ou seja, como estes agem e pensam em determinadas condições e contingências, pois são nas experiências que os indivíduos definem e redefinem suas práticas. Nesta dissertação recorreremos a alguns sujeitos, como o bispo diocesano, o diretor da Instrução Pública, inspetores, professores, pais de família e alunos para analisar “de perto” como em suas relações viram e que significados conceberam a matéria Instrução Moral e Religiosa na educação das crianças nas últimas décadas do século XIX. Desse modo, investigaremos como as diversas posições na Província, representativas das ideias liberais, conservadoras e ultramontanas², se articularam no espaço da imprensa, da

¹ ARÓSTEGUI, Julio. **A pesquisa histórica: teoria e método**. São Paulo: Edusc, 2006, p. 467.

² De acordo com Ítalo Domingos Santirocchi (2010, p. 24), “o *ultramontanismo*, no século XIX, se caracterizou por uma série de atitudes da Igreja Católica, num movimento de reação a algumas correntes teológicas e eclesiais, ao regalismo dos estados católicos, às novas tendências políticas desenvolvidas após a Revolução Francesa e à secularização da sociedade moderna”. Segundo o mesmo autor, pode-se resumi-lo nos seguintes pontos: “o fortalecimento da autoridade pontifícia sobre as igrejas locais; a reafirmação da escolástica; o restabelecimento da Companhia de Jesus (1814); a definição dos ‘perigos’ que assolavam a Igreja (galicanismo, jansenismo, regalismo, todos os tipos de liberalismo, protestantismo, maçonaria, deísmo, racionalismo, socialismo, casamento civil, liberdade de imprensa e outras mais), culminando na condenação destes por meio da Encíclica *Quanta Cura* e do ‘Sílabo dos Erros’, anexo à mesma, publicados em 1864”. Para Berenice Abreu (2009, p. 12), por meio da encíclica *Quanta Cura* e do *Syllabus Errorum* do Papa Pio IX, de 1864, a Igreja radicalizava sua posição contra o processo de laicização da vida defendido pelas ideias liberais, intensificou sua perseguição a Maçonaria e contestou qualquer forma de submissão do poder espiritual ao temporal. Desse modo, Pio IX liderou o catolicismo ultramontano, o qual defendia a superioridade do papa em matéria de fé e disciplina. O fortalecimento da autoridade pontifícia foi consolidado no Concílio Vaticano I (1869-1870) por meio do dogma da infalibilidade papal. Para Santirocchi (2010, p. 25), este aspecto constituiu “um momento da vitória ultramontana no âmbito eclesial, mas não nas suas relações com os Estados do século XIX”. Isto significa que o “processo de separação entre os dois poderes, o indiferentismo estatal, o anticlericalismo, o

política e das agremiações literárias e filosóficas em defesa de uma maior ampliação do programa de estudos da instrução primária trazendo a importância e a necessidade do ensino científico e da instrução moral baseada no civismo.

Nessa direção, a investigação tem como recorte temporal a década de 1870 até os primeiros anos da República que compreende a “Questão Religiosa” (1874), momento culminante de disputa de poder envolvendo a Igreja Católica de tendência marcadamente *ultramontana* e a Maçonaria³ brasileira, até o fim do Padroado em 1890. Porém, o desdobramento dessas questões não se restringe somente a este período, de forma rígida, podendo recuar ou avançar de acordo com a natureza das fontes e dos problemas suscitados.

Quanto às balizas temporais, 1874 foi o ano em que a relação entre o Estado e a Igreja por meio do Padroado foi abalada de forma mais latente pela junção de várias questões, dentre elas a do desenvolvimento do ultramontanismo, as suas reverberações entre membros da hierarquia eclesiástica no Brasil e as reações excessivas do Governo Imperial sobre a Igreja, que resultou nesse momento na prisão dos bispos do Pará e de Pernambuco, Dom Antônio de Macedo Costa e Dom Vital Lima, devido às intervenções feitas por estes bispos nas irmandades de suas dioceses. Nesse período, vê-se as ações dos ultramontanos “com amostragem sobrenaturalista e moralista”⁴ tentando frear as investidas do “mundo moderno” na estrutura político-social representadas pelo “laicismo refletindo-se nas variadas posturas liberais, naturalistas”⁵.

Já em 1890 se dá o fim da intervenção direta do Imperador nos assuntos eclesiásticos, ou seja, o fim do Padroado no qual foi recebido pelos representantes da Igreja

regalismo exacerbado tolhendo a liberdade da instituição eclesiástica e a autoridade de sua hierarquia, teve como contrapartida a busca de um ‘centro’ que tivesse melhores condições e interesses em proteger os membros da comunidade clerical. E qual ‘centro’ poderia ser este senão o Papa, o mais tradicional chefe da Igreja Católica?” (SANTIROCCHI, 2010, p. 25).

³ Segundo Berenice ABREU (2009, p. 19-34) a Maçonaria é uma instituição cuja consolidação como sociedade de caráter filosófico deu-se no início do século XVIII na Inglaterra. Tendo seus anseios baseados nos ideais de Igualdade, Liberdade e Fraternidade, aspectos consagrados pela Revolução Francesa de 1889, a Maçonaria se estruturou pioneiramente na Inglaterra com a criação da Grande Loja de Londres em 1717. No século XVIII esta instituição se espalhou pela Europa, especialmente a França, chegando no final desse século, aos Estados Unidos, à Rússia e às colônias portuguesas e espanholas da América. Consolidando-se como uma sociedade de caráter cosmopolita e secreto, aglutinou sujeitos de diferentes raças, religiões e línguas, procurando construir uma imagem de si como uma escola de elevação moral e intelectual.

⁴ MONTENEGRO, João Alfredo Sousa. Rocha Lima –A obra e a época. Separata da Revista Brasileira de Filosofia, vol. XVIII, Fasc. 110, São Paulo, 1978, p. 134 *apud* CORDEIRO, Maria Celeste M. **Antigos e modernos:** progressismo e reação tradicionalista no Ceará Provincial. Universidade Federal do Ceará, Departamento de Ciências Sociais e Filosofia (Programa de Pós-Graduação em Sociologia), Fortaleza, Ceará, 1997, p. 67.

⁵ *Ibid.*, p.67.

Católica com “um duplo e contraditório sentimento de alívio e apreensão”⁶. Alívio, pois parte das lideranças eclesiais reclamava uma maior liberdade de ação ante o poder temporal, e apreensão, pois o Decreto 119-A de 07 de janeiro de 1890, que marcou a separação entre o *trono* e o *altar*, “introduzia” a liberdade religiosa, a laicidade do ensino público e a secularização dos programas escolares. Nesse momento, a laicização se referia à neutralidade do Estado no que toca às crenças religiosas⁷, onde a reivindicação por um ensino laico anunciava o desejo de construção de uma escola que levasse a formação de “cidadãos morais, patriotas e racionais”⁸.

No século XIX, o ensino religioso esteve inserido em polêmicas e discussões sobre seu pertencimento ao programa escolar do ensino público⁹. Não menos, essas discussões se revestiram de um caráter conflituoso no qual estavam envolvidas diferentes posições políticas e sociais, onde ora convergiam, ora divergiam; porém traziam em comum a busca pelo sentido de “modernização” e o desejo de inscrever o país nos rumos da civilização e do progresso. O Ensino Religioso chamado mais precisamente pelos que participavam da Instrução Pública da Província do Ceará de “Instrução Moral e Religiosa” ou de “Ensino do Catecismo”, foi objeto de discussão desde os Exames de Capacidade Profissional, momento em que os aspirantes ao magistério público realizavam provas a fim de concorrer a uma vaga nos concursos das cadeiras primárias na Província, até seu ensino na sala de aula como matéria pertencente ao programa escolar da instrução pública primária.

O catolicismo, no período tratado, era a religião oficial do Estado e o ensino religioso presente nos currículos da Instrução Pública Primária era definido a partir de seus princípios e concepções. Hoje, embora de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 (LDB) o ensino religioso seja facultativo e a escola pública deva conceder uma importância sempre maior à comunicação intercultural, muitas escolas continuam tornando hegemônicos determinados credos religiosos e confundindo ensino religioso com ensino catequético, ou seja, com o aprendizado de uma doutrina religiosa. Desse modo, os debates políticos em torno da laicidade e secularização da sociedade na contemporaneidade, com as influências dos princípios religiosos e morais no espaço público, o peso das

⁶HERMANN, Jacqueline. Religião e política no alvorecer da República: os movimentos de Juazeiro, Canudos e Contestado. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **O Brasil Republicano: o tempo do Liberalismo excludente - da Proclamação da República à Revolução de 1930**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira 2003, vol. 1, p. 123.

⁷ CATROGA, Fernando. **Entre Deuses e Césares: secularização, laicidade e religião civil**. Uma perspectiva histórica. Coimbra: Edições Almedina, 2006, p. 297.

⁸ *Ibid.*, p. 11.

⁹ O termo “ensino público” utilizado nesta dissertação diz respeito às aulas mantidas pelo poder público, cujos professores eram nomeados e pagos pela Instrução Pública, órgão responsável pelas aulas públicas na Província.

instituições religiosas no campo da política, e, ainda, a complexidade em delimitar as “fronteiras” entre o público e o privado, tem suscitado pensar o pluralismo cultural, bem como as influências religiosas no cotidiano e suas diversas apropriações pelos sujeitos, sua presença nas escolas e os conflitos em torno de seu caráter como disciplina do programa escolar do ensino público.

Na atualidade, os debates no cenário político e social em torno da educação têm suscitado pensar acerca dos deveres dos professores na sala de aula e os limites de suas funções, numa ânsia de colocar em pauta discussões que abordam as responsabilidades que envolvem o papel da família e da escola na educação das crianças e jovens. Tais debates trazem em seu bojo aspectos relacionados à religião e suas relações com o espaço escolar na contemporaneidade, como é o caso das discussões em torno da “Escola sem Partido”, que tem levado diversos sujeitos, sobretudo, políticos e profissionais da área da educação a se pronunciarem e se posicionarem sobre tal assunto.

Para o movimento “Escola sem Partido”, muitos professores têm se utilizado de sua liberdade de cátedra para influenciar política e ideologicamente seus alunos, impondo suas visões de mundo. Os projetos de lei que se inspiram nesse movimento e que tramitam pelas câmaras municipais e assembleias legislativas no país colocam em discussão o próprio papel dos professores e da família na educação dos filhos, defendendo os direitos dos pais na decisão acerca do tipo de educação que estes devem receber.

Exemplo bastante elucidativo é o Projeto Lei 867/2015 apresentado à Câmara Federal pelo deputado Izalci Lucas Ferreira que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação. O art. 3º deste projeto estabelece o seguinte: “São vedadas, em sala de aula, a prática de doutrinação política e ideológica bem como a veiculação de conteúdos ou a realização de atividades que possam estar em conflito com as convicções religiosas ou morais dos pais ou responsáveis pelos estudantes”¹⁰. No referido projeto, os professores não devem incitar seus alunos a opções políticas ou promover suas próprias crenças particulares na sala de aula, defendendo o direito da família de decidir acerca do ensino da moral e da religião, devendo este estar baseado nos princípios e convicções escolhidos pelos pais para a educação de seus filhos.

A conjuntura atual, portanto, nos faz voltar ao passado, mas não somente com o objetivo de atentar para as continuidades, no sentido de compreender que ainda hoje o ensino religioso está presente seja no currículo das escolas públicas, nas paredes através dos

¹⁰ Fonte consultada no site:

<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1050668>

símbolos e dos altares, ou ao se cantar o Hino Nacional nas escolas muitas vezes acompanhado dos rituais católicos através das orações recitadas, o que, portanto, constitui uma discussão que se arrasta desde o século XIX; mas, entendendo que os próprios valores religiosos compreendem aspectos e elementos de longa duração, nosso objetivo é investigar como os sujeitos se articularam num determinado momento histórico com objetivos diversos ora defendendo a manutenção da Instrução Moral e Religiosa, baseada na doutrina cristã católica no currículo da Instrução Pública Primária, ora defendendo sua exclusão, num momento em que estava cada vez mais crescente a circulação de ideias que reivindicavam uma maior soma dos conhecimentos pertencentes ao programa escolar da instrução primária ancorados na ciência em contraposição à visão de mundo submetida aos dogmas e valores religiosos.

Compreendemos que é impossível pensar o campo educacional separado do movimento social, político e econômico da Província e do país na segunda metade do século XIX. Assim sendo, ao buscar entender as tentativas de laicização do ensino público na Província do Ceará é de suma importância atentar para os conflitos entre o *trono* e o *altar* que vinham desde o Primeiro Império com as ideias liberais e a política anticlerical, tomando maior fôlego no Segundo Império com a “Questão Religiosa” na década de 1870. Nesse momento, com o liberalismo se alimentando do laicismo, da secularização, do anticlericalismo, “aspirando ao desaparecimento do Estado Confessional e a extinção da oficialização do catolicismo”¹¹, a Igreja Católica teria que se organizar para garantir condições de autonomia material, financeira, institucional e doutrinária, capaz de fornecer condições para “futuras pretensões políticas”¹². Dessa forma, os conflitos entre o Estado Imperial e a Igreja Católica é assunto tratado não somente no primeiro capítulo desta dissertação intitulado *Universo Letrado e a Instrução Pública Primária na Província do Ceará*, ou seja, não se reservou uma parte ou momento para discutir essa questão, pois compreendemos que este assunto perpassa toda a discussão e será abordado a partir das especificidades de cada tópico.

Tais questões serão discutidas a partir do diálogo com perspectivas relativas aos estudos das relações entre Estado Imperial e Igreja Católica nas últimas décadas do século XIX, estabelecendo ligação, sobretudo, com as abordagens que defendem o seguinte: 1- Na

¹¹ MONTENEGRO, João Alfredo de Sousa. **Evolução do catolicismo no Brasil**. Editora Vozes: Petrópolis, Rio de Janeiro, 1972, p. 143.

¹² MICELI, Sérgio. **A Elite Eclesiástica Brasileira (1890-1930)**. Tese apresentada ao concurso de livre docência em sociologia do Departamento de Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas 1985, p. 42.

segunda metade deste século, tanto liberais quanto ultramontanos focaram seus discursos na disciplina, na moral e nos bons costumes como essenciais para alcançar o progresso material e moral no país. Assim, quer o clero ultramontano, quer os projetos liberais compartilharam, em diversos momentos, dos mesmos parâmetros para construir seu discurso de modernização. 2- No Brasil, a “questão religiosa” representou o esforço de definição do catolicismo diante da civilização moderna, bem como a luta entre a mentalidade católico-conservadora e o espírito laico, liberal. 3- A separação entre os poderes *temporal* e *espiritual* não como uma ruptura da Igreja com os grupos dirigentes locais, mas como um período em que as autoridades eclesiásticas foram se tornando importantes figuras no cenário político dos estados e, aos poucos, dilatando suas pretensões de influência. 4- Com a Proclamação da República a Igreja vai tentando encontrar lugar na nova estrutura política e social, apresentando-se como instituição fundamental para a garantia da ordem social.

Nesse momento, a religião deixava de ser o único viés de explicação da origem e fim do homem e a secularização empreendida pelo pensamento liberal ilustrado levantava os debates acerca da educação como alavanca para o progresso material e moral. Dessa maneira, a busca pelo progresso e civilização, característica típica dos debates nos círculos políticos e intelectuais nas últimas décadas do século XIX, faz surgir, ao mesmo tempo, a necessidade de discutir de forma mais incisiva sobre que tipo de educação deveria as crianças receber e o que deveria ser ensinado na instrução primária.

É fundamental assinalar que a ideia de secularização discutida nesse momento, estava relacionada à “autonomia do profano”¹³, ou seja, à “autonomia das coisas seculares”¹⁴, mediante o regime do Padroado, sistema de trocas de direitos e prerrogativas estabelecidas entre o Estado Imperial e a Igreja Católica. Em torno das discussões referentes à separação do poder temporal e espiritual, as elites políticas e letradas anunciavam o desejo de autonomia da sociedade civil dos dogmas e valores fortemente baseados na religião católica. Porém, a separação desses dois poderes, não destituía ou negaria o papel público da religião e nem impedia que Estado e Igreja viesse a estabelecer formas várias de colaboração¹⁵, questão que iremos perceber por meio das relações estabelecidas entre bispos e vigários na política local dos estados, após o fim do Padroado.

A emergência do capitalismo industrial, o desenvolvimento urbano, os esforços para o avanço científico e industrial, a necessidade de pensar o homem como ser racional e

¹³ CATROGA, Fernando. **Entre Deuses e Césares**: secularização, laicidade e religião civil. Uma perspectiva histórica, Coimbra: Edições Almedina, 2006, p. 8.

¹⁴ *Ibid.*, p.8.

¹⁵ *Ibid.*, p. 9.

livre, bem como a circulação de ideias provenientes do naturalismo, do cientificismo, do racionalismo, coisas por explicar os modos de entender o mundo e a vida destituídos dos valores e dogmas religiosos, vão abrir caminho, ou talvez servir de impulso para o “processo secularizador”¹⁶, ou seja, a acentuação da dicotomia entre o poder espiritual e o poder temporal.

A secularização estava relacionada, portanto, à liberdade religiosa em que somente um estado “neutro”, ou seja, laico do ponto de vista confessional seria capaz de garantir. Na segunda metade do século XIX vê-se, por um lado, por parte do poder temporal a ideia de “autonomização do político”¹⁷. Por outro, integrantes da Igreja Católica buscavam uma maior liberdade para o poder espiritual frente às prerrogativas do Estado Imperial. Estes aspectos influenciaram no aumento das contendas entre ambas as instituições que buscarão “definir” os lugares que deveriam ocupar na esfera político-social. Para as elites política e intelectual que tiveram um papel fundamental empreendendo debates e ações em torno das principais questões políticas e sociais (abolição da escravatura, fim da monarquia imperial e advento da República, imigração, dentre outras), os princípios que deveriam fazer parte do Estado, sobretudo a ideia de liberdade, iam de encontro ao conservadorismo católico, que em muitos momentos emanou críticas à construção da civilização e do progresso, apontando os “erros modernos”.

Nesse momento, os debates em torno da importância da ciência para o progresso material e moral abordarão não somente sua relação com o campo do trabalho, do desenvolvimento da indústria e do espaço urbano, o nível das “consciências” também será atingido, ou seja, em diversos momentos os valores e princípios utilizados para explicar o mundo e a vida serão buscados fora da religião. Porém, a ideia não era “cortar o cordão umbilical do homem com o cosmos”¹⁸, mas separar o “estado de clero e o dos fieis seculares ou leigos”¹⁹, os domínios político e espiritual. Este processo buscaria limitar a posição que a Igreja ocupava na sociedade, provocando “uma maior eufemização das fronteiras entre o religioso e o não-religioso”²⁰.

Assim, atento a questão candente, as correspondências da Instrução Pública, órgão responsável pelo ensino público na Província, foram as primeiras fontes a serem pesquisadas. Constituindo-se por correspondências trocadas entre professores, inspetores locais, inspetor

¹⁶ CATROGA, Fernando. **Entre Deuses e Césares**: secularização, laicidade e religião civil. Uma perspectiva histórica, Coimbra: Edições Almedina, 2006, p. 58.

¹⁷ *Ibid.*, p. 24.

¹⁸ *Ibid.*, p. 37.

¹⁹ *Ibid.*, p. 49.

²⁰ *Ibid.*, p. 62.

geral, diretor da Instrução Pública e presidente da Província, essa documentação possibilitou pensar nas influências da Igreja Católica na organização dos currículos do ensino primário por meio das listas das obras utilizadas na Instrução Moral e Religiosa; dos cargos no interior da Instrução, muitas vezes exercidos por vigários; e dos valores e preceitos baseados na doutrina e moral cristã católica, em que foi construída e organizada a própria Instrução Pública.

Do ponto de vista metodológico, os documentos foram analisados enquanto portadores de discursos, e, portanto, “não podendo ser vistos como algo transparente”²¹, pois partiu-se do princípio de que a pesquisa deve atentar para como os discursos, seus valores e suas ideias, são construídos e articulados a partir de um lugar social. Dessa forma, inúmeros interesses nortearam as correspondências da Instrução Pública; professores, inspetores e diretores se utilizaram de diversos recursos argumentativos para reivindicar pedidos de licenças, pagamentos de seus vencimentos, utensílios e compêndios para as aulas e mesmo para fazer denúncias contra professores e inspetores locais. Assim, as correspondências serviram como um local de expressão de intenções, de construção de projetos e de discussão de planos e ações, sempre em disputa e negociação²².

As correspondências da Instrução Pública impulsionaram o diálogo com as Cartas Pastorais do bispo do Ceará, Dom Joaquim José Vieira, documentação pertencente ao acervo da Sala de História Eclesiástica da Arquidiocese de Fortaleza. Nessa documentação, a instrução pública foi discutida de forma a ser associada aos “erros trazidos pelo mundo moderno”. Logo, considerou-se importante investigar, sobretudo, nesses documentos, nos jornais e nas correspondências produzidas pelos professores primários, os termos “modernidade”, “civilização” e “progresso”, pois entendemos que o historiador, ao se confrontar com os vestígios sobre o passado se depara com conceitos que podem possibilitar pensar as experiências sociais de sua época quando compreendidos de acordo com suas especificidades. Nesta dissertação, procuramos compreender suas utilizações pelas elites política e letrada e os seus significados na segunda metade do século XIX, haja vista quando discutiam sobre a educação na Província, associaram a instrução pública à ideia de modernidade, civilização e progresso material e moral.

²¹ CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. História e análise de textos. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 539.

²² VENÂNCIO, Giselle Martins. “Sopros inspiradores”: troca de livros, intercâmbios intelectuais e práticas de correspondência no arquivo privado de Oliveira Vianna. In: BASTOS, Maria Helena Camara, CUNHA, Maria Teresa Santos, MIGNOT, Ana Chrystina Venancio (orgs.). **Destinos das letras: história, educação e escrita epistolar**. Passo Fundo: UPF, 2002, p. 223.

Cruzando as cartas pastorais com os jornais, é possível acompanhar as discussões empreendidas pelas elites política e intelectual e suas articulações na imprensa, ora defendendo o ensino da moral evangélica católica como fundamental para a instrução pública, pois faria com que as crianças aprendessem a respeitar a Deus e a serem obedientes às autoridades públicas, constituindo assim, meio para a “grandeza e prosperidade do Estado”²³, ora defendendo a exclusão dessa matéria, considerada entrave a construção do progresso e civilização na Província. Assim sendo, paralelo às pesquisas nas pastorais, investigou-se no acervo da Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional os periódicos *Cearense* e *Gazeta do Norte*, bem como no acervo do Instituto Histórico do Ceará, os jornais *Tribuna Católica* e *Fraternidade*.

As indagações e inquietações suscitadas nos levou a considerar fundamental também a pesquisa no jornal *A Verdade*²⁴, órgão de cunho católico publicado aos domingos, cujo primeiro número apareceu em Fortaleza em 27 de julho de 1890. Consultamos, portanto, no acervo da Hemeroteca Digital Brasileira, três números desse periódico referente ao ano de 1892, sendo possível investigar como se deu na imprensa católica a articulação das elites eclesiásticas e leigas frente à introdução da laicidade no ensino público e a secularização dos programas de estudos da instrução pública, pelo menos na letra da lei com o fim do Padroado, assim como as tentativas de marcar o lugar da Igreja Católica como instituição fundamental na construção da ordem e prosperidade material e moral do país para o novo regime (a República).

Ao pesquisar na *Tribuna Católica* e no *A Verdade* observa-se que as relações entre o texto e o leitor estavam permeadas de poder, pois as publicações muitas vezes de caráter doutrinário, buscavam formar uma opinião, em que o ensino oficial não deveria se separar da religião. Nestes jornais vê-se o desejo dos discursos religiosos de fazer com que sua mensagem se faça “aceita e seguida”²⁵ tentando obter receptividade e legitimidade junto aos leitores, a fim de construir estreitas relações para que esses se constituíssem em difusores de seus ideais. Sendo assim, o trato com os jornais não atentará somente para as suas posições acerca da influência da Igreja Católica na educação na Província ou, ainda, para o que deveria ser ensinado às crianças e quais funções deveriam a família, o Estado e a Igreja exercer nesse

²³ “A moral naturalista e moral christã”, *A Verdade*, 28 de fevereiro de 1892, n. 29, p. 3. 1 col.

²⁴ O jornal *A Verdade* faz parte do acervo da Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel e devido às condições de acesso, haja vista estarem na forma de microfilme e muitos números deste periódico terem sido excluídos do acervo por estarem danificados (inclusive presenciamos com muita tristeza este ato), só foi possível analisar três números do ano de 1892. É importante salientar, que apenas este ano do jornal está digitalizado e disponível para pesquisa no Acervo da Hemeroteca Digital Brasileira.

²⁵ COUTROT, Aline. Religião e política. In: REMOND, René (Org.) **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996, p. 348.

processo, mas atentar-se, sobretudo, para como tais posições e ideias se articularam no espaço da imprensa, como foram apresentadas ao público leitor, bem como as intencionalidades dos discursos.

Nos jornais observa-se projetos e visões de mundo representativas de vários setores da sociedade, sendo a realidade apresentada de acordo com os interesses desses grupos sociais²⁶. Dessa maneira, no jornal *A Verdade* várias publicações foram direcionadas aos pais de família, tentando informá-los sobre que instrução os “jovens” deveriam receber, e, que para a garantia de uma “instrução pública de qualidade”, os pais tinham o dever de votar nas eleições em homens que estivessem abertos a atender os interesses da Igreja. O referido jornal, portanto, procurava ‘despertar as consciências’ dos pais e ‘modelá-las’ conforme seus valores e interesses, procurando indicar uma direção ao comportamento político do público leitor²⁷.

A discussão não se restringe somente ao campo das ideias, ou seja, para o que foi discutido nos espaços políticos e letrados sobre o lugar da Instrução Moral e Religiosa na educação dos sujeitos, pois procuramos analisar também o ensino moral e religioso no cotidiano das aulas públicas primárias a partir das correspondências feitas pelos professores e inspetores, onde davam informações às autoridades responsáveis pelo ensino público na Província sobre o próprio funcionamento das aulas e seus procedimentos no que concerne às suas funções, bem como dos livros utilizados na instrução desta matéria.

Diante disso, o diálogo também será estabelecido com os estudos relativos à educação, tomando como referência algumas abordagens feitas pela historiografia educacional, principalmente as que tratam: 1- A escola como um lugar privilegiado para a “civilização” das crianças com os professores atuando como “aliados” do governo nesse “projeto”. 2- O papel da família, em especial o das mães, como fundamental para criar um *habitus* civilizado. 3- O professor público primário mais como um agente disseminador de uma mentalidade moralizante do que como um difusor de conhecimentos e que por isso deveria ser vigiado e fiscalizado. 4- As críticas por parte das elites política e intelectual à instrução primária baseada unicamente na leitura, na escrita, no cálculo e na doutrina cristã, como defensoras da ampliação do programa de estudos da instrução primária baseada nos

²⁶ CAPELATO, Maria Helena; PADRO, Maria Lígia Coelho. **O bravo matutino: imprensa e ideologia no jornal O Estado de São Paulo**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980, p. 34.

²⁷ *Ibid.*, p. 23.

“princípios da ciência, na valorização da educação moral e cívica e nas exigências da preparação para o trabalho”²⁸.

De modo relacionado a essas questões os estudos referentes ao livro e a leitura, sobretudo, as abordagens que identificam: 1- A importância do livro como instrumento na viabilização do “projeto civilizador” empreendido pelas elites dirigentes, atuando como condutor e difusor de saberes. 2- A rede de controle sobre o livro como aspecto que não apenas procurou tratar de sua produção e circulação, mas, especialmente, o controle da “produção do sentido”, ou seja, da compreensão de que os leitores deveriam ter da leitura dos textos. 3- A autoridade exercida sobre os compêndios didáticos os submeteram “a uma censura que deveria apartar tudo o que pusesse em perigo a ordem, a religião ou a moral”²⁹. 4- Mesmo com a rede de controle em que os compêndios didáticos estavam inseridos, os leitores lançam mão de artifícios para “obter livros proibidos, ler nas entrelinhas, e subverter as lições impostas”³⁰.

A dissertação, portanto, divide-se em três capítulos. No primeiro capítulo, *Universo letrado e a Instrução Pública Primária na Província do Ceará*, discutiremos o envolvimento do universo letrado nos debates acerca da educação, considerada meio fundamental para a regeneração dos costumes e sua vinculação com a modernização da Província. Para isto, investigaremos a utilização da imprensa como espaço de discussão sobre as questões educacionais, mais precisamente, analisaremos como as posições ditas liberais e as ditas ultramontanas discutiram acerca da secularização e laicização do programa escolar da Instrução Pública Primária, desde os Exames de Capacidade Profissional até os artigos em jornais e revistas, ora inserindo a Instrução Moral e Religiosa como matéria essencial para a construção da ordem e da disciplina, ora considerando-a entrave a formação de uma mentalidade laica, baseada na razão e na ciência.

Nesse momento, o trato com as fontes se dará por meio das Cartas Pastorais de Dom Joaquim José Vieira; dos jornais *Cearense* (liberal), *Gazeta do Norte* (liberal), *Tribuna Católica* (órgão ligado a Diocese do Ceará) e o *Fraternidade* (periódico da loja maçônica Fraternidade Cearense) e dos livros produzidos por integrantes da Igreja (*O seculo actual e o dogma da infallibilidade ou as questões do dia* do Padre João Scaligero Augusto Maravalho e

²⁸ SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos da civilização:** a implantação da Escola Primária Graduada no Estado de São Paulo (1890-1910). São Paulo; Fundação Editora da Unesp, 1998, p. 171.

²⁹ CHARTIER, Roger. **A ordem dos livros:** leitores, escritores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII. Brasília: Universidade de Brasília, 1999, p. 25.

³⁰ *Ibid.*, p. 7.

o *Primeiro Synodo Diocesano Fortalixiense celebrado na respectiva Egreja Cathedral 31 de janeiro, 1º e 2º de fevereiro de 1888* publicado pela Tipografia Economica).

No segundo capítulo, *O lugar da Instrução Moral e Religiosa na educação das crianças*, iniciaremos por identificar no espaço da política e da imprensa os sujeitos envolvidos nos debates acerca do que deveria ser ensinado às crianças, o lugar onde deveria ser dada a Instrução Moral e Religiosa, bem como que sujeitos eram esses que deveriam ser instruídos e educados. Atentaremos, sobretudo, para duas posições que estiveram presentes nessas discussões: as que defenderam ser o ensino moral e religioso dever da família e não do Estado, e as que defenderam a participação da família como fundamental, porém consideravam que o Estado deveria ser o responsável por esse ensino. Para tanto, perceberemos como se processou no espaço da instrução pública primária o ensino da Instrução Moral e Religiosa através dos livros utilizados para o ensino dessa matéria.

Investigaremos também como esses debates se articularam em defesa do ensino moral e religioso, em um contexto cada vez mais crescente de circulação de ideias de cunho liberal, como a laicidade do ensino público e a secularização dos programas escolares. Essas ideias defendiam um ensino leigo e obrigatório, um aumento e diversificação dos programas escolares e a valorização do ensino científico, combatendo o ensino baseado unicamente na leitura, na escrita, no cálculo e na doutrina cristã. Essa questão estava intimamente ligada às discussões nos meios políticos e intelectuais sobre a importância da “formação completa” das crianças, ou seja, ao tripé *corpo, espírito e moral* e sua vinculação com a emergência do capitalismo e com as tentativas de construção do homem são e laborioso. Nos debruçaremos, pois, sobre os jornais *Cearense*, *Gazeta do Norte* e a revista *A Quinzena*; as correspondências feitas pelos professores e enviadas a Inspeção e Diretoria da Instrução Pública; a legislação educacional do período dando ênfase, sobretudo, aos Pareceres de Rui Barbosa referentes à reforma do ensino público primário; e os livros utilizados no ensino da moral e da religião nas aulas públicas primárias nas últimas décadas do século XIX: *Historia Sagrada do Antigo e Novo Testamento: enriquecida com muitas notas e reflexões moraes*, de José Ignacio Roquete; *Resumo da História Bíblica ou Narrativas do Velho e Novo Testamento*, de Dom Antonio de Macedo Costa; *Canções da Escola*, de Juvenal Galeno; *Catecismo Bíblico para as classes infantis* publicado em 1883 pela Tipografia do jornal abolicionista *Libertador*, órgão da Sociedade Cearense Libertadora, cuja autoria era do educador norte-americano Samuel Bradhurst Schieffelin.

Em *A Instrução Pública Primária como espaço de produção e exercício da moral religiosa e civil*, terceiro capítulo, analisaremos como as elites dirigentes veicularam,

principalmente por meio dos jornais e revistas, seus desejos em construir uma sociedade harmônica, ordenada e hierarquizada, tendo na formação moral e religiosa os pressupostos fundamentais para a instrução das crianças, sendo os professores não apenas difusores da ideia de ordem e disciplina, mas, ao mesmo tempo, o produto dos dispositivos disciplinares implantados pelas elites dirigentes na tentativa de tornar seu “projeto” realidade. Nesse sentido, discutiremos como se organizou a aparelhagem de inspeção na instrução pública primária e a forma como os professores se apresentaram aos inspetores escolares como aptos ao exercício do magistério, procurando atender aos requisitos necessários para o exercício da função de professor. Assim, no mesmo passo, o caráter com que as exigências para o cumprimento dos deveres no magistério por parte dos pais de família, inspetores e diretor da Instrução Pública se processou no espaço das aulas e na vida dos professores.

O Regulamento Orgânico da Instrução Pública e Particular da Província do Ceará de 1881; o Regimento Interno das Escolas Primárias da Província do Ceará desse mesmo ano; a revista *A Quinzena* e o jornal *Cearense*; as correspondências da Instrução Pública a incluir os ofícios trocados entre professores, inspetores locais, inspetor geral, diretor da Instrução Pública e presidente da Província, bem como as queixas feitas contra professores públicos primários, constituem as fontes pelo qual construímos o terceiro capítulo da dissertação.

2 “UNIVERSO LETRADO” E A INSTRUÇÃO PÚBLICA PRIMÁRIA NA PROVÍNCIA DO CEARÁ

2.1 Modernidade e Ensino Religioso na Instrução Pública Primária

“A grandeza d’um povo, mede-se pelo grau de sua instrução; o verdadeiro patriota, o verdadeiro amigo da humanidade é aquele que mais promove o desenvolvimento intelectual e moral de seus semelhantes” (Dom Joaquim Vieira)³¹.

³¹ “Pastoral de Dom Joaquim José Vieira publicando a encíclica *Libertas* (1888) de Leão XIII”. Data: 15 de outubro de 1888, p. 127. Acervo da Sala de História Eclesiástica do Ceará da Arquidiocese de Fortaleza.

As Pastorais de Dom Joaquim José Vieira, bispo do Ceará entre 1878 e 1903, publicadas durante os anos de 1883 a 1887 chamavam a atenção dos diocesanos para o cumprimento de manifestar “francamente a sua religião”³², afirmando que “o católico de qualquer posição social, na vida particular como na pública, na cadeira de mestre, na política, na tribuna, tinha o dever de prestar obediência a Igreja”³³. Os discursos do Bispo tentavam (in) formar aos pais de família de que a obediência aos direcionamentos da Igreja se dava na instrução de seus filhos nos deveres religiosos. Desse modo, um dos temas abordados nas Pastorais era a instrução pública, considerada meio para moralizar o homem e elevar a Província ao progresso material e moral³⁴.

No século XIX, as Cartas Pastorais eram um dos principais meios de comunicação entre o bispo e seus diocesanos. Utilizadas para organizar os trabalhos nas paróquias, reuniam orientações e instruções ao clero e aos fiéis leigos a partir das ordens do bispo diocesano. O envio das Pastorais ocorria de acordo com os conteúdos e objetivos que veiculavam; poderiam ser enviadas a toda a diocese, ou somente aos fiéis de uma determinada região, ou somente às irmandades religiosas, ou apenas ao clero³⁵. Edilberto Cavalcante Reis afirma que em “Pastoral Coletiva” datada de 1915, os bispos do centro-norte do Brasil definem as “Pastorais” como importantes documentos para a “edificação dos fiéis”³⁶. Assim, deveriam ser lidas e explicadas nos seminários e ao povo, bem como registradas e arquivadas para comprovar no ato das visitas pastorais do bispo se os párocos estavam cumprindo com o dever de dar publicidade a esses documentos³⁷.

As cartas e as visitas pastorais no século XIX constituíram importantes meios para a própria construção da Diocese do Ceará. O controle sob o clero e a própria formação deste, bem como a administração dos vigários nas paróquias (a celebração dos sacramentos, as irmandades, as associações de leigos) e o controle das manifestações populares, seriam tarefas onde os bispos utilizariam desses dois instrumentos para controlar “de perto” o seu “rebanho”.

³² “4ª Pastoral de Dom Joaquim José Vieira”. Data: 25 de março de 1886, p. 58. Acervo da Sala de História Eclesiástica do Ceará da Arquidiocese de Fortaleza.

³³ “4ª Pastoral de Dom Joaquim José Vieira”. Data: 25 de março de 1886, p. 58. Acervo da Sala de História Eclesiástica do Ceará da Arquidiocese de Fortaleza.

³⁴ “1ª Pastoral de Dom Joaquim José Vieira”. Data: 09 de dezembro de 1883, p. 06. Acervo da Sala de História Eclesiástica do Ceará da Arquidiocese de Fortaleza.

³⁵ REIS, Edilberto Cavalcante. **Visitas e Cartas Pastorais: a construção de um projeto eclesial**. ANAIS DO III ENCONTRO NACIONAL DO GT HISTÓRIA DAS RELIGIÕES E DAS RELIGIOSIDADES – ANPUH - Questões teórico-metodológicas no estudo das religiões e religiosidades. IN: Revista Brasileira de História das Religiões. Maringá (PR) v. III, n. 9, jan/2011, p.3.

³⁶ *Ibid.*, p.3.

³⁷ **Pastoral Coletiva dos Senhores Bispos do Centro-Norte do Brasil**. Fortaleza: 1915 (manuscrito) Sala de História Eclesiástica do Ceará/Arquidiocese de Fortaleza *apud* REIS, Edilberto Cavalcante. *Op. Cit.*, p.4.

Durante os anos de 1883 a 1887 Dom Joaquim José Vieira produziu cinco Cartas Pastorais tratando de variados assuntos, dentre os quais as atividades realizadas pelo clero (sacramentos, retiros); a moral e os costumes; a situação política do País; e as normas e práticas que os católicos deveriam seguir na sua vida cotidiana para viver conforme os preceitos da Igreja.

Além desses conteúdos, é perceptível nos discursos do Bispo do Ceará uma certa preocupação, ou mesmo desejo, com a harmonia entre os poderes espiritual e temporal para conduzir a Instrução Pública³⁸. Porém, nos seus discursos, as tensões e conflitos se davam quando o Bispo afirmava que “nas cadeiras do ensino público assentam-se alguns mestres septicos e descrentes que destilão no coração da mocidade o veneno de dúvidas”³⁹. Desse modo, ao discutir acerca da instrução pública, o Bispo do Ceará chamava a atenção dos diocesanos para que percebessem a necessidade de protegerem os “jovens”⁴⁰ das mudanças que o “mundo moderno” trazia ao ensino público.

Essas questões levaram a refletir o que nos discursos da autoridade da Igreja no Ceará era entendido como “mundo moderno” e “modernidade”, termos destacados em suas Pastorais quando se discutia sobre a instrução pública na Província. É possível entrever que essas expressões estavam associadas ao novo contexto de mudanças que a Igreja encontrava dificuldades para acolher⁴¹, ou seja, à circulação de correntes ideológicas e políticas que estavam cada vez mais presentes entre as elites política e intelectual. Assim, os termos “mundo moderno” e “modernidade” estavam intimamente ligados aos ensinamentos da Santa Sé, aos esclarecimentos do papado sobre a posição da Igreja diante do liberalismo, do cientificismo, do racionalismo, do protestantismo, da laicidade, apontados como “erros modernos” na encíclica *Quanta Cura* e no *Sílabo dos Erros* em 1864.

Esta encíclica é fruto das lutas da Igreja contra as investidas e os avanços das ideias de secularização que circulavam no plano internacional. Por meio da encíclica *Quanta Cura* e do *Syllabus Errorum* do Papa Pio IX, de 1864, a Igreja radicalizava sua posição contra o processo de laicização da vida, bem como intensificou sua perseguição à Maçonaria e

³⁸ O termo “instrução pública” utilizado nesse trabalho diz respeito em alguns momentos ao órgão do governo provincial (formado pelo presidente da Província, diretor, inspetores e professores) responsável pelo ensino público. Em outros momentos se refere às próprias aulas mantidas pelo poder público na Província.

³⁹ “4ª Pastoral de Dom Joaquim José Vieira”. Data: 25 de março de 1886, p. 57. Acervo da Sala de História Eclesiástica do Ceará da Arquidiocese de Fortaleza.

⁴⁰ É necessário o uso de aspas na palavra “jovem”, pois constitui termo utilizado pelo próprio bispo Dom Joaquim José Vieira em suas Pastorais.

⁴¹ MOURA, Sérgio Lobo de, ALMEIDA, José Maria Gouvêa de. A Igreja na Primeira República. In: FAUSTO, Boris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro, São Paulo: DIFEL, 1977. Tomo III, Vol. 2, p. 333.

contestou qualquer forma de submissão do poder espiritual ao temporal⁴². Dessa forma, Pio IX liderou o catolicismo *ultramontano*, o qual defendia a superioridade do papa em matéria de fé e disciplina⁴³.

Nessa conjuntura, entre 1869 e 1870 o Papa Pio IX convocou o Concílio Vaticano I no qual foi estabelecida a condenação à imprensa maçônica e aos fiéis católicos pertencentes à Maçonaria. O objetivo era intervir na laicização e secularização das instituições civis que crescia cada vez mais com as ideias de cunho liberal. Para Roque Spencer de Barros, estudioso do liberalismo e da educação brasileira, o pontificado de Pio IX constituiu uma expressão do conflito entre “o catolicismo e a civilização moderna; entre o ideal, de certo modo medieval, da preponderância da autoridade ‘espiritual’ na sociedade civil e o anseio de ‘temporalização’ das instituições que é da essência mesma do pensamento liberal”⁴⁴.

É preciso assinalar que a noção corrente de modernidade presente entre as elites política e intelectual, no Brasil nos anos finais do século XIX e início do XX, estava relacionada “ao progresso material, técnico, urbano e cultural da população, em lugar de referir-se às doutrinas que caracterizaram a utilização do termo pela ortodoxia católica: liberalismo, naturalismo, racionalismo absoluto ou moderado, socialismo, comunismo e cientificismo”⁴⁵. Nesse momento, a “modernidade” exprimiu-se nas tentativas de “melhoramentos urbanos, higienismo, tecnicismo, implementações de noções da ética do trabalho e normatização dos costumes”⁴⁶. As “utopias reformadoras”⁴⁷ e a “inserção compulsória do Brasil na Belle Époque”⁴⁸ traduziram-se em transformações urbanas, tentativas de higienização e normatização das práticas consideradas incivilizadas que se chocavam com os projetos políticos e sociais das elites dirigentes.

Nos anos finais do Império, as tentativas de implantação do projeto político republicano traziam o ideal civilizatório de construção de um novo homem para um novo regime, associando a instrução pública à ideia de progresso⁴⁹. A movimentação de ideias nos

⁴² ABREU, Berenice. **Intrépidos romeiros do progresso: maçons cearenses no Império**. Fortaleza: Museu do Ceará: Secult, 2009, p. 24.

⁴³ *Ibid.*, p.24.

⁴⁴ BARROS, Roque Spencer Maciel de. **A ilustração brasileira e a ideia de universidade**. São Paulo: Editora Convívio, Edusp-Editora da Universidade de São Paulo, 1986, p. 29.

⁴⁵ RIBEIRO, Emanuela Souza. **Igreja Católica e Modernidade no Maranhão, 1889-1922**. Dissertação (Mestrado em História). Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2003, p. 16.

⁴⁶ *Ibid.*, p. 17.

⁴⁷ RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar**. Brasil 1890-1930, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

⁴⁸ SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

⁴⁹ GOMES. Ângela de Castro. **República, educação cívica e história pátria: Brasil e Portugal**. ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Fortaleza, 2009.

círculos intelectuais brasileiros, influenciadas pelas correntes de pensamentos, como o liberalismo e o positivismo vindas da Europa e dos Estados Unidos, objetivavam regenerar a sociedade brasileira tendo a educação como meio de formar os futuros cidadãos da pátria. Os intelectuais tomaram a Europa como modelo, “como a verdadeira e única tábua de salvação”⁵⁰ para almejar um futuro promissor para o Brasil. Suas ideias povoadas pelo “sentido de modernização”⁵¹ exigiam “a atualização da sociedade com o modo de vida promanado da Europa, a modernização das estruturas da nação, com a sua devida integração na grande unidade internacional e a elevação do nível cultural e material da população”⁵².

Nesse sentido, nosso objetivo neste tópico é discutir acerca do envolvimento do “universo letrado” no Ceará com as questões educacionais, atentando para como a educação esteve inserida no debate acerca da modernização da Província e foi considerada meio fundamental para alcançar o progresso material e moral, num momento em que a estrutura político-social do país era marcada pelos conflitos entre o Estado Imperial e a Igreja; e a capital cearense experimentava um “sentido de progresso”. Essas questões passavam também pelos debates em torno da secularização e laicização do ensino público, bem como o que deveria ser ensinado às crianças. Nosso foco, portanto, é neste momento pensar a educação para além do órgão Instrução Pública Primária.

O estabelecimento de medidas na esfera social para sanar a imagem de atraso na Província passou a compor os debates nos círculos políticos e letrados nas últimas décadas do século XIX na capital cearense. Naquele momento, Fortaleza passava por um processo em que os interesses das elites política e intelectual estavam marcados pelo ideário progressista de civilização e modernidade, baseados no cosmopolitismo e em uma série de mudanças espaciais e comportamentais⁵³. Isso se dava pelo surgimento de casas comerciais e do comércio estabelecido com as nações industrializadas, bem como pelo reordenamento urbano, com a remodelação das praças, o alargamento das ruas e o disciplinamento dos espaços urbanos, que tinha como objetivo interferir não apenas na estrutura física da cidade, mas na forma como os sujeitos experimentavam aquele espaço.

⁵⁰ SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense, 1989, p. 78.

⁵¹ OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **A questão nacional na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense; Brasília: CNPq, 1990, p. 81

⁵² SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense, 1989, p. 79.

⁵³ PONTE, Sebastião Rogério. **Fortaleza Belle Époque: Reformas Urbanas e Controle Social (1860- 1930)**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1993.

No entanto, a capital da Província com a estiagem entre 1877-1879 contrastava da imagem de progresso e “sanidade” que as elites letradas procuravam construir. A vinda de flagelados do interior para encontrar sobrevivência na capital preocupava os grupos dominantes. Sinônimos de ignorância e doença, esses sujeitos representavam uma ameaça aos interesses de desenvolvimento do comércio, uma vez que era de suma importância manter a imagem do progresso urbano na cidade.

Do mesmo modo, a imagem de progresso que as elites ilustradas procuravam construir para a Província, destoava da própria estrutura político-social baseada no “mandonismo”, na “violência”, nas “relações de compadrio” alimentadas pelos setores tradicionais⁵⁴. Desse modo, essa elite letrada por meio de seu saber, baseado em leituras e teorias eurocêntricas, tinha o objetivo de fazer com que a capital cearense “experimentasse o sentido de progresso”⁵⁵ fundamentado na leitura cientificista que faziam de sua realidade política, social e econômica.

Em meio as imagens de progresso e de “realidade” da capital cearense no plano político-social, observa-se também as ações do catolicismo ultramontano caracterizadas pelo fortalecimento do poder dos bispos sobre as igrejas locais, a moralização do clero, o aumento do quadro eclesiástico por meio da formação nos seminários, a importação de ordens religiosas, a eliminação ou ajustamento das irmandades que estavam sob o controle do laicato, bem como o afastamento do clero de funções laicas. Nesse sentido, os “bispos reformadores”⁵⁶, aqui compreende-se como aqueles que almejavam a um maior direcionamento da Igreja ao Pontífice Romano, davam ênfase a vida sacramental e a um maior controle sob o clero e viam com desconfiança o “catolicismo tradicional”, marcadamente devocional. A fim de aproximar a Igreja no Brasil com a Santa Sé, esses bispos

⁵⁴ CARDOSO, Gleudson Passos. **As repúblicas das letras cearenses: literatura, imprensa e política** (1873-1904). Dissertação (Mestrado em História Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2000, p. 104.

⁵⁵ *Ibid.*, p. 53.

⁵⁶ De acordo com Tiago Adão Lara (1988, p. 32) os bispos reformadores irão empreender a tarefa de “tornar atuante no Brasil o espírito eclesiástico do Concílio de Trento, vale dizer, recuperar a consciência da originalidade da Igreja como instituição, em confronto com um Estado, que ingeria em tudo e decidia quase tudo, na Igreja, armado como estava das prerrogativas do padroado”. Os bispos irão se voltar para o pontífice romano proclamando-o “princípio da unidade eclesiástica, para além das fronteiras dos Estados Nacionais” e se esforçarão para a formação de um clero “livre de compromissos políticos, imbuído de adesão à Igreja e não, primordialmente, a uma causa nacional, como era fácil de se ver, na primeira metade do século XIX”. Segundo o mesmo autor “a reforma que iria produzir frutos reais, ampliando-se numa cadeia crescente, teve início modesto no Pará, na pessoa de Dom Romualdo de Souza Coelho (1819-1841), que criou um círculo de influências do qual saíam, entre outros, seu sobrinho D. Romualdo Antônio de Seixas, arcebispo da Bahia (1827-1860) e Dom Marcos Antônio de Souza, bispo do Maranhão (1827-1842)”. (LARA, 1988, p. 31). Para mais informações ver: LARA, Tiago Adão. **O Tradicionalismo católico em Pernambuco**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 1988.

empreenderam uma série de ações e medidas⁵⁷ e “delimitarão a Igreja como o escudo da tradição contra o secularismo”⁵⁸.

A instrução a essas camadas com a criação de casas e orfanatos voltados para o assistencialismo e para a instrução de crianças pobres e órfãs, visando manter a ordem, a disciplina e o afastamento dos maus hábitos, traduziu-se, na segunda metade do século XIX, na Província do Ceará, na fundação de espaços como a Escola de Educandos e Artífices e no acolhimento de moças pobres e órfãs pelo Colégio da Imaculada Conceição. Desse modo, a família também será alvo do discurso modernizador dos setores dirigentes locais, o papel desta na educação de seus filhos será fortemente discutido na Câmara dos Deputados e na Assembleia Provincial.

Nesse momento, tanto liberais quanto ultramontanos focavam seus discursos na disciplina, na moral e nos bons costumes como medidas imprescindíveis para se obter o desenvolvimento e progresso tão almejados. Assim, tanto o clero ultramontano quanto os projetos liberais compartilharam, em diversos momentos, dos mesmos parâmetros para construir seu discurso de modernização. Tais discursos não foram pautados apenas em antagonismos ou divergências, pois as convergências também se fizeram presentes. Dessa maneira, os discursos das posições que defendiam os projetos liberais várias vezes se utilizaram de valores religiosos, de tradições e costumes adquiridos no seio da própria Igreja e salientaram em diversos momentos a importância da formação moral ministrada pelos clérigos nos sermões, seminários e catecismos para inserir o país nos rumos da civilização e do progresso.

Na segunda metade do século XIX, na esteira da moralidade, a Igreja vai se afirmando como instituição imprescindível na marcha rumo ao alcance dos modos do mundo civilizado. Construindo uma ideia de modernidade e civilização pautada na moralidade do clero e dos fiéis, utilizou de diversos artifícios, dentre eles, a influência que exercia na vida dos sujeitos para direcionar práticas e reafirmar o seu papel na construção da ordem, se colocando como a melhor instituição incumbida para esta tarefa. Era, portanto, uma

⁵⁷ Vários bispos pertencentes ao “catolicismo ultramontano” no século XIX na tentativa de aproximar a Igreja a Santa Sé empreenderam uma série de ações conhecida como Romanização. De acordo com Sérgio Miceli em seu significativo trabalho acerca da elite eclesiástica brasileira essa “política de reformas” foi um período de “construção institucional” da Igreja Católica no Brasil, na qual procurou organizar sua estrutura eclesiástica de acordo com as diretrizes e empreendimentos vindos de Roma tendo ainda, nesse momento, de enfrentar os “desafios organizacionais e condicionantes políticos da sociedade brasileira”. Para mais informações ver: MICELI, Sérgio. **A Elite Eclesiástica Brasileira**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1985, p. 32.

⁵⁸ NEVES, Fernando Arthur de Freitas. **Solidariedade e conflito: estado liberal e nação católica no Pará sob o pastorado de Dom Macedo Costa (1862-1889)**. Tese (Doutorado em História Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2009, p. 18.

modernização onde a Igreja não estaria de fora, nem ficaria de lado, mas agiria como partícipe fundamental.

Nesse sentido, o clero ultramontano não se opôs ao progresso material, e, nos anos finais do Império, defendeu que na construção do progresso o Estado e a sociedade “não considerassem como o ideal de civilização, o subtrair-se sistematicamente a parte dirigente de um Estado a todo influxo da ideia religiosa”⁵⁹. Defendia, portanto, que deveria ser reservado assento à Igreja junto ao setor político-administrativo que dirigia o Estado, sendo o catolicismo a religião oficial do país ou, pelo menos, que o novo regime que se desenhava fosse uma república confessional⁶⁰.

Nessa direção, é fundamental desenhar o quadro que originou os conflitos entre o Estado Imperial e a Igreja Católica no século XIX.

Durante o Império, Estado e Igreja estavam fortemente ligados pelos laços de subserviência de ambas as partes. Essa relação era representada pelo Padroado onde a Igreja Católica era “constrangida a tolerar, a permitir em assuntos de sua estrita competência a ingerência do Estado”⁶¹. O catolicismo, religião oficial do Império, devia obediência ao Estado Imperial em retribuição às necessidades financeiras e materiais providas por este, por meio do regime do Padroado.

Através do Padroado as bulas papais estavam sujeitas ao crivo da Coroa. Por meio do Beneplácito ou Placet o imperador dava o consentimento à circulação de bulas e encíclicas. No entanto, o clero ultramontano não via legitimidade na aplicação do Placet⁶². Desse modo, proibir a participação de maçons nas irmandades religiosas, por exemplo, fato que ocorreu com frequência nesse momento, não era tarefa de responsabilidade da Igreja, mas do Imperador.

O controle sobre o clero, as irmandades religiosas e associações leigas constituía item da lista de preocupações dos “bispos reformadores”. É necessário, porém, relativizar que a ideia de reforma, como discute Tiago Adão Lara, não estava relacionada a um possível compromisso de renovação sócio-política ou mesmo cultural⁶³. Segundo o autor, as vozes

⁵⁹ RIBEIRO, Emanuela Souza. **Igreja Católica e Modernidade no Maranhão, 1889-1922**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003, p. 59.

⁶⁰ *Ibid.*

⁶¹ MONTENEGRO, João Alfredo de Sousa. **O Trono e o altar: as vicissitudes do Tradicionalismo no Ceará (1817-1978)**. Fortaleza, BNB, 1992, p. 75.

⁶² REIS, Edilberto Cavalcante. O Episcopado brasileiro e a acolhida dos ensinamentos políticos e sociais dos papas na República do Brasil (1889-1890). **Revista Historiar** -Universidade Estadual Vale do Acaraú – v.3. n. 3 (jul./dez. 2010). Sobral-CE: UVA, 2010. ISSN 2176-3267 [www.uvanet.br/revistahistoriar], p. 71.

⁶³ LARA, Tiago Adão. **O Tradicionalismo católico em Pernambuco**. Recife, Fundação Joaquim Nabuco. Editora: Massangana, 1988, p. 33.

vindas da Igreja que denunciaram injustiças para com as classes menos favorecidas, por exemplo, se fizeram presentes. Contudo, na maioria das vezes o compromisso da Igreja com estas classes não ia além do trabalho assistencialista, do discurso de consolação cheio de promessas de vida eterna. Por outro lado, para com as elites, a educação de seus filhos nos colégios regidos por religiosos, no fundo, ia na esteira de educar para a manutenção do *status quo*.

O clero ultramontano objetivava, sobretudo, uma maior autonomia da Igreja frente ao Estado Imperial e uma aproximação com a Santa Sé. Reivindicava-se uma maior liberdade para a Igreja, porém com a “reafirmação veemente do papel da Igreja na história da humanidade, na vida dos povos e na techedura mesmo da instituição política”⁶⁴.

É válido mencionar que na década de 1870 os conflitos entre o Estado Imperial e a Igreja Católica se tornaram mais intensos com a declaração do dogma da infalibilidade papal. Desde a década de 1840 a Igreja Católica no Brasil havia dado início “a um processo de renovação que implicava a tomada de consciência da originalidade e independência de suas instituições”⁶⁵. Nesse momento, na Europa, “as investidas da civilização racionalista pareciam querer decretar a falência da religião”⁶⁶. Assim, a decretação da infalibilidade pontifícia se inscreve nesse processo de fortificação das estruturas de poder da Igreja e de respostas a investida liberal. Os bispos brasileiros, objetivando fugir do controle do Estado, voltam-se para Roma, concebendo a autoridade infalível do Pontífice Romano em matéria de fé, moral, costumes e disciplina.

No interior da Igreja, nesse momento, havia defesas por parte, sobretudo, dos “bispos reformadores” em centralizar o poder da Igreja no Brasil, integrando suas ações a Santa Sé. No entanto, pleiteava-se uma “separação harmoniosa” com “cada um desses poderes se mantendo dentro do círculo de suas principais atribuições, sem invadir as do outro”⁶⁷. Os “bispos reformadores”, procurando integrar suas ações às ordens da Santa Sé, entravam em conflito com o Estado, pois as atividades eclesiais estavam sujeitas ao crivo das autoridades públicas, como vimos anteriormente.

Nesse momento, a ligação entre o Estado e a Igreja por meio do Padroado foi abalada pela junção de várias questões. O desenvolvimento do ultramontanismo, as suas

⁶⁴ LARA, Tiago Adão. **O Tradicionalismo católico em Pernambuco**. Recife, Fundação Joaquim Nabuco. Editora: Massangana, 1988, p. 32.

⁶⁵ *Ibid.*, p. 91.

⁶⁶ *Ibid.*

⁶⁷ PEREIRA, Nilo. **Conflitos entre a Igreja e o Estado no Brasil**. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1970, p. 38.

reverberações entre membros da hierarquia eclesiástica no Brasil e as reações excessivas do governo imperial resultaram na *Questão Religiosa de 1874*⁶⁸.

O auge do conflito entre o Estado e a Igreja na década de 1870 se deu com a condenação dos bispos do Pará e de Pernambuco, Dom Antônio de Macedo Costa e D. Vital Lima, respectivamente. Os prelados “foram condenados à prisão por não levantarem o interdito imposto à Ordem Terceira do Carmo, conforme determinação do imperador”⁶⁹. Essa ação “lesava a autoridade do imperador sobre os assuntos religiosos, até então de alçada do poder civil”⁷⁰. Desse modo, a intervenção dos bispos do Pará e de Pernambuco nas irmandades de sua diocese por meio da aplicação de bulas e encíclicas papais contra a Maçonaria sem ter passado pelo beneplácito régio, em linhas gerais, pelo crivo do Estado Imperial, foram considerados ilegais por parte do governo. Este conflito ganhou ainda mais força com a questão dos registros civis, do casamento civil, da secularização dos cemitérios e das tentativas de retirar o ensino religioso da Instrução Pública.

A Igreja Católica se via diante de novas demandas. Os debates na imprensa, por exemplo, eram frutos de como a Igreja convivia com as mudanças que se processavam na estrutura política, social e econômica do país. Segundo João Alfredo Montenegro, “a questão religiosa expusera o pano de fundo do grande conflito entre as duas concepções de mundo: a do ultramontanismo, com amostragem sobrenaturalista e moralista, e o laicismo, refletindo-se nas variadas posturas liberais, naturalistas”⁷¹. Desse modo, os ultramontanos por meio de suas ações tentavam frear as investidas do mundo moderno na estrutura político-social representadas pelo liberalismo, positivismo, cientificismo e racionalismo.

Para Roque Spencer de Barros, a “questão religiosa” culminou na luta entre a mentalidade católico-conservadora e o espírito laico, liberal. No Brasil, caracterizou-se pelo “esforço de definição do catolicismo diante da civilização moderna, que dispensava os seus

⁶⁸ REIS, Edilberto Cavalcante. O Episcopado brasileiro e a acolhida dos ensinamentos políticos e sociais dos papas na República do Brasil (1889-1890). *Revista Historiar* -Universidade Estadual Vale do Acaraú – v.3. n. 3 (jul./dez. 2010). Sobral-CE: UVA, 2010. ISSN 2176-3267 [www.uvanet.br/revistahistoriar], p. 74.

⁶⁹ NEVES, Fernando Arthur de Freitas. **Solidariedade e conflito:** estado liberal e nação católica no Pará sob o pastorado de Dom Macedo Costa (1862-1889). Tese (Doutorado em História Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2009, p. 15.

⁷⁰ *Ibid.*

⁷¹ MONTENEGRO, João Alfredo Sousa. Rocha Lima: a obra e a época. *Revista Brasileira de Filosofia*, vol. XVIII, Fasc. 110, São Paulo, 1978, p. 134 *apud* CORDEIRO, Maria Celeste M. **Antigos e modernos:** progressismo e reação tradicionalista no Ceará Provincial. Tese (Doutorado em Sociologia). Departamento de Ciências Sociais e Filosofia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Ceará, 1997, p. 67

serviços; esforço aquele necessário para a sobrevivência da religião de Pedro, perplexa diante de um mundo hostil que a declarava superada”⁷².

De acordo com Berenice Abreu, a segunda metade do século XIX foi “um período em que a postura da Maçonaria ia mais diretamente contra os interesses da Igreja Católica, provocando um intenso conflito entre essas duas instituições”⁷³. Foi na década de 1870 que se acirrou a participação dos maçons na esteira do ideário liberal ilustrado e na crítica ao conservadorismo católico⁷⁴.

Por outro lado, na segunda metade do século XIX, no Ceará, não era rara a presença de clérigos na Maçonaria, ou arvorando a bandeira do liberalismo. Assim, não se pode identificar à Igreja somente a mentalidade católico-conservadora em contraposição às investidas do “mundo moderno” representadas pelo liberalismo, cientificismo e racionalismo. Compreendendo que a Igreja não constituía um grupo monolítico e que os sujeitos ocupavam diferentes lugares em sua hierarquia e defendiam diferentes concepções e posições de pensamentos, as ideias a favor e em defesa dos ideais liberais por parte de clérigos também se fizeram presentes. A Igreja, portanto, também teve de conviver com as investidas do liberalismo no interior de seu próprio seio⁷⁵.

Os liberais no país voltaram-se para as questões políticas e jurídicas mais do que propriamente para os aspectos econômicos e sociais⁷⁶. Se empenharam, portanto, na defesa do ensino laico, do fim da instrução religiosa no currículo da instrução pública primária, da liberdade de consciência e da abolição da escravatura. Para Berenice Abreu, a mentalidade liberal que guiava suas ideias estava baseada na crença de que somente por meio de “reformas jurídico/legais certas liberdades e igualdades sociais” seriam garantidas, assim como também estava baseada na defesa da ciência e do conhecimento científico como caminhos seguros para a construção da civilização e do progresso⁷⁷.

Na Província do Ceará, em diversos momentos, essas defesas foram feitas sem necessariamente negar a fé católica. Isso, porque a maioria dos brasileiros no período imperial

⁷² BARROS, Roque Spencer Maciel de. **A ilustração brasileira e a idéia de universidade**. São Paulo: Editora Convívio, Edusp-Editora da Universidade de São Paulo, 1986, p. 29.

⁷³ ABREU, Berenice. **Intrépidos romeiros do progresso: maçons cearenses no Império**. Fortaleza: Museu do Ceará: Secult, 2009, p. 12.

⁷⁴ *Ibid.*, p. 12.

⁷⁵ NEVES, Fernando Arthur de Freitas. **Solidariedade e conflito: estado liberal e nação católica no Pará sob o pastorado de Dom Macedo Costa (1862-1889)**. Tese (Doutorado em História Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2009, p. 16.

⁷⁶ BARROS, Roque Spencer Maciel de. **A ilustração brasileira e a idéia de universidade**. São Paulo: Editora Convívio, Edusp-Editora da Universidade de São Paulo, 1986, p. 81 e 82.

⁷⁷ ABREU, Berenice. **Intrépidos romeiros do progresso: maçons cearenses no Império**. Fortaleza: Museu do Ceará: Secult, 2009, p. 26 *apud* BARROS, Roque Spencer Maciel de. **A ilustração brasileira e a idéia de universidade**. São Paulo: Editora Convívio, Edusp-Editora da Universidade de São Paulo, 1986.

se declaravam católicos, embora não pudessem ser “enquadrados” como católicos na “acepção exata do termo”, isto é, como sujeitos que “levavam a peito as prerrogativas da Igreja, protestando contra as invasões do Estado no domínio espiritual, ou, por outro lado, pretendendo ampliar a jurisdição daquela sobre o domínio temporal deste”⁷⁸. Tal questão, tanto para as classes populares, que vivenciavam um sincretismo religioso, quanto para boa parte do clero e para as camadas cultas, estava relacionada mais a uma adesão aos aspectos rituais e de culto do que com uma defesa e uma vivência das questões relativas à doutrina cristã católica⁷⁹. Suas ações eram guiadas, portanto, mais por suas próprias opiniões e convicções do que pela doutrina e ensinamentos da Igreja⁸⁰.

Na imprensa católica os clérigos divulgavam que era objetivo da Igreja ordenar a sociedade civil segundo os preceitos da Santa Sé. De acordo com Tiago Adão Lara, os católicos, nesse momento, “unem-se em torno do Romano Pontífice, quase como que num movimento instintivo de procura de maior coesão interna, a fim de enfrentarem os embates de um mundo em convulsão”⁸¹.

Na década de 1870, na Província, integrantes da Igreja Católica, principalmente padres, anunciavam, especialmente por meio da imprensa, suas concepções acerca das mudanças advindas com o século XIX consideradas prejudiciais ao progresso do país. Foi por meio, sobretudo, de jornais, de livros, dos debates na Assembleia Provincial e na Câmara dos Deputados, das cátedras e dos círculos intelectuais que a reação católica-conservadora se fez contra as ideias liberais e cientificistas, contra os discursos modernizantes de tais concepções⁸².

No período imperial, o lugar ocupado pela Igreja Católica na vida social dos sujeitos (os cemitérios, o casamento, o registro de nascimento) e as novas demandas de secularização das instituições civis provocaram conflitos entre a autoridade da Igreja, a qual se dizia legitimada pelo poder divino, e as mudanças que se tentavam operar no seio da sociedade com o progresso e a civilização inscritos nos ideais de maior liberdade ante as prerrogativas da Igreja. Dentro desse quadro, muitos representantes do clero emanaram

⁷⁸ BARROS, Roque Spencer Maciel de. Vida Religiosa. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. (Org.) **História Geral da Civilização Brasileira**. Tomo II, Vol. 4. São Paulo: DIFEL, 1971, p. 324.

⁷⁹ ABREU, Berenice. *Op. Cit.*, p. 23.

⁸⁰ BARROS, Roque Spencer Maciel de. *Op. Cit.*, 1971, p. 323.

⁸¹ LARA, Tiago Adão. **O Tradicionalismo católico em Pernambuco**. Recife, Fundação Joaquim Nabuco. Editora: Massangana, 1988, p. 31.

⁸² BARROS, Roque Spencer Maciel de. **A ilustração brasileira e a idéia de universidade**. São Paulo: Editora Convivio, Edusp-Editora da Universidade de São Paulo, 1986, p. 33.

críticas a esse progresso, que segundo o “conservadorismo” católico, objetivava destruir as tradições e costumes construídos pela Igreja.

Para Roque Spencer de Barros, “o laicismo, do estado, da educação, da cultura, da vida, é o ponto fundamental do esforço *moderno* do século XIX, seja dos liberais, seja dos cientificistas”⁸³. Muitos representantes do clero ultramontano fizeram oposição às novas formas de compreensão da vida que de alguma forma iam de encontro aos dogmas pregados pela Igreja. Por esse motivo, não era rara na imprensa a designação “conservadorismo-católico” para identificar tais posições.

No Ceará, exemplo bastante elucidativo concernente às críticas ao progresso secularizante e laicista foi o livro do Padre João Scaligero Augusto Maravalho⁸⁴, importante figura do meio eclesiástico na Província, que ao escrever em jornais como a *Tribuna Católica* e a *Constituição* nesse período, produziu um livro intitulado *O seculo actual e o dogma da infallibilidade ou as questões do dia*⁸⁵, o qual foi publicado em 1871 na Tipografia Constitucional no Ceará. Nesse momento, a produção literária foi instrumento pelo qual as elites letradas apresentaram os meios de acesso para “doutrinar a sociedade segundo as suas premissas teóricas”⁸⁶. Esta tarefa foi concretizada na própria produção literária em vias editoriais⁸⁷. Desse modo, o padre Maravalho, discutindo sobre os ocorridos no Concílio Vaticano I (1869-1870), cujo tema central era a infalibilidade da Igreja como manifestação da autoridade soberana do bispo de Roma, sentenciou o seguinte:

No correr do século XIX, já tendo passado mais de meio d’este século tão descontado, d’este século das luzes e das liberdades, e com effeito o merece ser; porque todos desejam e buscam as luzes e a liberdade. Mas tal contrariedade: estão todos no século das trevas, no século das descrenças em medida que há este adiantamento material retrograda-se, despreza-se a religião, o que verdadeiramente ilustra o homem.

⁸³ BARROS, Roque Spencer Maciel de. **A ilustração brasileira e a idéia de universidade**. São Paulo: Editora Convivio, Edusp-Editora da Universidade de São Paulo, 1986, p. 22.

⁸⁴ João Scaligero Augusto Maravalho estudou e ordenou-se no Seminário de Fortaleza em 1869 onde foi professor. Foi Pároco no Quixadá em 1873. No Sul foi professor em diversos colégios no Rio de Janeiro e também no Seminário de Porto Alegre. Na imprensa fundou a Estrella no Rio de Janeiro durante a revolta contra o Marechal Floriano Peixoto. Foi redator-chefe do Apostolo por 14 anos. Escreveu também em vários jornais do Ceará como a Tribuna Católica e a Constituição. Publicou livros como “O Companheiro Fiel do Christão ou repertorio de orações úteis ao christão” (1872) e “O Século actual e o Dogma da Infallibilidade, publicados em (1871). Fonte: **Dicionário Bio-bibliográfico Cearense pelo Dr. Guilherme Studart** (Barão de Studart). Fortaleza: Typo-Lithographia a Vapor, 1910.

⁸⁵ MARAVALHO, João Scaligero Augusto. **O seculo atual e o dogma da infallibilidade ou as questões do dia**. Ceará: Typographia Contitucional, 1871. (Acervo da Biblioteca Menezes Pimentel, Obras Raras/Ceará, 262.72 M 298s)

⁸⁶ CARDOSO, Gleudson Passos. **As repúblicas das letras cearenses: literatura, imprensa e política (1873-1904)**. São Paulo: Dissertação (Mestrado em História Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2000, p. 116.

⁸⁷ *Ibid.*

[...]

A sciencia e a verdade é a luz do espírito do homem e sendo o princípio da sabedoria o temor de Deus a mesma verdade; só pode haver verdadeiro progresso e perfeita sciencia na religião; e não procurando n'ella a verdade e luz, só encontraremos o erro e as trevas porque só J. Christo é o caminho, a verdade e a vida⁸⁸.

“Trevas”, “descrença” e “ímpiedade” foram palavras utilizadas com frequência pelo clero católico para identificar o século em que viviam. Para o padre Maravalho, mesmo com o progresso material, o país passava por um movimento retrógrado, pois a religião, tida como aquilo que verdadeiramente ilustrava o homem, era “desprezada”. Na sua opinião, o progresso pregado pelos que criticavam a infalibilidade do Pontífice de Roma não levaria a um futuro promissor, pois o “grande desenvolvimento” na indústria e a difusão da ciência fazia com que o homem se afastasse do seu “criador”, esquecesse de sua origem e de seu último fim. Pregando que fora da religião não haveria verdadeiro progresso e ciência, as ideias do padre Maravalho eram reflexos das ações de representantes da Igreja frente às críticas ao “conservadorismo católico” vindas, principalmente, dos que defendiam uma maior liberdade ante as prerrogativas da Igreja.

Naquele momento, tanto a Igreja quanto as posições liberais e científicas tentavam construir um discurso de modernização para a Província. Cada uma trazia um ideal de civilidade, que convergia em determinados pontos e divergia em outros. As diferenças estavam nas concepções, nas formas e quem trataria de colocar em prática tais projetos.

Nos pronunciamentos do bispo do Ceará, por meio de suas Cartas Pastorais e da imprensa diocesana através do jornal *Tribuna Católica*, a religião e a civilização eram apregoadas como fundamentais para o progresso material e moral do país. A civilização e a religião constituíram, portanto, dois aspectos consagrados pelo bispo ao longo da escrita de suas Pastorais. A Igreja trazia um ideal de civilidade, de progresso e de ordem coerentes com os princípios do catolicismo ultramontano, baseados nas encíclicas papais, nos ensinamentos da Santa Sé. Os discursos dos clérigos estavam pautados na ideia de que o caminho para a construção da civilização seria por meio da Religião. Ainda de acordo com o padre Maravalho:

Não é a religião por ventura que tem civilizado o mundo, tirado-o da barbaria; e elevado o homem a dignidade de que goza fazendo conhecer seu princípio e seu fim sublime e último? Uma prova de que ignoram a religião e que instruídos nas sciencias naturaes e dados sómente à litteratura composta de princípios que

⁸⁸ MARAVALHO, João Scaligero Augusto. **O seculo atual e o dogma da infallibilidade ou as questões do dia**. Ceará: Typographia Contitucional, 1871, p. 5.

estragando o gosto destroem a religião; se entregam á impiedade, ás idéias livres do século que desenvolvidas por uma eloquência facil e um palavriado bombástico e um floriado agradável aos ouvidos arrastam após si almas ignorantes.⁸⁹

Observa-se que as ideias discutidas pelo Padre Maravalho são frutos do conflito entre as posturas científicista e “tradicionalista-católica”⁹⁰ na segunda metade do século XIX. Neste ponto, a ideia de que a moralidade dos costumes estava sendo abalada pelo ensinamento de doutrinas contrárias à religião era frequente nos discursos do clero. Para o referido padre o século XIX era sem dúvida o século da ciência e dos “altos conhecimentos materiais”, mas segundo ele, em matéria de religião, o país estava cada vez mais ignorante.

A partir da chamada “geração 1870”, “expressa tanto em escritos quanto em formas de ação”⁹¹, novas ideias de cunho científicista invadiram o país e se chocaram com o “tradicionalismo” da Igreja Católica; isso porque, o movimento intelectual que representou esta geração “recorreu a componentes do repertório da política científica e a tradição nacional em busca de instrumentos de crítica intelectual e de formas de ação política para combater as instituições, práticas e valores essenciais da ordem imperial”⁹². Pregando a ciência como meio fundamental para a “salvação” da nação brasileira, no Ceará, a Academia Francesa foi o “principal expoente dessa geração”⁹³.

A Academia Francesa, que representou as ideias científicistas, evolucionistas e positivistas na Província, foi fundada em 1872, segundo parâmetros europeus, “com práticas políticas e intelectuais que se contrapuseram à estrutura político-institucional do país no final do império”⁹⁴. Os seus integrantes criaram em 1874 a Escola Popular para ministrar aulas gratuitas a “operários”,⁹⁵ em que funcionava um curso de primeiras letras, língua nacional,

⁸⁹ MARAVALHO, João Scaligero Augusto. **O seculo atual e o dogma da infallibilidade ou as questões do dia**. Ceará: Typographia Contitucional, 1871, p. 21.

⁹⁰ Ao utilizar o termo “tradicionalista” estamos nos referindo aos seguintes aspectos presentes na postura filosófica e política de representantes da Igreja Católica no século XIX: “a razão humana não é a única fonte dos valores humanos, pois há verdades que superam a capacidade da razão humana, quer porque essas verdades superiores são imutáveis, não podem estar sujeitos à crítica racional”; “a tradição, a história e o passado têm um valor incontestável de superioridade sobre o presente, a razão e o novo”; “o apelo à moralidade, à reforma moral sendo a Igreja a instituição à qual compete ser a grande dinamizadora dessa reforma”; “repúdio a proposta liberal de uma ordem social leiga, mesmo aquela dos liberais católicos, que defendiam a *Igreja livre do Estado livre*. Para os tradicionalistas, o regime viável era o da união entre Igreja e Estado”. (LARA, 1988, p. 65-142)

⁹¹ ALONSO, Angela. **Ideias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império**. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p. 35.

⁹² *Ibid.*, p. 45.

⁹³ CARDOSO, Gleudson Passos. **As repúblicas das letras cearenses: literatura, imprensa e política (1873-1904)**. Dissertação (Mestrado em História Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2000, p. 57.

⁹⁴ *Ibid.*, p. 93.

⁹⁵ De acordo com Gleudson Passos Cardoso é bem provável que os frequentadores da Escola Popular não fossem pessoas simples, operários ou populares, mas cidadãos “de bom grado” pertencentes às elites de Fortaleza. O autor se baseou na publicação do dia 9 de junho de 1874 do *Fraternidade* para levantar esta questão. Neste dia o

francês, aritmética, geografia e história⁹⁶. Além das aulas, havia as conferências onde eram estudados temas sociais, religiosos, filosóficos, históricos, crítica literária e outros assuntos⁹⁷. Desse modo, os usos que os membros da Academia Francesa fizeram da Escola Popular estava relacionado à construção de um espaço de saber e poder que tinha a educação como eixo civilizatório. Assim como as aulas, as conferências ministradas serviram como instrumento político que legitimava a ação desses sujeitos como elaboradores e difusores de ideais e anseios civilizatórios.

De acordo com Gleudson Passos Cardoso, a religião foi assunto discutido com frequência nas conferências da Escola Popular. A conferência proferida por Xilderico Araripe de Faria sobre liberdade religiosa em 14 de junho de 1874 e publicada nos dias 19 e 30 de junho no *Fraternidade*, lançava críticas ao Padroado, ao sistema de trocas de direitos e prerrogativas entre o Estado e a Igreja, sendo este sistema considerado a causa da anarquia e da desordem em que vivia o país⁹⁸. Para Xilderico, as tentativas dos bispos e padres de pôr obstáculos à ação do poder civil, o qual invadia o direito episcopal de infligir censuras e penas eclesiásticas, representavam aspectos que contribuíam na desarmonia entre o *trono* e o *altar*.

referido jornal publicou o seguinte: “Conferência – Quinta-feira, 4 do corrente, realizou-se no salão da Escola Popular, a conferência do nosso ilustrado e inteligente Ir. Dr. Manoel Quintiliano da Silva. O auditorio numeroso e contando em seu seio as pessoas mais gradas desta cidade, ouviu com a mais profunda e religiosa atenção á palavra de luz do prolector e retirou-se nada tendo a desejar de uma intelligencia orvalhada pelo estudo, fortificada por convicções profundas e empregnada da fé sacrossancta de uma regeneração social. O dia 4 de junho tornar-se-há legendario em nossa história, pois neste dia a nossa população dispertou dos clarões radiantes de uma aurora nova, que trazia em seus véos o orvalho vivificante de uma esperança, capaz de alimentar o espirito humano, em sua lucta gloriosa contra as emboscadas do jesuitismo”. Para mais informações ver: *Ibid.*, p. 67.

⁹⁶ AZEVEDO, Sânzio de. **A Academia Francesa do Ceará (1873-1875)**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 1971, p.8.

⁹⁷ Segundo Sânzio de Azevedo (1871, p. 8), na Escola Popular proferiram conferências não só Thomás Pompeu (“Soberania Popular”), Araripe Junior (“O Papado”) e Amaro Cavalcante (“Religião”), mas também Manuel Quitiliano da Silva, que falou sobre “A Escola”, Henrique Théberge, sobre “Geognose da Terra”, José Castelões Filho, sobre “Educação na Família”, e Francisco Borges da Silva, sobre “A Eletricidade e Seus Efeitos”. Para Berenice Abreu (2009, p. 131) apesar de não ser possível confirmar se a Maçonaria cearense financiou a criação e permanência até 1875 da Escola Popular, “o engajamento direto de maçons e o debate entre o jornal maçom e o católico” evidenciam a identificação da Escola Popular com a proposta maçônica de educação onde esta era considerada a base para a regeneração dos costumes. Para mais informações ver: *Ibid.*; ABREU, Berenice. **Intrépidos romeiros do progresso: maçons cearenses no Império**. Fortaleza: Museu do Ceará: Secult, 2009, p. 12.

⁹⁸ A seguinte passagem da conferência de Xilderico de Faria permite-nos compreender as críticas feitas às relações entre o Estado e a Igreja: “Qual foi a consequência deste systema, dessa troca de direitos e prerrogativas que cada um dos poderes cedeu ao outro? Foi o que estamos vendo: de um lado bispos e padres a quererem por óbices a acção do poder civil, a invadirem a órbita dos direitos do cidadão, a levantarem no pais uma crusada contra os poderes legalmente constituídos; de outro lado, o poder civil invadindo o direito episcopal de inflinger censuras e penas eclesiásticas, o juiz de direito levantando interdictos de irmandades, a política arrastando bispos a barra dos tribunais civis, os princípios da egreja condemnados á penas de prisão com trabalhos! O que estamos vendo meus senhores é a anarchia, a perturbação das consciências”. (“Conferencia do Dr. Xilderico A. de Farias (conclusão)”. *Fraternidade*, 30 de junho de 1874, Seção Escola Popular, n. 32, p. 2, 1 col.)

Segundo Xilderico de Faria, a solução para tal problema seria a “liberdade da Igreja”. “Demos liberdade a Egreja, meos senhores; façamos mais demos liberdade a todas as egrejas”⁹⁹. Dessa forma, a liberdade religiosa seria caminho para os sujeitos emanciparem suas consciências dos poderes tradicionais e, ao mesmo tempo, para a sociedade lançar-se nos rumos do progresso, sendo necessário romper com os grilhões da intolerância religiosa. Em sua conferência foi dito o seguinte:

Nós precisamos de imigração. Nós dizemos ao estrangeiro: “Vem. Aqui ha vastos e feracíssimos campos, que para transformarem-se em riquíssimos celeiros precisam apenas de baga de suor que goteja da fronte de homem que trabalha. Aqui há florestas immensas que para transformarem-se em magníficas cidades precisam apenas do golpe do machado e da picareta. Aqui há um céu puro, azul, infinito, transparente onde suspiram as aragens profundas do paraizo. Vem: aqui não há proletários, porque a terra – a eterna caridosa – nunca negou ao homem que trabalha a esmola do pão”¹⁰⁰.

“Nós dizemos isto. O estrangeiro contempla extasiado o quadro sublime das maravilhas intertropicaes; fita o olhar investigador na tela luminosa do nosso firmamento e responde-nos: “sim. Vosso paiz é um paiz de fadas. A luz, o ar, o Céu, o bosque, o rio, a estrella, o passarinho, tudo no Brazil tem ainda aquelle encanto que envolvia o universo nos primeiros dias da criação. La encontra-se tudo: mas lá o que não for catholico não encontra Deos. O Deos que eu adoro, o Deos que meos paes me ensinaram a venerar com todas as potencias do meo coração, as orações que minha mãe me ensinava, quando comecei a balbuciar o seo nome, não têm direito de cidade no vosso paiz.”¹⁰¹

A postura de Xilderico de Faria frente à importância da liberdade religiosa enfatizou, sobretudo, o desenvolvimento industrial e a necessidade de mão-de-obra livre na ordem capitalista que se construía no país. A liberdade religiosa seria aspecto que contribuiria na vinda de imigrantes, cujas experiências religiosas não eram representadas pelo catolicismo, religião oficial do Império.

Já falamos que membros da Academia Francesa colaboravam no *Fraternidade*, órgão da loja maçônica Liberdade Cearense, difundindo por meio deste jornal ideias positivistas e evolucionistas que circulavam no período. O *Fraternidade*, portanto, serviu como instrumento que tornou público ideias e anseios discutidos nos meios letrados e políticos como a Academia Francesa. Nesse sentido, veiculou a ideia de liberdade como imprescindível para um país que objetivava se inserir nos moldes da civilização.

Para Gleudson Passos Cardoso, a ideia de liberdade e emancipação dos valores tradicionais ajustava-se de forma bastante positiva aos interesses de mercado dos segmentos

⁹⁹ “Conferencia do Dr. Xilderico A. de Farias (conclusão)”. **Fraternidade**, 30 de junho de 1874, Seção Escola Popular, n. 32, p. 2, 3 col.

¹⁰⁰ *Ibid.*

¹⁰¹ *Ibid.*

emergentes da capital. A liberdade, que, ao mesmo tempo, não se restringia apenas à religiosa, estava associada também à liberdade para negociar, fazer investimentos e consumir. Assim, “a Academia Francesa surgiu num momento em que a estrutura tradicional se desestabilizava com o avanço da ordem capitalista”¹⁰².

Para os maçons, nas salas de aula, portanto, a construção do conhecimento deveria estar livre do jugo da intolerância religiosa e, para atender aos avanços que a Província e o país passavam, a educação das crianças deveria estar baseada no cientificismo e no respeito aos vários credos religiosos, no sentido de que designar uma religião como oficial e basear a educação das crianças nos princípios e valores desta, constituía uma afronta à liberdade de consciência dos sujeitos e da variedade de credos religiosos existentes no país.

Na década de 1880, os discursos de representantes da Igreja Católica no Ceará continuavam identificando o século em que viviam como um período de descrença e de dissolução dos costumes. No Primeiro Sínodo Diocesano Fortalezense¹⁰³ celebrado na Igreja Catedral nos dias 31 de janeiro a 2 de fevereiro de 1888, coordenado pelo bispo Dom Joaquim José Vieira, foram frequentes as afirmações de que “o padre é inimigo d’essas luzes falsas que a impiedade pretende accender, em detrimento da Santa Religião”¹⁰⁴.

Nesse momento, vários integrantes da Igreja Católica tanto clérigos quanto leigos se colocaram enquanto adversários das ideias liberais e cientificistas. Apegados às “tradições”, buscaram no Syllabus e no Concílio Vaticano identificar os “erros modernos” e os procedimentos necessários para intervir na sociedade e nos fatos ocorridos com as transformações em voga no século.

A mentalidade católica se viu obrigada a agir, a definir ações diante do empenho frequente dos que defendiam os ventos modernos da secularização, da liberdade religiosa e dos que procuravam explicar os fatos não mais submetidos aos dogmas e valores religiosos. O Sínodo se inscreve, portanto, nesse “projeto” da Igreja de frear as investidas do liberalismo,

¹⁰² CARDOSO, Gleudson Passos. **As repúblicas das letras cearenses: literatura, imprensa e política (1873-1904)**. Dissertação (Mestrado em História Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2000, p. 59.

¹⁰³ De acordo com Fernando Câmara (1997, p. 157-174) Dom Joaquim José Vieira observou depois de visitar pastoralmente sua diocese que era necessário elaborar um novo código de leis eclesiásticas para melhorar a administração do bispado e das paróquias. Desse modo, convocou todo o clero (84 sacerdotes, naquele momento) para um sínodo diocesano realizado nos dias 31 de janeiro, 1º e 2º de fevereiro de 1888 onde foi promulgado as “Disposições Sinodais do Ceará”, “um código de leis eclesiásticas dentro dos mais rígidos princípios canônicos que mereceu aplausos do episcopado brasileiro e da Cúria Romana”. Para mais informações ver: CÂMARA, Fernando. Dom Joaquim José Vieira e os oitenta anos de sua morte. **Revista do Instituto do Ceará**, Tomo. 91 (1997), p. 157-174.

¹⁰⁴ **Primeiro Synodo Diocesano Fortalixense celebrado na respectiva Egreja Cathedral nos dias 31 de janeiro, 1º e 2º de fevereiro de 1888**. Typografia Economica, Praça do Ferreira, nº 43, p. 11 e 12 (Acervo da Biblioteca Pública Menezes Pimentel, Obras Raras/Ceará, 262.5 V 657s, 1 ed. Ex. 1)

do cientificismo, do racionalismo, da laicidade e, ao mesmo tempo, de formar um clero e um laicato identificados com o “projeto” do catolicismo ultramontano. Nesse sentido, a educação das crianças na Província não ficou de fora das discussões no Sínodo.

Uma das questões discutidas foi a de que os párocos deveriam se ocupar “em suas instruções e sermões, de combater as más doutrinas e os erros que se tenham insinuado na parte do rebanho que lhes foi confiada [...]; a todos instruindo, avisando e dirigindo, como o caso por ventura exigir”¹⁰⁵. Aos párocos era dada a missão de ensinar o catecismo aos meninos e “pessoas rudes” e em suas pregações instruir os meninos e meninas, fazendo-lhes conhecer seus deveres para com Deus e seus pais, assim como os vícios que deveriam evitar e as virtudes que deveriam praticar.

Os párocos deveriam convocá-los ao som do sino da matriz aos domingos e dias santificados para aprenderem o catecismo. E quando não conseguissem reunir as crianças na igreja para o dito fim, deveriam ir às escolas públicas, dispondo antes para isso dos professores. Era recomendado também que criassem escolas de catecismo entre as “pessoas mais simples”.

Vê-se que na reunião do Sínodo Diocesano foram debatidos vários aspectos dos princípios vindos de Roma por meio das encíclicas papais no que concerne a doutrina cristã católica e sua importância na tarefa de impedir, segundo os representantes da Igreja, que os costumes fossem corrompidos sob os “especiosos nomes de civilização e liberdade”¹⁰⁶. É possível observar que o remédio para tamanho mal seria a educação cristã da “mocidade” que deveria começar desde os primeiros anos de idade no seio familiar.

Assim como no Sínodo Diocesano, nas Cartas Pastorais e na imprensa diocesana a educação dos pobres e dos órfãos foram temas frequentemente discutidos pelo clero católico. A Igreja, nesse momento, identificou a importância de educar as classes menos favorecidas e chamou a contribuição do Estado na execução desta tarefa. As aulas dominicais da catequese, tema discutido no Sínodo, se inscreveram no processo de sistematização de ações por parte da Igreja para a educação das crianças de acordo com os preceitos e normas do catolicismo ultramontano.

As tentativas de civilizar as almas com o intuito de colocar a Província nos rumos das mudanças que aconteciam, principalmente na Europa, nos países ditos “civilizados”,

¹⁰⁵ **Primeiro Synodo Diocesano Fortalixiense celebrado na respectiva Igreja Cathedral nos dias 31 de janeiro, 1º e 2º de fevereiro de 1888.** Typografia Economica, Praça do Ferreira, nº 43, p. 11 e 12 (Acervo da Biblioteca Pública Menezes Pimentel, Obras Raras/Ceará, 262.5 V 657s, 1 ed. Ex. 1)

¹⁰⁶ **Primeiro Synodo Diocesano Fortalixiense celebrado na respectiva Igreja Cathedral nos dias 31 de janeiro, 1º e 2º de fevereiro de 1888.** Typografia Economica, Praça do Ferreira, nº 43, p. 11 e 12 (Acervo da Biblioteca Pública Menezes Pimentel, Obras Raras/Ceará, 262.5 V 657s, 1 ed. Ex. 1)

tornou-se o ponto nodal do discurso das posições tanto liberais quanto cientificistas e ultramontanas na Província. Arrancar a ignorância e inculcar o saber constituiu tarefa a ser discutida e colocada em prática por meio dos sujeitos que se consideravam porta-vozes do saber.

O comércio foi um dos aspectos que colocou as elites em contato com os ocorridos na vida política e com as ideias e doutrinas que circulavam nos países europeus e que serviram de referência para as elites políticas e letradas no Ceará pensarem as “reformas” no âmbito da instrução pública. Os novos matizes de pensamento que começaram a se fazer sentir na vida intelectual brasileira a partir de 1870 foram todas expressões das ideias europeias do século XIX: positivismo, naturalismo, evolucionismo, cientificismo.

Nas Cartas Pastorais de Dom Joaquim José Vieira, aparecia, inclusive, de maneira muito clara que a circulação dessas correntes entre os intelectuais promoveria mudanças na Instrução Pública. Desta maneira, a instrução religiosa surgia nos discursos do Bispo como instrumento essencial que protegeria os “jovens” das mudanças trazidas pelo “mundo moderno”. A instrução religiosa, nesse sentido, teria papel fundamental na Instrução Pública, pois formaria o coração e o espírito das crianças, protegendo seus costumes e tradições construídas no seio familiar baseadas nas concepções católicas. No entanto, em seus discursos, as tensões estavam postas quando D. Joaquim Vieira afirmava que “infelizmente, porém, querem o ensino sem a ideia de Deus, sem relação com a moral cristã”¹⁰⁷. Logo, as preocupações da autoridade da Igreja no Ceará se davam com as aspirações liberais que defendiam um ensino científico e menos confessional.

Estas aspirações foram representadas, sobretudo, pelos segmentos emergentes da capital cearense, ou seja, por uma elite ilustrada oriunda, muitas vezes, dos setores tradicionais na qual arvorava a bandeira do liberalismo, do progresso e da ciência e que utilizava a imprensa, a produção literária e as agremiações políticas, literárias e filosóficas em que participavam para intervir na estrutura político-social da Província.

Os “princípios liberais de valorização da ciência em contraposição à visão de mundo submetida aos dogmas e valores religiosos”¹⁰⁸ que circulavam entre as elites política e intelectual se fizeram presentes nas discussões acerca da necessidade de reformas no currículo da Instrução Pública Primária do Ceará. Nos debates na Câmara dos Deputados e na

¹⁰⁶ **Pastoral de Dom Joaquim José Vieira publicando a Carta Encíclica de S.S Padre o Papa Leão XIII sobre a Liberdade Humana.** Data: 15 de outubro de 1888, p. 127. Acervo da Sala de História Eclesiástica do Ceará da Arquidiocese de Fortaleza.

¹⁰⁸ SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos da civilização:** a implantação da Escola Primária Graduada no Estado de São Paulo (1890-1910). São Paulo; Fundação Editora da Unesp, 1998, p. 173.

Assembleia Provincial, nos anos de 1881 e 1882, publicados no jornal *Cearense*¹⁰⁹ e na *Gazeta do Norte*¹¹⁰, observa-se a preocupação em reformar o ensino público na Província. As posições tidas como liberais defendiam a secularização dos programas escolares, sendo o ensino religioso destituído das aulas públicas. Essas posições exigiam um ensino que não fosse voltado basicamente para a formação das crianças no aprendizado da leitura, da escrita, do cálculo e da doutrina cristã católica, trazendo a necessidade e a importância do ensino científico na instrução pública. O ensino religioso era considerado dever da família e não do professor¹¹¹, portanto, era proposto um ensino científico e menos confessional¹¹². Assim, era defendido um aumento e diversificação dos programas escolares que atentassem para o ensino das ciências físicas e naturais, da história e geografia, da aritmética e da geometria, da educação física, do desenho.

A defesa do ensino científico e da secularização dos programas escolares estava relacionada ao projeto civilizatório das elites que tentavam tornar o país uma “nação moderna” e “civilizada”, pois a moral evangélica católica, presente nos programas escolares da Instrução Pública, representava um desrespeito à liberdade de consciência dos indivíduos, fator considerado fundamental nos debates da Assembleia Provincial em 1882 para se almejar o “progresso” e a “civilização”. Além disso, o ensino religioso baseado nas concepções católicas era identificado como entrave, pois grande parte dos representantes da Igreja considerava as ideias liberais em circulação, como a liberdade religiosa e a secularização, “erros trazidos pelo mundo moderno”. Se a ideia era construir uma nova mentalidade, laica e

¹⁰⁹ De acordo com Geraldo Nobre (2006, p. 82), o *Cearense* foi um jornal político-partidário dito “liberal”, cujo primeiro número apareceu em 4 de outubro de 1846 circulando em Fortaleza até 1891. Segundo Barão de Studart (1924) foram seus fundadores e primeiros redatores Frederico Pamplona, Tristão Araripe e Thomás Pompeu. Entre seus redatores figuraram também Miguel Ayres, João Brígido, Dr. José Pompeu, Conselheiro Rodrigues Junior e Dr. Paula Pessoa. João Camara foi seu gerente por longo tempo, que por ocasião da cisão do Partido Liberal cearense em 1880, passou com parte do pessoal da redação para a *Gazeta do Norte*. Logo após a proclamação da República, em 1889, até o último número, em 25/02/1891, os seus idealizadores substituíram a epígrafe “*Órgão Liberal*” por “*Órgão Democrático*”. Para mais informações ver: NOBRE, Geraldo da Silva. **Introdução à história do jornalismo cearense**. Fortaleza: NUDOC/ Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, 2006; STUDART, Barão. **Para a história do jornalismo cearense (1824-1924)**. Fortaleza: Typographia Moderna, 1924.

¹¹⁰ O jornal *Gazeta do Norte*, órgão dito “Liberal”, era publicado diariamente com exceção das segundas-feiras e dias santos. Criado em 8 de junho de 1880, representava a facção dos Pompeus do Partido Liberal. Teve como redatores Thomaz Pompeu, João Lopes, Julio Cesar, João Brígido, Virgílio Brígido e João Câmara. Com o advento da República, já com o nome de Estado do Ceará passou a ser órgão republicano federal e mais tarde, fundindo-se com o Libertador, teve o nome de República. Para mais informações ver: NOBRE, Geraldo da Silva. *Op. Cit.*, p. 179; STUDART, Barão. *Op. Cit.* Fortaleza: Typographia Moderna, 1924.

¹¹¹ “37ª sessão ordinária em 30 de agosto de 1881”. **Gazeta do Norte**, 22 de setembro de 1881, Seção Assembleia Provincial, n. 203, p. 1, 5 col.

¹¹² “Câmara dos Srs. Deputados, Discurso pronunciado na sessão de 25 de abril de 1882”. **Cearense**, 18 de maio de 1882, Seção Parlamento Brasileiro, n. 107, p. 2, 4 col.

baseada na razão, o ensino oficial orientado pela moral evangélica católica constituía um entrave às aspirações de construção de uma nação moderna.

Em contraposição às aspirações liberais, as Pastorais de Dom Joaquim José Vieira defendiam que o desenvolvimento intelectual e moral deveria compor a formação dos “jovens” e o poder público deveria investir não apenas na instrução científica, mas na instrução religiosa baseada nos valores cristãos católicos. Nesse sentido, pode-se observar que para a autoridade da Igreja no Ceará os ensinamentos das ciências naturais e do ensino literário na Instrução Pública somente garantiriam o desenvolvimento e prosperidade do país, se fossem acompanhados do ensino da moral evangélica católica. Para Dom Joaquim José Vieira, muito se ensinava sobre os conhecimentos das ciências naturais, mas pouco se ensinava sobre a origem e fim do homem¹¹³.

Foi em torno da escola que a Igreja e o ideário progressista liberal e cientificista travaram um intenso debate e disputa sobre o que deveria ser ensinado às crianças na instrução pública primária. Nesse sentido, podemos falar em uma concorrência de como a “civilização” seria efetivamente colocada em prática. Muitos membros da Igreja viam no ensino religioso, baseado na doutrina católica, meio para alcançar o progresso. Por outro lado, as posições de representantes das ideias científicas e liberais viam na ciência meio para a elevação do país ao patamar das nações ditas civilizadas. O fato é que essas questões foram discutidas por meio de tensões onde a Instrução Religiosa, em diversos momentos, foi pensada pelos que defendiam o ensino baseado na ciência e uma maior diversificação do currículo escolar, como matéria fundamental para a manutenção da ordem social.

O fim da intervenção direta do imperador nos assuntos eclesiásticos, ou seja, o fim do Padroado, foi recebido pelos representantes da Igreja Católica com “um duplo e contraditório sentimento de alívio e apreensão”¹¹⁴. Alívio, pois parte das lideranças eclesiais reclamava uma maior liberdade de ação ante o poder temporal; e apreensão, pois o Decreto 119-A de 07 de janeiro de 1890, que marcou a separação entre o *trono* e o *altar*, “introduzia” a liberdade religiosa, a laicidade do ensino público e a secularização dos programas escolares.

¹¹³ **Pastoral de Dom Joaquim José Vieira publicando a Carta Encíclica do santo padre Papa Leão XIII sobre a liberdade humana.** 15 de outubro de 1888, p. 127 (verso). Acervo da Sala de História Eclesiástica do Ceará da Arquidiocese de Fortaleza.

¹¹⁴ HERMANN, Jacqueline. Religião e política no alvorecer da República: os movimentos de Juazeiro, Canudos e Contestado. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil Republicano: o tempo do Liberalismo excludente - da Proclamação da República à Revolução de 1930.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira 2003, vol. 1, p. 123.

Com a Proclamação da República, a Igreja se viu na missão de “reconstituir a solidariedade ativa com o estado sem mais estar presa ao fardo do Padroado”¹¹⁵. A Igreja tentou encontrar lugar na nova estrutura política e social que se desenhava no final do século XIX, mais especificamente no que concerne ao fim do Padroado e às mudanças na Constituição com o catolicismo não constituindo religião oficial do Estado. A Igreja, portanto, não cedeu às pressões de ser colocada de lado na disposição do poder, e para isto tentou uma maneira de continuar a exercer seu papel como elemento fundamental na composição da ordem social¹¹⁶. Os discursos dos clérigos colocavam a Igreja Católica como instituição garantidora da ordem, assim como afirmavam que uma de suas funções seria a defesa e manutenção do poder estabelecido, contribuindo assim para a manutenção da ordem e disciplinamento social.

Na Pastoral Coletiva de 1890 direcionada ao clero e a todos os fiéis católicos, os bispos brasileiros anunciavam insistentemente que os setores dirigentes do Estado não se separassem da religião, “antes em seus atos públicos ou privados, se inspirassem nos ditames sagrados que ela impõe à consciência”¹¹⁷. Entendendo a situação atual do país como uma crise anunciada, os bispos traziam as palavras do pontífice Leão XIII para contextualizar a situação considerada “calamitosa” em que se encontrava a “sociedade cristã”. O “abalo” nos fundamentos da religião, a “mocidade” e as “doutrinas perversas”, o “perecimento da fé” e a “guerra contra o soberano pontífice” foram assuntos delineados pelos bispos na referida Pastoral.

Para os bispos, a independência não queria dizer separação, ou seja, defendia-se uma maior liberdade para a Igreja sem necessariamente se separar do Estado. “Não queremos, nem podemos querer essa união de aviltante subordinação que faz do Estado o árbitro de todas as questões religiosas”¹¹⁸. O anseio do que fazer diante da nova situação que é imposta à Igreja com o fim do Padroado está fortemente presente na Pastoral Coletiva de 1890 como compromisso e dever do clero e dos fiéis em angariar medidas e ações para estruturarem a própria Igreja não mais presa, naquele momento, ao Padroado.

¹¹⁵ NEVES, Fernando Arthur de Freitas. **Solidariedade e conflito: estado liberal e nação católica no Pará sob o pastorado de Dom Macedo Costa (1862-1889)**. Tese (Doutorado em História Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2009, p. 197.

¹¹⁶ *Ibid.*, p. 89.

¹¹⁷ RODRIGUES, Ana Maria Moog. **A Igreja na República**. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1981, p. 18.

¹¹⁸ RODRIGUES, Ana Maria Moog. **A Igreja na República**. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1981, p. 25.

Na Província do Ceará, o jornal católico *A Verdade*¹¹⁹, órgão ligado à Diocese, assumiu a postura de definidor de procedimentos dos fiéis católicos diante da situação em que se encontrava a Igreja, pelo menos na letra da lei “separada” do Estado.

Em fevereiro de 1892, as publicações do referido jornal buscavam inserir a Igreja Católica como instrumento essencial para o progresso do país, defendendo que o ensino de sua moral evangélica seria indispensável na instrução dos “jovens”, visto que aprenderiam a cumprir não apenas seus deveres religiosos, que era amar a Deus e a Igreja, obedecendo-a e praticando os seus ensinamentos, mas também seus deveres sociais, dando destaque a obediência às autoridades públicas constituídas. Em 28 de fevereiro de 1892, é dito n’*A Verdade*:

Ah! se os governos tivessem juízo e bom critério político, elles mesmos deveriam dar a Egreja a mais decidida proteção, pois ela desenvolveria todos os recursos da sua imensa atividade, para moralizar os homens, pois é só a moral evangélica que ela ensina, baseada nos seus dogmas sacrosantos, que pode dar a sociedade a sua base mais sólida e aos governos melhores garantias de grandesa e prosperidade.¹²⁰

As publicações no referido jornal traziam o ensino religioso como uma maneira de regeneração da sociedade e a moral evangélica católica, vivida no cotidiano da família, como meio por onde os males da nação seriam dissipados. As publicações chamavam atenção dos pais cristãos para o seu dever de dar uma “boa educação aos seus filhos”¹²¹. Essa “boa educação” seria a instrução dos jovens nos ensinamentos de Cristo, fazendo com que conhecessem e praticassem a religião confiada pelo poder espiritual à Igreja Católica para reger os destinos da vida temporal. Nesse sentido, uma das estratégias seria os pais fazê-los rezar todos os dias as suas orações, conduzi-los aos ofícios da Igreja, mandá-los ao catecismo, somente confiá-los aos mestres cristãos católicos e votar nas eleições em homens que estivessem abertos a atender os interesses da Igreja¹²². Portanto, a “boa educação” dos jovens

¹¹⁹ Segundo Barão de Studart (1924) o jornal *A Verdade* foi um órgão dito “católico”, seu primeiro número apareceu em Fortaleza em 27 de julho de 1890. Saía aos domingos e teve como gerentes Aleixo Anastacio Gomes, Laurindo de Castro Natalense, Francisco Barroso, Antonio Firmino Goyana e José Roberto. Seu redator-gerente desde sua fundação foi o Revendo Padre Francisco Pinheiro. Entre seus redatores constavam Monsenhor Graça, Desembargador Paulino Nogueira e Padre Valdevino Nogueira. Para mais informações ver: STUDART, Barão. **Para a história do jornalismo cearense (1824-1924)**. Fortaleza: Typographia Moderna, 1924.

¹²⁰ “A moral naturalista e a moral christã (conclusão)”. *A Verdade*, 28 de fevereiro de 1892, Seção Transcrição, n. 29, p. 3, 2 col.

¹²¹ “Uma addicção importantissima aos cathecismos”. *A Verdade*, 28 de fevereiro de 1892, Seção Instrução, n. 29, p. 4, 4 col.

¹²² *Ibid.*

seria assegurada somente se “o país fosse governado cristãmente”¹²³. Desse modo, observa-se que os discursos tentavam influenciar e definir práticas políticas e sociais¹²⁴.

Pode-se observar que a Igreja nesse momento buscava assumir a postura de agente da ordem e da harmonia. Procurava, portanto, encontrar lugar no “novo” estado de coisas que se encontrava o país, se reorganizando no intuito de se apresentar como instituição fundamental ao Estado para auxiliá-lo na tarefa de conduzir o país ao progresso material e moral, na manutenção da ordem e disciplinamento social, não deixando de ter seu papel na condução da vida política e social.

2.2 *Fraternidade, Tribuna Católica e Cearense: a imprensa como um lugar de debate sobre educação*

Nas últimas décadas do século XIX no Ceará, a imprensa foi utilizada “como suporte dos interesses partidários e do poder político provincial”¹²⁵, assim como veículo de divulgação de ideias das elites letradas que objetivavam apresentar à capital cearense e ao restante da Província seu empenho na elaboração da ordem e progresso necessários a elevação desta a um patamar dito “civilizado”. Seus pensamentos marcados por um repertório de leituras e teorias vindas, sobretudo, da Europa e dos Estados Unidos, tomaram as nações europeias como modelo pelo qual deveriam se espelhar a fim de experimentar os modos do “mundo civilizado”. Logo, se apresentavam como capazes e preparados para direcionar a Província a mudanças que a colocasse nos caminhos do progresso já alcançados por outras províncias que serviam de referência do que havia de “civilizado” e “moderno”.

Desse modo, nas décadas de 1870 e 1880 a elite em ascensão nesse momento, oriunda muitas vezes dos setores tradicionais, era representada pela “Mocidade Cearense”, geração dos jovens que trazia em seu bojo a ciência e o progresso como aspectos que colocariam o país nos rumos da “civilização” e, para isso, não mediram esforços, principalmente, por meio de periódicos na imprensa, onde inseriram seu universo de leitura eurocêntrica, dando visibilidade aos seus anseios alimentados também pelos grupos letrados que participavam.

¹²³ “Uma adição importantíssima aos cathecismos”. **A Verdade**, 28 de fevereiro de 1892, Seção Instrução, n. 29, p. 4, 4 col.

¹²⁴ MAINWARING, Scott. **Igreja Católica e política no Brasil (1916-1985)**. São Paulo: Brasiliense, 1989, p. 30.

¹²⁵ FERNANDES, Ana Carla Sabino. **A imprensa em pauta: entre as contendas e paixões partidárias dos jornais Cearense, Pedro II e Constituição na segunda metade do século XIX**. Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade Federal do Ceará, Ceará, 2004, p. 23.

Não raras vezes esses intelectuais, formados na Faculdade de Direito de Recife e nas Faculdades de Medicina na Corte e em Salvador, onde receberam uma cultura bacharelesca, colaboraram e fizeram parte das linhas editoriais de periódicos usando o seu saber como arma de intervenção na vida social e política. Utilizaram-se, portanto, de sua bagagem letrada como forma de legitimar sua interferência no espaço das discussões em voga naquele momento.

Na década de 1870, a imprensa na capital cearense constituiu uma arena de conflitos entre o jornal *Fraternidade*¹²⁶, órgão da loja maçônica Fraternidade Cearense e a *Tribuna Católica*¹²⁷, periódico que se apresentou como religioso, literário e noticioso ligado à Diocese, cujo bispo era D. Luiz Antônio dos Santos. As contendas entre os referidos jornais foram expressão da luta entre, de um lado, os que queriam frear as tentativas de mudanças que se inscreviam no progresso e na civilização, muitas vezes levantando apoio à Igreja de Roma e buscando uma maior relação com a Santa Sé. Do outro, os que defendiam as bandeiras da liberdade de consciência e religiosa, buscando nos ideais liberais e iluministas apoio para sua intervenção no espaço político-social. Nesse momento, os que defendiam esses ideais tinham a crença na Razão como instrumento de compreensão da realidade, “como força criadora que alimenta a crítica, a dúvida, enfim, a demolição da tradição e de tudo que está estabelecido e que subordina o homem a uma tutela teológica e metafísica”¹²⁸. Essas expressões utilizaram a imprensa como instrumento de reafirmação do seu *status quo* e de interesses do setor ou parcela da sociedade em que estavam inseridos. Em muitos momentos, as arengas se deram por conta das divergências entre suas posições acerca do tema da educação na Província na segunda metade do século XIX.

No que concerne a este assunto, a *Tribuna Católica* travou ainda contendas com o *Cearense*, jornal político-partidário representante do Partido Liberal na Província que circulou entre 1846 a 1891. Nesses jornais, o tema da educação ganhou notoriedade na década de

¹²⁶ O *Fraternidade*, “folha de alto descortínio político e filosófico”, na qual figuraram Thomas Pompeu Filho, Araripe Junior, João Lopes Ferreira Filho, Rocha Lima, Xilderico de Farias, João Brígido dos Santos, Dr. Basson e Padre Senador Pompeu, circulou entre os anos de 1873 e 1875. Segundo Celeste Cordeiro “sua fundação em 1873 coincide com o auge da Questão Religiosa no Brasil e com a luta intransigente entre maçonaria e o clero que incitava a imprensa”. Para mais informações ver: CORDEIRO, Maria Celeste M. **Antigos e modernos: progressismo e reação tradicionalista no Ceará Provincial**. Tese (Doutorado em Sociologia). Departamento de Ciências Sociais e Filosofia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Ceará, 1997, p. 93

¹²⁷ A *Tribuna Católica*, representante das ideias ultramontanas na capital, saía todos os domingos sob os auspícios do bispo diocesano e se apresentou como um jornal religioso, literário e noticioso. Sua comissão de redação era composta pelo Padre Lino Deodato Rodrigues de Carvalho, Dr. Gonçalo de Almeida Souto e Manoel Soares da Silva Bezerra e José da Cunha Bezerra. Seu primeiro número é de 8 de abril de 1866. Para mais informações ver: STUDART, Barão. **Para a história do jornalismo cearense (1824-1924)**. Fortaleza: Typographia Moderna, 1924, p. 58.

¹²⁸ ABREU, Berenice. **Intrépidos romeiros do progresso: maçons cearenses no Império**. Fortaleza: Museu do Ceará: Secult, 2009, p. 124.

1870, especialmente, no que concerne a duas questões: a instrução religiosa e a instrução gratuita e obrigatória como alavanca para o progresso material e moral do país. Os debates na imprensa a respeito desse tema desvendaram o caráter com que as elites política e intelectual pensaram e quais metas colocaram como fundamentais para o crescimento e progresso da instrução, veiculados ao próprio desenvolvimento comercial, urbano e industrial naquele momento. Nos jornais o tema da educação estava inserido no debate acerca da modernização na Província e as divergências entre os ideais ilustrados e ultramontanos apareceram como forma de marcar os interesses de cada grupo.

Na imprensa, observa-se a expressão das aspirações de diferentes grupos em construir uma província com marcha para o progresso. Em torno do jornal *Fraternidade* gravitavam as elites letradas em que alguns de seus membros pertenciam à Academia Francesa. Nesse jornal, os intelectuais maçons divulgaram e vivenciaram tanto a loja maçônica que participavam, a *Fraternidade Cearense*, quanto o jornal *Fraternidade* como espaço no qual apresentaram a Maçonaria como instituição patrona do progresso e da civilização e defenderam as ideias liberais e iluministas, bem como criticaram o conservadorismo católico. Já na *Tribuna Católica* encontrava-se “o clero e o laicato religioso”¹²⁹, enquanto o *Cearense* representava as aspirações do Partido Liberal na Província. A imprensa serviu, portanto, como meio de discussão e divulgação das ideias desses grupos que tinham como ponto central “civilizar” os sujeitos.

Nesse sentido, nosso objetivo neste tópico é analisar como os articulistas do *Fraternidade*, da *Tribuna Católica* e do *Cearense* utilizaram a imprensa como instrumento para a elaboração e difusão de projetos e desejos, assim como lugar de debate sobre a educação e seu papel na regeneração dos costumes como parte dos interesses das propostas liberais e ultramontanas.

Na capital cearense vê-se na década de 1870 a participação de professores, políticos (deputados e senadores), bacharéis e jornalistas na imprensa maçônica por meio do jornal *Fraternidade*. Segundo Berenice Abreu (2009, p. 81-84), João Brígido do Santos (professor, senador e deputado geral e estadual) “foi redator e, em alguns casos, fundador, do jornal O Araripe, no Cariri, Cearense, Fraternidade e Unitário”; Thomás Pompeu de Sousa Brasil (bacharel e deputado) foi redator do *Cearense*, *Fraternidade* e *Gazeta do Norte*; Araripe Júnior (bacharel e juiz) e Xilderico de Farias (bacharel e juiz) “entraram nos quadros da Maçonaria e participaram da defesa da instituição pelo jornal Fraternidade”; João

¹²⁹ ABREU, Berenice. **Intrépidos romeiros do progresso: maçons cearenses no Império**. Fortaleza: Museu do Ceará: Secult, 2009, p. 13.

Lopes Ferreira Filho (professor, assim como exerceu vários cargos públicos) “foi redator nos jornais Cearense, Fraternidade, Gazeta do Norte, Libertador e República”.

A imprensa constituiu espaço de convergências e de divergências de ideias dos vários segmentos ilustrados. No *Fraternidade* é recorrente em suas publicações críticas à postura dos ultramontanos frente à educação na Província. O ponto nodal das discussões era a instrução religiosa, no qual reivindicava-se a fiscalização desse ensino por parte do poder civil. Desse modo, no dia 30 de março de 1875, o *Fraternidade* acusou o clero de ter descurado completamente de sua missão. As críticas giravam em torno do púlpito e do confessionário considerados espaços “perniciosos” onde era fundamental a intervenção do governo civil:

O confissionario, sobretudo, pela sua qualidade de isolamento e segredo é de facil abuso e de inconveniências palpáveis. A creança innocente e cândida pelo interrogatório a que o padre a sujeita, recebe as primeiras noções de cousas que ignorava, e que vão depois pezar sobre a sua consciência com pezo esmagador. A donzela, mal cuidosa dos encantos de um mundo que vê sem comprehender, toda enlevada n'uma adoração singela d'alma e do coração á divindade é no confissionario que vai beber a comprehensão das cousas que lhe passavam desapercibidas, e perder aquelle pudor de virgem que a salvaguarda das mundanas seducções. O púlpito exerce a sua função mais abertamente; mas nem por isso é menos pernicioso, quando entregue a si próprio, sem a intervenção do poder civil. Si o confissionario actua poderosamente sobre as organizações fracas e débeis da mocidade, e as transforma surda e latentemente; o púlpito com as suas immuánidades, com o prestigio que a religião lhe da, actua sobre as massas ignorantes e fanáticas, modelando-as segundo os desejos dos pregadores e as ordens de Roma.¹³⁰

No trecho supracitado, as crianças, as donzelas e as classes menos favorecidas (os pobres e livres) seriam os sujeitos prejudicados com a atuação do clero ultramontano no confessionário e no púlpito. Por meio da preocupação com esses sujeitos, é possível ter um vislumbre de como a proposta liberal no *Fraternidade* vai pensar a educação voltada para esses sujeitos na Província nas últimas décadas do século XIX.

Naquele momento, as moças preparadas para exercer o papel de mãe, esposa e dona-de-casa poderiam ser desviadas, segundo o referido jornal, de sua pureza, do recôndito em que vivia seu coração e seu espírito voltados para a adoração a Deus. Seria no confessionário que perderiam o “pudor de virgem” e passariam a compreender determinados aspectos da vida que lhes passavam despercebidos, sobretudo, pelo “recato” em que viviam. Já as crianças deveriam ser desde tenra idade educadas na instrução religiosa, fato defendido

¹³⁰ “O confissionario e o púlpito”. *Fraternidade*, 30 de março de 1875, Seção Fraternidade, n. 56, p. 1, 3 col.

pelo *Fraternidade* em outras publicações, mas não na instrução religiosa empreendida pelo clero ultramontano, onde dariam de beber às crianças noções até então ignoradas, especialmente, pela pouca idade que tinham e que por isso deveriam ser protegidas de tal educação tida como formadora de homens supersticiosos, fanáticos, intolerantes, e inimigos do progresso¹³¹.

Com frequência o *Fraternidade* entregava para apreciação de seu público textos¹³² nos quais tratava das classes menos favorecidas no interior da Província e da ignorância religiosa e letrada em que viviam. Para este periódico, os ultramontanos conservavam este “estado de embrutecimento” em que estas classes se encontravam. A crítica pesava sobre a postura do clero ultramontano por ter a confissão diária como ponto capital em seu trabalho missionário¹³³. Para o *Fraternidade*, por meio do sacramento da confissão esses religiosos teriam “posse das consciências” dos fiéis católicos, constituindo assim, um dos meios de realização de seu trabalho, cuja tarefa faria com que o *povo* continuasse nos maus costumes e o crime triunfasse por toda parte na Província.

A proposta educacional defendida pelos redatores do *Fraternidade* se fundamentava na necessidade de instrução para as camadas baixas (despossuídos dos meios necessários para frequentar as aulas públicas primárias), como medida de correção, tendo os princípios religiosos e a própria atuação da Igreja como uma instituição propugnadora de bons hábitos e de prevenção contra o crime. Contudo, em outros momentos, o *Fraternidade* não deixou de utilizar os assuntos referentes à atuação da Igreja na Província para argumentar a necessidade de emancipar a consciência humana dos dogmas religiosos como medida para alavancar o país rumo ao progresso e à civilização. Desse modo, as discussões sobre o púlpito e o confessionário convergiram para a crítica à própria estrutura das instituições civis fortemente baseadas nos princípios religiosos.

Não raras vezes o *Fraternidade* estampou em sua primeira página, matérias que chamavam a atenção de seu público em tons de denúncia e alerta para a emancipação da consciência humana do jugo romano. As críticas se davam ao clero ultramontano e suas ações especificamente em torno de três questões: os atos contra a maçonaria, os desmandos para com o governo civil e a educação na Província. O *Fraternidade* se apresentou, portanto, como

¹³¹ “A educação jesuítica”. **Fraternidade**, 4 de dezembro de 1874, Seção Diversos, n. 50, p. 4, 1 col.

¹³² É importante salientar que os textos com que trabalhamos nesta parte da dissertação foram publicados nas seguintes seções: “Fraternidade” e “Diversos” (*Fraternidade*), “Tribuna Catholica” (*Tribuna Católica*) e “Cearense” (*Cearense*), não traziam assinatura e claramente se apresentaram como textos opinativos.

¹³³ **Fraternidade**, 25 de novembro de 1873, Seção Diversos, n. 5, p. 2, 4 col.

um jornal de combate e denúncia de ações do clero e divulgador das ideias filosóficas e religiosas da Academia Francesa¹³⁴.

De acordo com Gleudson Passos Cardoso, a Academia Francesa pode ser entendida a partir de dois aspectos, ou seja, como sendo “um pacto político e estético”. Um pacto político porque reunia sujeitos que “não encontravam espaço de inserção naquela realidade marcada por sentimentos e valores tradicionais, e que não podendo aplicar seu conhecimento ingressaram nas linhas editoriais dos jornais partidários, participando das lutas políticas”¹³⁵. O aspecto referente à “estética” se devia ao fato de reunir intelectuais em cujas leituras sobre o seu presente apresentavam a ideia de progresso a partir das leituras positivistas e evolucionistas¹³⁶.

No que concerne aos atos contra a maçonaria, as críticas diziam respeito à proibição da participação de maçons na própria liturgia religiosa (testemunha de casamento, padrinho de batismo). Trazendo em suas colunas alguns títulos que combatiam ferrenhamente ações do clero ultramontano: “Tyrania Clerical”, “Excessos”, “Mercadores dos Templos”, o *Fraternidade* se posicionou contra as ameaças por parte da Igreja de expulsar das irmandades religiosas os católicos que não abjurassem a maçonaria.

Com relação aos desmandos para com o poder civil, o jornal defendia que os missionários estrangeiros não se compenetravam de sua missão, que era “aplicar remédios heróicos para atalhar o progresso do mal, que circula nas artérias da população ignara”¹³⁷. Para o *Fraternidade*, portanto, o intuito da cúria romana era fazer com que o *povo* permanecesse no obscurantismo, pois a “ilustração” levaria a compreensão dos deveres, em que as possibilidades de submissão aos dogmas e normas impostos pela Igreja seriam menores.

Reconhecia-se no *Fraternidade* que para a formação de uma sociedade moralizada, ordenada e respeitadora das leis do país, a religião tinha papel fundamental, constituindo o coração desse processo. No dia 9 de dezembro de 1873 foi publicado o seguinte:

¹³⁴ CÂMARA, José Aurélio Saraiva. **Capistrano de Abreu-Tentativa Bibliográfica**, José Olympio Ed., RJ, 1969, p. 68 *apud* CORDEIRO, Maria Celeste M. **Antigos e modernos: progressismo e reação tradicionalista no Ceará Provincial**. Tese (Doutorado em Sociologia). Departamento de Ciências Sociais e Filosofia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Ceará, 1997, p. 93.

¹³⁵ CARDOSO, Gleudson Passos. **As repúblicas das letras cearenses: literatura, imprensa e política (1873-1904)**. São Paulo: Dissertação (Mestrado em História Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2000, p. 58.

¹³⁶ *Ibid.*, p. 58.

¹³⁷ **Fraternidade**, 25 de novembro de 1873, Seção Diversos, n. 5, p. 2, 3 col.

Em quanto a estatística criminal cresce espantosamente para o mal e vergonha de nossa sociedade; enquanto o poder civil, bem ou mal, procura curar essa chaga funesta multiplicando leis penaes, creando autoridades, augmentando a força pública, etc, o que faz o órgão da consciencia, a voz da religião, que não acode ao duplo dever de pastor religioso e moral de seu povo e do subdito e cidadão brasileiro auxiliando seu governo em debellar esse cancro, erguendo sua voz poderosa contra taes costumes, advertindo esses perversos, ou infelizes desgarrados da lei de Deus e da sociedade?¹³⁸.

Direcionando críticas ao bispo da época, D. Luiz Antônio dos Santos, o *Fraternidade* defendia a importância do papel do bispo diocesano como auxiliador do governo na debelação dos maus costumes. Para este jornal, o aumento da criminalidade estava ligado “a ausência do sentimento religioso na consciência do povo”¹³⁹. Nessa perspectiva, veiculava que seria função da Igreja não somente a crença e a prática externa dos atos religiosos, mas a melhoria dos costumes sociais, políticos e civis¹⁴⁰.

A religião, portanto, se constituiria em uma “milícia” que auxiliaria o Estado na repressão dos maus costumes, reformando hábitos e corrigindo vícios¹⁴¹. Seria por meio da religião que as crianças conheceriam os caminhos que levariam a evitar os vícios e, ao mesmo tempo, as virtudes que deveriam ser praticadas. Os princípios da moral e da religião guiariam ao dever e à obediência. Nesse ponto, os membros do *Fraternidade* mostravam ter uma dívida para com a Igreja Católica, ou seja, os ensinamentos adquiridos nas aulas de catequese nas paróquias e o próprio papel que esta instituição exercia na vida social era considerada pelo jornal parte fundamental na formação moral dos sujeitos. No entanto, esta dívida não se referia ao catolicismo ultramontano, como observa-se por meio das críticas feitas pelo *Fraternidade* às ações deste na Província.

As críticas por parte do *Fraternidade* afirmavam que o trabalho do bispo do Ceará ou tinha faltado ao seu fim ou tinha descuidado da parte mais importante de sua missão que era a melhoria dos costumes¹⁴². Frequentemente, críticas eram direcionadas ao bispo D. Luiz Antonio dos Santos, afirmando que este consentia com os fatos ocorridos na Diocese, como a introdução da superstição e do fanatismo por muitos sacerdotes ditos “reformados” e “regenerados”. Elogios foram feitos ao início de seu bispado, período em que, segundo o *Fraternidade*, D. Luiz Antonio dos Santos apresentou “zelo religioso” por seu trabalho e

¹³⁸ “Ex Fructibus eorum cognoscetis eos”. **Fraternidade**, 9 de dezembro de 1873, Seção Fraternidade, n. 6, p. 1, 3 col.

¹³⁹ *Ibid.*

¹⁴⁰ *Ibid.*, n. 6 p. 1, 2 col.

¹⁴¹ GIGLIO, Célia Maria Benedicto. A civilização pelo olhar: práticas e discursos da inspeção na província de São Paulo no século XIX. In: Pintassilgo et al. **História da escola em Portugal e no Brasil: circulação e apropriação de modelos culturais**. Edições Colibri: Lisboa, 2006, p. 351.

¹⁴² **Fraternidade**, 9 de dezembro de 1873, Seção Fraternidade, n. 6 p. 1, 2 col.

“restabeleceu a disciplina eclesiástica”. Entretanto, determinadas ações implementadas pelo Bispo, como a importação de ordens religiosas da França, Itália, Alemanha, bem como a confiança dada a essas ordens na administração da educação religiosa da “mocidade”, foram fortemente criticadas e tomadas como aspectos da má administração do Episcopado do Ceará. Segundo o *Fraternidade*, essas ordens religiosas “ensinavam que o homem deveria abdicar a família e a pátria pelos esplendores do Sagrado Colégio de Roma”¹⁴³. No *Fraternidade* do dia 25 de novembro de 1873 foi dito:

O nosso diocesano, não satisfeito ainda com a sua legião de Zuavos, sahidos do grande vivero, onde bebera os perigosos princípios da companhia, importa da Europa missionários alemães, franceses e italianos, os quaes manda evangelisar os povos e innocular nos espíritos o vírus do fanatismo, que corrompe, que embrutece. Esses padres ignorantes e de moral duvidosa são dispersos pela província, munidos de carta branca e poderes discripcionarios para subjugarem as consciências e authomatizarem os imbecéis.¹⁴⁴

Pregando o progresso por meio da debelação dos maus hábitos e costumes da população “ignara”, o *Fraternidade* defendia que a reforma dos costumes deveria ser o ponto principal com que esses religiosos deveriam se ocupar. Contudo, para o periódico, tal aspecto não fazia parte do programa de suas missões, que deveriam estar pautadas na aplicação de remédios para sanar a crescente criminalidade entre as classes menos favorecidas.

O desejo por parte das elites política e intelectual em colocar a Província nos rumos da civilização e do progresso trazia a necessidade de romper com um passado e um presente marcados pelo atraso e pela ignorância. Assim, procurava-se organizar não somente o espaço urbano, mas o próprio cotidiano dos sujeitos, almejando a modernização das estruturas da sociedade marcadamente baseadas nos dogmas religiosos.

Nesse sentido, as denúncias feitas pelo *Fraternidade* às ações do clero ultramontano na Província, tendo como justificativa as críticas à importância da debelação dos maus costumes para o progresso material e moral, convergiam para a questão do espaço reservado a essas ordens nos meios intelectuais, como no seminário diocesano e nos colégios religiosos. Os membros deste jornal viam como aspecto negativo entregar o provimento de cadeiras no seminário diocesano a religiosos estrangeiros. É notório, portanto, os interesses particulares em cadeiras ou a disputa por espaços nesses ambientes letrados.

¹⁴³ “O bispo D. Luis Antonio dos Santos”. *Fraternidade*, 18 de novembro de 1873, Seção Fraternidade, n. 4, p. 2, 2e 3 col.

¹⁴⁴ *Fraternidade*, 25 de novembro de 1873, Seção Diversos, n. 5, p. 2, 3 col.

Vê-se que tais justificativas foram construídas a partir de interesses diversos. Como estavam empenhados na defesa da regeneração dos costumes por meio da educação, os colaboradores do *Fraternidade* louvavam a importância da religião para a manutenção da ordem e da disciplina. No entanto, no que concerne à educação que seria dada e quem iria tratar de na prática tornar realidade o “projeto” de civilizar as classes, em especial, aquelas propícias aos “erros” e maus hábitos, as divergências entre as posições do clero ultramontano e a proposta educacional do *Fraternidade* surgiam frequentemente em seus números.

Há, portanto, uma cisão clara por parte do *Fraternidade* no que corresponde à educação dada pelo clero ultramontano. As críticas e denúncias feitas por este jornal partiam de diversos aspectos. Nas colunas, os títulos “Aristocracia na Igreja”, “O bispo estimulando o crime” são exemplos elucidativos nos quais o *Fraternidade* criticava a postura e as ações de religiosos no cumprimento de seus deveres relatando fatos ocorridos nas paróquias, como a quantia exorbitante cobrada para celebrar casamentos, ou casos de defloração de moças por padres e as “omissões” do bispo diante desses fatos¹⁴⁵.

No *Fraternidade*, determinadas ações de D. Luiz Antonio dos Santos, como a importação de ordens religiosas, eram apresentadas como aspectos que contribuíam para o crescimento da descrença do *povo* em relação à Igreja Católica, ou seja, da falta de fé no próprio clero como autoridade religiosa capaz de direcionar os diocesanos na vida espiritual. Fatos ocorridos em diferentes partes da Província eram anunciados com riqueza de detalhes, procurando formar uma opinião em que o clero aparecia como parte da Igreja comprometida com causas que não era da alçada religiosa ou, ainda, que não estava cumprindo com sua função de assistência às *classes populares*, à arraia miúda, principalmente, no que concerne a formação de uma moral civil e religiosa. No jornal, a ideia concentrava-se na questão de que a Igreja deveria, sobretudo, estar voltada para a piedade e comprometimento com os “pobres”.

Essas críticas e queixas no *Fraternidade* foram componentes de um debate mais amplo que esteve em voga de maneira mais forte na segunda metade do século XIX: os conflitos em torno da convivência com os rumos que a Igreja foi tomando, principalmente, nas últimas décadas deste século, com as ações do clero ultramontano, a política de importação de ordens religiosas e a defesa de uma maior aproximação com o Pontífice Romano.

Não eram raras nas publicações do *Fraternidade* perguntas como “o que será do Brasil?”, em que a expectativa de futuro para os males do presente era ponto abordado com

¹⁴⁵ **Fraternidade**, 13 de janeiro de 1874, Seção Diversos, n. 10, p. 3, 2 col.

frequência pelo jornal. No presente, o papel que a Igreja exercia na vida social, na qual, segundo o *Fraternidade*, trabalhava na introdução do fanatismo, fazia com que constantemente os membros do jornal anunciassem que os ultramontanos não poderiam se encarregar da educação das crianças, pois estes faziam oposição às grandes conquistas liberais do século XIX e estavam presos ao passado, às tradições e aos dogmas religiosos¹⁴⁶.

Nesta direção, não era de se estranhar que o *Fraternidade* costumemente direcionasse críticas à prática educativa dos ultramontanos nos estabelecimentos de ensino particular dirigidos por religiosos.

No dia 4 de novembro de 1873, o jornal relata na sua seção intitulada “Diversos” o fato ocorrido no Colégio da Imaculada Conceição, onde duas alunas, ao pronunciarem a palavra “maçonaria” em uma conversa, levaram as irmãs e o bispo diocesano a tomarem uma ação enérgica para que não se repetisse o “triste” fato. Na conversa foram ditas as seguintes palavras: “Tenho notado que tudo quanto se faz aqui é n’um segredo, n’uma reserva que aborrece. Até para se nos conceder uma fitinha, só se vê cochichos de todos os lados. Assim só a maçonaria”¹⁴⁷.

As irmãs de São Vicente de Paula souberam que as referidas alunas haviam pronunciado a palavra “maçonaria” e imediatamente informaram o ocorrido ao Palácio Episcopal, onde o bispo D. Luiz Antônio dos Santos tratou de o mais rápido possível se fazer presente no estabelecimento. As alunas órfãs e pensionistas foram reunidas e o bispo expôs o pecado que incorreram ao pronunciar tal palavra, afirmando que seriam expulsas dali em diante aquelas que incorressem no mesmo “pecado”. Após a saída de D. Luiz dos Santos, a madre superiora tomou seu lugar e anunciou que aquela que repetisse tal comportamento passaria três dias se alimentando apenas de pão e água.

O *Fraternidade* dispensa comentários em relação ao episódio ocorrido, afirmando que “o público sensato que o aprecie devidamente”¹⁴⁸. O fato é que uma série de textos tratando das posturas do clero ultramontano para com a maçonaria foi publicada no jornal no mesmo ano.

Pode-se conjecturar que o jornal procurou chamar a atenção de seu público, especialmente, dos pais de família, para a ação das religiosas no cumprimento de suas funções no Colégio da Imaculada Conceição. O próprio fato de não comentar a matéria e conclamar o seu público leitor a analisá-la já demonstra a intenção do jornal em fazer com que tal fato

¹⁴⁶ ABREU, Berenice. **Intrépidos romeiros do progresso: maçons cearenses no Império**. Fortaleza: Museu do Ceará: Secult, 2009, p. 124.

¹⁴⁷ **Fraternidade**, 04 de novembro de 1873, Seção Diversos, n. 1, p. 2, 3 col.

¹⁴⁸ **Fraternidade**, 04 de novembro de 1873, Seção Diversos, n. 1, p. 2, 3 col.

fosse motivo de discussão. Na publicação, três aspectos são apresentados em tons de denúncia, procurando alertar seus leitores para as medidas tomadas pelas religiosas, são eles: o próprio castigo que as alunas iriam incorrer se pronunciassem novamente a palavra “maçonaria”; o que tal ato gerou, mobilizando a presença do bispo no colégio e o significado que apresentaram à ação das alunas tida como “pecado”.

Curiosamente, alguns dos colaboradores do *Fraternidade* estavam ligados à loja maçônica Fraternidade Cearense e à Academia Francesa. Desse modo, os textos publicados pelo jornal acerca dos atos contra a maçonaria foram reflexos da luta travada entre o clero ultramontano e a maçonaria na segunda metade do século XIX desde a Encíclica *Quanta Cura* e do *Syllabus* do papa Pio IX de 1864.

No *Fraternidade* o tema da educação serviu como meio para criação de uma opinião que considerava as ordens religiosas estrangeiras incapazes de administrar a educação religiosa na Província. Os colégios dirigidos pelo clero foram bastante criticados nas páginas do jornal, como é possível observar no dia 4 de dezembro de 1874:

Á Garganelli devemos as seguintes e terríveis verdades, para os quaes chamamos a atenção dos Srs. paes de famílias. ‘Examine-se o que se passa nos colégios, e nas escolas, dirigidas por jesuítas, lazaristas e por irmãs de caridade, e se verificará que o espírito da mocidade, que ahi vai procurar illustração, acha-se, não esclarecido, mas perturbado; não illuminado pelo desenvolvimento da razão, e sim atrophiado por mil erros e por ideias repugnantes!’¹⁴⁹

Examinar a instrução dada nos colégios religiosos era o que anunciava o *Fraternidade*. A preocupação se dava com as ideias tidas como “repugnantes” que as crianças tinham contato nesses estabelecimentos. No Colégio da Imaculada Conceição, sua instrução não estaria pautada no desenvolvimento da razão, mas no ato de incutir “erros” e ideias contrárias ao “esclarecimento” e “iluminação do espírito”.

Começam esses nocivos preceptores por fazer de cada um dos educandos um intolerante; incutem com autoridade em sua facil imaginação tudo quanto no futuro póde dar victoria as pretenções exageradas de um clero obcecado de ódios e de vinganças, e que, voltado sempre para o passado, detesta o presente, e não admitte idea alguma de liberdade, de razão, de sciencia verdadeira e de progresso¹⁵⁰.

Para o *Fraternidade*, a instrução dada nos colégios regidos pelas ordens religiosas estrangeiras não poderia formar indivíduos preparados para exercer seu papel na sociedade, haja vista esses religiosos estarem voltados para a “intolerância” e para o “passado”. A ideia

¹⁴⁹ “A educação jesuítica”. **Fraternidade**, 4 de dezembro de 1874, Seção Diversos p. 3, 4 col.

¹⁵⁰ “A educação jesuítica”. **Fraternidade**, 4 de dezembro de 1874, Seção Diversos p. 3, 4 col.

de estarem voltados para o passado, para as “tradições”, ficando o presente longe de seus olhos, foi identificada pelo *Fraternidade* como atraso e, portanto, constituía entrave à formação de indivíduos que deveriam ser instruídos à luz da liberdade, da razão, das ciências e do progresso.

No dia 23 de dezembro, um texto no *Fraternidade* intitulado “A educação jesuítica” envolveu mais uma vez o “colégio das irmãs de caridade”. Chamando a atenção dos pais de família, em especial das mães, para atentarem a que educação era dada às suas filhas no referido colégio, o pronunciamento de um padre lazarista, lente do seminário diocesano, feito no estabelecimento de ensino das irmãs, deu o que falar no jornal:

Um medico nada é, assim como cura também mata, o pae ou mãe é um título que se gosa por pouco tempo, mas não assim o padre que é o verdadeiro médico que cura as enfermidades d’alma e mostra o caminho do paraizo; o legitimo pae que ensina as verdades do evangelho e guia a infância no caminho do bem; portanto o padre vale mais que o pae. Os filhos tem mais obrigação de obedecer ao padre que aos próprios paes¹⁵¹.

As críticas eram direcionadas ao “clero reformado e regenerado” de D. Luiz dos Santos que procurava inculcar no espírito do *povo* “perigosos princípios”. Chamando a atenção das mães para a importância de serem mais vigilantes na educação de suas filhas, pedia-se para as mães de família não confiarem na educação dada pelas irmãs no Colégio. Os princípios defendidos pelo referido padre para o papel que cada indivíduo deveria exercer no seio da família foram criticados pelo jornal. Afirmar que um filho devia mais obediência a um padre que ao próprio pai se distanciava do que era pregado no *Fraternidade* acerca da importância da família na educação dos filhos.

É fundamental explicitar que com a “Questão Religiosa” os princípios liberais foram defendidos em grande parte por indivíduos identificados com a maçonaria, e, desse modo, a imprensa maçônica era adversária dos representantes do conservadorismo romano, representado na imprensa na Província do Ceará pelo jornal *Tribuna Católica*, pois defendia ideias tidas como ilustradas e liberais, criticando muitas vezes determinadas funções que a Igreja exercia na dimensão social, como a sua influência no ensino tanto público quanto privado.

A *Tribuna Católica* foi órgão da imprensa na capital cearense, onde o clero apresentou um projeto de sociedade em que a instrução religiosa ocupava lugar central na educação dos indivíduos. Nas décadas de 1870 e 1880 na Província do Ceará, o campo da

¹⁵¹ **Fraternidade**, 23 de dezembro de 1873, Seção Diversos, n. 8, p. 3, 2 col.

instrução pública constituía assunto junto a outros, como as secas, a vida política e religiosa e, principalmente, os conflitos entre o Estado e a Igreja, bastante disputados não somente na imprensa, mas nas associações literárias e filosóficas, na Câmara dos Deputados e na Assembleia Provincial por religiosos, políticos, professores, maçons. Na *Tribuna*, no que concerne ao ensino religioso, as desqualificações por parte de seus colaboradores com relação às posições do *Fraternidade* e do *Cearense* frente a esses assuntos foram constantes.

A *Tribuna Católica* trazia em seus números assuntos referentes à doutrina da Igreja: santos, imagens e relíquias, sacramentos, explicação de partes da missa; as atividades religiosas promovidas pelo clero na capital e no interior; as notícias referentes à Igreja em outras províncias, assim como assuntos referentes à Igreja em Roma, como, por exemplo, os pronunciamentos do papa, as encíclicas e cartas pastorais. Temas como progresso social e moral, família, perseguições à Igreja, doutrina e dogmas da Igreja, educação religiosa, instrução pública, questões políticas referentes ao âmbito local, nacional e internacional também estampavam as páginas dos números da *Tribuna*.

No dia 11 de abril de 1872, a *Tribuna Católica* discutiu acerca da educação religiosa, afirmando que os bons exemplos, a vigilância aos passos das crianças, a reprovação dos maus atos e os aplausos às boas ações, assim como os conselhos de uma boa mãe constituíam condições fundamentais para uma “boa educação”, porém, de acordo com o jornal:

Se tudo isso for feito sem fazerem conhecer a Deus, sem lhes accenderem diante dos olhos a lanterna imensa da fé que illumina todas as fibras do coração, que da luz a razão todos os esforços serão baldados, e essa grande obra que o pai e o preceptor olha talvez desvanecido de prazer desabara antes de findar sua contemplação; porque não lhe deu a base necessária e não fortificou o seu alicerce¹⁵².

Sem o amor a Deus e sem o conhecimento da religião todos os ensinamentos inculcados no “coração da mocidade” não dariam frutos, ou seja, não seriam exercitados na prática cotidiana. A fé e o conhecimento de Deus forneceriam a base para se construir uma educação pautada nos princípios morais e religiosos. Às mães estava reservada a tarefa de dar a seus filhos a educação religiosa, condição fundamental sem a qual o homem não poderia ser “bem educado”. A matéria tratou ainda de chamar a atenção das mães e dos mestres para reconhecerem a importante tarefa que deveriam cumprir em suas funções e direcionou críticas ao ensino do catecismo nas escolas públicas. Para a *Tribuna Católica*:

¹⁵² “A educação religiosa entre nós”. *Tribuna Católica*, 14 de abril de 1872, Seção Comunicado, n. 31, p. 4, 2 col.

Nas escolas publicas o ensino do cathecismo é o mais imperfeito possível, e no Lyceu então, é verdadeiro contrabando. E aonde iremos parar andando assim?! Compenetrai-vos dos vossos altos deveres mães e mestres! Lembrai-vos de que de vós depende a felicidade dos vossos filhos e discípulos; que si delle não tratardes, fareis mal a vós, aos vossos filhos, aos vossos discípulos e a esta pátria que tanto precisa de homens bem formados¹⁵³.

Nas escolas, seria por meio do ensino do catecismo que se inculcaria os princípios da fé, da ideia de Deus e da religião. Contudo, a publicação apresenta que este ensino nas escolas públicas era “imperfeito”. Tal afirmativa poderia estar relacionada a diversos aspectos, dentre eles, ao próprio lugar reservado à instrução religiosa por professores que viam com maus olhos o ensino de determinada doutrina ou credo religioso, defendendo o ensino da moral, porém sem o exercício dos fundamentos e verdades de uma doutrina religiosa específica. Ou talvez, este caráter de “imperfeição” poderia estar ligado à posição dos intelectuais, muitos deles professores do Liceu, que defendiam a ampliação do programa escolar, devendo o ensino contemplar mais as ciências do que o aspecto confessional. Na publicação, a ênfase recai sobre o Liceu do Ceará. Curiosamente, era nesta instituição onde os filhos das famílias mais abastadas da Província recebiam o ensino secundário e de onde saíam os futuros dirigentes da administração pública, da estrutura político-administrativa. Portanto, não é de se estranhar que a *Tribuna Católica* advogasse a respeito da educação que estes deveriam receber, pautada nos princípios da fé e da doutrina cristã católica.

Chamando a atenção dos pais e dos mestres, a publicação identificava a escola e a família como as instituições responsáveis por educar as crianças; e de que para haver uma “boa educação” o papel dos pais e dos mestres seria fundamental, não apenas pelos ensinamentos que deveriam inculcar, mas pelo exemplo que deveriam apresentar às crianças.

No que diz respeito a ideia de conceber a instrução moral e religiosa como instrumento de regeneração social, as posições tanto da *Tribuna Católica* quanto do *Fraternidade* e do *Cearense* convergiam. Este último, trazia em suas páginas a necessidade de uma reforma penitenciária “mais consentânea ao fim cristão e humanitário do castigo e correção social”, destacando a importância da instrução moral e religiosa, assim como a instrução profissional como meios fundamentais de correção. Desse modo, no dia 7 de junho de 1876 o *Cearense* sentenciou o seguinte:

O systema penitenciário em França não é certamente o mais perfeito á muitos respeitos; mas seríamos contentes que tivéssemos aqui uma prisão de segunda ordem daquelle paiz, chamada departamental. Nas prisões departamentaes, apesar de

¹⁵³ “A educação religiosa entre nós”. **Tribuna Católica**, 14 de abril de 1872, Seção Comunicado, n. 31, p. 4, 2 col.

um só edifício para diversas categorias de presos, observão-se regularmente um bom regimen econômico; isto é, uma nutrição sufficiente e san, conforme a lei prescreve para os detidos; um vestuário penal, leito, ou maca, etc. á cada condemnado; trabalho regular obrigatório a todos, de cujo lucro percebem um quarto, excepto os condemnados a trabalhos forçados que não gosão do fructo de seu trabalho; instrucção moral e religiosa, sendo obrigados á missa e exercícios religiosos, á pratica e leitura do catecismo; instrucção primaria de leitura e escripta, arithmetica, e do sistema de pesos e medidas.¹⁵⁴

Na publicação, o sistema penitenciário da França deveria ser tomado como modelo a ser implementado nas penitenciárias da Província, pois, neste sistema, além dos presos serem instruídos na Leitura, Escrita, Aritmética e Sistema de Pesos e Medidas, havia a Instrução Moral e Religiosa onde eram obrigados a irem à missa e a praticarem exercícios religiosos, como a leitura do catecismo. Vê-se, portanto, que a obrigação ao trabalho e aos ensinamentos que contemplavam o currículo da instrução primária seriam os meios pelos quais os sujeitos considerados “desviantes” seriam educados, tornados aptos a voltarem ao exercício de seus deveres em sociedade. Na publicação, o ensino da moral e da religião a que eram submetidos abarcava não somente o aspecto do aprendizado da doutrina cristã, tendo a leitura do catecismo como suporte para a aprendizagem, mas também a obrigação da prática do que se aprendia. Este processo assumia o caráter de uma educação em que a vivência dos valores e preceitos religiosos representava o ponto nodal por onde esses sujeitos acumulariam toda a extensão de ordem e disciplina a que as elites dirigentes pretendiam para as relações sociais.

No dia 16 de dezembro de 1873, o *Fraternidade* em sua primeira página trouxe um texto acerca do ensino religioso e sua importância na vida social dos sujeitos. Religião e Razão estavam em pauta na publicação:

Para ser bom cidadão, portanto, é preciso que tenha sido bom crente, isto é, que a alma esteja fortalecida num principio estável para poder se advogar com segurança as indagações posteriores. O ensino religioso deve logicamente preceder o ensino social, mas com a condição de não contradizer este e não assentar sobre os próprios fundamentos da natureza humana. Formar a crença na Divindade para que esta a torne o principio de moralidade de nossas ações, sem combater os impulsos nobres e espontâneos da razão, tal deve ser a norma verdadeira de todo ensino religioso¹⁵⁵.

A importância de uma educação alicerçada nos princípios da fé seria requisito basilar na formação de sujeitos comprometidos com seus deveres. O princípio da moral baseado na crença em Deus iria direcionar as ações humanas sem, ao mesmo tempo, condenar

¹⁵⁴ **Cearense**, 07 de junho de 1876, Seção Cearense, n. 53, p. 1, 1ª coluna.

¹⁵⁵ **Fraternidade**, 16 de dezembro de 1873, Seção Diversos, n. 7, p. 1, 1 col.

as investidas da razão. Aqui, fé e razão cumpririam com seu papel sem necessariamente “incomodar” o terreno uma da outra.

Paralelo ao assunto acerca da instrução religiosa e, ao mesmo tempo, inserido dentro de um debate maior sobre a instrução pública como alavanca para a construção do progresso material e moral, a *Tribuna Católica*, no dia 4 de fevereiro de 1872, inicia uma série de textos tratando da instrução gratuita, leiga e obrigatória. Este assunto não se aparta do tema do ensino religioso, mas junto a este segue na esteira dos principais assuntos discutidos pelo jornal sobre instrução pública. Na *Tribuna Católica* desse dia foi dito:

Antigamente, como vimos nos discursos dos revolucionários francezes do século passado, a instrucção era domestica. Os paes desempenhavam o dever que tinham de instruir seus filhos chamando mestres para ensiná-los em suas casas. Foi depois de 89 que a instrucção deixou de ser domestica e passou a ser publica, não para fazel-o melhor do que era, mas para desviar o homem de monarchista para republicano.¹⁵⁶

As argumentações focaram-se em dois pontos: o surgimento da instrução pública após a Revolução Francesa como aspecto negativo na educação das crianças e a glorificação a instrução doméstica, forma pelo qual as crianças eram educadas antes da instrução tornar-se pública. A glorificação a esta instrução se dava pelo fato de que na instrução doméstica as famílias exerciam o dever de educar seus filhos nas “sendas do bem”, nos costumes e crenças designados pelos pais, “conservando-os”, assim, nos princípios e valores escolhidos por estes para a educação de sua família. O surgimento da instrução pública foi identificado como fato que, em vez de melhorar a instrução do indivíduo, “o desviaria de monarquista para republicano”. Aqui, “monarquista”, além de significar a adesão a um determinado regime político, estava relacionado a toda sorte de características que acompanharia esta palavra: falta de sintonização com o presente e com o “novo”, o direcionamento para o passado e a tradição.

Para a *Tribuna Católica* a instrução pública até aquele momento teria promovido a “anarquia” na organização da sociedade, isto porque o “hábito da igualdade” entre “ricos” e “pobres”, que se construiria na instrução por meio do contato entre os indivíduos, faria com que fora da escola os “pequenos” buscassem exercer cargos na administração pública, funções que cabia aos “grandes” por terem a habilitação necessária para tal posição. No dia 3 de março de 1872, a *Tribuna* rebate uma opinião do *Cearense* acerca do seguinte trecho de uma publicação sobre a instrução pública:

¹⁵⁶ *Tribuna Católica*, 4 de fevereiro de 1872, Seção Tribuna Católica, n. 21, p. 1, 3 col.

Não se póde negar que a instrucção em comum tem a vantagem apparente de formar, pelo contacto, o habito da egualdade entre o grande e o pequeno, entre o rico e o pobre, e de firmar sobre esta base a fraternidade fautora da liberdade; mas a experiência tem mostrado q' não se tem conseguido com este systema, synão estabelecer a licença e a anarchia na sociedade; porque os pequenos, egualhados aos grandes na escola, querem sel-o também nos empregos do estado SEM A MESMA HABILITAÇÃO, e applicam-se à política em vez de applicarem-se ao trabalho, para que os destinou a providencia.¹⁵⁷ (Grifo do jornal)

É claro na *Tribuna Católica* as tentativas não apenas de apresentar quais seriam as funções que as diferentes camadas exerceriam na esfera social, mas também de construir uma ideia de que os direcionamentos sobre o tipo de educação que os indivíduos deveriam receber constituíam aspecto legitimado pela própria “providência divina”, sendo a Igreja a instituição capaz de direcionar os indivíduos aos seus papéis na estrutura político-social, com autoridade validada pelo poder divino. Desse modo, as classes mais favorecidas receberiam uma educação voltada para a ocupação de cargos na estrutura político-administrativa do estado. Já as *classes populares* deveriam ser preparadas para o regime do trabalho. A *Tribuna* fez a seguinte indagação: “E todos devem se applicar a política, porque a isto foi que os destinou a Providencia, e não ao trabalho? A direção da sociedade pertence a todos, e não aos poucos a quem Deus para isto deu a sabedoria?!”¹⁵⁸. Essa organização da estrutura social defendida pela *Tribuna Católica* buscava apoio no discurso providencialista como forma de garantir a defesa das posições e dos interesses da elite eclesiástica e leiga.

O *Cearense* em suas páginas não tardou em direcionar críticas a *Tribuna Católica*, identificando a folha religiosa como defensora do obscurantismo e da ignorância por condenar a instrução popular e identificá-la como um “veneno pernicioso”¹⁵⁹. No dia 15 de fevereiro de 1872, a folha liberal se posicionou da seguinte forma:

Na esclarecida opinião do nosso escriptor deveríamos ou voltar a idade media, em que a classe do povo era uma espécie de servos (como ainda hoje com alguma diferença), cujos filhos e netos não passavam deste mister (mesmo os q' se habilitavam para mais?) e industriaes, formando companhias, em que os descendentes (dos filhos e netos?) se alistavam para sempre (contra o pauperismo), ou trasladar para o Brasil algumas dessas instituições asiáticas, q' consagra como principio religioso a divisão das raças em misteres determinados. *O filho do pobre não ande na escola com o filho do rico, para não se presumir igual e aspirar algum emprego do estado, nem ingerir-se na política*; porque isto pertence ao rico; como os parias do Hindous devem ir ao trabalho material, para que os destinou a Providência.¹⁶⁰

¹⁵⁷ “O Cearense colhe o que plantou”. *Tribuna Católica*, 3 de março de 1872, Seção Tribuna Catholica, n. 25, p. 1, 2 col.

¹⁵⁸ *Ibid.*, p. 1, 4 col.

¹⁵⁹ *Cearense*, 15 de fevereiro de 1872, n. 13, Seção Cearense, p. 1 (capa), 1 col.

¹⁶⁰ *Ibid.*, p. 1 (capa), 2 col.

Contrariando as posições da *Tribuna Católica*, o *Cearense* tentou afirmar que os indivíduos de diferentes posições sociais e econômicas poderiam receber uma formação direcionada a ocupar os mesmos lugares na esfera social. Aqui, a ideia de igualdade entre os sujeitos perante a lei e a garantia dos direitos faz parte dos discursos das posições liberais, o que na prática não garantia uma distribuição igual da cultura, pois eram levados em conta os aspectos das condições sociais e o próprio papel que cada um exercia na sociedade¹⁶¹.

A *Tribuna* desvelou em suas páginas o seu empenho na defesa do papel da família na educação dos filhos, arvorando a bandeira da importância dos pais na instrução religiosa das crianças. As críticas à instrução pública se davam ao fato de que as defesas a favor da escola leiga, gratuita e obrigatória cresciam cada vez mais. Nesse momento, o jornal *Cearense*, órgão que representava as ideias liberais na Província, apresentou suas posições e réplicas sobre o assunto, que foram percebidas por ambas as partes.

O *Cearense* contrariando o que a *Tribuna Católica* havia afirmado acerca da instrução doméstica, no dia 4 de fevereiro, defende que foi desta mesma instrução e, em grande parte, da jesuítica, tida como a única instrução capaz de fazer bons cristãos e monarquistas, que saíram os “damnados da revolução francesa, que guilhotinaram uma família de reis e proscreeveram o culto christão”¹⁶².

Percebe-se que o termo “danados” foi utilizado pelo referido jornal com a intenção de mostrar que da instrução doméstica saíram indivíduos que se rebelaram contra a própria estrutura de sociedade baseada nos dogmas e princípios do Cristianismo, que estabeleceram medidas para restringir a própria participação do clero na estrutura político-social e praticaram atos contrários aos valores e preceitos que receberam com a instrução dita como a única capaz de formar bons cristãos. Assim, para o *Cearense* a instrução doméstica e jesuítica não teria sido suficiente para “preservar essa geração de perverter-se”, e indaga: “quem nos assegura que seguindo o conselho do órgão episcopal de voltarmos, ella nos garantirá de semelhante desastre?”¹⁶³. Nesse sentido, a proposta liberal defendida pelo *Cearense* trazia a instrução elementar obrigatória como meio fundamental para o progresso material e moral do país. Nesse momento, a preocupação com a obrigatoriedade e a liberdade do ensino é uma constante do pensamento liberal¹⁶⁴.

¹⁶¹ REMOND, René. **O século XIX 1815-1914**: Introdução a história de nosso tempo 2. Trad. Frederico Pessoa de Barros. São Paulo: Editora Cultrix, 1997. p. 44.

¹⁶² *Op. Cit.*, p. 1 (capa), 2 col.

¹⁶³ **Cearense**, 15 de fevereiro de 1872, n. 13, Seção Cearense, p. 1 (capa), 2 col.

¹⁶⁴ BARROS, Roque Spencer Maciel de. **A ilustração brasileira e a idéia de universidade**. São Paulo: Editora Convivio, Edusp-Editora da Universidade de São Paulo, 1986, p. 102.

A *Tribuna Católica* ao abordar a instrução pública na Província apresentou expectativas negativas quanto a seu papel nas terras cearenses:

Quanto a nós a instrução não pode trazer necessariamente essa grande utilidade que dela se espera, como resultado necessário. Ela não é mais que um instrumento que se pode empregar para o bem e para o mal. Atendendo ao carater dos que se entusiasmem por ela na França donde o Brasil recebeu essa febre contagiosa, cremos que todo esforço por ela é pra ser empregada para o mal: porque a querem gratuita, obrigatória e leiga. Instrução leiga quer dizer fora ou contra às doutrinas da Igreja, instrução incredula, materialista, ateia, sem dogma, sem religião e sem moral.¹⁶⁵

Para a *Tribuna*, a “instrução pública sendo a magna questão de que depende o bem das nações”¹⁶⁶ na Província do Ceará não traria grande utilidade, pois a instrução primária sem a educação cristã da família, sem o ensino religioso da escola, seria “perigosa” e se tornaria porta de entrada para os vícios e maus costumes.

As publicações traziam, portanto, a importância da educação cristã da família e de que a introdução da escola leiga e obrigatória “atacaria os direitos do pai”¹⁶⁷, pois era seu direito direcionar a educação de sua família segundo seus princípios e valores escolhidos. É possível inferir que as publicações traziam a figura do pai com o propósito de criar uma opinião de que o ensino leigo e obrigatório constituiria um perigo ao seu papel na educação dos filhos. A preocupação não era somente com o direito deste em educar sua família de acordo com seus propósitos, mas com a “perda de espaço” no âmbito da instrução pública que o ensino leigo e obrigatório traria para a Igreja. Assim, os conteúdos dos textos direcionavam de forma explícita as mensagens aos pais de família, deixando clara a sua posição quanto a que tipo de instrução deveria ser dada às crianças e quem se encarregaria de instruí-las e educá-las a fim de que se alcançasse o progresso material e moral no país.

O ensino leigo, gratuito e obrigatório foi assunto referente ao tema da instrução pública, discutido exaustivamente na *Tribuna Católica*. As publicações se repetiam e incorporavam às suas argumentações conflitos e tensões, principalmente com o *Cearense*. A repetição dos assuntos acerca do ensino obrigatório denota não somente a pertinência com que esse tema é tratado no jornal, mas como na segunda metade do século XIX em todo o Império foram intensos os debates nas Assembleias Provinciais, na Câmara dos Deputados e nas agremiações políticas, literárias e filosóficas sobre a necessidade de educar a população pobre e livre.

¹⁶⁵ *Tribuna Católica*, 4 de fevereiro de 1872, Seção Tribuna Catholica, n. 21, p. 2, 1col.

¹⁶⁶ *Ibid.*, p. 1, 2 col.

¹⁶⁷ *Ibid.*, 18 de agosto de 1872, Seção Tribuna Catholica, n. 49, p. 1, 4 col.

No dia 18 de fevereiro, a *Tribuna* afirmou que o *Cearense* “ridicularizou” seus textos sobre o ensino gratuito e obrigatório. Fazendo novamente uma exposição acerca da instrução doméstica, em grande parte herança jesuítica, a *Tribuna* neste dia discutiu acerca das consequências implantadas pelos “revolucionários de 1789” e seu empenho em tornar a instrução gratuita e obrigatória.

Para os textos publicados no referido jornal, na instrução gratuita e obrigatória as crianças estariam expostas a doutrinas contrárias aos princípios e valores pregados pela sua família¹⁶⁸. O ensino público nesse momento é visto pela *Tribuna Católica* como propagador de vícios, erros e maus hábitos. A educação adquirida nas escolas públicas levaria as mães a sofrerem por verem seus filhos entregues às más doutrinas ensinadas pelo mestre. Frequentemente a *Tribuna* publicava os ensinamentos de Pio IX, nos quais chamava a atenção das autoridades religiosas para “salvar a mocidade dos ensinamentos dos homens perversos que propagam a perversão”¹⁶⁹. Ao mencionar o termo “perversão” o Pontífice Romano se referia às “más doutrinas”, como o racionalismo, o cientificismo e o naturalismo, tidas como propagadoras de preceitos que destruiriam os princípios adquiridos na Igreja e na família, formadores do alicerce que sustentava os valores tradicionais católicos baseados na moral e virtudes cristãs.

Para a *Tribuna* a instrução gratuita e obrigatória seriam meios por onde o *povo* se “desviaria do cristianismo”¹⁷⁰, constituindo, assim, entrave à Igreja Católica. No dia 11 de fevereiro de 1872, o jornal publicou em sua primeira página, na seção “Tribuna Católica” um texto onde defendeu o seguinte:

[...] As leis chamadas confessionais imaginadas pelos doutores entregaram as escolas ao Estado, ao mesmo tempo que autorizaram o ensino sem confissão, ou ateu: eis aí o progresso. Eis aí o progresso para onde marchamos pela instrução obrigatória, e por isso se quer que seja leiga, como já é no Brasil, de fato, quanto ao pessoal. Se somos católicos e queremos continuar a se-lo, demos ao menos a inspeção dos livros destas escolas ao Diocesano para exerce-la por si e por seus vigários, reconhecemo-lo por autoridade competente da verdade que se deve ensinar a mocidade.¹⁷¹

Na publicação, o ensino sem uma confissão religiosa era identificado como “ateu”, ou seja, uma instrução que se apresentaria como prejudicial à formação da

¹⁶⁸ “Discurso do S. Padre”. *Tribuna Católica*, 18 de fevereiro de 1872, Seção Tribuna Catholica, n. 23, p. 2, 4 col.

¹⁶⁹ *Ibid.*, p. 3, 1 col.

¹⁷⁰ “Discurso do S. Padre”. *Tribuna Católica*, 11 de fevereiro de 1872, Seção Tribuna Católica, n. 22, p. 2, 2 col.

¹⁷¹ *Ibid.*

“mocidade”, haja vista que para a *Tribuna Católica* o termo “ateu” caracterizar um ensinamento desprovido da ideia de Deus e com toda sorte de princípios que não reconheciam os valores e preceitos cristão católicos como autoridade formadora das bases das próprias relações entre os sujeitos. Ao reconhecer o bispo diocesano como autoridade competente na instrução da “mocidade”, e solicitar como medida de ser cristão católico que se deem a inspeção dos livros utilizados na instrução pública ao bispo diocesano, evidencia-se o caráter com que os discursos se articularam na imprensa, caracterizando a instrução obrigatória, bem como a secularização do programa de estudos da instrução pública como aspectos que levariam a dissolução dos costumes e dos valores adquiridos por meio dos ensinamentos da instrução moral e religiosa baseada na doutrina cristã católica.

No dia 25 de fevereiro, a *Tribuna* se defende das críticas do *Cearense* no que concerne à posição de defesa que apresentou em suas folhas sobre a necessidade de dar ao bispo diocesano a inspeção dos livros utilizados na Instrução Pública. Com o título “O *Cearense* pelo reverso”, a *Tribuna Católica* mais uma vez trava contendas com esse jornal sobre o assunto da instrução pública na Província. Para o *Cearense*, a *Tribuna Católica* esquecia que dando a inspeção dos livros ao bispo diocesano o Estado abdicaria uma de suas mais importantes atribuições que era a de velar pela educação e pela formação intelectual e moral do *povo*.

Nesse momento, tanto o *Fraternidade* quanto a *Tribuna Católica* e o *Cearense* se apresentaram como porta-vozes que levariam a Província ao progresso, “almejavam a função de arautos do saber e da verdade”¹⁷². Os membros dos referidos jornais trataram de definir os seus papéis sociais e políticos, no sentido de que eram capazes de doutrinar os sujeitos para o convívio nos novos tempos diante das mudanças que a Província passava, com o comércio mantido com as nações industrializadas, o surgimento de casas comerciais, a necessidade de urbanização na capital para disciplinar os sujeitos, o consumo de produtos estrangeiros¹⁷³. Desse modo, entendemos que as publicações da imprensa e seus discursos foram “portadores de agenciamentos coletivos de enunciação, máquinas de produção de desejos”¹⁷⁴.

Vê-se que a defesa da escola pública, gratuita e obrigatória vai fazer surgir as contrariedades que esses aspectos apresentavam no que se refere às circunstâncias em que se

¹⁷² FERNANDES, Ana Carla Sabino. **A imprensa em pauta:** entre as contendas e paixões partidárias dos jornais *Cearense*, *Pedro II* e *Constituição* na segunda metade do século XIX. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal do Ceará, 2004, p. 33.

¹⁷³ GIRÃO, Raimundo. **Geografia estética de Fortaleza.** Fortaleza: Casas José de Alencar/UFC, 1997, p. 73-98.

¹⁷⁴ CARDOSO, Gleudson Passos. **As repúblicas das letras cearenses:** literatura, imprensa e política (1873-1904). São Paulo: Dissertação (Mestrado em História Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2000, na parte “Resumo” da dissertação.

encontrava a instrução pública na Província. A falta de condições dos pais de família em manter seus filhos nas aulas públicas primárias, haja vista muitos não terem condições de garantir os meios necessários, como o material de que os filhos necessitavam, constituiu aspecto que impossibilitava os pais de cumprirem com o dever de fazer seus filhos frequentarem as aulas. Observa-se, portanto, que os problemas sociais, como a pobreza da população e até mesmo o fornecimento de roupas, muito solicitado nos ofícios feitos pelos professores acerca dos materiais que seus alunos ditos “indigentes” necessitavam para frequentar e se manter nas aulas, não estavam presentes na pauta dos projetos das elites dirigentes quando arvoraram a bandeira da escola pública, gratuita e obrigatória.

Os jornais se apresentaram como detentores do saber, constituindo espaço de propagação do estado atual das coisas. Nas discussões empreendidas pelo *Fraternidade*, pela *Tribuna Católica* e pelo *Cearense* acerca da obrigatoriedade escolar, observa-se que, junto às tentativas de colocar o país em sintonia com as nações ditas civilizadas, as elites política e intelectual vão investir na ideia de que as crianças necessitavam frequentar as aulas, serem educadas e tornadas adultos ordeiros e disciplinados.

Se o fim maior da obrigatoriedade era direcionar as crianças para que evitassem a inclinação aos vícios e a ociosidade, aspectos que estavam constantemente presentes em seu cotidiano, principalmente pelas condições de miséria em que viviam, a assistência por parte das autoridades responsáveis pela instrução pública muitas vezes não ia ao encontro deste fim. Nesse sentido, o ensino obrigatório acabava por construir as diferenciações entre letrados e não letrados, na medida em que somente uma minoria conseguia se manter nas aulas públicas primárias. Tornar a frequência escolar um ato obrigatório ia, ao mesmo tempo, de encontro a várias circunstâncias econômicas e sociais nas quais a maioria das crianças na Província estava inserida.

Ao mesmo tempo, os discursos na imprensa dos que defendiam a expansão da instrução a todas as camadas da população, aspecto reiterado frequentemente como um dos meios para se alcançar o progresso, acabavam por excluir do ensino a maioria das crianças na Província, na medida em que não abarcavam as circunstâncias vividas por estas, destituídas dos meios necessários para frequentarem e se manterem nas aulas públicas primárias. Assim, a instrução apregoada como fundamental para colocar o país no patamar das nações ditas civilizadas era a mesma que excluía boa parte da população, na medida em que somente uma minoria possuía os meios para se manterem nas aulas.

Vê-se, portanto, o caráter elitista dos debates na segunda metade do século XIX em torno da questão da gratuidade e obrigatoriedade escolar, uma vez que era discutido um

projeto de instrução popular que não dava conta de atender as condições sociais da maioria das crianças, que deixavam de frequentar as aulas devido à falta de materiais ou devido às epidemias (varíola, cólera) e às secas¹⁷⁵ (estiagens) que assolavam a Província. Na prática, muitas aulas foram encerradas por não conterem quantidade suficiente de aluno. Os pedidos de envio de verba para o pagamento do aluguel das casas onde funcionavam as aulas primárias, bem como os de fornecimento de materiais e livros às crianças *pobres* eram constantemente feitos à Inspetoria e à Diretoria da Instrução Pública.

2.3 “Qual a preferível, a educação religiosa ou a civil?”: educação religiosa e educação civil nos Exames de Capacidade Profissional

“Acho preferível a educação e a religião: a educação por que o homem sem educação é incapaz do estado social, ignorando os deveres para com Deus, para com seu semelhante e para consigo. Desconhece a Deus; aborrece o semelhante e é um implacável inimigo de si mesmo. A religião porque é a base principal da vida humana, ella reforma habitos e corrige vicios. Depois disto, sem a religião, não se poderá ter parte nas recompensas da vida eterna”.

O trecho acima corresponde a resposta de Maria Jeronima de Souza, aspirante ao magistério público primário, à prova referente ao tema “Programa” realizada em seu Exame de Capacidade Profissional em 5 de novembro de 1874. Maria Jeronima, que pretendia se

¹⁷⁵ Duas grandes secas assolaram a Província do Ceará nas últimas décadas do século XIX: as secas de 1877/79 e 1888. Inúmeros retirantes se deslocaram para Fortaleza em busca de socorros públicos que lhes garantissem a sobrevivência. Muitos destes foram empregados em obras públicas como forma de evitar, dentre outros aspectos, que “maculassem” a imagem de progresso pretendida pelas elites dirigentes para a capital do Ceará. Nesse momento, a seca foi apresentada nos Relatórios de Presidente de Província como “elemento retardador do processo de desenvolvimento”, como “a causa de quase todos os males enfrentados pela Província”. Para mais informações ver: RIOS, Kênia Sousa. **Campos de concentração no Ceará: isolamento e poder na seca de 1932**. Fortaleza: Museu do Ceará/Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2006, p. 22; SILVA, Wendell Guedes da. **A todo vapor! Formação de trabalhadores na Estrada de Ferro de Baturité (1877-1880)**. 2013. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2013.

inscrever no concurso da cadeira feminina da cidade de Aracati, responde a seguinte questão: “Qual é a preferível, a educação religiosa ou a civil?”¹⁷⁶.

As ideias presentes na resposta da aspirante ao magistério primário giravam em torno da importância da educação e da religião e não especificamente da educação religiosa. A educação seria importante porque sem ela se desconheceria a Deus e se ignoraria os deveres para com Deus, revelando o próprio entendimento de educação naquele momento: através da educação as crianças aprenderiam não apenas seus deveres religiosos, ou seja, a obediência a Deus, que no cotidiano passava pelo crivo da Igreja que designava os deveres do cristão, mas também seus deveres sociais, ou seja, suas obrigações para com seu semelhante e para consigo.

Com o tema “Programa”, os Exames de Capacidade Profissional abordaram com pertinência na década de 1870 especificamente duas questões: se o ensino deveria se separar da religião e qual era a preferível, a educação religiosa ou a civil. A resposta a estas perguntas, na maioria das vezes, foi associada à importância que a religião exercia na vida social dos sujeitos. Desse modo, as posições dos aspirantes à função de professor primário, por diversas vezes, apresentaram uma certa preocupação ou mesmo desejo em exaltar que a religião, e, diga-se de passagem, a cristã católica, era fundamental na vida dos indivíduos como resposta à pergunta se o ensino e a religião deveriam andar separados.

Nas décadas de 1870 e 1880, na Província do Ceará, para se inscrever nos concursos das cadeiras públicas primárias era necessário exibir documentos que comprovassem a habilitação do candidato ao magistério. Nesse sentido, os candidatos tinham que apresentar os atestados de moralidade civil e religiosa feito pelo pároco de sua localidade, o atestado médico, provando não possuir nenhuma doença que impossibilitasse o exercício do magistério e as provas feitas nos Exames de Capacidade Profissional. Os aspirantes ao magistério quando completavam o tirocínio, período em que frequentavam uma aula primária participando da própria organização e do processo de ensino incluindo conteúdos e métodos, solicitavam uma data à Diretoria da Instrução para serem examinados quanto à sua capacidade profissional. Nos exames, professores do Liceu e professores de cadeiras públicas primárias da capital compunham o quadro de examinadores.

Um primeiro aspecto a ser destacado sobre os exames de capacidade profissional diz respeito ao caráter de como se apresentou aos aspirantes a função de professor primário.

¹⁷⁶ CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Aracati, 1874. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Aracati, Data Crônica: 1874. CEAPEC. IP. CO. EXM. 01 13 (107)/CAIXA: 72.

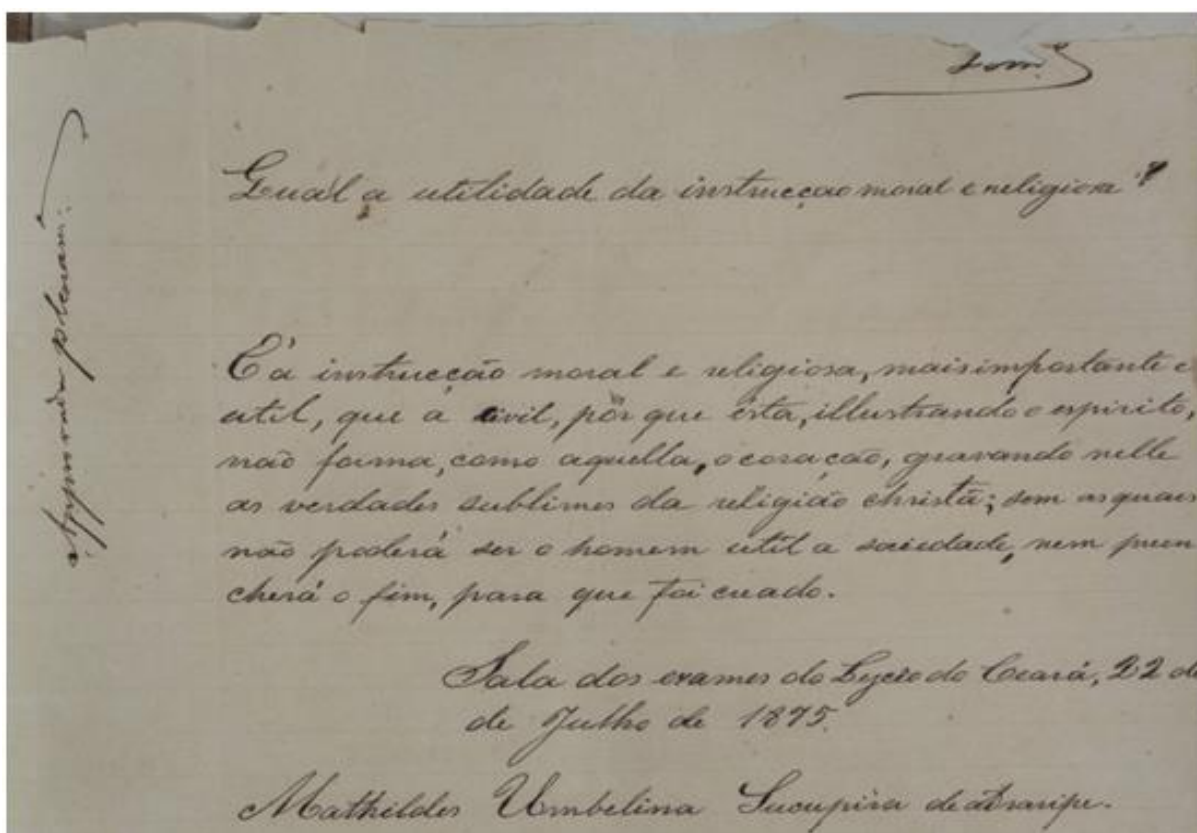
Neste ponto, vê-se que mesmo se apresentando como um meio de especulação dos conhecimentos dos futuros professores quanto aos ensinamentos nas matérias referentes ao programa escolar da instrução primária é possível observar que havia mais uma preocupação por parte dos examinadores em saber como os aspirantes às cadeiras iriam prosseguir nos seus deveres e, ao mesmo tempo, qual era sua conduta moral, civil e religiosa.

As provas realizadas nos Exames de Capacidade Profissional nas décadas de 1870 e 1880 pelos que desejavam se inscrever em concurso de cadeiras públicas primárias na Província abordavam diferentes temas: gramática, caligrafia, aritmética, história, geografia, religião, latim, instrução religiosa, francês, métodos escolares, papel e conduta dos professores¹⁷⁷. Dentre as perguntas que contemplavam artigos do Regulamento da Instrução Pública do período, como por exemplo, “Porque razão a lei proíbe o professor público de advogar?”, havia uma questão, em especial, que frequentemente os aspirantes ao magistério eram interrogados: “Qual a utilidade da instrução moral e religiosa?”. Como é o caso de Mathildes Umbelina Sucupira de Araripe, que desejando se inscrever no concurso da cadeira do ensino primário da Vila do Pereiro¹⁷⁸, atual cidade de Pereiro, solicitou em 23 de julho de 1875 ao diretor da Instrução Pública sua inscrição no concurso, enviando documentos que comprovavam sua habilitação no exercício do magistério. Mathildes Umbelina enviou sua prova de análise gramatical, seu título de aprovada no exame de capacidade profissional, bem como a resposta da pergunta sobre qual a utilidade da instrução moral e religiosa, conforme pode-se observar na imagem:

¹⁷⁷ É importante ressaltar que nas provas em que analisamos os aspirantes ao magistério no ato de sua inscrição nos concursos das cadeiras públicas primárias ou não apresentavam todas as provas feitas no Exame de Capacidade Profissional ou no decorrer do tempo as provas foram “perdidas” no local onde foram guardadas (Arquivo Público do Estado do Ceará-APEC), pois os casos analisados na grande maioria das vezes só trazem as provas de Análise Gramatical, Aritmética e as perguntas relacionadas ao tema “Programa”.

¹⁷⁸ Distrito criado com a denominação de Cosme e Damião da Serra do Pereiro pelo decreto de 11-10-1831 e por ato provincial de 18-03-1842. Foi elevado à categoria de vila com a denominação de Santos Cosme e Damião da Serra do Pereiro pela lei provincial de n. 1135 de 24-11-1864. Em 28-12-1890 é elevado à condição de cidade com a denominação de Pereiro pelo decreto estadual n. 54 e em 20-12-1938 é elevado definitivamente a categoria de cidade. Fonte: IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Acesso: <http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=231080&search=ceara|pereiro|infograficos:-historico>

Figura 1 – Prova de Mathildes Umbelina Sucupira de Araripe realizada no Exame de Capacidade Profissional na Sala de Exames do Liceu em 22/07/1875.



Fonte: Ceará. Governo da Província, Instrução Pública Primária, 1875.

A aspirante ao magistério primário mesmo não sendo interrogada sobre qual tipo de educação preferia, se a educação religiosa ou a civil, sua resposta à questão sobre qual a utilidade da instrução moral e religiosa apresentava uma certa preocupação em afirmar que esta instrução era mais importante e mais útil que a civil. O que estava em oposição na resposta, portanto, era a ilustração do espírito e a do coração, pois para Mathildes a instrução moral e religiosa seria mais importante porque não formava o espírito como a instrução civil e sim o coração “gravando nelle as verdades sublimes da religião Christã, sem as quais não poderá ser o homem util a sociedade, nem preencherá o fim, para que foi criado”¹⁷⁹. Esta resposta revela, ao mesmo tempo, o caráter com que as crianças eram instruídas na década de 1870 no Ceará. Formar o espírito significava desenvolver o intelecto das crianças, ou seja, a soma dos conhecimentos que compunha as matérias estudadas, o que seria garantido pela instrução civil. Por outro lado, a formação do coração tinha por objetivo o desenvolvimento do caráter, das virtudes necessárias para serem bons filhos e bons pais. Nesse momento,

¹⁷⁹ CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Vila do Pereiro, 1875. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Vila do Pereiro, Data Crônica: 1875. BR CEAPEC IP CO EXM 01 08 (161)/CAIXA: 72.

formar o espírito não seria suficiente para a instrução das crianças, e, ao mesmo tempo, a formação do caráter por meio da instrução moral e religiosa marcava o “lugar” da Igreja Católica no ensino primário na Província, haja vista serem os catecismos produzidos pelos bispos os compêndios permitidos e exigidos para a instrução nessa matéria.

Nesse sentido, nosso objetivo neste tópico é discutir o modo com que os exames de capacidade profissional serviram como espaço de discussão em que se refletiu os conflitos da estrutura político-social, mais especificamente os embates entre o Estado Imperial e a Igreja Católica com o advento do fim do Padroado, na medida em que os aspirantes ao magistério público primário eram interrogados se o ensino deveria se separar da religião, e qual era a preferível, a educação religiosa ou a civil, fato que estava diretamente relacionado às tentativas de fazer com que a Instrução Moral e Religiosa permanecesse no programa escolar da Instrução Pública Primária.

Para os aspirantes ao magistério, a instrução moral e religiosa, representada pela formação do caráter e dos comportamentos, estava associada à própria função da instrução primária naquele momento, baseada mais em educar do que em instruir. As perguntas corroboravam, ao mesmo tempo, com as medidas estabelecidas nos regulamentos e regimentos referentes à instrução pública, em que um dos principais requisitos para tornar-se professor primário era ter moralidade. Apenas os conhecimentos referentes às matérias do programa escolar não eram suficientes para instruir as crianças.

A cópia do termo do concurso da referida cadeira apresenta que no dia 28 de julho de 1875 a comissão reuniu-se no Liceu e avaliou a prova escrita de Mathildes Umbelina Sucupira, julgando desnecessário sujeitá-la a outro exame. A candidata, portanto, foi aprovada no concurso e provida na cadeira do ensino primário na Vila do Pereiro.

Nesta direção, o exercício dos deveres dos professores tinha a religião, os pais e a sociedade em geral como verdadeiros laboratórios onde os alunos colocariam em prática os aspectos trabalhados na sala de aula, como a obediência, o respeito e a ciência de suas obrigações. Desse modo, no exame de Capacidade Profissional de Lino de Souza e Encarnação, de 14 de janeiro de 1876, o aspirante à função de professor primário foi examinado quanto à análise gramatical, assim como também foi pedido para dissertar acerca das seguintes questões: “Qual a utilidade do ensino nas escolas” e “Quais as obrigações do professor para com seus alunos”. Sobre esta questão, o candidato responde que “a missão a si confiada envolve o caráter de pai e de amigo”, e que ao professor compete:

Distribuir aos alunos a instrução com paciência, delicadeza e gosto, infiltrar-lhe n'alma o santo respeito a religião e a obediência e veneração aos seus pais, e fazer-lhes conhecer as obrigações para com a sociedade, em geral, e para com os seus semelhantes, em particular, eis o que o professor deve compreender como as suas mais imprescindíveis obrigações.¹⁸⁰ (Grifo nosso)

Vê-se que a primeira obrigação dos alunos seria o respeito à religião. Respeitar significava obedecer aos preceitos e normas colocadas pela Igreja como dever dos cristãos. A religião, portanto, constituía a primeira via pela qual os alunos colocariam em prática a educação adquirida nas aulas, cujo papel do professor seria essencial na medida em que a paciência e a delicadeza, bem como o zelo que deveriam apresentar para com o ensino, seriam fundamentais para que a obediência e a disciplina fossem promovidas nas escolas como medidas para se construir a ordem e a hierarquia na esfera social.

Na década de 1870, na Província do Ceará, o ensino primário estava dividido, de acordo com o Regulamento da Instrução Pública de 19 de dezembro de 1873, em Primário de Primeiro Grau e Primário de Segundo Grau, devendo as crianças ser instruídas nas seguintes matérias, conforme é possível observar no quadro abaixo:

Quadro 1 – Disciplinas do programa do Ensino Primário em 1873.

ENSINO PRIMÁRIO NA PROVÍNCIA DO CEARÁ EM 1873	
Ensino Primário de 1º Grau	Ensino Primário de 2º Grau
Leitura e escrita	Aritmética teórica e prática, até proporções
Instrução moral e religiosa	Gramática nacional
Noções essenciais de gramática nacional	Elementos de geometria plana
Princípios de aritmética (quatro operações e números inteiros, quebrados, decimais complexos, proporções)	Sistema métrico decimal comparado e antigo
Sistema de pesos e medidas do Império	Elementos de geografia e história, principalmente do Brasil
Prática do ensino primário	Noções de história sagrada

Fonte: CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Regulamento da Instrução Pública da Província do Ceará de 1873¹⁸¹.

¹⁸⁰ CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Fortaleza, 1876. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Fortaleza, Data Crônica: 1876. BR CEAPEC IP CO EXM 01 08 (69)/CAIXA: 72.

¹⁸¹ CEARÁ: Regulamento Orgânico da Instrução Pública e Particular da Província do Ceará (1881), V. 3. In: VIEIRA, Sofia Lerche e FARIAS, Isabel Maria Sabino de. (Orgs.). **Documentos de política educacional no Ceará: Império e República**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacional Anísio Teixeira, 2006. CD-ROM – (Coleção Documentos da Educação Brasileira).

No quadro, as crianças aprenderiam no ensino primário os rudimentos de leitura, escrita, aritmética, sistema de pesos e medidas, elementos de história e geografia e instrução moral e religiosa. No currículo do ensino primário de 1º grau, junto à instrução moral, estava a religião, ou seja, a instrução moral e religiosa.

Na resposta de Lino de Souza e Encarnação, mencionada anteriormente, não havia o dever do professor em fazer com que os alunos progredissem quanto aos conhecimentos referentes à leitura e escrita, noções de gramática, aritmética, sistema geral de pesos e medidas, história do Brasil, por exemplo, matérias que faziam parte do programa da instrução pública primária em toda a década de 1870. Na resposta de Lino de Souza, o dever do professor em fazer com que os alunos respeitassem a religião, fossem obedientes a seus pais e cumprissem com seus deveres perante a sociedade como sua mais imprescindível obrigação, evidencia o caráter com que a religião esteve presente na instrução pública primária e, especialmente, como foi associada à educação, estando presente como primeiro dever dos alunos.

Com frequência nos Exames de Capacidade Profissional, os futuros professores apresentavam a ideia de que o seu principal dever no exercício do magistério seria o de investir esforços para que fossem desenvolvidos nos ânimos das crianças os aspectos da moral e da religião. Nesta direção, no exame de capacidade profissional de Francisco Raimundo da Rocha, o aspirante ao magistério público foi examinado quanto aos assuntos de análise gramatical em 2 de março de 1877 e 26 de abril do mesmo ano, assim como também foi pedido para que dissertasse acerca de duas perguntas: “Quais as obrigações do professor para com seus alunos?” e “Qual é o castigo que de preferência deve ser admittido na escola?”. Desejando se inscrever no concurso da cadeira primária de Barro Vermelho¹⁸², Francisco Raimundo enviou essas provas como documentos para comprovar sua habilitação ao magistério.

É interessante observar que em relação à pergunta “Quais as obrigações do professor para com seus alunos”, Francisco Raimundo responde que “o professor deve com maior cuidado prestar-se a tudo que for mister para o seu desenvolvimento, fazendo-lhe

¹⁸² Com o intuito de localizar geograficamente o lugar “Barro Vermelho” no Ceará, recorremos ao site do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e estatística), porém não encontramos nenhuma referência a este lugar no século XIX.

conhecer não só o que diz respeito a vida intelectual, mas sobretudo o que toca a moral e a religião”¹⁸³.

A resposta de Francisco Raimundo insere a figura do professor como aquele que deveria promover não somente a instrução intelectual, que compreendia os conhecimentos nas matérias do programa escolar, mas principalmente os ensinamentos promovidos pela moral e pela religião, sobretudo, no que dizia respeito às normas e preceitos apresentados pela Igreja e que os sujeitos deveriam seguir como parte do cumprimento de seus deveres religiosos. Sua resposta deixava transparecer que o trabalho do professor deveria envolver a formação dos bons costumes e comportamentos, em cuja tarefa seria figura central, na medida em que educar na instrução moral e religiosa abarcava também o aspecto do “exemplo”, ou seja, dos bons comportamentos que os professores deveriam apresentar não somente às crianças, mas às famílias dos alunos e à comunidade do lugar em que lecionasse.

Nos exames de capacidade profissional, a comissão examinadora procurava especular acerca das opiniões e posições dos professores à determinadas questões, o que ao mesmo tempo, ia ao encontro com o próprio método de ensinar durante boa parte do século XIX – a memorização. Por mais que se perguntasse qual a posição do professor sobre qual tipo de educação preferiam, a educação religiosa ou a civil, as respostas possivelmente partiam da decoração de algum manual ou compêndio, pois muitos candidatos utilizavam as mesmas palavras e pontuação. Contudo, os professores compartilhavam dessas posições que provavelmente decoravam de algum manual?

Os aspirantes ao magistério em suas respostas se colocavam enquanto sujeitos que estavam preparados para exercer o cargo de professor primário. Nos seus discursos tentavam mostrar que compartilhavam a ideia de que a instrução moral e religiosa era imprescindível na formação das crianç as e que preferiam a esta instrução que a civil. No entanto, essa posição consistia em uma estratégia para mostrar-se apto ao magistério, visto que nos exames, os candidatos eram arguidos logo de início acerca da Instrução Moral e Religiosa, que incluía o catecismo e assuntos presentes no Velho e Novo Testamento, como por exemplo, a “prisão do Senhor até sua apresentação no Palácio de Herodes”¹⁸⁴?

¹⁸³ CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, BARRO Vermelho, 1877. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Barro Vermelho, Data Crônica: 1877. BR CEAPEC IP CO EXM 01 11/CAIXA: 72.

¹⁸⁴ CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Fortaleza, 1871. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Fortaleza, Data Crônica: 1871. BR. CEAPEC IP CO EXM 01 13/CAIXA 72.

Fonte: CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, 1871.

A imagem acima diz respeito ao Termo de Exame feito por Pedro Correa de Macedo, considerado habilitado ao exercício do magistério em 1º de maio de 1871. Pode-se observar, a respeito do assunto tratado pela matéria Instrução Moral e Religiosa, que a abordagem de assuntos referentes aos temas bíblicos, como a prisão de Jesus, é um indício de que havia uma preocupação ou mesmo desejo de instruir, fazendo com que os aspirantes ao magistério não apenas tivessem conhecimento dos assuntos bíblicos, mas que “imitassem” ou se espelhassem nos atos de personagens como o de Jesus.

Nos anos posteriores a 1871, nas provas escritas feitas nos exames de capacidade profissional e apresentadas no ato da inscrição nos concursos das cadeiras públicas primárias, não encontramos perguntas referentes a assuntos do Velho e Novo Testamento, o que observamos foi que a própria pergunta sobre qual a importância da instrução moral e religiosa no ensino ganhava mais espaço nos exames do que propriamente as perguntas referentes à “Escritura Sagrada”.

Por outro lado, vê-se as tentativas de abordar assuntos que não tinham a bíblia como tema central, mas que de alguma forma traziam a figura do Criador e referenciais do cristianismo. Como é o caso das provas de análise gramatical, compostas, muitas vezes, por orações que procuravam apresentar um fundo de ensinamento. O exame de capacidade profissional de Angela Florinda de Arruda, realizado em 1874, é significativo para observarmos essa questão. Na prova de análise gramatical, a oração a ser examinada foi a seguinte: “Quem poderá dignamente explicar a excelência da doutrina de Cristo?”¹⁸⁵. Ou, em 17 de março de 1877, no exame de capacidade profissional de Manoel José de Santiago, em que a prova de análise gramatical foi composta pela oração: “Deus que é justo pune os pecadores”¹⁸⁶.

As provas de análise gramatical eram compostas por orações que procuravam fazer com que os aspirantes ao magistério refletissem acerca da mensagem que apresentavam. Assim, além de avaliarem os candidatos às cadeiras primárias na Província na análise gramatical, acabavam por exercer outra função, ou seja, tentavam infiltrar por meio das orações, preceitos e valores, fazendo com que os aspirantes desde o momento da seleção para

¹⁸⁵ CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Fortaleza, 1874. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Fortaleza, Data Crônica: 1874. BR. CEAPEC. IP.CO. EXM. 01 09/ CAIXA: 72.

¹⁸⁶ CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Fortaleza, 1877. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Fortaleza, Data Crônica: 1877. BR. CEAPEC. IP.CO. EXM. 01 11/CAIXA: 72.

a função de professor primário tivessem contato com uma série de valores que deveriam apresentar no cotidiano da sala de aula, bem como na sua vida particular.

Entretanto, insistamos na questão: qual o intuito de os examinadores especularem as posições dos aspirantes ao magistério sobre que educação preferiam, a religiosa ou a civil? Talvez, para clarear nossos questionamentos ou para usarmos ainda mais o ponto de interrogação em nossas análises, gostaríamos de destacar o exame de capacidade profissional de Luis Francisco de França.

Luis Francisco de França, ex-professor adjunto da 2ª escola primária da cidade de Aracati, solicitou ao diretor da Instrução Pública, em 26 de novembro de 1874, sua inscrição no concurso da cadeira do ensino primário da Povoação da Jubaia e enviou três provas realizadas no seu exame de capacidade profissional. No que concerne à prova com o título “Programa”, o candidato enviou sua resposta a seguinte questão: “Qual das religiões conhecidas é a preferível e verdadeira? Por quê? Qual influência exerce a religião sobre o ensino?”. E referente à análise gramatical, Luis Francisco enviou duas provas realizadas em outubro e dezembro de 1874 e abril de 1875.

A primeira pergunta com que Luis Francisco de França foi interrogado não faz ou não traz nenhuma relação com a instrução pública ou com o ensino. Contudo, pode-se observar que a referida pergunta traz em sua particularidade o tipo de professor que deveria estar apto ao magistério. Um professor que professasse a religião cristã católica. Seria inevitável os examinados não estabelecerem uma relação entre a primeira pergunta: “Qual das religiões conhecidas é a preferível e verdadeira?” e a segunda: “Qual influência exerce a religião sobre o ensino?” Dependendo da resposta à primeira pergunta, o aspirante ao magistério iria na segunda questão refletir sobre a influência que a religião considerada “verdadeira” exercia no ensino. Para Luis Francisco, “religião verdadeira” era a religião Cristã¹⁸⁷ e a religião no ensino seria uma das principais obrigações, pois “seria impossível instruir outra qualquer matéria que não fosse por meio da religião”¹⁸⁸.

Para Luis Francisco, portanto, a religião iria discernir o que os alunos deveriam aprender e o que os professores deveriam ensinar? A moral religiosa baseada nos preceitos cristãos, e, diga-se de passagem, católicos, agiria como autoridade do saber sobre o que deveria ser lido, ensinado e aprendido? Ou seria por meio dos métodos utilizados na instrução

¹⁸⁷ Na resposta de Luis Francisco de França, Religião Cristã dizia respeito à religião Cristã Católica.

¹⁸⁸ CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Povoação da Jubaia, 1874. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Povoação de Jubaia, Data Crônica: 1874. BR CEAPEC IP CO EXM 01 08 (62)/CAIXA: 72.

das crianças que muitas vezes recorriam à religião, como a utilização do quadro do Senhor Crucificado nas aulas, que deveria nortear o ensino?

Nas décadas de 1870 e 1880, período em que os exames de capacidade profissional aqui trabalhados foram realizados, se desenvolvia no cenário político e social os conflitos entre o Estado e a Igreja Católica com as discussões acerca da separação entre os poderes temporal e espiritual. Os exames de capacidade profissional, portanto, assumiram nesse momento a tarefa de especular a posição dos aspirantes ao magistério sobre qual influência a religião exercia no ensino. Serviram também como forma de promover o debate sobre questões pertinentes ao seu tempo, como as perguntas sobre se o ensino deveria se separar da religião, o que estava intimamente relacionado às discussões acerca da separação entre o Estado Imperial e a Igreja Católica na segunda metade do século XIX, que se encaminhava para o fim do Padroado com a Igreja Católica, deixando de ser, pelo menos na letra da lei, religião oficial do país.

Nesse momento, as discussões nos meios políticos e letrados colocaram em pauta várias questões, dentre elas a secularização do programa escolar, a laicização do ensino público, o ensino obrigatório e a formação dos professores. No Ceará, a preocupação das autoridades responsáveis pela promoção do ensino público com tais questões trazia íntima relação com as discussões acerca da necessidade de reformar o currículo da instrução pública primária, com a preocupação em encaminhar a Província aos rumos da “civilização” e do “progresso”, tendo na educação o remédio para a cura dos males.

Na década de 1870, nos exames de capacidade profissional também fora perguntado com frequência qual era a utilidade do ensino, como foi o caso de Francisco Nicacio de Moraes, que, pretendendo propor-se ao magistério público na comarca de Imperatriz, solicitou, em 20 de fevereiro de 1875, ao diretor geral da Instrução Pública que fosse marcado o dia para fazer seu exame. No dia 6 de março de 1875, na sala dos exames no Liceu, Francisco Nicacio foi interrogado com a seguinte pergunta: “Qual a utilidade do ensino?”. Sua resposta foi a seguinte:

O ensino é tido entre as nações civilizadas como o canal para o verdadeiro progresso. Pelo ensino é que adquirimos os meios mais faceis para sermos bons cidadãos, bons pais, bons filhos e finalmente bons católicos, se bebermos em fontes puríssimas. O ensino tem sido até hoje verdadeiro locomotor do progresso.¹⁸⁹

¹⁸⁹ CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Imperatriz, 1875. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Imperatriz, Data Crônica: 1875. BR CEAPEC IP CO EXM 01 09/CAIXA: 72.

Nesse momento, a formação de “bons católicos” não estava reservada somente à Igreja ou à família. A educação dada pelos pais, em especial a função que a mãe exercia no interior da família de incutir nas crianças desde tenra idade os princípios da fé, ou as aulas de catecismo dadas pelos sacerdotes católicos apresentavam-se como espaços formadores de sujeitos “obedientes” aos seus deveres religiosos, cuja formação do caráter estava aliada à moral e às virtudes cristãs católicas. No entanto, para os futuros professores primários essa tarefa também estava reservada à escola, capaz de formar sujeitos comprometidos com seus deveres, que passava pelo respeito à ordem e às autoridades constituídas, devendo apresentar em seus procedimentos as virtudes (mansidão, caridade, abnegação, bondade), bem como uma moral ilibada como forma de cumprir com as normas e preceitos designados pela Igreja para a vida dos sujeitos.

A resposta marcava, ao mesmo tempo, o lugar do professor como fundamental nesse processo, na medida em que as expectativas com relação aos “frutos” que seriam colhidos por meio da educação das crianças dependeriam da fonte em que estas beberiam os conhecimentos necessários à sua formação. O professor seria, portanto, peça chave atuando como o canal de onde as crianças beberiam “as verdades” que formariam o alicerce para a vida adulta.

É fundamental assinalar que na década de 1880 observa-se a introdução da Instrução Cívica no currículo da Instrução Pública Primária no Ceará. No Regimento Interno das Escolas Primárias da Província de 1881, no Art. 13, “Quanto às funções escolares e método” o ensino primário estava dividido em “Primários” e “Gramáticos”, as crianças deveriam ser instruídas nas seguintes matérias, como mostra o quadro abaixo:

Quadro 2: Disciplinas do programa do Ensino Primário em 1881¹⁹⁰.

ENSINO PRIMÁRIO NA PROVÍNCIA DO CEARÁ EM 1881			
Horário	Primários	Horário	Gramáticos
9-10 hs	Leitura	9-10 ½	Estudo de História e Geografia; Leitura
10-11 hs	Escrepta "Lição de cousas"	10 ½-11 ½	Escrepta e Arithmetica

¹⁹⁰ Em relação às escolas do sexo feminino ou mistas a professora deveria adicionar o ensino dos trabalhos de agulha na hora que achasse mais conveniente. Fonte: Regimento Interno das Escolas Primárias da Província do Ceará de 1881, Art. 13 § 9.º, p. 80. É possível ter acesso a este documento no site do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira). O referido Regimento faz parte do terceiro volume “Leis de Reforma da Educação no Ceará”, o qual contém um detalhamento da legislação educacional do período Imperial e Republicano compreendendo o ano de 1854 a 2004. O volume faz parte da “Coleção Documentos da Educação Brasileira” e abrange 36 documentos, entre leis, decretos, regulamentos, regimentos e resoluções.

11-12 hs	Catechismo e Moral Evagélica	11½-12 hs	Geometria e Desenho Linear
12-1/2	Recreio	12-1/2	Recreio
1/2-2 hs	Exercícios de arithimetica e systemas de pesos e medidas	1/2-2 hs	Grammática e Instrucção Cívica

Fonte: CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Regimento Interno das Escolas Primárias de 1881¹⁹¹.

No que concerne ao conteúdo da moral que deveria ser dado no ensino primário, as divergências entre aqueles que defendiam o ensino da moral baseado na religião, ou seja, a religião como fundamental para a formação moral das crianças, e os que defendiam o ensino laico consideravam a instrução religiosa atribuição da Igreja e da família. Desse modo, as exigências por uma instrução moral e cívica estavam inseridas, ao mesmo tempo, no debate sobre a necessidade do ensino público tornar-se laico.

A Instrução Cívica no programa do ensino primário de 1881 compreendia “o conhecimento dos primeiros direitos e deveres do cidadão brasileiro estabelecidos na Constituição Publica do Imperio”¹⁹². Nesse sentido, no conjunto das matérias que passaram a compor o programa da Instrução Pública Primária na Província do Ceará, com a criação do Regimento Interno das Escolas Primárias de 1881, encontravam-se as disciplinas: Leitura, Gramática, Escrita, “Lição de Cousas”, Aritmética, Sistema de pesos e medidas, História, Geografia, Geometria, Desenho Linear, Catecismo e Moral evangélica e Instrução Cívica. No regulamento anterior criado em 1873, a Instrução Moral e Religiosa e a História Sagrada estavam presentes. Portanto, as diferenças entre esses dois programas escolares estavam na exclusão da História Sagrada e da inclusão da Instrução Cívica e do Desenho Linear, assim como da “Lição de Cousas” em 1881, que compreendia as primeiras noções científicas. Nota-se, ainda, que o Catecismo e a moral evangélica permaneceram no programa. Dessa forma, a organização do programa escolar da Instrução Pública Primária no ano de 1881 buscou conciliar a instrução religiosa baseada no catecismo e na moral evangélica católica com a instrução cívica.

¹⁹¹ CEARÁ. Regimento Interno das Escolas Primárias da Província do Ceará (1881), V. 3. In: VIEIRA, Sofia Lerche e FARIAS, Isabel Maria Sabino de. (Orgs.). **Documentos de política educacional no Ceará: Império e República**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacional Anísio Teixeira, 2006. CD-ROM – (Coleção Documentos da Educação Brasileira).

¹⁹² Regulamento Orgânico da Instrução Pública e Particular da Província do Ceará de 1881, Art. 38 § 2, Do Ensino Primário em geral, p. 48. Este documento faz parte do terceiro volume “Leis de Reforma da Educação no Ceará” da “Coleção Documentos da Educação Brasileira” disponível no site do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira).

A Instrução Cívica seria a matéria que proporcionaria o conhecimento sobre a nação e, ao mesmo tempo, o sentimento de amor à pátria. Nesse momento, a moral e o civismo constituíram conteúdos fundamentais à formação do cidadão. Entretanto, nota-se na Província do Ceará, não a substituição da moral religiosa pela moral civil, mas um rearranjo dos saberes no programa de estudos da Instrução Pública Primária com a formação do “bom cidadão”, devendo estar fundamentada no amor ao dever e à pátria, como também nos preceitos da religião.

Com a República, que nasce sob a égide da modernização e do progresso, pelo menos no que se refere ao campo dos discursos, a instrução pública continuava nos debates sobre a educação como o canal para a construção da “civilização”. De acordo com a Constituição da República de 1891, o ensino público na letra da lei era laico. Contudo, na prática, a introdução da laicidade no ensino público com o fim do Padroado, as exigências por um ensino primário não mais voltado basicamente para o aprendizado da leitura, da escrita, do cálculo e da doutrina católica, trazendo a necessidade e importância do ensino científico e da ampliação das matérias do programa escolar, foram mudanças que se processaram lentamente na Instrução Pública Primária do Ceará. Permeadas de conflitos, observa-se nos primeiros anos da República, experiências que continuaram a defender e reivindicar junto às autoridades responsáveis pelo ensino público a instrução religiosa baseada no aprendizado da moral evangélica católica como fundamental na formação das crianças.

Foi o caso da professora Rosa de Viterbo Nogueira Passos, da vila da Cachoeira, atual Solonópole¹⁹³, que em 17 de março de 1894 comunicou ao Secretário da Instrução Pública do Estado que em sua aula se matriculou uma menina da “seita evangelista” e que mandando como de costume que se fizesse as orações religiosas, a referida aluna se negou a prática do exercício da religião católica. Segundo a professora, a aluna praticou um ato de desobediência e, ressaltou ainda, que a mesma foi para a aula “animada” pelo pai a não cumprir as suas ordens. O fato é que a professora pede esclarecimentos à Secretaria da Instrução Pública sobre o caso, afirmando ser a menina “tristíssimo exemplo no seio de uma mocidade convictamente católica”¹⁹⁴. Rosa de Viterbo argumentou o seguinte:

¹⁹³ Informação obtida no site: cidades.ibge.gov.br

¹⁹⁴ CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Vila da Cachoeira, 1894. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Vila da Cachoeira, Data Crônica: 1894. Este ofício faz parte da documentação referente à Instrução Pública Primária da Província do Ceará, porém não foi catalogado constituindo, assim, parte dos ofícios que se encontram “soltos” na documentação da Instrução Pública do Arquivo Público do Estado do Ceará.

Se me fosse permitido pedir-vos que não me obrigueis a ter em minha humilde escola uma creança professando religião contrária a santa religião minha, dos meus pais e da maioria dos brasileiros, eu por certo, cheia de empenho imploraria esta mercê, mas sei que tendo de cumprir o que manda a lei; por isto resignada espero vossas ordens, rogando a Deus que não sejam contrárias a nossa crença.¹⁹⁵

Na letra da lei, em 1894, o ensino público era laico, e, portanto, a Instrução Religiosa estava fora do programa escolar da Instrução Pública Primária. No entanto, como esta matéria “fora” do programa escolar esteve presente nas aulas públicas primárias no Ceará? A professora Rosa de Viterbo, mesmo sabendo que teria que aceitar em sua aula alunos que não professassem a religião católica, pede ao secretário da Instrução Pública não apenas esclarecimentos sobre a situação, mas direcionamentos sobre como deveria prosseguir diante de tal fato, esperando que as ordens vindas da Secretaria não fossem contrárias a religião católica, ou seja, a professora esperava que as orações católicas e a própria religião continuassem nas suas aulas no lugar que lhe reservava como fundamental na educação das crianças.

Nota-se que a professora Rosa de Viterbo, ao relatar o fato à Secretaria da Instrução Pública, buscava, ao mesmo tempo, justificar que o comportamento da aluna constituía um ato de desobediência às ordens de sua mestra, apresentando-a como indisciplinada, causadora de desordem na sala de aula. Entretanto, o fato é que a permanência da aluna na aula foi posta em questão não somente porque havia desobedecido às ordens de sua professora, mas porque professava uma religião contrária à da maioria dos brasileiros naquele momento.

Desse modo, as discussões sobre se o ensino deveria se separar da religião, questão que ocupou grande espaço nas décadas de 70 e 80 nos Exames de Capacidade Profissional, aparecem mesmo após o estabelecimento da laicidade do ensino público e da secularização do programa escolar na legislação educacional do país em 1891, partindo dos professores públicos primários com tensões e conflitos em sala de aula que envolviam as experiências religiosas de alunos que professavam credos diferentes aos de seu mestre. Nesse sentido, após a Proclamação da República e o fim do Padroado, o investimento na educação das crianças no âmbito da sala de aula na Instrução Pública Primária da Província do Ceará estava voltado para formar cidadãos católicos.

¹⁹⁵ CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Vila da Cachoeira, 1894. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Vila da Cachoeira, Data Crônica: 1894. Este ofício faz parte da documentação referente à Instrução Pública Primária da Província do Ceará, porém não foi catalogado constituindo, assim, parte dos ofícios que se encontram “soltos” na documentação da Instrução Pública do Arquivo Público do Estado do Ceará.

3 O LUGAR DA INSTRUÇÃO MORAL E RELIGIOSA NA EDUCAÇÃO DAS CRIANÇAS

3.1 O que deveria ser ensinado e quem deveria ser educado: a Família, a Igreja e o Estado

Si o corpo precisa de alimento- são e abundante- para crescer, ter forças, saúde e bem estar; o espírito e o coração precisam igualmente de alimento- intellectual e moral, saber e virtude-, para a satisfação dos gosos peculiares, que resultam somente em seu progressivo desenvolvimento (Amaro Cavalcanti).

No dia 07 de setembro de 1881, o jornal *Cearense*¹⁹⁶, órgão político-partidário dito “liberal”, noticiava em sua primeira página que daria início à publicação do Relatório de Amaro Cavalcanti¹⁹⁷ – advogado, professor de latim e Inspetor Geral da Instrução Pública do Ceará entre os anos de 1881 e 1883. Amaro Cavalcanti havia viajado aos Estados Unidos nesse mesmo ano a fim de observar e colher informações sobre o ensino primário, o ensino normal e a inspeção ao ensino público. Sua viagem se inscrevia, portanto, no movimento de preocupação por parte das autoridades constituídas em reformar a Instrução Pública na Província, buscando referências nos países ditos “civilizados”. E como forma de deixar o Presidente da Província, Pedro Leão Veloso, a par do seu trabalho, produziu um Relatório como resultado de sua viagem aos Estados Unidos custeada pelo governo, o qual foi publicado no *Cearense* nos meses de setembro e outubro de 1881.

¹⁹⁶ O *Cearense* foi um jornal político-partidário dito “liberal”, cujo primeiro número apareceu em 4 de outubro de 1846 circulando até 1891. Foram seus fundadores e primeiros redatores Frederico Pamplona, Tristão Araripe e Thomás Pompeu. Teve também como redatores Miguel Ayres, João Brígido, Dr. José Pompeu, Conselheiro Rodrigues Junior e Dr. Paula Pessoa. João Câmara foi seu gerente por longo tempo, que por ocasião da cisão do Partido Liberal cearense em 1880, passou com parte dos redatores para a Gazeta do Norte. Logo após a proclamação da República, em 1889, até o último número, em 25 de fevereiro 1891, os seus idealizadores substituíram a epígrafe “*Órgão Liberal*” por “*Órgão Democrático*”. Fonte: NOBRE, Geraldo da Silva. **Introdução à história do jornalismo cearense**. Fortaleza: NUDOC/ Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, 2006, p. 82; STUDART, Barão. **Para a história do jornalismo cearense (1824-1924)**. Fortaleza: Typographia Moderna, 1924, p. 36-37.

¹⁹⁷ “Relatório do Dr. Amaro Cavalcanti”. *Cearense*, 7 de setembro de 1881, Seção Instrução Pública, n. 192, p. 3, 1ª coluna.

A epígrafe acima é parte do Relatório de Cavalcanti publicado no dia 07 de setembro, no qual discutiu acerca da formação do “espírito” e do “coração” das crianças¹⁹⁸, deixando clara a necessidade do alimento intelectual e moral em sua instrução. No seu Relatório, dois assuntos, em especial, foram apresentados com pertinência. Um deles dizia respeito à importância da formação do corpo e do espírito junto à moral e à religião e o outro assunto tratava-se do lugar a ser ministrado o ensino religioso às crianças. Nesse ponto, as discussões se davam em torno da secularização do programa escolar e da laicização do ensino público.

Por meio dos debates na Câmara dos Deputados e na Assembleia Provincial do Ceará, na década de 1880, é possível observar que a secularização e laicização do ensino público estava relacionada à destituição do Ensino Religioso do programa escolar e às tentativas de inserir este ensino na legislação referente à instrução pública como sendo de responsabilidade da família e de cada credo religioso, não cabendo ao professor a tarefa de ministrar tal ensino.

Na continuação de seu Relatório, publicado no dia 16 de setembro, Amaro Cavalcanti trouxe entre aspas a seguinte afirmação da qual discordou veementemente: “Sim, a religião é um bem; mas aos Paes e aos tutores incumbe dal-a, e não ao governo, que é incompetente para intervir no caso”¹⁹⁹. Sem mencionar o autor da afirmação, para Cavalcanti o Estado deveria ser a instância responsável pela Instrução Religiosa, visto que para ele muitos pais deixavam de cumprir esse “dever tão sagrado” por ignorância, indiferença ou negligencia²⁰⁰. Para o Inspetor Geral da Instrução Pública, portanto, a Instrução Religiosa deveria começar no lar, mas haja vista as situações, principalmente econômico-social de muitas famílias, o Estado não complementaria ou auxiliaria a família no ensino da referida matéria, mas deveria tomar para si a responsabilidade de ministrar a Instrução Religiosa. A escola, portanto, seria a instituição competente e capaz para prover os conhecimentos desta disciplina.

¹⁹⁸ Quando usamos o termo “criança” nesta dissertação, estamos nos referindo à utilização do termo feita pelos professores públicos primários no período em apreço (décadas de 1870 e 1880) que dizia respeito à faixa etária que ia dos 7 aos 14 anos para os meninos e dos 6 aos 12 anos para as meninas, constituindo de acordo com o Regulamento Orgânico da Instrução Pública e Particular da Província do Ceará de 1881, Art. 44 “Do ensino obrigatório”, período em que os meninos e meninas começavam a frequentar (aos 7 e 6 anos respectivamente) as aulas primárias, constando na letra da lei que os pais não poderiam retirá-los do ensino primário antes de completar 14 e 12 anos.

¹⁹⁹ “Relatorio do Dr. Amaro Cavalcanti (continuação do nº 196)”. **Cearense**, 16 de setembro de 1881, Seção Instrução Pública, n. 198, p. 3, 2ª coluna.

²⁰⁰ *Ibid.*

A imprensa em Fortaleza, nas últimas décadas do século XIX, atuou como veículo de debates e de difusão de projetos dos sujeitos que se colocaram como porta-vozes do saber. Atuou, portanto, como espaço de discussão acerca dos rumos que deveria tomar o país para que se tornasse uma nação “moderna” e “civilizada”. A defesa da civilidade pelas elites política e intelectual constituía uma ambição, cuja tarefa se mostrava bastante difícil: civilizar as práticas, os comportamentos e as condutas dos sujeitos. Nesse momento, as tentativas de controle que se processavam sobre a população, a normatização dos corpos e a modelação dos comportamentos faziam surgir, ao mesmo tempo, a necessidade de discutir quanto a que tipo de educação deveria as crianças receber e quem se encarregaria de na prática instruí-las e educá-las.

Através da atividade da imprensa as elites política e letrada debateram diversos temas, e os conflitos entre o *Fraternidade*, a *Tribuna Católica* e o *Cearense* fizeram soltar faíscas no que concerne à questão da educação na Província. Os colaboradores desses jornais disputavam no cenário político e no espaço da imprensa opiniões sobre diferentes assuntos, dentre eles, aquilo que consideravam a magna questão para o progresso material e moral – a instrução pública.

Muitos desses sujeitos compunham a elite política da Província e ocupavam diferentes cargos na estrutura político-administrativa²⁰¹. Essa elite abrigava “membros do governo e da alta administração, chefes militares, e, em alguns casos, famílias politicamente importantes e diretores de empresas econômicas”²⁰². Os herdeiros dos potentados rurais que cursaram o nível superior em cidades como Recife, Salvador ou Rio de Janeiro constituíram parte significativa da elite que dirigiu a máquina Pública na Província²⁰³.

Essa elite, participante da vida política em vários momentos, esteve presente criando associações literárias e jornais como forma de construir apontamentos acerca da complexidade social que se processava nas últimas décadas do século. Constituiu, portanto, a parcela significativa de letrados que participou ativamente de vários movimentos na Província, como o abolicionista, por exemplo.

²⁰¹ De acordo com Maria Arair Pinto Paiva em seu significativo trabalho “A elite política do Ceará Provincial” a elite política, nesse momento, “compunha-se dos indivíduos que ocupavam os cargos proeminentes da estrutura político-administrativa, juridicamente estabelecida. O presidente da Província, os magistrados, os senadores, os deputados gerais e os membros da Assembleia Legislativa Provincial que institucionalmente operacionalizavam o sistema político cearense, no limite de suas respectivas competências”. Para mais informações ver: PAIVA, Maria Arair Pinto. **A elite política do Ceará Provincial**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1979, p. 1.

²⁰² *Ibid.*, p. 28.

²⁰³ Segundo Maria Arair Pinto Paiva (1979, p. 58) “a educação dos filhos se tornou um ponto de honra para os proprietários rurais. O título de padre ou de doutor melhor os capacitava e os qualificava para a investidura em posições políticas. Estas posições, assim ocupadas, se constituíam nas trincheiras avançadas dos fazendeiros, contra quaisquer atentados às suas prerrogativas e privilégios”. Para mais informações ver: *Ibid.*, p. 58.

Sua formação secundária era realizada em colégios como o Liceu e o Ateneu Cearense, onde o próprio ensino secundário contribuiu diretamente para a formação de uma elite letrada destinada a ocupar os altos cargos na estrutura política. Após os preparatórios nesses colégios na capital ou em outras províncias, ingressavam no ensino superior nas principais cidades do Império. O contato com experiências intelectuais fora da Província servia para formar o repertório de leituras dessa elite, que ao retornar a sua terra natal juntava-se às afinidades intelectuais de outros sujeitos, criando agremiações, jornais, movimentos políticos, que muitas vezes iniciavam nos preparatórios no ensino secundário com jornais e associações estudantis. De acordo com Almir Leal de Oliveira, o universo de estudantes que fizeram seus preparatórios na Província futuramente mesclou-se aos estudantes que retornavam a Província depois de terem feito seus cursos superiores, compondo, portanto, o universo de intelectuais, políticos, docentes, literatos, jornalistas e estudantes atuantes em Fortaleza na década de 1880²⁰⁴.

Nesse sentido, é importante assinalar que a estrutura político-administrativa no Brasil Império se alternou entre o Partido Liberal e o Conservador. De acordo com Roque Spencer de Barros, as concepções gerais do liberalismo da ilustração brasileira tinham vinculações com o liberalismo europeu, seja na versão “clássica” ou “cientificista”²⁰⁵. Para o autor, o que os diferenciava era as condições em que o liberalismo, no caso o brasileiro, se desenvolveu. Enquanto o liberalismo na Europa travava luta contra o socialismo, no caso brasileiro, as ideias liberais se concentravam nos debates na Câmara dos Deputados, na Assembleia Provincial, nas faculdades, nas agremiações compelidas a investir suas forças no fim do trabalho escravo, na livre manifestação do pensamento, na liberdade de culto, em libertar a Instrução Pública do jugo da Igreja, em que o ensino primário estava baseado no ensino da doutrina cristã católica.

Na Província do Ceará, a direção do Partido Liberal foi exercida até 1860 pelo Senador Alencar. Com sua morte, nesse mesmo ano, a chefia do partido passou a ser desempenhada por Thomaz Pompeu de Souza Brasil. Com seu falecimento em 1877, o partido se divide em duas frentes: a dos Liberais Pompeus, dirigida por Antônio Pinto Nogueira Accioly e a dos Liberais Paulas, chefiada por Vicente Alves de Paula Pessoa²⁰⁶.

²⁰⁴ OLIVEIRA, Almir Leal de. **Saber e poder: o pensamento social cearense no final do século XIX.** Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), 1998, p.42.

²⁰⁵ BARROS, Roque Spencer Maciel de. **A ilustração brasileira e a idéia de universidade.** São Paulo: Editora Convívio, Edusp-Editora da Universidade de São Paulo, 1986, p. 81.

²⁰⁶ PAIVA, Maria Arair Pinto. **A elite política do Ceará Provincial.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1979, p. 56.

Com as dissidências, foi fundado em 1880 o jornal *Gazeta do Norte*, órgão dito liberal da facção Pompeu Accioly.

Já o Partido Conservador era composto por uma facção apelidada *de boticário-carcará* que dominava as demais. Esta designação se referia aos seus chefes: Antonio Rodrigues Ferreira (o boticário) e Miguel Fernandes Vieira, representante dos carcarás, alcunha dada aos membros do clã Fernandes Vieira. Desse modo, o Partido Conservador não possuía uma “chefia partidária unipessoal”²⁰⁷. Assim como o Partido Liberal, o Conservador era formado por duas alas: a dos conservadores graúdos, sob a direção do Barão da Ibiapaba e a dos conservadores miúdos, chefiados pelo Barão de Aquiraz²⁰⁸.

Dessa forma, “os liberais, divididos entre as famílias ‘Paula’ e ‘Pompeu’, que ora se afrontavam ora se uniam à ala conservadora, dividida entre os ‘Ibiapabas’ e ‘Aquirazes’, encontraram a partir da década de 1880, sobretudo com o advento de 1884, um novo segmento político”²⁰⁹. Representado pela “Mocidade Cearense”, ou seja, uma elite comprometida com o progresso, este “novo seguimento” irá utilizar o saber científico como instrumento de leitura para intervir na sociedade. Muitos de seus membros trabalhavam nas linhas editoriais de jornais de propriedade das tradicionais famílias que estavam na estrutura político-administrativa da Província, ou exerciam uma relação de parentesco ou apadrinhamento²¹⁰. A intervenção deste “novo segmento” na complexidade social se dava por meio do espaço dos periódicos que circulavam na Província, das associações literárias e políticas e da produção literária, o que os diferenciava das ações de intervenção das velhas famílias que disputavam a cena política, utilizando-se da “violência e do pleito eleitoral”²¹¹.

No cenário político, essas elites debateram na Câmara dos Deputados e na Assembleia Provincial do Ceará nos anos de 1881 e 1882 acerca da necessidade de reformas na Instrução Pública Primária, dando ênfase à importância da secularização dos programas escolares, sendo o ensino religioso destituído das aulas públicas primárias. As justificativas identificavam este ensino como uma disciplina que deveria ser de responsabilidade da família e da Igreja.

Nesse sentido, nosso objetivo neste tópico é investigar as posições e justificativas que envolveram os debates acerca do lugar onde deveria ser ministrada a Instrução Moral e

²⁰⁷ PAIVA, Maria Arair Pinto. **A elite política do Ceará Provincial**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1979, p. 57.

²⁰⁸ *Ibid.*

²⁰⁹ CARDOSO, Gleudson Passos. **As repúblicas das letras cearenses: literatura, imprensa e política (1873-1904)**. São Paulo: Dissertação (Mestrado em História Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2000, p. 121.

²¹⁰ *Ibid.*

²¹¹ *Ibid.*

Religiosa, questão bastante discutida pelas elites dirigentes do Ceará na Assembleia Provincial, bem como na Câmara dos Deputados na década de 1880.

A *Gazeta do Norte*, periódico que representava a facção dos “Pompeus” do Partido Liberal, publicou no dia 21 de setembro de 1881 a 37ª Sessão Ordinária da Assembleia Provincial do Ceará de 30 de agosto, em que os deputados provinciais, João Lopes Ferreira Filho, Te. Cel. Antonio Pereira de Brito Paiva, Pe. Antero José de Lima, Dr. Francisco Ribeiro Delfino Montesuma, Pe. Vicente Jorge de Souza, Dr. Francisco Barbosa de Paula Pessoa e Pe. João Antônio do Nascimento e Sá, discutiram acerca da necessidade de reformar a Instrução Pública na Província.

O debate se dividiu, sobretudo, entre as falas dos deputados Pe. Antero José de Lima e João Lopes Ferreira Filho. O primeiro, argumentou que para se proceder a uma reforma no ensino público “deve-se antes de tudo conhecer as causas que tem ocasionado os defeitos e impedido que o resultado obtido no sistema atual não corresponda ao sacrifício que faz a Província”²¹². De acordo com Antero, três causas interferiam no progresso da instrução: falta de preparação ao professorado, carência de inspeção e “magro” ordenado. Nesta direção, o Deputado Provincial defendeu que a comissão que havia produzido o regulamento da Instrução Pública do período, abordou estes aspectos e inseriu medidas a fim de sanar tais problemas. No entanto, para Antero, houve um “esquecimento” nas disposições do regulamento no que concerne à ideia religiosa:

O presente regulamento contem as mais perfeitas e desejáveis disposições, já arredando as causas prejudiciaes a instrução, já cogitando d’outras, em ordem a formar bons cidadãos. Entretanto, Sr. Presidente esquece-se o regulamento de corresponder ao sentimento religioso, á favor de quem é elle confeccionado.²¹³

Padre Antero José de Lima, que em 1896 ganharia o título de Monsenhor, defendia explicitamente que não deveria riscar da instrução primária as noções de religião professada pela totalidade da Província. Na sessão, são postas em discussão as seguintes emendas: os Art. 121 e 175 do Regulamento da Instrução Pública, acrescente-se § 5 e § 9, História Sagrada e Ensino Religioso, respectivamente.

Analisando o Regulamento da Instrução Pública de 1881, observa-se que o Artigo 121 diz respeito ao que deveria consistir o ensino na Escola Normal na Província, mais especificamente, às matérias que deveriam compor o programa escolar. São elas: Língua

²¹² “37ª Sessão Ordinária em 30 de agosto de 1881 (Continuação do n. 201)”. *Gazeta do Norte*, 21 de setembro de 1881, Seção Assembleia Provincial, n. 202, p. 1 (capa), 3ª coluna.

²¹³ *Ibid.*

Nacional, Análise Gramatical, Lógica e Etimologia, Recitação, Redação e Composição; Aritmética e Metrologia; Geometria Elementar, limitada às noções gerais e problemas simples, estudo das formas geométricas e Desenho Linear; Geografia Elementar do Brasil e especialmente da Província do Ceará; História do Brasil e fatos principais da História do Ceará; Pedagogia e Metodologia teórica e prática.

O Art. 175 estabelece que nas Escolas Anexas à Escola Normal o ensino compreenderá: Instrução moral; Instrução cívica; Lições de coisas; Leitura; Exercícios de recitação; Escrita; Gramática portuguesa; Análise gramatical, Lógica e Etimologia; Exercícios de redação e composição; Princípios de aritmética; Sistema legal de pesos e medidas; Noções elementares de Geografia Geral; Geografia do Brasil e especialmente da Província do Ceará; Noções de História do Brasil e Fatos principais da História do Ceará; Elementos de geometria plana e de desenho linear; Noções elementares de ciências físicas e naturais (ensino oral e prático); Rudimentos de música com exercícios de solfejo e canto; Trabalhos de agulha e Economia doméstica (para o sexo feminino).

Vê-se que nos referidos artigos não fica estabelecido nos programas da Escola Normal e das Escolas Anexas, o Ensino Religioso ou a História Sagrada. Daí o Deputado Pe. Antero José de Lima chamar a atenção na Assembleia Provincial para o “esquecimento” que teve a comissão encarregada de produzir o referido Regulamento do aspecto da religião e da doutrina cristã.

Na sessão, João Lopes Ferreira Filho, logo no início de sua fala, pontua que a questão do ensino religioso nas escolas constitui assunto muito sério. Para este:

O ensino religioso traz consigo muita responsabilidade e esta é de natureza a não dever pesar sobre o professor, mas sim sobre o padre.

[...]

O ensino religioso é um direito da família, é um direito materno, que o estado não pode e não deve usurpar.

[...]

Nesta questão, senhores, o meu voto seria contra o ensino religioso nas escolas, ainda que eu fosse crente fervoroso e já o disse; por amor da religião, em respeito ao sagrado direito da mãe de família. Senhores o ensino religioso nas escolas é de todo ponto ineficaz; qual de vós tem no espírito crenças religiosas bebidas nos bancos escolares? Qual de vós teve desenvolvidas ou acentuadas pelo professor as noções que levou do lar para os bancos da escola primária? Nenhum, certamente, ao passo que todos conservaes indelévels os ensinamentos que recebemos na primeira infância, ungidos ainda da sinceridade com que impregnaram os lábios maternos. O ensino religioso é uma disciplina naturalmente confiada aos cuidados da família; a mãe é o único mestre que possui bastante eloquência para o incutir no ânimo da infância.²¹⁴

²¹⁴ “37ª Sessão Ordinária em 30 de agosto de 1881 (Continuação do n. 202)”. **Gazeta do Norte**, 22 de setembro de 1881, Seção Assembleia Provincial, n. 203, p. 1(capa), 5ª coluna.

Sua posição era a de que as crianças achariam mais agradável aprender uma prece ou um princípio de doutrina no lar com afagos da mãe do que nas escolas com os catecismos. Para João Lopes, nas escolas o ensino do catecismo servia não para tornar as crianças mais conhecedoras e amantes de Deus, mas para que não incorressem nas penas os alunos que não soubessem a lição quando fossem arguidos.

João Lopes, para sustentar sua posição, argumentou que estava defendendo a “inviolabilidade dos domínios da igreja contra as invasões do estado”. Afirmando explicitamente que se opõe ao ensino religioso nas escolas e que a igreja nada perderia se este ensino fosse dado pela família ou pelo sacerdote, solicita que a emenda apresentada pelo senhor Antero fosse apreciada mais detidamente.

É interessante observar que aquilo que incomodava João Lopes não era a instrução religiosa em si, mas a sua permanência nos programas escolares. A preocupação era a do professor ensinar aos alunos, por meio da referida matéria, ideias contrárias aos planos estabelecidos pelo pai para a educação de sua família. Nesse sentido, a figura do pai aparecia como responsável pelo estabelecimento dos princípios religiosos que a família deveria seguir como parte de sua educação, e a mãe trataria de na prática cotidiana educar a família nos princípios religiosos designados pelo pai.

João Lopes juntamente com Thomaz Pompeu, Julio Cesar, João Brígido, Virgílio Brígido e João Câmara formava a redação da *Gazeta do Norte*. Este periódico, que manteve uma seção reservada aos assuntos referentes à instrução pública, estampou nesta parte vários textos sobre a Instrução Religiosa em países da Europa, bem como os debates no cenário político no que concerne à admissão da referida matéria no programa escolar da instrução primária dos países ditos “civilizados”.

No dia 31 de maio de 1882, a *Gazeta do Norte* publicou na seção intitulada “Instrução Pública” uma matéria sobre a instrução primária em Paris, deixando seus leitores a par das discussões no âmbito político desta cidade em relação à instrução religiosa. Segundo a matéria, em Paris, reivindicava-se que os professores na Instrução Pública deveriam substituir a Instrução Moral e Religiosa pela Instrução Moral e Cívica, assim como, defendia-se a necessidade de dar um dia de feriado por semana, além do domingo, a fim de permitir a instrução religiosa fora dos edifícios escolares²¹⁵.

²¹⁵ “Chronica do ensino, Paris 5 de maio de 1882”. **Gazeta do Norte**, 31 de maio de 1882, Seção Instrução Pública, n.119, p. 2, 1ª coluna.

A publicação não trazia o autor e parecia ter um significado meramente informativo, mas o fato é que o Senado Brasileiro no dia seguinte, na Sessão do dia 1º de junho de 1882, discutiu sobre o ensino religioso como disciplina na Instrução Pública. Desse modo, a *Gazeta* trazia em suas páginas um dos principais assuntos discutidos entre as elites política e intelectual do país e da Europa naquele momento: a necessidade de implementação de reformas na Instrução Pública em todo o Império e a secularização do programa escolar.

Na sessão do dia 25 de abril de 1882, publicada no *Cearense* no dia 18 de maio, a Instrução Religiosa ocupou grande espaço na pauta dos debates na Câmara dos Deputados. Rodolfo Dantas Epifânio de Souza Dantas²¹⁶, que fora Ministro da Justiça do Império, defendeu que a escola leiga não era “inimiga” da fé e nem da religião do Estado e, que, portanto, a secularização dos programas escolares não ofenderia os direitos da fé e “regalias” da Igreja. A exigência de quem não professava um determinado culto sendo obrigado a jurá-lo foi apresentada como desrespeito a liberdade de consciência individual. Assim, enfatizou a necessidade da tolerância a todas as religiões, assim como também identificou a religião como um “sentimento íntimo pelo qual o homem não tem responsabilidade senão perante sua própria consciência”²¹⁷. Desse modo, não bastava separar Igreja e Estado, era necessário fazer com que este último garantisse as condições indispensáveis para o exercício da liberdade de pensamento em todas as suas manifestações e para que o ensino fosse livre de doutrinas religiosas por meio de um Estado laico.

Nos dias 18 e 22 de agosto, o *Cearense* publicou os debates do Senado Brasileiro, trazendo na seção “Parlamento Brasileiro” o discurso pronunciado na Sessão de 1º de junho de 1882. Nas discussões, Rodolfo Dantas defendeu a exclusão do ensino religioso do programa da Instrução Pública, tomando como referência para embasar suas posições, países da Europa como a Bélgica e a França. Na Bélgica a instrução religiosa ficava a cargo das famílias. Na escola, os ministros dos diferentes cultos tinham à sua disposição um local para darem o ensino religioso de acordo com o seu credo. Segundo o senador Dantas, na França a legislação não excluiu o ensino da religião, apenas não constituiu esse ensino obrigação do professor. Pontuou, portanto, que os princípios religiosos não deveriam ser ensinados pelo

²¹⁶ Rodolfo Dantas Epifânio de Souza Dantas foi bacharel em Direito pela Faculdade do Recife e recebeu o título de Conselheiro do Imperador D. Pedro II. Foi deputado pela Província da Bahia nas 16ª e 17ª legislaturas gerais e administrou a pasta dos Negócios do Império no gabinete de 21 de janeiro de 1882. Para mais informações ver: BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. **Dicionário Bibliográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1902, vol. 7, p. 139.

²¹⁷ “Camara dos Deputados – Discurso pronunciado na sessão de 25 de abril de 1882”. *Cearense*, 18 de maio de 1882, Seção Parlamento Brasileiro, n. 107, p. 2, 4ª coluna.

professor que muitas vezes não professava nenhuma religião. Esta tarefa deveria ser incumbida aos sacerdotes dos diferentes cultos por terem a competência necessária²¹⁸.

Rodolfo Dantas, apoiando-se nas ideias de Guizot, afirmou que “o ensino religioso é permitido nas escolas particulares. E com razão. Quem funda a sua escola recebe n’ella a quem quer: mas o estado não; o estado não tem alma”²¹⁹. Desse modo, as escolas públicas deveriam receber todas as crianças sem fazer exclusão de credo religioso, pois, para Rodolfo Dantas, “o estado, como estado civil, não poderia repellir de seu seio o mulçumano, o judeu, o protestante ou o catholico, etc”²²⁰. E os estabelecimentos públicos, portanto, não deveriam impor o ensino da religião. As opiniões contrárias também se manifestaram no sentido de defender que o ensino religioso fora dos currículos da Instrução Pública e a secularização dos programas escolares eram o mesmo que aceitar o “Estado sem Deus”, como afirmou o senador Junqueira²²¹.

Para Rodolfo Dantas, os senadores João José de Oliveira Junqueira, Francisco Otaviano de Almeida Rosa e José Antônio Saraiva viam a questão de forma oposta às iniciativas dos países “civilizados”, querendo converter a escola em um convento de frades e freiras²²². Na sessão, foi discutido também se o professor, além de sua “missão civil” de ensinar às crianças os princípios elementares do ensino primário, deveria tomar a si o cargo de “abrir um curso de religião, ou um curso de teologia moral”²²³. Durante toda a década de 1880 é possível observar os conflitos especificamente em torno de duas questões: o que deveria ser ensinado às crianças e quais eram as funções do professor primário. Isto porque, ao mesmo tempo, esse debate era alimentado pelas críticas por parte das elites política e intelectual à instrução primária baseada unicamente na leitura, na escrita, no cálculo e na doutrina cristã, trazendo a importância de uma soma maior de conhecimentos “ancorados nos princípios da ciência, da valorização da educação moral e cívica e nas exigências da preparação para o trabalho”²²⁴.

²¹⁸ “Senado – Discurso pronunciado na sessão de 1º de junho de 1882”. **Cearense**, 18 de agosto de 1882, Seção Parlamento Brasileiro, n. 152, p. 2, 4ª coluna.

²¹⁹ “Senado – Discurso pronunciado na sessão de 1º de junho de 1882”. **Cearense**, 22 de agosto de 1882, Seção Parlamento Brasileiro, n. 155, p. 3, 1ª coluna.

²²⁰ “Senado – Discurso pronunciado na sessão de 1º de junho de 1882”. **Cearense**, 22 de agosto de 1882, Seção Parlamento Brasileiro, n. 155, p. 2, 5ª coluna.

²²¹ *Ibid.*

²²² *Ibid.*

²²³ “Camara dos Deputados – Discurso pronunciado na sessão de 1º de junho de 1882”. **Cearense**, 13 de outubro de 1882, Seção Parlamento Brasileiro, n. 107, p. 2, 4ª coluna.

²²⁴ SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos da civilização: a implantação da Escola Primária Graduada no Estado de São Paulo (1890-1910)**. São Paulo; Fundação Editora da Unesp, 1998, p. 171.

É interessante observar que o Relatório de Amaro Cavalcanti, com o qual iniciamos a discussão deste tópico, foi publicado no *Cearense* na Seção “Instrução Pública” no mesmo mês e ano em que a *Gazeta do Norte* publicou os debates da Assembleia Provincial do Ceará sobre se o ensino deveria se separar da religião e qual era o lugar onde a Instrução Religiosa deveria ser ministrada, e, ainda, qual sua importância na educação das crianças. Nesse sentido, o Relatório de Amaro Cavalcanti apresentou-se como um veículo de apresentação do resultado de sua viagem aos Estados Unidos custeada pelo Estado, mas também como instrumento de “resposta” aos debates no cenário político, apontando suas posições diante das discussões. De fato, o lugar social ocupado por Amaro Cavalcanti naquele momento daria um maior respaldo às suas posições, pois a missão a ele confiada de colher informações sobre o ensino público nos Estados Unidos serviria para embasar suas argumentações. Nesse sentido, o *Cearense* chamava a atenção de seus leitores para a importância do assunto que se trataria no referido Relatório e também para o seu autor, que entregava à apreciação pública o resultado de sua investigação feita fora do país.

Amaro Cavalcanti, em seu Relatório, além de apresentar informações sobre o ensino público nos Estados Unidos, trata ainda da situação do ensino público na Província do Ceará. Para este, o ensino não deveria se separar um só instante da religião e da moral, ao contrário a instrução se tornaria “infrutífera” e “perniciosa”²²⁵. As primeiras lições que se deveria gravar nos ânimos das crianças seriam o amor a Deus, a seus pais, a seus semelhantes e a virtude. No entanto, para o Inspetor Geral da Instrução Pública, se fosse separado totalmente do ensino os preceitos da religião católica nada disso se conseguiria²²⁶.

O problema para Amaro Cavalcanti estava na questão de que as crianças se acostuariam a supor que o ensino religioso estava reservado somente ao âmbito da família e da igreja, sendo coisa dispensável à sua educação, à sua própria vida ativa²²⁷. Suas ideias defendiam que as crianças deveriam aprender por meio do ensino religioso os seus deveres religiosos “como a garantia indispensável de todos os outros deveres da vida pública, em que tem de entrar”²²⁸. Amaro Cavalcanti insistia na ideia de que se não fosse ensinado os preceitos de uma doutrina específica, ao menos deveria ser ensinado “os princípios fundamentais do cristianismo, isto é, a ideia de Deus, sua bondade e justiça, a imortalidade da alma, sua responsabilidade e destino, a distinção do vício e da virtude sob a severa sanção religiosa,

²²⁵ “Relatório do Dr. Amaro Cavalcanti (continuação do n. 196)”. *Cearense*, 16 de setembro de 1881, Seção Instrução Pública, n. 198, p. 3, 2ª coluna.

²²⁶ *Ibid.*, Seção n. 198, p. 3, 3ª coluna.

²²⁷ “Relatório do Dr. Amaro Cavalcanti (continuação do nº 207)”. *Cearense*, 28 de setembro de 1881, Seção Instrução Pública, n. 208, p. 3, 3ª coluna.

²²⁸ *Ibid.*

verdades estas que não podem contrariar os dogmas de nenhuma doutrina sensata”²²⁹. Amaro Cavalcanti, mostrando-se preocupado com as questões que envolviam a laicização e secularização do ensino, se posicionou afirmando que as crianças não deveriam ser privadas da instrução religiosa. Se não fosse baseada numa doutrina específica, deveria ser trabalhada por meio da apresentação à sala de aula dos aspectos fundamentais do cristianismo.

Na Assembleia Provincial do Ceará, as posições de João Lopes defendiam que a família deveria ser responsável por inculcar desde cedo os princípios da fé nas crianças. A Instrução Religiosa, portanto, não seria de responsabilidade do professor. Aqui, ressalte-se que por meio desta matéria, naquele momento, se formaria o caráter e a prática de virtudes cristãs por meio da doutrina cristã católica. Observa-se que recaía como dever do professor a tarefa de retirar das crianças características tidas como incivilizadas adquiridas no ambiente familiar. Dessa forma, a questão era bem contraditória, pois ao mesmo tempo em que era discutido que a Instrução Religiosa não deveria ser de responsabilidade do professor, identificavam em outros momentos, como nas provas dos Exames de Capacidade Profissional, como tarefa do professor a educação da formação do caráter das crianças que se daria por meio da referida matéria, em que se debelaria os maus comportamentos, sendo as crianças “moldadas, disciplinadas e retiradas do estado de barbárie em que se encontravam”²³⁰.

Uma pergunta, porém, se mostra pertinente: até que ponto se separava os papéis atribuídos à família e à escola na educação das crianças? Quais eram os limites de suas responsabilidades?

É preciso considerar que educar e instruir trazia diferentes significados. À família estava a tarefa de educar, de inculcar valores e hábitos, e à escola o papel de instruir nas matérias necessárias ao desenvolvimento intelectual dos alunos. Inicialmente, é fundamental assinalar que a questão não estava tão resolvida assim nas últimas décadas do século XIX no Ceará.

A escola primária naquele momento estava inserida num projeto de instrução popular, em que se queria a instrução primária estendida ao máximo da população possível, enquanto a escola secundária visava a formação das crianças das famílias das elites²³¹.

²²⁹ “Relatorio do Dr. Amaro Cavalcanti (continuação do nº 207)”. *Cearense*, 28 de setembro de 1881, Seção Instrução Pública, n. 208, p. 3, 3ª coluna.

²³⁰ CASTANHA, André Paulo. **Ser professor no Brasil do século XIX**. ANPUH – XXIII Simpósio Nacional de História – Londrina, 2005, p. 7.

²³¹ ANJOS, Juarez José Tuchinski dos. **Uma trama na história: a criança no processo de escolarização nas últimas décadas do período imperial (Lapa, Província do Paraná, 1866-1886)**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011, p. 19.

Contudo, “derramar a instrução por todas as classes” não significava que todas as classes deveriam chegar ao mesmo estágio de ‘adiantamento’, mas, apenas, que deveriam ascender independentemente umas das outras, a estágios mais avançados da ‘civilização’.²³²

Apesar de a instrução pública estar inserida num projeto de instrução popular e muitas vezes defenderem a secularização do programa oficial de estudos da instrução primária e um alargamento dos saberes a serem ensinados às crianças no ensino primário, em que se ultrapassasse os rudimentos de leitura, escrita, cálculo e doutrina cristã, a instrução primária na prática estava voltada mais para a formação do caráter do que para a instrução das crianças nos conhecimentos das matérias exigidas. Instruir naquele momento não estava relacionado apenas a ensinar os conhecimentos das matérias, como também a ‘moldar’, ‘conscientizar’, ‘conformar’²³³.

Na Província, vários sujeitos, como Francisca Clotilde Barbosa de Lima²³⁴ escreveram artigos, sobretudo na imprensa, tratando deste assunto. Professora da Escola Normal e colaboradora de jornais como o *Cearense*, o *Libertador* e a revista *A Quinzena*²³⁵, órgão do Clube Literário, “agremiação literária que congregou boa parte dos intelectuais abolicionistas”²³⁶, Francisca Clotilde escreveu nesta revista durante o ano de 1887 dois artigos *A educação moral da criança na escola* e *A mulher na família*. Nestes artigos, Francisca

²³² VILLELA, Heloisa. O mestre-escola e a professora. In: LOPES, Eliane; VEIGA, Cynthia; FARIA FILHO, Luciano M. **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011, p. 103.

²³³ VILLELA, Heloisa. O mestre-escola e a professora. In: LOPES, Eliane; VEIGA, Cynthia; FARIA FILHO, Luciano M. **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011, p. 116.

²³⁴ Francisca Clotilde Barbosa Lima entrou para o magistério cearense em junho de 1882 e foi professora da Escola Normal de Fortaleza até março de 1890. Clotilde colaborou em grande número de periódicos, dentre eles o *Cearense* (1877-1884), *Libertador* (1881-1891), *Revista Contemporânea* (1884), *A quinzena* (1887-1888), *A Evolução* (1888-1889), *Gazeta do Sertão* (1893), *Ceará Ilustrado* (1894), *Iracema* (1895-1900), *O Combate* (1986), *A República* (1896-1901), *A Fortaleza* (1906), *Folha do Commercio* (1911), *O Domingo*, *A Cidade e A Ordem*. Foi colaboradora do *Almanach do Ceará* (1897 e 1919) e teve seus textos publicados no *Almanach das Senhoras Brazil/Lisboa* (1911). Figurou, ainda, nas folhas *O Iyrio*, de Recife (1902-1904); *O Bathel*, da Paraíba; *Paladino*, do Acre; *A Família*, de São Paulo (1881-1883) e *Rio de Janeiro* (1883-1897); e *A mensageira* (1897-1900), também paulista. Cultivou, nestes espaços, a prosa, a poesia e a não-ficção, em contos, crônicas, artigos, crítica literária, teatro, traduções, charadas, anúncios. Francisca Clotilde escreveu alguns livros, tais como *Coleção de contos* (1897), *Noções de Aritimética* (1889), *A Divorciada* (1902), os dramas *Fabíola* e *Santa Clotilde* (s/d) e *Pelo Ceará* (1911) e nas primeiras décadas do século XX funda a revista *A Estrella*, que circulou de 1906 a 1921. Para mais informações ver: **Dicionário Bio-bliográfico Cearense de Barão de Studart**. Fortaleza: Typo-Lithographia a vapor, 1910, Tomo I, p. 279; ALMEIDA, Luciana Andrade de. **Francisca Clotilde e a palavra em ação (1884-1921)**. Dissertação (Mestrado em História Social). Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.

²³⁵ *A Quinzena* (1887-1888) revista de caráter filosófico, científico e literário; de tiragem quinzenal foi órgão do Clube Literário, “formado por integrantes do movimento abolicionista cearense como Guilherme Studart, Antonio Martins, Antonio Bezerra, Justiniano de Serpa, João Lopes, e outros como Rodolfo Teófilo, Paulino Nogueira e Abel Garcia. Escreveram também nesta revista Antonio Sales e Francisca Clotilde”. Para mais informações ver: CARDOSO, Gleudson Passos. **As repúblicas das letras cearenses: literatura, imprensa e política (1873-1904)**. São Paulo: Dissertação (Mestrado em História Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2000, p. 256.

²³⁶ *Ibid.*, p. 83.

Clotilde empreendeu discussões que traziam a família como tema central, em especial as mães como responsáveis pelo futuro dos filhos.

No artigo, *A educação moral das crianças na escola*, publicado em fevereiro de 1887, Clotilde identificava a mãe como a primeira educadora dos filhos, de modo que seria no lar que a criança receberia os primeiros ensinamentos. A mãe infiltraria em seu coração o “gérmen do bem e as noções de caráter”²³⁷. Segundo Clotilde, a doçura, a paciência e os cuidados com que estas cercariam os filhos, protegendo-os e desviando-os do mal, representavam virtudes essenciais que somente as mães possuíam. Para Francisca Clotilde, a mãe:

Não deve esquecer nunca que della dependem a felicidade e o futuro das tenras creaturas que nella se revêem como em um espelho que deve reflectir as mais bellas puras imagens; que lhe cumpre vellar incessantemente para desenvolver o bem n’aquelles corações ingenuos e inexperientes, procurando todos os meios para depositar nelles o germen que deverá produzir no decurso bons e salutaes fructos²³⁸.

A mãe deveria, portanto, superar as dificuldades que o exercício de sua função apresentava através de seu zelo e empenho. O pai designaria os princípios pelo qual a família seria educada, mas era da mãe que dependeria o futuro das crianças, pois para Francisca Clotilde, “o menino molda-se á sua vontade, á sua influencia e guiado pelo amor solícito e desvelado que ella lhe dedica cresce nas melhores disposições”²³⁹. A mãe não deveria esquecer de seu dever como forma de que seria nela que as crianças se espelhariam.

Francisca Clotilde “presa” ao conservadorismo católico pela própria educação que recebeu acaba por delimitar em seus artigos o papel da mulher no lar, contribuindo assim na cristalização do papel a ser desempenhado pelas mães na vida social, que era fazer da criança um homem útil à “pátria” e à família. Clotilde em seu artigo, *A mulher na família*, argumentava:

Não será mil vezes mais glorioso desempenhal-o e fazer da creança um homem util á patria e á familia do que sentar-se nos bancos de academias em busca de um pergaminho, ou acompanhar os vaivens da política, duende fatal que deve amedrontar até os animaes varonis?²⁴⁰

No trecho supracitado, Francisca Clotilde procurava identificar a mãe com um sentimento de cuidado, carinho e proteção próprios de sua natureza reprodutora, elevando-a a

²³⁷ “A educação moral das crianças na escola”. **A Quinzena**, 15 de fevereiro de 1887, n. 3, p. 21.

²³⁸ “A mulher na família”. **A Quinzena**, 15 de março de 1887, n. 5, p. 40.

²³⁹ *Ibid.*, p. 47.

²⁴⁰ *Ibid.*

primeira professora dos filhos. Desse modo, as mães tinham uma “missão” difícil, pois delas partiriam os primeiros ensinamentos que contribuiriam para a formação de sujeitos ordeiros e disciplinados.

No lar, as crianças deveriam ser educadas por meio dos exemplos. As virtudes que deveriam possuir seriam aquelas passadas pelas mães através do espelho que seriam para seus filhos. As virtudes tidas como inerentes à natureza das mães: submissa, abnegada e passiva, por exemplo, deveriam ser reproduzidas no comportamento das crianças na sua vida adulta. Nesse processo, as mães reproduziriam uma forma de ser e estar que nos debates na Câmara dos Deputados e na Assembleia Provincial em 1881 e 1882, assim como nos escritos de sujeitos inseridos nas discussões em torno da educação, como Francisca Clotilde, contribuiriam no respeito e submissão às autoridades constituídas e na construção da ordem no país.

O papel a ser desempenhado pelas mães era identificado como repleto de dificuldades, mas sua paciência superaria todas as animosidades que pudessem surgir em seu trabalho. Observamos que em suas funções estava como primeira necessidade fazer com que as crianças compreendessem a ideia de Deus e o próprio ambiente em que estavam inseridas. A família, logo, serviria como escola onde os filhos seriam educados.

A família constituiria uma “escola doméstica” desde que a religião, a virtude, a moral e o trabalho estivessem presentes. Percebemos, portanto, que o próprio comportamento de renúncia que se esperava das mulheres em prol da família era incentivado pela religião. Nesse momento, com a intenção de valorizar o papel da mãe, este é acompanhado de “expressões tomadas de empréstimo da religião, que terminam por lhes dar uma certa ‘dignidade’ em sua ‘aura mística’²⁴¹. De fato, nas últimas décadas do século XIX, seja nos discursos das elites política e letrada no cenário político ou nos artigos escritos em jornais e revistas, o papel da mãe era acompanhado principalmente das expressões “missão”, “vocação” e “dever tão sagrado”.

Nesse momento, junto às discussões acerca do lugar a ser ministrada a Instrução Religiosa, as relações no interior da família constituíram objeto de intensa discussão, sobretudo, na imprensa. O estabelecimento de um modelo de família a ser imitado era alvo constante das discussões que traziam como tema principal a educação das crianças. Nos meios políticos e intelectuais, era discutido que a construção da civilização no país implicava a

²⁴¹ DUARTE, Constância Lima. A ficção didática de Nísia Floresta. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive (org.). **500 anos de educação no Brasil**, Belo Horizonte: Autêntica, 2011, p. 322.

difusão de hábitos e costumes tidos civilizados, em que a família e a escola eram considerados espaços por excelência para as crianças aprenderem os valores necessários para a elevação do país a um patamar “civilizado”. Dessa forma, para a formação de sujeitos que viessem futuramente a ocupar seus espaços dentro da sociedade, era necessário identificar o papel da família, em especial, dos pais na tentativa de criar um *habitus* civilizado²⁴². Portanto, o leitor deve-se perguntar: em que medida as discussões nas últimas décadas do século XIX sobre civilização, progresso material, cultural e moral atingiram ou identificaram a família como espaço fundamental para tornar realidade o “projeto civilizador” das elites dirigentes? Esta indagação converge para um ponto em que todas as questões se envolvem: que sujeitos eram esses que deveriam ser instruídos e educados na Instrução Pública Primária? A quais camadas sociais pertenciam?

Com frequência encontramos nos ofícios feitos pelos professores, tratando dos utensílios e objetos indispensáveis às suas aulas, a observação de que determinados materiais destinavam-se às “meninas desvalidas”. Como é o caso da lista feita pela professora Maria de Jesus Casseã, da escola pública primária do sexo feminino, da Vila de Cascavel²⁴³. Em 28 de setembro de 1880, a referida professora escreveu que, além de bancos, mesa grande, cabides e cadeiras, faltavam em sua aula livros para as “alunas desvalidas”, eram eles: dez exemplares de Histórias Pátrias (10ª Ed), de Gramáticas do Dr. Abílio (2ª Ed), dos Livros de 3ª, 2ª e 1ª Leitura do Dr. Abílio, dos Lusíadas e dez Cartas de ABC.

Ou o caso da professora pública primária da cidade de Granja, Heraclia Theodora de Sá Callado, que em 1º de janeiro de 1881 listou os nomes das “meninas desvalidas” que frequentavam sua aula. Dos 19 nomes, 4 eram meninas “órfãs de pai e mãe”; 2 eram “órfãs de pai”; 10 eram filhas de “pais pobres” e 3 eram “libertas”, como é possível observar na imagem:

²⁴² VIANA, Fabiana da Silva; VEIGA, Cynthia Greive. **Relação governo, família e educação na primeira metade do século XIX na província de minas gerais**. Disponível em: sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema7/0742.pdf, p. 4.

²⁴³ CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Cascavel, 1880. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Cascavel, Data Crônica: 1880. BR CEAPEC IP PP CO RE 08 01/CAIXA: 52.

Figura 3 – Relação das meninas desvalidas que frequentam a escola pública primária da cidade de Granja em 1 de janeiro de 1881.

Relação das meninas desvalidas que se achão frequentando a escola

1	<i>Helena Felina Ribeiro</i>	<i>Orpha do Pai e Mãe</i>
2	<i>Maria Françoisa de Castro</i>	<i>Idem Idem</i>
3	<i>Maria Moura de Freitas</i>	<i>Idem Idem</i>
4	<i>Raimunda Maria Pessoa</i>	<i>Idem Idem</i>
5	<i>Margarida Ferreira de Maria</i>	<i>Orpha do Pai</i>
6	<i>Luiza Ferreira de Almeida</i>	<i>Idem Idem</i>
7	<i>Maria Joannina dos Santos</i>	<i>Filha de pais pobres</i>
8	<i>Anna Rufina da Silva</i>	<i>Idem Idem</i>
9	<i>Josephina Maria da Conceição</i>	<i>Idem Idem</i>
10	<i>Maria Angela Monteiro</i>	<i>Idem Idem</i>
11	<i>Rafina de Paula Monteiro</i>	<i>Idem Idem</i>
12	<i>Francisca Carolina de Carvalho</i>	<i>Idem Idem</i>
13	<i>Angela Jannura Pessoa</i>	<i>Idem Idem</i>
14	<i>Maria Joze</i>	<i>Idem Idem</i>
15	<i>Joanna Rodrigues Dias</i>	<i>Idem Idem</i>
16	<i>Thyza Julia da Rocha Guedes</i>	<i>Idem Idem</i>
17	<i>Maria Raimunda do Nascimento</i>	<i>Liberta</i>
18	<i>Felicja Maria da Conceição</i>	<i>Idem Idem</i>
19	<i>Maria Thyza de Jesus</i>	<i>Idem Idem</i>

Deixarão de frequentar a escola se não forem fornecidas de papel, tinta e livros necessários

Cidade da Granja, 1.º de Janeiro de 1881
Veracida Theodora de Sá Vallado
Professora Pública Primária

O Inspector local
Raimundo José de Almeida

Fonte: CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, 1881.

No final das listas, as professoras ressaltaram que as meninas “Deixarão de frequentar a escola se não forem fornecidas de papel, tinta e livros necessários”. Inúmeros são os ofícios que encontramos no Fundo Instrução Pública da Província do Ceará, nas décadas de 1870 e 1880, documentação que está sob a guarda do Arquivo público deste Estado, em que os professores listavam os objetos e utensílios indispensáveis às suas aulas e com frequência ressaltavam a necessidade de compêndios para os alunos e alunas *pobres, pobríssimos, indigentes, desvalidos, filhos de pais paupérrimos*.

Nesse sentido, se tomarmos a escrita da história como um laboratório, como nos fala Natalie Zemon Davis, onde se geram não provas, mas possibilidades históricas²⁴⁴, os casos relatados acima são claros indícios de que nas aulas públicas primárias havia um número significativo de crianças órfãs e de pais que não possuíam meios para adquirirem os materiais necessários à frequência de seus filhos nas aulas. Não podemos, ao mesmo tempo, desconsiderar que a utilização dos termos “filhos de pais pobríssimos” e “paupérrimos” pelos professores talvez não deixasse de ser também uma forma de chamar a atenção das autoridades responsáveis pelo ensino público para a necessidade urgente de fornecer os materiais necessários à manutenção dos alunos *pobres* nas aulas, haja vista ser dever do estado, de acordo com a legislação educacional do período, subsidiar essas crianças dos materiais de que necessitavam.

O Arrolamento²⁴⁵ da população de Fortaleza redigido pelo Chefe de Polícia Olympio Manuel dos Santos Vital em 1887 apresenta informações relativas a 17.533 habitantes da capital. No que concerne às ocupações destes, 301 indivíduos atuavam na agricultura, pecuária e extrativismo; 1.605 se ocupavam do artesanato e manufatura; 4.612 atuavam no comércio e serviços e 10.737 estavam na condição de “inativos”, ou seja, sem profissão, aposentados, inválidos e estudantes²⁴⁶.

Pode-se conjecturar que nas últimas décadas do século XIX na capital do Ceará mais da metade da população que no arrolamento supostamente não possuíam ocupação, possivelmente exerceu trabalhos informais para garantir sua sobrevivência²⁴⁷. Daí a maioria

²⁴⁴ DAVIS, Natalie Zemon. **O Retorno de Martin Guerre**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 10.

²⁴⁵ O Arrolamento da população das Freguesias de São José e de Nossa Senhora do Patrocínio que constituíam a cidade Fortaleza foi redigido pelo Chefe de Polícia Olympio Manuel dos Santos Vital em 1887. Este documento pertencente ao acervo da Chefatura de Polícia da Província do Ceará do Arquivo Público deste Estado, constitui um manuscrito composto por cinco livros que apresentam as seguintes informações: denominação das ruas e praças, número da casa, tipo de estabelecimento, nome do indivíduo, sua posição na estrutura familiar (criada, agregada, filha, sogra, esposa, marido, avó, dentre outros), nacionalidade, idade, estado civil, profissão, instrução (se sabe ler). Nossa pesquisa nesta fonte limitou-se à investigação das profissões, bem como das informações referentes ao “saber ler” naquele momento. Fonte: Arquivo Público do Estado do Ceará, Acervo da Chefatura de Polícia da Província, livros de número 355, 382, 383, 384, 444. É importante assinalar que devido a reforma na sede do Arquivo Público do Estado do Ceará e sua mudança para uma sede provisória, os documentos não se encontram organizados em alas, prateleiras ou estantes.

²⁴⁶ O referido arrolamento apresenta os nomes de todos os 17.533 habitantes da cidade de Fortaleza e a profissão de cada um deles. Como não fizemos um trabalho de contagem da quantidade de indivíduos por setores profissionais, estas informações foram retiradas do trabalho “**Modernizações e desigualdades sociais em Fortaleza na segunda metade do século XIX**” produzido pelos bolsistas André Félix Marques da Silva, Leonardo de Atayde Pereira, Patrícia Garcia Ernando da Silva, Vanessa Kely Domingues e apresentado no XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambú- MG – Brasil, de 20- 24 de Setembro de 2004, p. 8.

²⁴⁷ SILVA, André Félix Marques da; PEREIRA, Leonardo de Atayde; SILVA, Patrícia Garcia Ernando da; DOMINGUES, Vanessa Kely. **Modernizações e desigualdades sociais em Fortaleza na segunda metade do século XIX**. Trabalho apresentado no XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambú- MG – Brasil, de 20- 24 de Setembro de 2004, p. 8.

da população, desempenhar atividades ligadas à prestação de serviços e de comercialização de gêneros alimentícios. Aqui destaco a grande quantidade de mulheres que para garantir sua sobrevivência e a de sua família exerceram as atividades de costureira, modista, engomadeira, tecedeira, cozinheira, doceira, padeira, quitandeira, lavadeira, rendeira, parteira²⁴⁸.

Na Fala²⁴⁹ do Presidente da Província do Ceará, Dr. Enéas de Araújo Torreão, de 1º de julho de 1887, Fortaleza era constituída por uma população de 26.624 habitantes. No Arrolamento da população da capital do mesmo ano, de um total de 6,310 homens na faixa etária entre 5 e 60 anos ou mais, 2.984 (47,3 %) não sabiam ler, enquanto que 50,6 % sabiam ler. Entre as mulheres, num total de 8.983, 5.053 (56,8%) não sabiam ler, indicativo maior em relação ao nível das que sabiam ler 41, 2%²⁵⁰.

As mudanças econômicas na Província, principalmente devido ao comércio e ao consumo de produtos estrangeiros, comemoradas pelas elites sob os auspícios da “civilização e do “progresso”, destoavam da maioria da população, constituída de pobres e humildes, do alto nível de analfabetismo e da grande quantidade de indivíduos que sobreviviam por meio de trabalhos informais, carentes das mínimas condições de sobrevivência e vítimas do flagelo da seca.

Na Província, nesse momento, havia as instituições voltadas para o acolhimento de crianças “pobres” como os orfanatos e as escolas de aprendizagem de ofícios, mas a grande quantidade de ofícios no Fundo Instrução Pública da Província do Ceará, contendo as listas das crianças consideradas pelos professores como *pobres, órfãs, desvalidas, filhos de pais paupérrimos*, indica que não era desprezível o número de crianças que não dispunham de meios para frequentar as aulas primárias e que a escola pública primária no século XIX foi destinada às crianças *pobres*²⁵¹. No entanto, observamos por meio das fontes que várias leis e normas criadas no âmbito da Instrução Pública Primária não atendiam a realidade que se encontrava essas crianças na Província. Um claro indício dessa questão são as sanções

²⁴⁸ Essa informação foi retirada do Arrolamento da população das Freguesias de São José e de Nossa Senhora do Patrocínio, redigido pelo Chefe de Polícia Olympio Manuel dos Santos Vital em 1887. Fonte: Arquivo Público do Estado do Ceará, Acervo da Chefatura de Polícia da Província, livro de número 383.

²⁴⁹ Fonte consultada no site: Center of Research Libraries Global Resources Network (<http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/ceara>)

²⁵⁰ SILVA, André Félix Marques da et al. Modernizações e desigualdades sociais em Fortaleza na segunda metade do século XIX. Trabalho apresentado no XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambú- MG – Brasil, de 20- 24 de Setembro de 2004, p. 10 e 11. De acordo com este trabalho, não é possível saber se os dados referentes ao “saber ler” obtidos no Arrolamento estavam necessariamente relacionados ao aprendizado obtido em estabelecimentos de ensino. Não aprofundamos esta questão na pesquisa, mas não podemos desconsiderar o ensino da leitura e de outros rudimentos nos lares com os preceptores, ou outras formas de ensino que existiram no século XIX.

²⁵¹ Ressalte-se que a condição de pobreza dessas crianças estava vinculada a falta de meios necessários para frequentarem e se manterem nas aulas públicas primárias.

impostas no regulamento aos pais que não matriculassem seus filhos nas aulas primárias ou que os retirassem antes do tempo previsto, tendo que pagar multa caso infringissem essas normas. Essa questão mostrou-se bastante conflituosa, na medida em que a grande quantidade de crianças consideradas pelos professores sem meios para frequentar as aulas eram filhos de pais tidos pelos professores como *pobríssimos* e *paupérrimos*, tornando inviável o cumprimento da lei.

Para as crianças da instrução primária não havia as pretensões de posteriormente chegar ao ensino secundário e superior. A maioria dessas crianças constituída por pobres e livres deveria ser instruída, mas as finalidades desta instrução não se relacionavam com uma continuação dos estudos. Para essas crianças, a instrução não passava do ensino das primeiras letras. Seria por meio da instrução primária que se incutiria valores e hábitos para que as crianças evitassem os “vícios”. Por outro lado, seria por meio da instrução secundária que sairia os sujeitos que regeriam os rumos da vida política e administrativa do Estado. Vemos claramente as hierarquias sociais construídas, na medida em que os lugares sociais eram demarcados apontando o lugar a ser ocupado pelas crianças pobres e livres e pelas as das classes mais abastadas.

Nos debates na Câmara dos Deputados e na Assembleia Provincial do Ceará não fora discutido se as famílias tinham competência ou meios para instruir seus filhos. Os discursos traziam a instrução religiosa como dever da família e da Igreja, em que os pais e os padres seriam os principais educadores das crianças no ensino da religião, mas não levavam em conta as diferenças entre as várias famílias que residiam na Província, cujas crianças seriam instruídas e educadas de acordo com a sua situação social e econômica.

No século XIX, existiam várias formas de instruir. Além das aulas públicas primárias custeadas pelo Estado, havia a preceptoria, onde a instrução era ministrada nas casas, ficando o pagamento do professor a cargo do chefe de família e, ainda, as escolas particulares regidas por religiosos e muitas vezes subvencionadas pelo Estado. Com exceção das aulas públicas primárias, as crianças formadas nas demais formas de instrução pertenciam às famílias abastadas. Por outro lado, as crianças pobres e livres deixavam muitas vezes de frequentar as aulas por falta de meios como livros e roupas.

Nesse momento, nos debates acerca da necessidade de reformas na Instrução Pública na Província do Ceará, “não estiveram ausentes do rol de medidas propostas em sucessivos relatórios aquelas dirigidas às ‘classes populares’ que ‘visavam criar condições

mínimas para o trabalho mecânico”.²⁵² Na Província em 1856, por exemplo, foi criado para o recolhimento dos meninos órfãos e desvalidos a Casa de Educando e Artífices. No ano de 1865, sob a direção dos irmãos de São Vicente de Paulo, foi criada sua Casa de Órfãos, depois Colégio de Órfãos, estendendo em seguida para o Externato São Vicente de Paulo para meninos pobres e um Orfanato para moças pobres. Ainda no ano de 1865, é instalada a Escola de Aprendizes Marinheiros. No âmbito particular, é importante ressaltar o Colégio da Imaculada Conceição (1865) subvencionado pelo Estado e que mantinha um externato para moças pobres.

Preparar as crianças e garantir condições necessárias para que experimentassem hábitos e costumes que contribuíssem para o estabelecimento da civilização eram metas discutidas pelas elites política e letrada. As crianças deveriam, portanto, experimentar valores, hábitos e costumes que as levassem a serem adultos “civilizados”. A tarefa da família e da escola seria preparar a criança como terra fértil para no futuro produzir bons frutos. Contudo, isso não seria bastante, pois as mãos que semeariam deveriam estar preparadas como condição de colher frutos saudáveis.

Levando em conta que a maioria das crianças que frequentavam as aulas públicas primárias era considerada pelos professores como “desvalidas” ou filhas de “pais pobríssimos” e “paupérrimos”, os discursos das elites dirigentes de que era dever da família a educação das crianças na instrução religiosa, ao mesmo tempo, esbarra em dois aspectos: estas famílias possuíam as condições necessárias para educar seus filhos nos padrões civilizados pregados pelas elites? A instrução religiosa dada no âmbito familiar daria conta de formar essas crianças na ordem e na disciplina, características discutidas nos meios políticos e intelectuais como construídas por meio da referida matéria? Como funcionaria no âmbito familiar a instrução das crianças no ensino religioso que eram consideradas pelas elites dirigentes participantes do “mundo da desordem”²⁵³, ou seja, crianças que faziam parte de famílias que estavam fora dos padrões de família ideal ou competente para a educação das crianças?

Vê-se que a Instrução Moral e Religiosa, ao mesmo tempo, constituía matéria importantíssima no “projeto civilizador” das elites dirigentes. Por meio dela seriam incutidos

²⁵² PEREIRA, Adelaide Maria Gonçalves. Educando para a obediência: experiências na instrução de pobres no Ceará. In: CAVALCANTE, Maria Juraci Maia; QUEIROZ, Zuleide Fernandes de; VASCONCELOS JUNIOR, Raimundo Elmo de Paula; ARAUJO, José Edvar Costa de (Org.). **História da educação - vitrais da memória:** lugares, imagens e práticas culturais. Fortaleza: Edições UFC, 2008, p. 232.

²⁵³ Aqui tomamos de empréstimo o termo “desordem” do trabalho de Fabiana da Silva Viana e Cynthia Greive Veiga intitulado “Relação governo, família e educação na primeira metade do século XIX na Província de Minas Gerais” para discutirmos nossas ideias. O referido artigo está disponível em: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema7/0742.pdf>

hábitos e valores que levariam a manutenção da ordem e da disciplina na esfera social. Os catecismos e as várias cartilhas utilizadas no ensino da moral e da religião traziam não apenas aspectos da doutrina cristã católica, mas ao mesmo tempo, um conjunto de regras, de valores, de normas que direcionavam como os alunos deveriam prosseguir nos seus deveres como filhos, devendo ser intermediários entre os valores obtidos na escola e os costumes “nocivos” da família.

Nas discussões acerca do ensino religioso como matéria do programa de estudos da instrução pública primária, na Assembleia Provincial, na Câmara dos Deputados, no Senado Brasileiro, bem como na imprensa por meio do Relatório de Amaro Cavalcanti, no início da década de 1880, não fora discutido as condições sociais e econômicas das famílias e se as classes menos favorecidas constituíam um “problema” na educação de seus filhos, tendo em vista seu caráter de “pobreza”, tido nos discursos das elites dirigentes, como aspecto que propiciaria a inclinação aos vícios e “erros”.

Para estas posições, a família era caracterizada como instância competente na educação das crianças. O modelo de família que se caracterizava como ideal era o formado por pai, mãe e filhos. Mas, e as que não atendiam a esse modelo, uma vez que muitas crianças que frequentavam as aulas públicas primárias eram órfãs de pai e mãe, vivendo sob a proteção de sua avó e outras eram órfãos de pai, vivendo com sua mãe? Discutia-se acerca da importância da família na educação das crianças, sendo o pai e a mãe sujeitos fundamentais neste processo, porém, este modelo de família não correspondia à maioria das famílias das crianças que frequentavam as aulas públicas primárias na Província.

Os referenciais de ensino primário observados no exterior, nos países ditos “civilizados”, foram muitas vezes debatidos nos meios políticos e intelectuais sem levar em conta os aspectos particulares das condições que se encontravam as crianças *pobres* na Província. Naquele momento, nota-se que eleger a família, em que o papel dos pais era considerado fundamental para a educação dos filhos na instrução religiosa, não dava conta da realidade na Província, uma vez que muitas das crianças que frequentavam as aulas públicas primárias eram órfãs de pai ou mãe, ou dos dois, sendo criadas pela avó.

Nesta direção, as discussões a respeito da educação dos pobres e livres no cenário político e letrado tinham as crianças como principais alvos, com a inteira participação da família neste processo, por meio dos bons exemplos que os pais deveriam apresentar em suas atitudes e comportamentos, visto que para a formação do caráter das crianças implicaria uma maior preocupação por parte dos pais em relação à prática de bons hábitos e costumes. O fato é que as discussões sobre o lugar onde a instrução religiosa deveria ser ministrada mostram,

por outro lado, como o âmbito da família foi sendo “invadido” pelo discurso pedagógico das elites dirigentes.

3.2 Formar o corpo, o espírito e a moral: a educação para a vida completa e a emergência do capitalismo

A religião e a moral – esses dois elementos indispensáveis para a formação do carácter podem ser infiltrados nos corações infantis da maneira mais simples. Um passeio à beira-mar, uma manhã de estio, uma flor que desabrocha, uma ave que canta, uma abelha que fabrica o mel, uma borboleta que esvoaça podem trazer à criança a idéia do autor dessas cousas que tanto enlevam e arrebatam sua imaginação pueril, e o professor terá ensejo de auxiliar-lhe o espírito de observação, infundindo-lhe ao mesmo tempo o amor às ciências naturaes ²⁵⁴.

A epígrafe acima corresponde a um trecho do artigo intitulado *A educação moral das crianças na escola* produzido por Francisca Clotilde Barbosa de Lima, professora da Escola Normal e colaboradora de vários periódicos na Província. O artigo foi publicado no dia 15 de fevereiro de 1887, na revista *A Quinzena*, órgão do Club Literário²⁵⁵, que teve como colaboradores outras figuras ligadas à educação na Província, como José de Barcellos, Justiniano de Serpa e Juvenal Galeno.

No artigo, Francisca Clotilde trava um debate especialmente em torno de duas questões: a religião e a moral. Defendendo que os ensinamentos da instrução moral e religiosa poderiam ser infiltrados nos corações infantis por meio da observação e do aguçamento dos sentidos, Clotilde traçou, portanto, pensamentos análogos e aproximações com as ideias de

²⁵⁴ “A educação moral das crianças na escola”. *A Quinzena*, 15 de fevereiro de 1887, n. 3, p. 22.

²⁵⁵ De acordo com Gleudson Cardoso, o Clube Literário (1887-1889) foi agremiação literária que congregou boa parte dos intelectuais abolicionistas na capital. Fonte: CARDOSO, Gleudson Passos. **As repúblicas das letras cearenses**: literatura, imprensa e política (1873-1904). São Paulo: Dissertação (Mestrado em História Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2000, p. 83.

Rui Barbosa²⁵⁶, Relator da Comissão de Instrução Pública da Corte, acerca dos métodos de ensino discutidos no início da década de 1880 no seu Parecer sobre a reforma da instrução pública primária.

Ao discutir em seu artigo assuntos referentes às ciências naturais, à instrução moral, intelectual e física apresentando a importância de desenvolver todas essas faculdades, “fazendo com que o aluno tivesse um papel ativo nesse processo, intuindo e experimentando”²⁵⁷, Francisca Clotilde defendia uma formação do corpo e do espírito junto aos princípios da moral e da religião. Seria por meio do método de ensino “intuitivo” que as crianças aprenderiam não somente os princípios relacionados à moral e à religião, mas “o amor às ciências naturais”, ou seja, ao mesmo tempo em que os professores instruiriam os alunos no ensino moral e religioso por meio da observação das coisas que os rodeavam, como os animais e as plantas, apresentando a ideia da “criação do mundo”, as ciências naturais também seriam aplicadas. Clotilde, porém, considerava que a educação moral era a parte mais importante da “missão” da escola, porque formava o caráter, purificava os costumes, desenvolvia os bons impulsos do coração e tinha sobre a educação física e a intelectual uma incontestável superioridade²⁵⁸.

Havia, portanto, uma hierarquia de valores nos saberes a serem ensinados às crianças. Dessa forma, as apropriações de Francisca Clotilde acerca do tripé corpo, espírito e moral, tão discutido nos meios políticos na década de 1880 como conhecimentos que deveriam ser trabalhados em diálogo, identificavam a instrução moral e religiosa como mais necessária e mais importante que as outras disciplinas do programa de estudos da instrução pública primária.

Em 1882, Rui Barbosa, Relator da Comissão de Instrução Pública do Império, juntamente com os deputados Thomaz do Bomfim Espinola e Ulusses Maobado Pereira Vianna, produziu um projeto de reforma como resultado do estudo que a Câmara dos Deputados teve que fazer acerca do Decreto nº. 7. 247, de 19 de abril de 1879, expedido pelo ministro do Império do Gabinete presidido pelo visconde de Sinimbu, Carlos Leôncio de

²⁵⁶ Rui Barbosa (1849-1923) formou-se em Direito, pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1870. Exerceu diversas atividades profissionais ao longo de sua carreira, sendo advogado, político, parlamentar, jurista, jornalista e, também, durante um curto período, professor de um Curso de Alfabetização de Adultos. Foi candidato à presidência da República em 1909 e 1919, contudo não obteve êxito nessas eleições. Ocupou o cargo de vice-presidente do país no Governo de Deodoro da Fonseca entre o período de Dezembro de 1889 à Agosto de 1890. Fonte: MACHADO, Maria Cristina Gomes; MORMUL, Najla Mehanna e MÉLO, Cristiane Silva. Rui Barbosa e a educação: as *lições de coisas* e o ensino da cultura moral e cívica. **Educação Unisinos**, Vol. 18, n. 3, set/dez de 2014.

²⁵⁷ GOMES, Angela de Castro. A escola republicana: entre luzes e sombras. In: GOMES, Angela de Castro; PANDOLFI, Dulce Chaves; ALBERTI, Verena. **A República no Brasil**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2002, p. 399.

²⁵⁸ “A educação moral das crianças na escola”. **A Quinzena**, 15 de fevereiro de 1887, n. 3, p. 21.

Carvalho²⁵⁹. “O decreto continha disposições de atribuições do legislativo e, por isso, estatuiu em seu preâmbulo que as mesmas não seriam executadas antes da aprovação daquele poder”, a qual foi submetida²⁶⁰.

Na segunda metade do século XIX, Rui Barbosa se envolvia nas discussões que ocuparam grande espaço na pauta dos debates políticos no país, como a imigração, as mudanças nas formas de trabalho, a abolição da escravatura, a transição do regime monárquico para o republicano e as transformações almejadas para o ensino público com a necessidade de implantação de reformas no programa escolar da instrução pública primária, que o tornasse competente às exigências que se apresentavam na estrutura econômico-social do país. Desse modo, foi produzido em 1883 sob sua colaboração o Parecer acerca da Reforma do Ensino Primário. Neste documento, os deputados colocaram em pauta vários assuntos e discutiram, sobretudo, acerca dos métodos e do programa escolar, defendendo claramente o método de ensino “intuitivo” e uma ampliação do programa oficial de estudos que atentasse para as ciências físicas e naturais, para a língua materna, a matemática, a história, a geografia, a educação física, a música, o desenho, o canto, a cultura moral, a cívica e os rudimentos de economia política. Sobre o ensino “intuitivo” o Parecer sentenciou o seguinte:

Habituemo-nos, quanto ser possa, a formar a ciência, nos moços, não extraindo-as dos livros, mas da contemplação do céu e da terra; Isto é, ensinando-os a perceberem, e escrutarem diretamente as coisas. Os objetos da instrução natural sejam coisas sólidas, reais, úteis, capazes de atuar nos sentidos e na imaginação: obtem-se este resultado, aproximando as coisas aos sentidos, tornando-as visíveis aos olhos, audíveis ao ouvido, saborosas ao paladar, sensíveis ao tato. Pelos sentidos há de principiar a instrução.²⁶¹

No Parecer, a ciência e o “método intuitivo” foram exaltados como caminho para a modernização do currículo escolar. Este método também conhecido como “Lições de Coisas” fundamentava-se, sobretudo, nas ideias de Pestalozzi e Froebel e estava pautado na construção do conhecimento por meio da observação e do aguçamento dos sentidos²⁶². A abordagem do ensino através da intuição estruturava-se a partir da observação do particular para o geral, do conhecido para o desconhecido. Por isso, defendia-se ser essencial romper

²⁵⁹ BARBOSA, Rui. **Reforma do Ensino Primário e várias instituições complementares da Instrução Pública**. Obras Completas. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, Vol X, Tomo I, p. XII (Prefácio), 1947.

²⁶⁰ *Ibid.*

²⁶¹ BARBOSA, Rui. **Reforma do Ensino Primário e várias instituições complementares da Instrução Pública**. Obras Completas. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, Vol X, Tomo II, p. 202, 1947.

²⁶² SOUZA, Rosa Fátima de. Inovação educacional no século XIX: A construção do currículo da escola primária no Brasil. **Cadernos Cedes**, ano XX, n. 51, novembro/2000, p. 12.

com o método vigente, fundamentado no verbalismo e na repetição com uma retórica baseada em nomes, fatos e datas. O ensino primário deveria desenvolver “habilidades intelectuais básicas nas crianças, bem como uma certa apreensão elementar do conhecimento da natureza que habilitasse o futuro trabalhador a adaptar-se à sociedade moderna”²⁶³. O processo de ensino, portanto, deveria seguir “as leis que presidiam o próprio conhecimento científico, isto é, a observação e a experimentação”²⁶⁴.

Para a comissão encarregada de estudar o Decreto nº. 7. 247, de 19 de abril de 1879, expedido por Leôncio de Carvalho, o “ensino das coisas” e o da “palavra” deveriam andar de mãos dadas²⁶⁵. Não se tratava mais de repetir para memorizar, de recitar as lições. Para Rui Barbosa, os professores deveriam em seu trabalho e, de acordo com as necessidades e dificuldades dos alunos, recorrer à imaginação, ao raciocínio, ao juízo, à reflexão, à memória e aos sentidos²⁶⁶.

Segundo Angela de Castro Gomes, foi na última década do Império que surgiu no Brasil um interesse crescente pelo “método intuitivo”, em que os alunos seriam instruídos por meio da percepção sensorial, da educação dos sentidos, exercitando a observação do que estava próximo e do que era concreto, a partir do qual se acreditava estar reformulando radicalmente o processo de ensino até então vigente no mundo ocidental²⁶⁷.

Nos debates acerca da necessidade de reformar a Instrução Pública na Província do Ceará, seja nos meios políticos ou letrados, não foram raros os argumentos que consideravam o “método intuitivo” e a Instrução Moral e Religiosa fundamental na educação das crianças, insistindo na defesa de que tal matéria era mais importante e necessária em sua formação que as demais disciplinas que compunham o programa escolar da Instrução Pública Primária. Tal insistência não é de se estranhar quando estes debates associavam a indisciplina do *povo* e o aumento do índice de violência à falta de instrução moral e religiosa. Pesar a culpa da imagem de atraso e ignorância que julgavam encontrar na Província sobre as *classes populares* constituiu iniciativa frequente dos discursos que procuravam inserir a Província nos rumos do progresso e da civilização.

Na segunda metade do século XIX, com os conflitos entre a Igreja e o Estado Imperial e o debate acerca da abolição da escravatura, da imigração e das relações de

²⁶³ SOUZA, Rosa Fátima de. Inovação educacional no século XIX: A construção do currículo da escola primária no Brasil. *Cadernos Cedes*, ano XX, n. 51, novembro/2000, p. 21.

²⁶⁴ *Ibid.*

²⁶⁵ *Ibid.*, p. 203

²⁶⁶ BARBOSA, Rui. **Reforma do Ensino Primário e várias instituições complementares da Instrução Pública**. Obras Completas. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, Vol X, Tomo II, p. 210, 1947.

²⁶⁷ GOMES, Angela de Castro. **A escola republicana: entre luzes e sombras**. In: GOMES, Angela de Castro; PANDOLFI, Dulce Chaves; ALBERTI, Verena. *A República no Brasil*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2002, p. 399.

produção, novas preocupações vão ganhando relevância e contornos nos debates políticos e intelectuais. A própria formação garantida pela instrução primária ganharia novas atribuições na medida em que estava inserida nas mudanças da estrutura social e econômica, marcada pela urbanização e desenvolvimento da industrialização. Para as autoridades responsáveis pela Instrução Pública, os sujeitos formados no ensino primário teriam que ter ciência do exercício de seu papel e darem sua contribuição à nova ordem social, econômica e política que procuravam construir para o país, integrando-o a ordem civilizatória dos países ditos avançados. Nesse ínterim, a Instrução Pública Primária constituiu tema com cadeira cativa nos debates na imprensa, na Assembleia Provincial e na Câmara dos Deputados.

Os diversos temas que envolveram a educação nas últimas décadas do século XIX foram “objeto de reflexão política e pedagógica”²⁶⁸. Só entre 1870 e 1886 foram apresentados a Câmara dos Deputados sete projetos que propunham reformas na Instrução Pública, foram eles: Projeto de Paulino José Soares de Souza (1870), o de Antônio Cândido Cunha Leitão (1873), o de João Alfredo Corrêa de Oliveira (1874), o Decreto n. 7.247 de Leôncio de Carvalho (1879), Os Pareces/Projeto de Rui Barbosa (1882-1883), o de Almeida de Oliveira (1882) e o de Barão de Mamoré (1886)²⁶⁹.

Vê-se, portanto, que “os ventos que sopravam na Europa deslocavam-se pelo mundo todo”²⁷⁰, fazendo com que as elites políticas e ilustradas se apresentassem nesse movimento como impelidas a direcionar os rumos que deveriam ser tomados para inserir o país no patamar das nações civilizadas. Nesse sentido, as mudanças a serem empreendidas e os ideais de progresso e civilização a serem perseguidos ganharam lugar nas suas ações políticas para o campo da educação, traduzindo-se, dentre outras iniciativas, na produção de projetos e reformas para a legislação educacional.

Nos deteremos na investigação do Decreto nº. 7. 247, de 19 de abril de 1879, de Leôncio de Carvalho e no Parecer de Rui Barbosa relativo à Reforma da Instrução Pública Primária de 1883.

²⁶⁸ SOUZA, Rosa Fátima de. Inovação educacional no século XIX: A construção do currículo da escola primária no Brasil. *Cadernos Cedes*, ano XX, n. 51, novembro/2000, p. 11.

²⁶⁹ É preciso assinalar que apesar de vários projetos terem sido apresentados a Câmara dos Deputados nenhum deles foi implementado e muitas vezes nem sequer discutido. Para mais informações ver: MACHADO, Maria Cristina Gomes. O Decreto de Leôncio de Carvalho e os Pareceres de Rui Barbosa em debate: a criação da escola para o povo no Brasil no século XIX. In: STEPHANOU, Maria e BASTOS, Maria Helena Câmara (Org.). **Histórias e memórias da educação no Brasil**. Vol. II – Século XIX. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005, p. 92.

²⁷⁰ MACHADO, Maria Cristina Gomes. **O projeto de Rui Barbosa**: o papel da educação na modernização da sociedade. Tese (Doutorado). Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, São Paulo, 1999, p. 32.

O Decreto de Carvalho, Ministro dos Negócios do Império, apresentava disposições que deveriam ser observadas nos regulamentos da instrução primária e secundária no Município da Corte, nos regulamentos dos exames de preparatórios nas províncias, nos estatutos das Faculdades de Direito e de Medicina, nos regulamentos das escolas politênicas, enfatizando que seriam cumpridas de imediato as determinações que não trouxessem aumento de despesas²⁷¹. As disposições estabeleciam a coeducação, a frequência obrigatória para a faixa etária de 7 a 14 anos, a liberdade de ensino como forma de incentivar a criação de estabelecimentos escolares e o caráter facultativo do ensino religioso. No Art. 4 do Decreto, as disciplinas que deveriam compor o programa escolar da Instrução Primária de Primeiro Grau eram as seguintes: Escrita, Leitura, Noções essenciais de gramática, Princípios elementares de aritmética, Sistema de pesos e medidas, Noções de história e geografia do Brasil, Instrução moral, Instrução religiosa, Elementos de desenho linear, Rudimentos de música, Ginástica e Costura simples para as meninas. Já na Instrução Primária de Segundo Grau os alunos continuariam na instrução das referidas matérias, incluindo os Princípios elementares de álgebra e geometria, Noções de física, Química e História natural, com explicação de suas principais aplicações à indústria e aos usos da vida, Noções gerais dos deveres do homem e do cidadão, com explicação sucinta da organização política do Império, Noções de lavoura e horticultura, Noções de economia social (para os meninos), Noções de economia doméstica (para as meninas), Prática manual de ofícios (para os meninos) e Trabalhos de agulhas (para as meninas)²⁷².

Vê-se que Leôncio de Carvalho apresentou novas questões em seu decreto, estabelecendo, além da liberdade de ensino e da coeducação dos sexos, a não obrigatoriedade da instrução religiosa aos alunos não católicos, devendo por isso ser ministrada em dias determinados da semana e sempre antes ou depois das horas destinadas ao ensino das outras disciplinas²⁷³.

As políticas de reforma e inovação educacional já vinham desde os primeiros anos da segunda metade do século XIX ganhando maior força com a emergência dos debates em torno da renovação dos currículos, dos métodos de ensino, da obrigatoriedade escolar e da secularização do programa de estudos da instrução pública. Estas questões estavam em

²⁷¹ MACHADO, Maria Cristina Gomes. O Decreto de Leôncio de Carvalho e os Pareceres de Rui Barbosa em debate: a criação da escola para o povo no Brasil no século XIX. In: STEPHANOU, Maria e BASTOS, Maria Helena Camara (Org.). **Histórias e memórias da educação no Brasil**. Vol. II – Século XIX. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005, p. 94.

²⁷² BARBOSA, Rui. **Reforma do Ensino Secundário e Superior**. Obras Completas. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1942, Vol IX, Tomo I, p. 275-277.

²⁷³ BARBOSA, Rui. **Reforma do Ensino Secundário e Superior**. Obras Completas. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1942, Vol IX, Tomo I, p. 277.

circulação a nível internacional e ganharam espaços no cenário político e letrado do país por meio da produção e tradução de livros destinados a instrução, de artigos em periódicos, das viagens de estudos feitas a outros países para colher informações acerca do ensino público, dos congressos e exposições internacionais, “verdadeiras vitrines mundiais”²⁷⁴ na qual os países apresentavam suas implementações e progresso na educação, servindo, ao mesmo tempo, como referenciais do que há de “desenvolvido” e “civilizado” no campo educacional.

Na Província do Ceará, na segunda metade do século XIX, as viagens pedagógicas feitas por José de Barcelos e Amaro Cavalcanti a Europa e aos Estados Unidos, respectivamente, se inscreveram neste movimento de observação das experiências estrangeiras a fim de que pudessem ser colocadas em prática no território brasileiro. O tema da educação nesse momento ocupou grande espaço nas reuniões dos grêmios literários, dos artigos em jornais e revistas e nas contendas no espaço da imprensa entre jornais que defendiam diferentes mudanças para o campo educacional na Província. Essas vozes fizeram da educação um “grande espetáculo”²⁷⁵, que na prática traduziu-se, primeiramente, na série de leis e decretos que foram produzidos referentes ao ensino público, bem como nas conferências e exposições pedagógicas. Tais iniciativas fizeram parte dos anseios das elites política e letrada em transformar a escola em uma instituição capaz de criar os sujeitos necessários a manutenção da ordem e do *status quo*. É na escola, portanto, que se depositará a esperança em um porvir brilhante.

Nos meios políticos e intelectuais nesse momento, os debates sobre conteúdo, método, currículo e a crença no poder da escola como antídoto da desordem e espaço de construção do progresso estavam intimamente relacionado às mudanças que se desejavam para o país por meio da construção de um “homem novo”, sem vícios e laborioso. Esses debates não estavam apartados das transformações no espaço urbano, do desenvolvimento industrial, bem como das próprias mudanças que se operavam na estrutura política e econômica do país. Desse modo, dois anos após o Decreto de Leôncio de Carvalho, a Comissão da Instrução Pública formada pelos deputados Rui Barbosa, Thomaz do Bomfim Espinola e Ulusses Maobado Pereira Vianna, em análise ao referido Decreto, produziu um projeto de reforma composto por duas partes: *Reforma do Ensino Secundário e Superior*; e

²⁷⁴ SANTOS, Fábio Alves dos. **Rui Barbosa e o ensino no Pedro II: um discurso pedagógico no Brasil oitocentista 1880-1885**. Dissertação (Mestrado em Educação). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2005.

²⁷⁵ BASTOS, Maria Helena Camara. A educação como espetáculo. In STEPHANOU, Maria, BASTOS, Maria Helena Câmara (orgs.). **Histórias e memórias da educação no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, v.II: século XIX, 2005, p. 116.

Reforma do Ensino Primário e Várias Instituições Complementares da Instrução Pública, em 1882 e 1883, respectivamente.

No Parecer acerca da “Reforma do Ensino Primário e várias instituições complementares da Instrução Pública” o ensino primário deveria ser laico, gratuito, obrigatório e baseado no “princípio do ensino integral”, ou seja, na educação do corpo, do espírito e da moral. Na prática, este princípio significava o desenvolvimento da maneira mais completa possível de todas as faculdades físicas, morais e intelectuais. Isso se concretizaria com a introdução de novas disciplinas no programa escolar. Este princípio foi elaborado e difundido a partir da obra de Spencer, *Educação Intellectual, Moral e Physica*, publicada em 1861.

O apelo de Spencer à correspondência entre a lei da evolução biológica (lei do desenvolvimento orgânico) e o progresso social possibilitou a naturalização da evolução da sociedade e a compreensão da ciência como o conhecimento mais relevante, o conhecimento útil com aplicação no trabalho, na arte e na vida diária. Nesta concepção, corpo e espírito são indissociáveis. O princípio da educação integral expressava essa compreensão unificada pela qual a educação seguia as leis da natureza e a ciência revelava-se como o melhor meio para a disciplina intelectual e a disciplina moral.²⁷⁶

Os modelos educacionais dos países ditos avançados inspiraram os projetos das elites dirigentes no Brasil relativos à instrução pública. Rui Barbosa apoiou seus argumentos em estudos de pedagogos, higienistas, médicos, cientistas e autoridades envolvidas nos debates em torno da educação. É preciso assinalar que as tentativas de renovação do currículo com a ampliação dos conteúdos não alteravam em si as diferenças entre a quem se destinava o ensino primário e secundário. O primeiro estava voltado para a formação das camadas baixas e o segundo direcionado a formação das elites.

O século XIX, portanto, foi palco de transformações econômicas, políticas e sociais a nível internacional. As forças produtivas e o mercado mundial foram abalados pelo desenvolvimento da grande indústria na Europa²⁷⁷. Este processo trouxe à tona, ao mesmo tempo, as contradições concebidas pelo próprio capitalismo na sociedade. Suas exigências levaram os países do “novo mundo”, inseridos no processo de produção mundial, a

²⁷⁶ SOUZA, Rosa Fátima de. Inovação educacional no século XIX: A construção do currículo da escola primária no Brasil. *Cadernos Cedes*, ano XX, n. 51, novembro/2000, p. 13.

²⁷⁷ MACHADO, Maria Cristina Gomes. O Decreto de Leôncio de Carvalho e os Pareceres de Rui Barbosa em debate: a criação da escola para o povo no Brasil no século XIX. In: STEPHANOU, Maria e BASTOS, Maria Helena Câmara (Org.). *Histórias e memórias da educação no Brasil*. Vol. II – Século XIX. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005, p. 91.

transformarem-se para acompanhar a marcha em que caminhavam as exigências do capitalismo²⁷⁸.

O cenário brasileiro, na segunda metade do século XIX, encontrava-se com uma economia essencialmente agrária baseada no latifúndio e na monocultura. Essa estrutura, sustentada pelo trabalho escravo e questionada nos debates políticos e intelectuais de forma mais incisiva no segundo decênio do século, estava intrinsecamente ligada ao debate acerca da mão-de-obra no contexto de emergência do capitalismo. Para as autoridades responsáveis pelo ensino público com as transformações em curso, fazia-se necessário criar uma escola voltada para a formação de indivíduos adequados às próprias exigências que caracterizavam a estrutura social e econômica do país. Os debates em torno da mudança do regime político, o desenvolvimento da indústria e a necessidade de mão-de-obra preparada fizeram surgir, ao mesmo tempo, a necessidade de identificar o Estado como instituição capaz de construir e manter uma escola baseada na laicização do ensino e formadora de almas preparadas para o trabalho. O Parecer de Rui Barbosa, portanto, identificou a instrução popular como fundamental para a formação da mão-de-obra necessária à elevação do país no conjunto das nações civilizadas.

Dessa forma, a ampliação do programa escolar com a introdução de novas disciplinas como a Instrução Moral e Cívica, a Educação Física, o Desenho e as Ciências Naturais estaria articulado às exigências das mudanças que se processavam na sociedade com a emergência do capitalismo industrial e a necessidade de mão-de-obra para o trabalho livre. Assim, a preocupação com o “desenvolvimento integral” do indivíduo, atentando para a formação do corpo, do espírito e dos princípios morais, tão discutidos por Rui Barbosa em seu Parecer acerca da reforma da instrução primária, não pode ser desvinculada de um projeto de sociedade maior naquele momento que identificava a instrução pública primária associada à disciplinarização e moralização dos indivíduos aliada ao trabalho.

Nesse momento, reconhecia-se a ciência como o conhecimento que melhor representava o sentido do progresso e da sociedade civilizada²⁷⁹. A ciência constituía conhecimento fundamental para a vida prática, podendo suas verdades ser aproveitadas “pela indústria, pelo trabalho, na manutenção da saúde, no exercício das obrigações políticas e

²⁷⁸ MACHADO, Maria Cristina Gomes. O Decreto de Leôncio de Carvalho e os Pareceres de Rui Barbosa em debate: a criação da escola para o povo no Brasil no século XIX. In: STEPHANOU, Maria e BASTOS, Maria Helena Câmara (Org.). **Histórias e memórias da educação no Brasil**. Vol. II – Século XIX. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005, p. 91

²⁷⁹ MORMUL, Najla Mehanna e MACHADO, Maria Cristina Gomes. Rui Barbosa e a educação brasileira: métodos e programas. **Série-Estudos**, Campo Grande/MS, n. 32, p. 261-277, jul/dez 2011, p. 272.

sociais, bem como na constituição da vida ética”²⁸⁰. Para Rui Barbosa, “o verdadeiro ensino da ciência consiste, não meramente em comunicar fatos científicos, mas em habituar o aluno a observar por si mesmo, a discorrer sobre o que observa e contrastear, mediante novas observações ou experiências, as conclusões, a que chegou”²⁸¹.

Nesse sentido, é impossível pensar os debates que tinham como assunto principal as reformas no sistema de ensino público e defendiam a necessidade de ampliação do programa escolar, desvinculado do debate internacional acerca da renovação do currículo, ou seja, do processo de consolidação do currículo moderno. A renovação do currículo do ensino primário e secundário no Ocidente no século XIX foi marcada por tensões e disputas. “Nesse processo estiveram em jogo a substituição de uma cultura literária pela cultura científica no ensino secundário e a difusão de conhecimentos úteis de natureza social, moral e cívica no ensino primário”²⁸².

A proposta apresentada por Rui Barbosa para a reforma na instrução primária com o desenvolvimento integral do indivíduo e o método intuitivo deveria preparar para a vida ativa, bem como para o exercício do trabalho. O ensino baseado na memorização não daria conta de formar as crianças para as exigências dos novos tempos, por isso a necessidade de renovar os métodos utilizados na sala de aula e ampliar os conteúdos estudados com a inserção da ginástica, do desenho, do canto, das ciências físicas e naturais, da instrução moral e cívica.

Desse modo, nosso objetivo neste tópico é investigar como as elites política e letrada vincularam as discussões sobre método, conteúdo e currículo com as tentativas de construção do homem são e laborioso, preparado para a ordem capitalista que se construía no país. Investigaremos também como essas questões foram apropriadas por sujeitos que encabeçaram no Ceará o debate sobre os saberes a serem ensinados e os métodos a serem utilizados nas aulas primárias e como em várias situações tais questões estiveram diluídas em discursos que procuravam pensar a educação das crianças para a vida ativa, vinculando-a com a dimensão da fé, da religião e da moral.

Na Província do Ceará, nos meses de setembro e outubro de 1881, foi publicado no jornal *Cearense* o Relatório de Amaro Cavalcanti, Inspetor Geral da Instrução Pública, documento que apresentava ao Presidente da Província, Pedro Leão Veloso, o resultado de

²⁸⁰ MORMUL, Najla Mehanna e MACHADO, Maria Cristina Gomes. Rui Barbosa e a educação brasileira: métodos e programas. *Série-Estudos*, Campo Grande/MS, n. 32, p. 261-277, jul/dez 2011, p. 272.

²⁸¹ BARBOSA, Rui. **Reforma do Ensino Primário e várias instituições complementares da Instrução Pública**. Obras Completas. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, Vol X, Tomo II, 1947, p. 258.

²⁸² SOUZA, Rosa Fátima de. Inovação educacional no século XIX: A construção do currículo da escola primária no Brasil. *Cadernos Cedes*, ano XX, n. 51, novembro/2000, p. 14.

sua viagem feita aos Estados Unidos a fim de obter informações sobre a organização da instrução primária naquele país. Em seu relatório, Cavalcanti, além de trazer informações sobre o ensino primário e normal nos Estados Unidos, a inspeção ao ensino público e a formação dos professores, discutiu que o fim principal da educação elementar seria o de “formar hábitos e bons costumes, sentimentos de nobreza e virtude, e infundir no espírito dos alunos uma certa somma de noções proveitosas e exactas, acerca da vida activa, que, em breve, terão de encetar”²⁸³. Nesta direção, Amaro Cavalcanti procurava discutir duas questões: a importância da instrução moral e religiosa na educação das crianças e a formação para a prática da vida ativa. Assim, por mais que não tenha mencionado a expressão educação integral em seu relatório, em suas ideias percebe-se a defesa de uma formação completa para o indivíduo. No dia 7 de setembro de 1881, o *Cearense* publicou parte do relatório de Amaro Cavalcanti:

De facto: Educar, não é somente desenvolver, pelos exercícios regulares da gymnastica, por uma nutrição abundante ou pelas lições da hygiene, as forças, a boa composição e a saúde do corpo; nem tão pouco, dar exclusivamente, esmerada cultura ás faculdades do espirito pelo estudo frequente das artes, das letras e das sciencias.

Os primeiros meios se oportunamente empregados, farião com certeza um individuo- são e robusto ou mesmo uma criatura formosa, mas não educado; os segundos formarião provavelmente um espírito versado ou instruído; e ambos os meios bem combinados já darião sem dúvida, á família e á sociedade um membro assaz prestimoso, porem, talvez ainda assim, não perfeitamente educado.

Há uma condição ulterior, um outro requisito na obra imensa da Educação, que, não sendo convenientemente preenchido, privará a esta de seus melhores e mais abundantes fructos.

Apar dos meios regulares que operão o bem estar do corpo, de paripassu com a instrucção que dá saber e engrandece o espirito, deve igualmente seguir a luz, sempre pura, da moral e da religião, que guia o homem ao dever, ao bem, à verdade e à virtude por entre as veredas tortuosas dos erros, vícios e crimes da frágil humanidade. Enfim: reunidos esses três meios, combinados seus vários processos, e applicados com a intelligência á direção e cultura da natureza humana, todo esse grande conjunto de ordem e trabalho fará certamente o que entendemos por Educação, de cujo seio portentoso vemos, todos os dias, sahir, para a família, para a sociedade e para o Estado, membros – são, robustos e belos, industriosos, sábios e probos²⁸⁴.

Observa-se um certo apelo por parte do Inspetor Geral da Instrução Pública do Ceará em deixar claro que sem a instrução moral e religiosa a educação estaria incompleta. A formação do corpo com a ginástica, as lições de higiene, bem como a formação do espírito com o estudo das artes, das letras e das ciências sem os princípios da moral e da religião

²⁸³ “Relatório do Dr. Amaro Cavalcanti (Continuação do n.º 223)”. *Cearense*, 19 de outubro de 1881, Seção Instrução Pública, n. 224, p. 3, 4 col.

²⁸⁴ “Relatório do Dr. Amaro Cavalcanti”. *Cearense*, 7 de setembro de 1881, n. 192, p. 3, 1 col.

levaria ao desenvolvimento de um indivíduo que não estaria totalmente apto para a vida ativa, podendo se inclinar aos “vícios” e aos “erros”.

A tensão estava em torno da questão de que sem a instrução moral e religiosa poderia se formar um indivíduo são, robusto e instruído, porém, não educado. Não bastava formar indivíduos saudáveis e instruídos, era necessário formar indivíduos possuidores de virtudes cristãs e de moral. Amaro Cavalcanti, portanto, não se privou da tentativa de apresentar a ideia de que somente a educação guiaria os indivíduos ao dever e à ordem e os protegeria dos maus hábitos e costumes. Um corpo saudável, um espírito instruído com os aspectos morais e religiosos formariam indivíduos preparados para as exigências do trabalho e da vida ativa.

Para as elites dirigentes, a educação do corpo era essencial na construção de uma nação civilizada e moderna. Preparar o corpo e torná-lo saudável era fundamental para as necessidades do trabalho moderno. Além de prevenir maus costumes e disciplinar os hábitos, a educação do corpo atenderia ainda aos aspectos da disciplina, da moral e do patriotismo.

Segundo Angela de Castro Gomes, formar os corpos, as mentes e as almas parecia bastante adequado aos objetivos das elites políticas e intelectuais que ansiavam civilizar o *povo*, pois nessa época “desejava-se que através das crianças, um conjunto de valores chegasse aos adultos, para que assim se estabelecesse uma nova sociabilidade, uma nova civilidade”²⁸⁵. Assim, a ampliação do programa de estudos com “a introdução da ginástica, do desenho e dos trabalhos manuais indicava uma atenção maior à formação geral da criança e à sua preparação para as necessidades do trabalho num mundo moderno, urbano, industrial e organizado para o cidadão alfabetizado”²⁸⁶.

“Preparar para viver de um modo completo”, com essas palavras Amaro Cavalcanti defendia a importância do cultivo do corpo e do espírito, aliado aos princípios da moral e da religião como essenciais para, além de formar o indivíduo em si, contribuir ainda com o bom funcionamento das relações entre os sujeitos, ou seja, influenciar a própria harmonia da coletividade. Vê-se, portanto, um “projeto” claramente civilizador, com a instrução primária intimamente direcionada para disciplinarização, para a regeneração moral e progresso material²⁸⁷.

²⁸⁵ GOMES, Angela de Castro. A escola republicana: entre luzes e sombras. In: GOMES, Angela de Castro; PANDOLFI, Dulce Chaves; ALBERTI, Verena. **A República no Brasil**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2002, p. 399.

²⁸⁶ *Ibid.*, p. 400.

²⁸⁷ OLINDA, Ercília Maria Braga de. **Tinta, papel e palmatória: A escola no Ceará do século XIX**. Fortaleza: Museu do Ceará/ Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2004.

A ideia de que sem os princípios da moral e da religião a educação não estaria completa é repetida exaustivamente por Cavalcanti. Dentro desta discussão, Amaro Cavalcanti chamou também em alguns momentos a atenção para o debate em torno da liberdade de culto e da questão da separação do ensino da religião, relacionando diretamente ao debate acerca da formação para a vida completa:

Jamais deve esquecer: que dar somente cultura e desenvolvimento ao physico e ao intellecto, sem attenção as faculdades Moraes, é o mesmo que polir e afiar belos instrumentos, que serão em breve gastos pela ferrugem, á falta de necessária e regular applicação.

É facto q' os espíritos cultos tem procurado demonstrar a conveniência de não dar-se ensino religioso na escola, invocando em apoio o que chamão liberdade de culto.

Allegão que o ensino da religião na escola publica ou commum levará ao resultado injusto de obrigar o discípulo aos exercícios de um credo, muita vez diverso e oposto ao seu próprio; e que, por isso, importaria, uma injuria aos direitos da consciência individual.

Para os brasileiros, que felizmente ainda professão uma mesma crença, o argumento perde toda força e importância relativa; portanto, nos seja licito passar além sem darmos especial refutação, tanto mais quando, sem occasião oportuna, teremos ainda de tocar sobre o mesmo argumento.

Não se separe um só instante, o ensino da religião e da moral – é nossa humilde opinião, aliás todo aquelle será infructifero, ou talvez pernicioso²⁸⁸.

Na alma tenra e cândida da creança, nesse coração puro, onde somente sorria innocencia, as primeiras lições, que se deve gravar, são, sem dúvida: o amor de Deus, de seus paes, de seos semelhantes e da virtude. E nada disto se poderá conseguir, desde que se separar totalmente do ensino os preceitos sublimes da verdadeira religião.²⁸⁹

O Relatório de Amaro Cavalcanti, além de discutir a respeito da “formação completa” do indivíduo, se inscrevia num debate mais amplo que envolvia aspectos políticos e sociais, ou seja, se apresentou como espaço de discussão no qual defendia-se que o ensino não deveria se separar da religião. A justificativa para tal proposição utilizou como embasamento a ideia de que por serem os brasileiros católicos e assim professarem a mesma crença não havia motivo para separar o ensino da religião, fazendo com que os debates que consideravam ser uma injúria aos direitos da consciência individual a obrigação das crianças nas escolas públicas em exercerem credos contrários à sua religião perdessem força e importância. Mesmo o catolicismo sendo religião oficial do Império, Amaro Cavalcanti acabou generalizando a questão ao considerar o credo católico crença professada por todos sem levar em conta os demais credos presentes no solo brasileiro, com o objetivo de defender por esse motivo que o ensino e a religião católica deveriam andar juntos.

²⁸⁸ “Relatório do Dr. Amaro Cavalcanti (Continuação do n.º 196)”. **Cearense**, 16 de setembro de 1881 (Continuação do n.º 196), n. 198, p. 3, 2 col.

²⁸⁹ “Relatório do Dr. Amaro Cavalcanti (Continuação do n.º 196)”. **Cearense**, 16 de setembro de 1881 (Continuação do n.º 196), n. 198, p. 3, 3 col.

Vê-se no Relatório que a exclusão da matéria religiosa do programa da instrução primária a tornaria “defeituosa”, ou seja, incapaz de cumprir com seu dever de instruir. Sua exclusão faria com que as crianças se acostumassem desde cedo a supor que o dever religioso era coisa dispensável à sua educação e, portanto, à própria vida ativa, e que o seu ensino se limitava à responsabilidade da igreja e da família²⁹⁰. Para Amaro Cavalcanti, as crianças “deveriam aprender, antes de tudo, a venerar os preceitos da religião como a garantia indispensável de todos os outros deveres da vida pública”²⁹¹.

Dois anos após a publicação do Relatório de Amaro Cavalcanti no *Cearense*, é apresentado para apreciação da Câmara dos Deputados o Parecer acerca da Reforma do Ensino Primário e várias instituições complementares, no qual Rui Barbosa se empenhou em discutir a respeito da escola leiga:

[...] obrigar à escola, e fazer dela a agência de propaganda de uma seita, é cometer a suprema violência contra a humanidade e o direito: é suprimir a família, substituindo a autoridade do pai pela supremacia do padre e asfixiar à nascença a liberdade moral, abolindo a individualidade a consciência, feridas de morte, na criança, pela compreensão uniforme de um símbolo religioso entronizado na escola.²⁹²

Rui Barbosa busca em Célestin Hippeau referências para discutir acerca da situação do ensino religioso na Alemanha e na Inglaterra²⁹³. Hippeau, que em 1840 redigiu em Paris um jornal mensal sobre educação, o *L'Enseignement*, foi responsável pela cadeira de literatura francesa na Faculdade de Estrasburgo em 1844 e 1847, além de professor titular da mesma disciplina na Faculdade de Letras de Caen até 1869. Publicou vários artigos literários e referentes à instrução pública em diversos jornais, assim como um grande número de relatórios sobre a organização da instrução pública na Europa e na América; e em 1868 foi encarregado de organizar o ensino secundário feminino em Paris²⁹⁴.

No Parecer, a partir das informações deste autor, Rui Barbosa analisa a situação do ensino público no que se refere ao lugar do Ensino Religioso na instrução das crianças em países como a Alemanha, Inglaterra, Espanha, Itália e Canadá. Nesses países, as crianças não podiam sem o consentimento dos pais serem instruídas nos livros religiosos ou participarem de exercícios devocionais. Na sala de aula, os professores deveriam expor os princípios gerais

²⁹⁰ “Relatório do Dr. Amaro Cavalcanti (Continuação do n.º 207)”. *Cearense*, 28 de setembro de 1881, n. 208, p. 3, 3 col.

²⁹¹ *Ibid.*, p. 3, 3 col.

²⁹² BARBOSA, Rui. **Reforma do Ensino Primário e várias instituições complementares da Instrução Pública**. Obras Completas. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, Vol X, Tomo I, 1947, p. 270-271.

²⁹³BASTOS, Maria Helena Camara. Leituras da Ilustração Brasileira: Célestin Hippeau (1803-1883). *Revista Brasileira de História da Educação*, v. 2, n. 1, jan/jun 2002, p. 104.

²⁹⁴ *Ibid.*, p. 70-71.

de moralidade extensivos a todos os cultos²⁹⁵. Segundo Rui Barbosa, mesmo em países onde os exercícios de doutrina cristã eram elementos integrantes do ensino nos cursos primários, como em Portugal, a legislação educacional desobrigava os alunos que professavam outras religiões de seguirem essa parte do programa²⁹⁶.

No decreto de Leôncio de Carvalho, o ensino religioso estava presente no programa oficial de estudos do ensino público, porém, os alunos que não professassem o catolicismo não seriam obrigados a frequentar a aula de instrução religiosa. Esta deveria ser ministrada em dias determinados da semana sempre antes ou depois das aulas das demais disciplinas do programa²⁹⁷. Para Rui Barbosa, a comissão que produziu o referido decreto poderia ter dado um passo mais adiante instituindo a escola leiga. Dessa forma, Rui Barbosa de uma certa forma insiste na defesa da escola leiga, vendo com bons olhos as iniciativas do poder público na Holanda e na Bélgica onde adotaram a escola secular. Nestes países, o ensino religioso ficava aos cuidados da família e dos ministros de cada culto. Na escola estaria reservado facultativamente um dia e local para estes ministrarem antes ou depois das aulas o ensino religioso. Na opinião de Rui Barbosa, a escola leiga não excluiria necessariamente o ensino religioso, este iria ser ministrado fora das aulas pelos representantes de cada culto.

Nesse sentido, no Parecer acerca da reforma do ensino primário, o ensino religioso não deveria ser dever do Estado e sim da Igreja, que ficaria responsável por ministrá-lo em horário e dia determinados pelos ministros de cada culto e não pelos professores. Ao lado da instrução moral deveria estar a instrução cívica. No Parecer, Rui Barbosa sentenciou o seguinte:

Obrigatória hoje na escola americana, na francesa, na suíça, na belga, na alemã, na italiana, em toda parte, digamos assim, esta espécie de cultura não carece de que justifiquemos aqui. Tereis instituído realmente a educação popular, se a escola não derramar no seio do povo a substância das tradições nacionais? Se não comunicar ao indivíduo os princípios da organização social que o envolve? Se não imprimir no futuro cidadão idéia exata dos elementos que concorrem na vida orgânica do município, da província, do Estado? Se não lhe influir o sentimento do seu valor e da sua responsabilidade como parcela integrante da entidade nacional?²⁹⁸

A instrução moral e cívica seria fundamental na formação do sujeito comprometido com seus deveres. Por meio desta disciplina se formaria o caráter dos sujeitos

²⁹⁵ BARBOSA, Rui. **Reforma do Ensino Primário e várias instituições complementares da Instrução Pública**. Obras Completas. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, Vol X, Tomo I, 1947, p. 278

²⁹⁶ *Ibid.*, p. 279.

²⁹⁷ *Ibid.*

²⁹⁸ BARBOSA, Rui. **Reforma do Ensino Primário e várias instituições complementares da Instrução Pública**. Obras Completas. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, Vol X, Tomo II, 1947, p. 384.

com o cultivo das virtudes necessárias à construção da ordem e à disciplina. Desse modo, o projeto de Rui Barbosa, com a instrução pública voltada para criação de sujeitos que deveriam ter amor ao trabalho, cultivar bons hábitos, ser disciplinado, ter amor a sua pátria e respeitar a ordem, não dispensava o ensino da religião, apenas não o considerava ser dever do professor, mas sim da Igreja.

É fundamental assinalar que os documentos produzidos por Rui Barbosa são frutos do lugar, das posições e perspectivas, no que se refere à educação, do grupo político em que estava inserido. Esses aspectos irão influenciar diretamente as ideias contidas em seus projetos de reformas. Rui Barbosa, relator da Comissão de Instrução Pública, encarregado juntamente com outros deputados de estudar o Decreto expedido por Leôncio de Carvalho e apresentar a Câmara dos Deputados seus resultados, agiu como representante e porta-voz da elite dirigente do país “determinado pelos condicionantes sociais e pela materialidade de suas relações”²⁹⁹. Seus pareceres acerca da instrução pública representaram parte das expectativas das relações e posições do grupo político o qual pertencia, o Partido Liberal.

Para Rui Barbosa, encarregar o professor do ensino do catecismo, medida estabelecida no decreto de Leôncio de Carvalho, ia de encontro à própria liberdade ou mesmo aos princípios do “professor secular”, em que muitas vezes ensinariam um catecismo que não acreditavam. Os professores eram vistos, ao mesmo tempo, como incompetentes para substituir os sacerdotes de cada credo na função de ministrar o ensino religioso. Assim, Rui Barbosa afirmava que o plano de sua reforma era “compatível com as necessidades religiosas do ensino, como, até, que a solução que confia ao mestre leigo o ensino religioso é ‘catolicamente inadmissível’”³⁰⁰. “Inadmissível”, pelo próprio fato de que a Igreja era considerada a melhor instituição incumbida para esta função, a melhor instituição que detinha a autoridade para falar de sua doutrina, sendo o professor incapaz de substituí-la.

Na opinião de Rui Barbosa, “não ensinando o credo religioso, incumbe, todavia, à escola o mais estrito dever de inspirar os sentimentos morais”³⁰¹. Vê-se que mesmo insistindo na defesa de que a escola não deveria ser responsável pela instrução religiosa, os sentimentos morais mencionados por Rui Barbosa, de um certo modo, abarcava a moral cristã, ou seja, as virtudes, tais como: a pureza, a modéstia, a benevolência, a brandura, a veracidade, o horror ao vícios tidos como aspectos imprescindíveis para a disciplina e a ordem no ambiente

²⁹⁹ GERELUS, Sérgio Henrique. **Rui Barbosa e a educação do corpo na reforma do ensino primário**. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2007, p. 16.

³⁰⁰ BARBOSA, Rui. **Reforma do Ensino Primário e várias instituições complementares da Instrução Pública**. Obras Completas. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, Vol X, Tomo I, 1947, p. 323.

³⁰¹ BARBOSA, Rui. **Reforma do Ensino Primário e várias instituições complementares da Instrução Pública**. Obras Completas. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, Vol X, Tomo I, 1947, p. 338.

escolar, onde as instituições de ensino, mesmo aquelas que tivessem um ensino secular, não poderia deixar de fora de seu programa de instrução.

Recaía sobre os professores a tarefa de constituir em sua ação o melhor compêndio de instrução religiosa³⁰². Rui Barbosa e Amaro Cavalcanti não teriam dúvidas, seriam os procedimentos e comportamentos dos professores imbuídos de doçura e firmeza, sempre vigilante de que os alunos os imitariam e os teriam como exemplo a ser seguido, que formariam o caráter da “mocidade” como resultado do “sentimento de dever entre o mestre e os alunos”³⁰³

Rui Barbosa, portanto, se posiciona claramente acerca de sua defesa pela escola leiga, porém sem necessariamente excluir o ensino religioso do ambiente escolar, este devendo não constituir dever do professor, mas dos ministros de cada culto. Contudo, em outros momentos, suas argumentações são pautadas pelas explicações de que para que a instrução religiosa fosse ministrada nas escolas pelos professores algumas medidas deveriam ser tomadas a fim de que não trouxesse consequências ao desenvolvimento e aprendizado das outras disciplinas do programa escolar. A esse respeito Rui Barbosa argumentou o seguinte:

Daí as conseqüências que o substitutivo deduz praticamente: não permitir que a lição de catecismo anteceda a aula, para que esta não se esterilize, mais ou menos sensivelmente, atuando sobre cérebros já exaustos pelos exercícios matutinos da instrução confessional, e não autorizar essa lição mais de duas vezes hebdomadariamente. Quanto à duração de cada uma, consentindo que chegue a 45 minutos, tocamos, se não excedemos, como noutra parte se mostrará, o máximo limite da atenção exigível seguidamente a um menino de idade escolar.³⁰⁴

Vê-se que a instrução religiosa dada por meio do catecismo antes das aulas poderia dificultar o aprendizado das outras disciplinas na medida em que a forma pela qual se ensinaria, baseada na memorização, poderia tornar os alunos “exaustos” para se instruírem nas outras matérias. No Parecer, a instrução moral e religiosa não poderia ser dada mais que duas vezes na semana e sua duração não poderia ultrapassar os 45 minutos. Assim, as justificativas para a exclusão da instrução religiosa do programa escolar ou mesmo as imposições para que seu ensino fosse dado a partir de alguns requisitos apresentavam argumentos não apenas fundamentados na ideia de laicização ou secularização. Nos catecismos, determinados conteúdos, de uma certa forma, ao invés de abordar os aspectos da moral acabavam enaltecendo a religião cristã católica e a vivência de sua doutrina. E, ainda, o

³⁰² BARBOSA, Rui. **Reforma do Ensino Primário e várias instituições complementares da Instrução Pública**. Obras Completas. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, Vol X, Tomo I, 1947, p. 339.

³⁰³ *Ibid.*

³⁰⁴ *Ibid.*, p. 345.

método de como era ministrado o ensino do catecismo tornava sua aprendizagem um ato verbalista, em que a recitação e a memorização não dariam conta de formar sujeitos preparados para o as exigências de um “mundo moderno”.

Além dos conteúdos, no Parecer “a eliminação do catecismo abria no quadro do ensino primário, um vasto espaço à admissão de novas disciplinas”³⁰⁵. As “lições de cor” do catecismo dariam lugar, por exemplo, ao ensino do desenho. Este “aceleraria o ensino da escrita, além de influir admiravelmente no caráter da letra, promovendo na caligrafia resultados superiores”³⁰⁶. Contribuiria, ao mesmo tempo, no adiantamento das outras matérias, “desenvolvendo com eficácia as qualidades de observação e execução, instrumentos fundamentais de toda a cultura humana”³⁰⁷.

As matérias do programa escolar deveriam manter um diálogo por meio do qual todas deveriam se direcionar para a reflexão, para a observação e o raciocínio. O ensino do desenho contribuiria no exercício da escrita, as ciências físicas e naturais, mais que expor fatos científicos, colaborariam nos aspectos da observação e da experimentação. Desse modo, o ensino do catecismo quebrava com esse movimento. O caráter verbalista e o uso extremo da memorização com os imensos conteúdos não proporcionariam uma formação que, mais que acumular os conhecimentos referentes a uma doutrina ou credo, deveria proporcionar a reflexão das formas de ser e estar no mundo, bem como experimentar o que deveria ser excluído e o que era aceito nas relações sociais.

Portanto, não era uma discussão que envolvia somente os conteúdos dos catecismos, mas o próprio método de ensino estaria diretamente relacionado ao resultado que se obteria com a instrução moral e religiosa. O Parecer exigia uma instrução não baseada na “cartilha”, mas nas ações dos mestres, uma “moral ativa e intuitiva”. Intuitiva no sentido de que o repetir para memorizar deveria ser substituído pela reflexão e o raciocínio. O caráter de “ativa” seria a própria vivência dos preceitos e valores ensinados, ou seja, os conhecimentos adquiridos não deveriam pautar-se somente nos fundamentos que explicavam uma doutrina ou credo religioso, os conteúdos deveriam abarcar os comportamentos e procedimentos que deveriam fazer parte das relações sociais e das virtudes a serem externadas.

No Parecer, no que concerne aos assuntos dos livros utilizados na instrução moral e religiosa, Rui Barbosa faz críticas aos conteúdos do “Compendio do curso completo de instrução cristã”, aprovado por Monsenhor D. Pedro Maria de Lacerda, Bispo de São

³⁰⁵ BARBOSA, Rui. **Reforma do Ensino Primário e várias instituições complementares da Instrução Pública**. Obras Completas. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, Vol X, Tomo II, 1947, p. 388.

³⁰⁶ *Ibid.*

³⁰⁷ *Ibid.*

Sebastião do Rio de Janeiro, e adotado pelo Conselho Superior da Instrução Pública para ser ensinado nas escolas do governo Imperial. Dentre os conteúdos, Rui Barbosa chama a atenção para os assuntos referentes às confrarias, em especial a do Escapulário do Monte Castelo, mostrando-se insatisfeito com as autoridades do ensino que aprovavam a utilização de compêndios cujos conteúdos tentavam inculcar “invenções indignas”. No Parecer, Rui Barbosa apresenta, portanto, parte do assunto presente no referido compêndio:

É devida a devoção do Escapulário Carmelitano à piedade de S. Simão Stock, ou antes à liberdade de Maria, ciosa de recompensar a piedade e o amor do seu dedicado servo. É esta piedosa prática penhor da predestinação para aqueles que a abraçam, como o aprovam estas consoladoras palavras, que Maria dirigiu a S. Simão Stock, quando lhe remeteu o sagrado hábito: ‘Caríssimo filho, recebi o escapulário da nossa ordem, sinal da minha confraternidade, privilégio para vós e igualmente para todos os irmãos do Carmelo. Todo aquele que morrer revestido deste santo escapulário, não arderá nas penas do inferno...’³⁰⁸

As insatisfações de Rui Barbosa se davam pelo fato de que o compêndio acabava por fazer da ideia de vida eterna, “prometida aos bons pela eterna justiça do céu, um privilégio explorado por uma associação de devotos imbecis ou hipócritas e inerente ao uso de um trapo”³⁰⁹. A opinião era a de que em vez de inculcar o amor ao dever, a ideia do trabalho, da probidade, da obediência a lei, da decência, da pureza, da polidez da linguagem e da caridade, aspectos que formavam a base comum da moral pregada pelos diversos credos em suas experiências na estrutura social, os conteúdos do referido compêndio privilegiavam os fundamentos que compunham a doutrina cristã católica.

Para Rui Barbosa, se o professor não apresentasse bons comportamentos de nada serviria as orações cotidianas e as leituras dos catecismos baseadas na “Sagrada Escritura”. Vê-se, portanto, a insistência de Rui Barbosa em apregoar que aos professores estaria a tarefa de garantir por meio de sua vida a concretização de instruir moral e religiosamente as crianças, caso contrário os “catecismos de moral seriam improficuos”³¹⁰. Definitivamente, os professores seriam peças chaves nesse processo, “sua influência, a irradiação contínua da sua pessoa e das suas ações, criariam a atmosfera moral da escola, onde se encerra a educação inteira”³¹¹.

³⁰⁸ BARBOSA, Rui. **Reforma do Ensino Primário e várias instituições complementares da Instrução Pública**. Obras Completas. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, Vol X, Tomo II, 1947, p. 375.

³⁰⁹ *Ibid.*, p. 376.

³¹⁰ *Ibid.*, p. 382.

³¹¹ BARBOSA, Rui. **Reforma do Ensino Primário e várias instituições complementares da Instrução Pública**. Obras Completas. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, Vol X, Tomo II, 1947, p. 382.

Em outros momentos, é defendido que a instrução moral na escola não deveria ser resultado da palavra e nem da letra dos enunciados, mas da ação dos professores. Neste ponto o Parecer defendia que “a cultura moral na escola não pode ser feita, nem objeto de um curso; é uma resultante destes elementos: o mestre; a vida escolar; o ensino inteiro, mas especialmente a cultura científica, a cultura histórica, os livros de leitura”³¹². A moral, portanto, deveria ser “disciplina geral da escola”³¹³.

Rui Barbosa em seu projeto educacional apresenta vários planos para o ensino da instrução moral e religiosa e da instrução cívica, em que todos convergiam para o fim geral da educação que seria preparar os indivíduos para a vida completa³¹⁴, que passava pelos aspectos da formação do corpo, do intelecto e da moral. Daí a defesa da inserção no programa escolar da instrução moral e cívica, da educação artística, da educação econômica e da educação do corpo.

A instrução moral não deveria estar baseada na aprendizagem de uma doutrina ou vivência de uma religião, mas na prática de virtudes. Rui Barbosa, portanto, acreditava ser a instrução moral fundamental na formação de indivíduos preparados para encetar as novas experiências que se desenhavam no país, sendo este, naquele momento, um “Estado periférico no sistema capitalista que dava seus passos na tentativa de acompanhar as potências da época”³¹⁵, porém arvorando a bandeira da instrução moral destituída dos conteúdos, principalmente, dos que explicavam as “verdades” e “fundamentos” da religião.

3.3 A matéria Instrução Moral e Religiosa nos compêndios escolares das aulas públicas primárias

“Filhos de Deus sua imagem, Todos nós somos irmãos: Rico ou pobre, preto ou branco, Iguaes somos e christãos. Por amor de Deus eterno Amemos nossos irmãos! Socorramos ao afflicto, Perdoemos o baldão; Ai d’aquelle que o maltrata. E não supplica o perdão! Por amor de Deus eterno Amemos nossos irmãos! Sim,

³¹² BARBOSA, Rui. **Reforma do Ensino Primário e várias instituições complementares da Instrução Pública**. Obras Completas. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, Vol X, Tomo II, 1947, p. 384.

³¹³ *Ibid.*, p. 388.

³¹⁴ *Ibid.*, p. 390.

³¹⁵ SANTOS, Fabio Alves dos. **Rui Barbosa, educação e política: um discurso pedagógico no Brasil oitocentista- 1880-1885**. Disponível: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe5/pdf/972.pdf>

que amar-nos é preceito Do verdadeiro
 christão; Quem despreza-o, a Deus despreza, E
 a do céu santa mansão. Por amor de Deus
 eterno Amemos nossos irmãos!” (Juvenal
 Galeno)

Em 1871 estava à venda em Fortaleza, na livraria de Joaquim José d’Oliveira & Filho, a obra *Canções da Escola*³¹⁶, de Juvenal Galeno. Este livro foi adotado pelo Conselho de Instrução Pública do Ceará para uso nas aulas primárias³¹⁷. Galeno na apresentação de seu trabalho afirmava que “a utilidade da canção na escola além de desenfadar o menino, alegrando-lhe o espírito, e de predispo-lo portanto para continuar o trabalho, ensina-lhes uteis preceitos”³¹⁸.

A epígrafe acima³¹⁹ corresponde à quarta canção produzida por Juvenal Galeno intitulada “Amor do próximo” que deveria ser cantada quando o aluno “maltratasse” ao colega ou a outra pessoa que viesse visitar a aula. A ideia central da canção girava em torno do amor aos irmãos como principal preceito do cristão. Para Galeno, este aspecto orientaria a própria vida na sala de aula, estabelecendo a harmonia e a ordem. Nesse sentido, o estabelecimento de regras de convivência entre os alunos com a ideia do perdão e do castigo, estava presente como forma de direcionar seus comportamentos não apenas no espaço da sala de aula, mas também no seu cotidiano familiar. O controle de si, portanto, implicaria em reconhecer que cometeu tal falta e que deveria pedir perdão, reconciliar-se com os irmãos e com Deus. Aqui, o caráter civilizador que a escola instituía por meio da disciplina e da ordem deveria ultrapassar o âmbito da sala de aula e chegar até as famílias com o aprendizado de que deveriam exercer o principal dever do cristão que era o amor ao próximo.

Nas aulas públicas primárias na Província nas últimas décadas do século XIX, os professores recorriam à religião como instrumento que contribuiria para a manutenção da ordem na sala de aula. Através das canções que deveriam ser cantadas nas aulas por meio da obra *Canções da Escola* de Juvenal Galeno, trazia-se a figura de Deus, as virtudes do cristão e recorria-se ao Decálogo (Dez mandamentos da lei de Deus), principalmente ao quarto

³¹⁶ GALENO, Juvenal. **Canções da Escola**. Ceará: Typographia do Commercio, 1871.

³¹⁷ Encontramos nas correspondências do Fundo Instrução Pública da Província do Ceará comunicados de professores informando ao diretor geral da Instrução o recebimento de exemplares do Livro *Canções da Escola* de Juvenal Galeno para serem utilizados nas aulas públicas primárias. APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Tabatinga, Data Crônica: 1872. BR. CEAPEC. IP. PP. CO. RE. 93. CAIXA: 60.

³¹⁸ GALENO, Juvenal. *Op. Cit.*, p. 4.

³¹⁹ GALENO, Juvenal. **Canções da Escola**. Ceará: Typographia do Commercio, 1871, p. 11 e 12.

mandamento: “Honrar pai e mãe”, que ajudaria a manter o respeito e a obediência ao mestre nas aulas, sob condição de não ser recompensado por Deus o aluno que não honrasse a seu professor, da mesma forma que não seria o filho que não honrasse a seu pai e sua mãe.

O ensino público primário, nas décadas de 1870 e 1880, na Província do Ceará, consistia em saber ler, escrever, contar e a doutrina cristã no Ensino Primário de 1º Grau e incluía Elementos de Geografia, História e História Sagrada no Ensino Primário de 2º Grau. No que concerne à Instrução Moral e Religiosa, esta deveria, de acordo com os regulamentos e normas referentes ao ensino público, ser trabalhada por meio dos Catecismos Diocesanos³²⁰, em que se reservava uma hora para o ensino da moral evangélica católica³²¹. No entanto, observa-se que, nas listas feitas pelos professores públicos primários e enviadas ao inspetor e ao diretor da Instrução Pública acerca dos livros indispensáveis às suas aulas e que deveriam ser fornecidos com urgência, a Instrução Moral e Religiosa não se dava apenas por meio dos Catecismos Diocesanos, pois outros livros compunham as obras utilizadas nesta matéria.

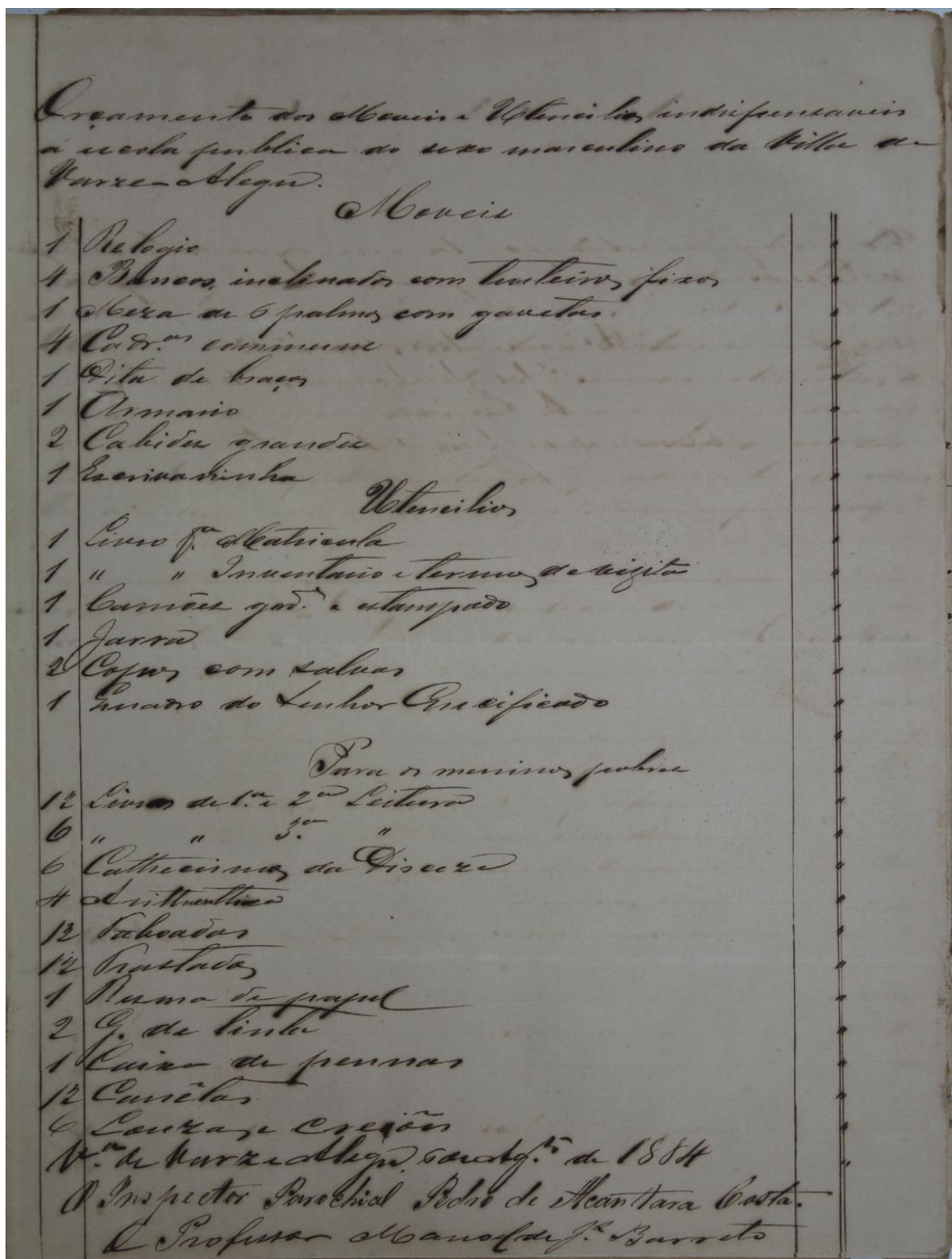
Nesse sentido, nosso objetivo neste tópico é discutir como se processou no espaço da instrução pública primária o ensino da moral e da religião através dos livros utilizados para a instrução nesta matéria, tendo em vista que por meio da referida disciplina formar-se-ia o caráter, as virtudes cristãs e sujeitos ordeiros e disciplinados e, como isto, por extensão, procurou chegar até as famílias. Logo, a reação dos professores diante das medidas estabelecidas para a circulação e utilização desses livros também será abordado.

Na segunda metade do século XIX, um dos deveres dos professores públicos primários consistia em enviar ao Inspetor Geral da Instrução Pública por meio de ofícios os inventários dos móveis e utensílios existentes em suas aulas a fim de dar, a saber, o estado de conservação dos móveis e objetos, dos cuidados e zelo que deveriam ter ao utilizá-los.

³¹⁴ Regimento Interno das Escolas Primárias da Província do Ceará (1881). Fonte: VIEIRA, Sofia Lerche e FARIAS, Isabel Maria Sabino de. (Orgs.). Documentos de política educacional no Ceará: Império e República. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacional Anísio Teixeira, 2006, v. 3, p. 86. Art. 28, § 1º.

³¹⁵ *Ibid.*, v. 3, p. 79. Art. 13 § 5º.

Figura 4 – Orçamento dos móveis e utensílios indispensáveis a aula pública do sexo masculino da Vila de Varzea Alegre (Agosto de 1884).



Fonte: CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, 1884.

Os inventários e listas eram formados pelos móveis (relógio, quadro do senhor crucificado, bancos com encosto, mesas, armários, cabide, escrivadinha, cadeiras americanas)

e pelos utensílios que incluía livros, jarras para água, copos, resmas de papel, penas, giz, palmatória, garrafas de tinta e esponja. Dentre os livros estavam os destinados à matrícula e ao registro dos alunos, assim como os utilizados nos saberes referentes ao ensino primário, como podemos observar no quadro abaixo:

Quadro 3 – Livros indispensáveis e existentes n(às) aulas públicas primárias da Província do Ceará na década de 1870.

ANO	COMPÊNDIOS ³²²	
1870	Grammatica de Salvador Henrique; Grammatica de Bernardino de Sena; Grammatica de Paula Barros Grammatica de Rubim Cathecismo de Agricultura Ditos Methodo Facilimo Ditos de Simão de Nantua Compendios de metrologia Ditos Bom menino Livro da Reforma da Instrução Pública Regulamento da Instrução Pública Livros do Povo Iris Classico	Dito de Arithmetica pelo Conselheiro Candido Bastista de Oliveira; Primeiro Livro de Leitura; Livros de 1ª e 2ª Leitura; Arithmetica de Colaço; Taboada Métrica; Ditos de Historia do Brasil; Resumo de Historia do Brasil; <u>Compendios da Historia sagrada;</u> Livros da História Pátria <u>Cathecismos da Doutrina Christã;</u> <u>Cathecismos da Diocese;</u> <u>Livro Mysterios do Christianismo;</u> <u>História Sagrada J.I.Roquette;</u> Cartas de ABC
1871	Grammaticas Portuguesas; Compendio de Arithmetica; Compendio Historia do Brasil por Salvador Henrique; Methodos Facilimos; Simão de Nantua; Livros de 1ª, 2ª leitura; Livros do Povo; <u>Mysterios do Christianismo;</u> <u>Cathecismos da Diocese;</u>	<u>Cathecismo Histórico, Dogmático, Moral e Litúrgico;</u> <u>Cathecismo Pequeno;</u> Lusíadas Camões; Compendio Iris Classico; Ditos de Bom-menino; Exemplos dos deveres do homem; Cartas de ABC; Taboadas; <u>Horas Marianas</u>
1872	Grammatica do Dr. Abílio Cesar Borges; Livros de 1ª, 2ª leitura; <u>Cathecismos da Diocese;</u> Methodos para Aprender a Ler;	<u>Compendio da Historia Sagrada</u> <u>Resumo de Historia Sagrada;</u> Livros do Povo; Cartas de ABC
	Livros de 1ª Leitura Dr. Abilio Cesar Borges; Livros do Povo; Compendio de Arithmetica; Catechismo da Diocese;	systema geral de pesos e medidas e dos valores das moedas do Imperio; <u>Catecismos Breves;</u> Livros de Simão de Nantua; Compendio de historia sagrada;

³²² É necessário explicitar que a maioria das obras listadas pelos professores não especificavam o autor.

1873	Catecismo de agricultura; Lusiadas de Camões; Um quadro ou mappa com o	Catecismos de Metrologia; Iris classico; <u>Canções da Escola de Juvenal Galeno</u>
1874	Livros de 1ª Leitura; Compendio de Historia do Brasil; <u>Compendio de Historia Sagrada</u> ; Lusiadas Camões; <u>Catecismo da Diocese</u> ; Cartas de ABC; Taboadas; Lusiadas de Camões; Simão de Nantua; <u>Historia Sacra</u> ; Livros do Povo;	Methodos para aprender a ler por Monte Verde; Livros de 2ª leitura; Compendio de Arithmetica de Conde; Arithmetica de Soares; Taboadas metricas; Constituição Politica do Imperio; Catecismos de Agricultura; Compendio de Metrologia; Resumos de Arithmetica; <u>Canções da Escola de Juvenal Galeno</u>
1875	Livros de 1ª e 3ª Leitura; Grammatica portuguesa; Compendios de Arithmetica; Ditos dos primeiros conhecimentos; <u>Ditos da Historia Sagrada por D.</u>	<u>Antonio Macedo Costa</u> ; Camões Lusiadas; Quadro ou mapa com o systema geral de pesos e medidas e valores da moeda do império; <u>Catecismos da Diocese</u> ; Compendios da Historia do Brasil; Cartas de ABC
1876	Grammaticas de João Brígido; Compendios do systema métrico; Compendio Arithmetica; <u>Catecismo da Diocese</u> ;	Exemplares de História Pátria; Camões; Cartas de ABC; Taboadas
1877	Grammatica de Rubim; Grammaticade Paula Barros; Grammaticade Salvador Henrique; 2º Livro de Leitura; Methodos Facilimos; Livros do Povo; Historia Universal;	<u>Historia Sagrada</u> ; <u>Catecismo da Diocese</u> ; Compendio de Metrologia; Camões grande com estampas; Regulamento da Reforma da Instrução Pública; <u>Canções da Escola de Juvenal Galeno</u>
1879	Grammatica de Salvador Henrique; Grammatica de Rubim; Grammatica de Paula Barros; Livros de 1ª, 2ª e 3ª Leitura; Grammatica de Cirijlo; Livros do Povo;	Regulamento da Reforma da Instrução Pública; <u>Catecismo da Diocese</u> ; <u>Catecismo pequenos</u> ; <u>Exemplares de historia sagrada</u> ; Lusiadas de Camões; Taboadas

Fonte: CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Correspondências, década de 1870.

O quadro foi construído a partir da leitura dos inventários feitos pelos professores públicos primários, que informavam ao inspetor geral e ao diretor da Instrução Pública os materiais existentes em suas aulas e aqueles que necessitavam serem fornecidos com urgência aos alunos *pobres*. Esses documentos estão em anexo aos ofícios produzidos pela Instrução Pública, órgão responsável pelo ensino público na Província do Ceará. No quadro, não foi possível organizar a listagem das obras de acordo com a divisão do Ensino Primário naquele momento. Mesmo o ensino primário sendo dividido, de acordo com o Regulamento da

Instrução Pública de 19 de dezembro de 1873, em “Primário de 1º Grau” e “Primário de 2ª Grau”, nos inventários dos materiais existentes e dos indispensáveis às suas aulas, os professores não identificavam o ensino primário por meio desta divisão. Quando se direcionavam às autoridades responsáveis pela Instrução Pública, a designação corrente era a seguinte: “Inventário dos objetos e utensílios indispensáveis a aula pública primária do sexo feminino ou masculino desta vila”.

Desse modo, por meio das listas pode-se observar durante toda a década de 1870, com exceção do ano de 1878³²³, o que era ensinado às crianças através da identificação dos livros utilizados pelos professores nas aulas. Neste tópico, iremos, portanto, dar ênfase às obras utilizadas na Instrução Moral e Religiosa.

Dentre os livros listados no quadro, os que abordavam aspectos da religião, da moral e da doutrina cristã católica eram os seguintes: *Canções da Escola*; *Bom-menino*; *Catecismos da Diocese*; *Catecismos da Doutrina Cristã*; *Mistérios do Cristianismo*; *Compêndio de História Sagrada* de J.I.Roquete; *Compêndio de História Sagrada* de Dom Antonio de Macedo Costa; *Catecismo Histórico, Dogmático, Moral e Litúrgico* e os Catecismos ditos “Pequenos” e “Breves”, contendo o resumo do catecismo da doutrina cristã. Estas obras chamam a atenção, tendo em vista o lugar que os professores lhes reservavam nas listas, sendo, muitas vezes, o primeiro item dos inventários, considerados indispensáveis à realização das aulas públicas primárias.

O livro *Canções da Escola* aparece nas listas nos anos de 1873, 1874 e 1877. Contendo 35 páginas, é composto por doze canções com os seguintes títulos: “Entrada”, “Retirada”, “Laudatória”, “Amor do próximo”, “Independência”, “Hymno nacional”, “Amor de Deus”, “Faltas graves”, “Nos passeios”, “Eucharestia”, “Salve!” e “Recordação”. Os assuntos abordados contemplavam aspectos da religião, trazendo a figura de Deus, assim como os comportamentos que deveriam ser estabelecidos nas aulas pelos professores e alunos.

Do ponto de vista metodológico as canções seriam um meio “proveitoso”, pois, de acordo com Juvenal Galeno, “desenfadaria” os alunos, constituindo assim caminho que traria resultados positivos nos ensinamentos das normas e preceitos provenientes dos deveres e virtudes do cristão.

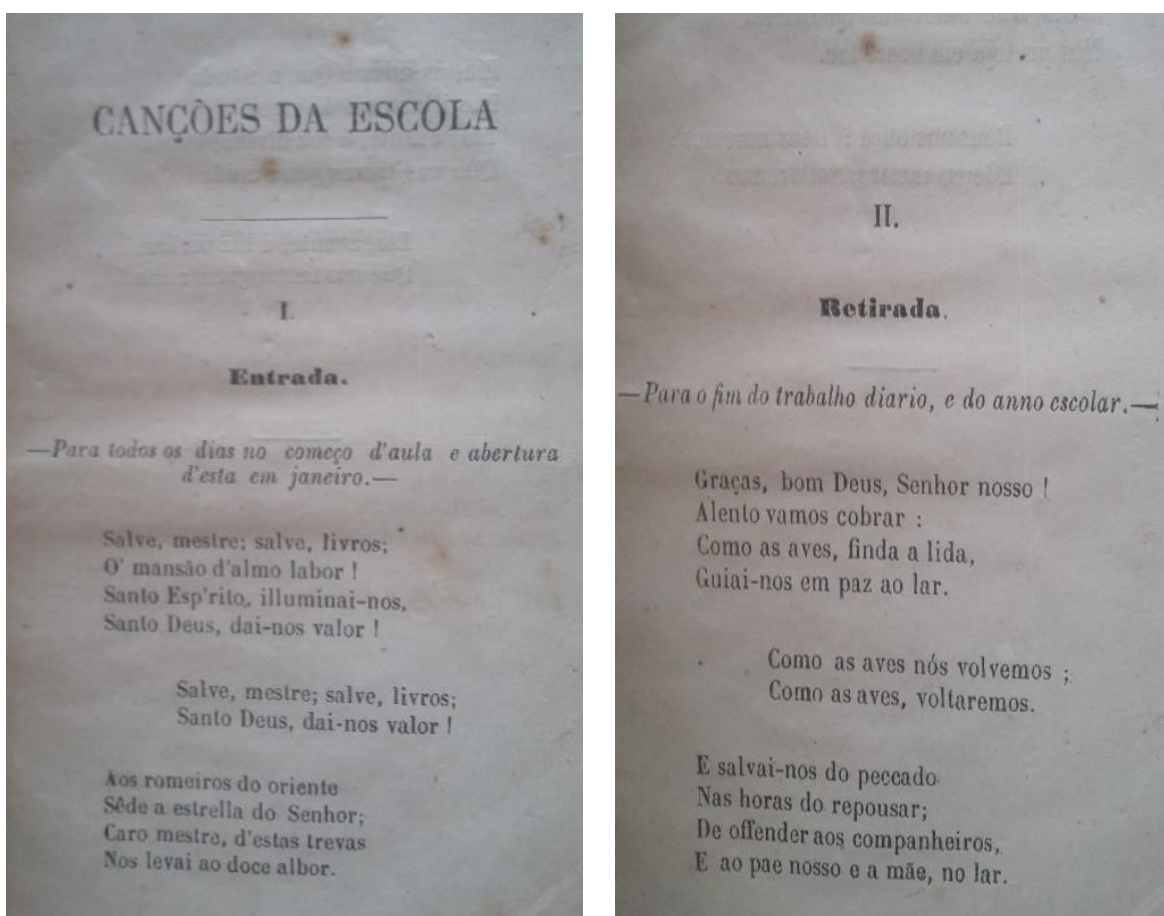
Nesta direção, dentre as doze canções compostas por Juvenal Galeno havia a “Canção de Entrada”, em que os alunos e o mestre pediriam a Deus e ao Santo Espírito que os iluminassem, assim como também a “Canção de Retirada”, em que eles agradeceriam a Deus

³²³ É importante ressaltar que não encontramos no Fundo Instrução Pública, inventários referentes ao ano de 1878.

e pediriam que este os guiasse até seus lares. É interessante notar que na letra da “Canção de Retirada” estava presente a ideia de que os alunos deveriam em casa manter, mediante a fé em Deus e a obediência construída na aula, a disciplina e o respeito para com os seus pais. “Salvai-nos do pecado nas horas do repousar; de offender aos companheiros, e ao pae nosso e a mãe no lar”³²⁴. No lar, a lição ensinada na aula deveria ser recordada na vivência em harmonia com os pais, praticando no seu cotidiano os preceitos e exemplos inculcados nas aulas pelos professores.

Para o castigo às “faltas graves” cometidas pelos alunos havia uma canção que deveria ser cantada pela turma e ouvida pelo aluno em “lugar especial”: “O dever é lei sagrada do verdadeiro cristão; uma falta leva a outra, outra leva a perdição!”³²⁵. Com esta canção, os professores deveriam ensinar aos alunos a virtude do arrependimento e do perdão a ser pedido ao mestre e a Deus pelas faltas cometidas.

Figura 5 – Livro *Canções da Escola* (“Canção de Entrada”) e (“Canção de Retirada”).

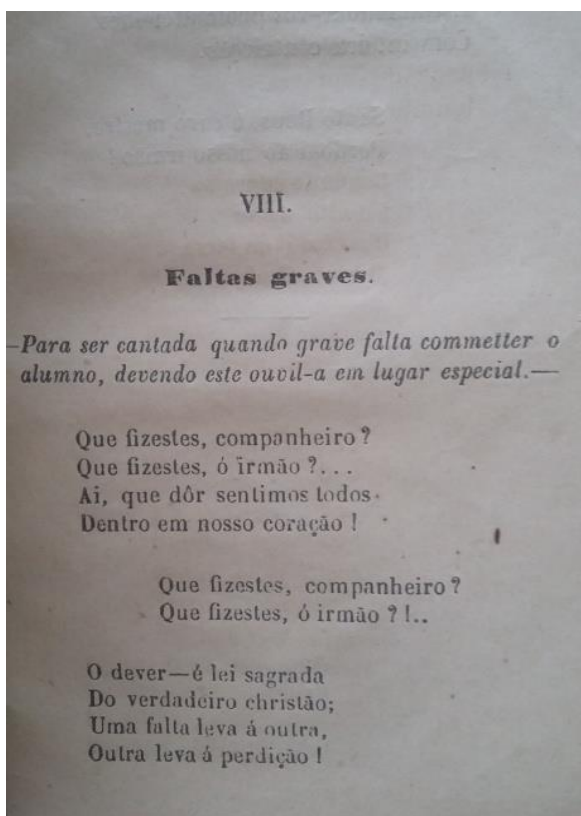


Fonte: GALENO, Juvenal. 1871.

³²⁴ GALENO, Juvenal. *Canções da Escola*, Ceará: Typographia do Commercio, 1871, p. 7.

³²⁵ *Ibid.*, p. 19.

Figura 6 – Livro *Canções da Escola* (Canção “Faltas Graves”)



Fonte: GALENO, Juvenal. 1871.

Pode-se observar que na Instrução Pública Primária nesse momento a religião era a base para a formação moral, o que implicava não somente a formação do caráter e da prática de virtudes por meio da doutrina cristã católica, pois estas obras traziam também toda uma gama de boas maneiras e costumes que deveriam ser externados pelos alunos. Dessa forma, a produção dos manuais utilizados na Instrução Moral e Religiosa tentou acompanhar o ritmo das mudanças implementadas nas últimas décadas do século XIX, sob os auspícios do progresso, atendendo em seus conteúdos às exigências de uma educação atrelada à ordem, à disciplina e à construção de novos hábitos e costumes. Assim, a utilização desses livros na sala de aula não se limitou apenas à prática dos ensinamentos da religião, da moral e da doutrina cristã, mas as mensagens que veiculavam acabavam, de certa forma, “exigindo” por parte dos professores e alunos a própria vivência dos preceitos religiosos.

No quadro, vê-se que outra obra utilizada no ensino da religião, na segunda metade do século XIX, na Instrução Pública Primária da Província do Ceará, foi o compêndio *História Sagrada do Antigo e Novo Testamento*, de José Ignacio Roquete, Cônego da Sé Patriarcal de Lisboa e professor de Teologia Pastoral, Eloquência Sagrada e Hermenêutica Bíblica no Seminário Patriarcal de Santarém. A Obra é dividida em dois volumes: o primeiro

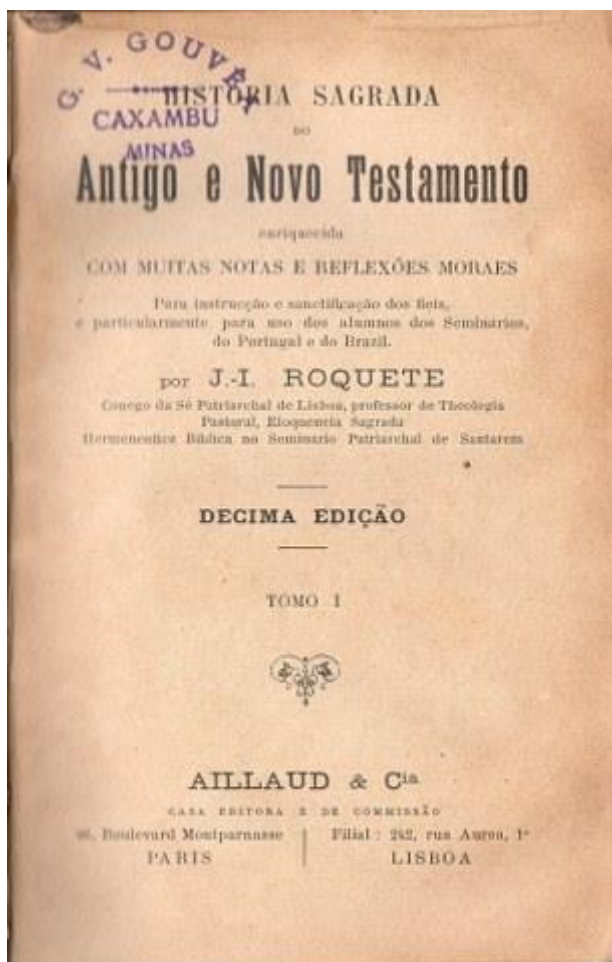
encerra a História do Antigo Testamento, da história do povo de Deus até o fim do reinado de Salomão; o segundo volume completa o que pertence ao Antigo Testamento e apresenta a História do Novo Testamento. Nesta dissertação, por questões de acesso a obra, iremos analisar o primeiro volume do referido compêndio.

A obra foi publicada pela primeira vez em 1850 pela Aillaud, Guillard e C^a de Paris³²⁶. Contendo 467 páginas, é composta por seis capítulos nos quais são abordados assuntos da Bíblia referentes ao Antigo Testamento, chamados de “Lições”, tendo, ao final destas, as “Reflexões” que explicam com detalhes os assuntos abordados nas “Lições”. A capa da referida obra apresenta a informação de que esta é enriquecida com muitas notas e reflexões morais para a instrução e santificação dos fiéis, e particularmente para uso dos alunos dos Seminários de Portugal e do Brasil.

Vê-se que a intenção de José Ignacio Roquete com a elaboração do livro *História Sagrada* estava relacionada à ideia de dar a conhecer aos católicos a leitura de uma obra que os ajudaria a manter a sua religião e tornar sua prática conforme os valores e preceitos designados pela Igreja. No prefácio da obra, Roquete afirma que esta não é destinada aos “sábios” e nem aos “doutores da lei”, pois estes deveriam ler a “palavra de Deus” direto da Bíblia. Para Roquete, o livro *História Sagrada* era destinado aos fiéis que desejassem se instruir de forma satisfatória na sua religião, ou instruir outras pessoas, como o trabalho dos párocos que quisessem desenvolver o ministério de catequista, bem como os pais de família, os mestres, os alunos da instrução primária e dos seminários.

³²⁶ ROQUETE, José Inácio. **Historia Sagrada do Antigo e Novo Testamento enriquecida com muitas notas e reflexões moraes, para instrucção e santificação dos fieis e particularmente para uso dos alumnos dos Seminarios do Portugal e do Brasil pelo presbytero J.-I. Roquete.** 10^a ed. Pariz: Aillaud, Guillard e C^a, [s.d.], 1vol.

Figura 7 – Capa do livro *História Sagrada do Antigo e Novo Testamento* enriquecido com muitas notas e reflexões morais (José Ignacio Roquete).



Fonte: ROQUETE, José Inácio. [18--]

A obra inicia com a “Lição Primeira”, abordando a “Criação do mundo”, e termina com a lição de número 104, “Queda de Salomão”. A leitura do referido livro não deveria servir somente para a instrução dos conhecimentos dos eventos bíblicos, mas, por meio do conhecimento adquirido, os cristãos deveriam buscar na sua vida particular colocar em prática as lições e conselhos apresentados na obra para a “santificação de sua alma”, ou seja, a leitura do livro seria proveitosa se os conhecimentos estivessem associados ao exercício da prática do que se leu e aprendeu.

Para tanto, os resultados esperados com a leitura do *História Sagrada* estavam diretamente relacionados à forma de como se deveria ler a “palavra de Deus” nela apresentada. No prefácio da obra, Ignacio Roquete afirma, portanto, que um primeiro aspecto fundamental para se iniciar a leitura da “Escritura Sagrada” seria a confiança que deveria ser nela depositada, devendo ser compreendida como uma carta enviada pelo próprio Deus aos seus servos para ensinar os caminhos necessários ao recebimento das recompensas celestes. O

segundo aspecto seria o desejo de tirar proveito da leitura, o terceiro seria a reflexão que frequentemente o cristão deveria fazer de sua própria vida e o quarto seria a realização de uma leitura com humildade e espírito de oração.

Observa-se uma certa insistência por parte de Ignacio Roquete em defender que a leitura da referida obra deveria produzir frutos na vida dos fiéis católicos, de tal modo que, logo após o prefácio, Roquete apresenta duas breves orações para serem feitas antes e depois da leitura do *História Sagrada*, pregando a ideia de que por meio deste livro os católicos aprenderiam a praticar a vontade divina para garantir não apenas a “salvação de sua alma”, mas também os procedimentos e comportamentos que deveriam apresentar para viver conforme o que era dito na Escritura Sagrada por meio da Igreja.

Vê-se, portanto, o caráter com que a vida do cristão católico (professores, alunos, pais, filhos) deveria estar voltada para os aspectos religiosos expressados na fé, na prática das virtudes e da moral cristã. Nesse sentido, a introdução de duas orações no início da obra evidencia o ritual em que deveria estar inserida a leitura do *História Sagrada*, atestando, portanto, a “seriedade” do ato da leitura da “palavra Deus”, que não deveria ser feita antes de manter um diálogo com Este, prometendo e tendo ciência de que a fé deveria estar associada à prática dos hábitos e costumes anunciados pela Igreja, instituição que se apresentava como porta-voz, por meio da qual a Providência divina ditaria os feitos temporais.

Assim, o referido compêndio não apenas apresentava os conhecimentos referentes à História do Velho Testamento, procurando incutir condutas e comportamentos, como também estabelecia “formas de leitura”. As orações que deveriam ser feitas antes da leitura do texto da obra evidenciam que o seu autor não apenas oferecia os “procedimentos corretos” para que a leitura fosse “profícua”, mas procurava fazer com que as mensagens que a obra veiculava fossem compreendidas “à luz de sua vontade prescritiva”³²⁷, ou seja, para Roquete a leitura deveria estar associada à prática do que se lia [leitura profícua].

De acordo com Roger Chartier, “a leitura não é somente uma operação abstrata de intelectão; ela é engajamento do corpo, inscrição num espaço, relação consigo e com os outros”³²⁸. Assim, a forma de leitura que a obra de Roquete estabelecia não estava relacionada, por exemplo, à oralização, ou seja, à leitura em voz alta ou silenciosa, mas aos hábitos, aos “rituais” em que a própria leitura deveria estar inserida.

³²⁷ CHARTIER, Roger. **A ordem dos livros: leitores, escritores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII**. Brasília: Universidade de Brasília, 1999, p. 7.

³²⁸ *Ibid.*, p. 23 a 26.

A reflexão que o leitor deveria fazer de sua vida seria comparar suas maneiras de viver com as dos personagens bíblicos, a quem Deus havia prometido e dado grandes prodígios. Por meio da comparação saberiam se seus procedimentos eram dignos de receberem as recompensas prometidas por Deus àqueles que obedeciam suas ordens e “escutavam sua voz”.

Conformar o proceder com a “Escritura Sagrada”. Não é de se estranhar que com esta intenção a obra divida-se em “Lições” e “Reflexões”. A maior parte das “Lições” são acompanhadas de “Reflexões” a fim de evitar, segundo Roquete, “trabalho ao leitor”, o que não o impedia de fazer suas próprias ponderações acerca das “Lições”, servindo as reflexões morais elaboradas por Ignacio Roquete como “modelos” para que o leitor construísse as suas próprias reflexões acerca das lições estudadas. Para Roquete, a intenção que guiou a elaboração da referida obra era a de “facilitar aos fiéis o estudo da Escritura Sagrada e proporcionar um meio seguro e eficaz de santificação”³²⁹. Assim, a própria estrutura da obra proporcionaria aos professores e às famílias os meios necessários para a instrução das crianças, pois a “Lições” traria os eventos bíblicos e as “Reflexões” apresentariam os conselhos de como se colocar em prática as mensagens depreendidas dos acontecimentos do Antigo Testamento, “facilitando”, assim, o trabalho dos professores que poderia ou não fazer outras reflexões sem prejudicar a compreensão dos assuntos que a obra trazia.

Junto às “Lições” e “Reflexões” a obra apresenta várias notas de rodapé. São 269 notas ao longo dos assuntos, explicando a utilização de determinados termos pelos profetas, bem como a localização das cidades. Algumas “Lições” são acompanhadas de gravuras, ilustrando os assuntos abordados, porém estas não aparecem com tanta frequência, de um total de 103 “Lições” existem 40 gravuras.

³²⁹ ROQUETE, José Inácio. **Historia Sagrada do Antigo e Novo Testamento enriquecida com muitas notas e reflexões moraes, para instrucção e santificação dos fieis e particularmente para uso dos alumnos dos Seminarios do Portugal e do Brasil pelo presbytero J.-I. Roquete**. 10ª ed. Pariz: Aillaud, Guillard e Cª, [s.d.], 1vol, p. XV (Prefácio).

Figura 8 – Gravura referente a Primeira Lição “Deus cria o mundo em seis dias”



Fonte: ROQUETE, José Inácio. [18--], p. 43.

Figura 9 – Gravura referente a Segunda Lição “O homem é feliz no paraíso terreal”



Fonte: ROQUETE, José Inácio. [18--], p. 52.

As gravuras acima fazem parte dos conteúdos das duas primeiras “Lições” do livro. Vê-se que a ideia é apresentar que toda a criação foi obra da palavra do Criador, com o céu, a terra, os animais, as plantas e o homem vivendo harmoniosamente e obedecendo sua palavra, até a serpente convencer Eva a comer o fruto proibido por Deus. As gravuras trazem, especialmente, dois aspectos: a nudez de Adão e Eva toda envolta de inocência e pureza, bem como a figura do mal, que é bastante enfática sendo representada pela serpente cuja parte superior é representada por uma espécie de “demônio”. Logo, os assuntos das “Lições” e

“Reflexões” se relacionam com o que é apresentado nas gravuras, estabelecendo, assim, um diálogo em que as ideias centrais destas partes são apresentadas também nas imagens.

Na parte “Reflexões” da obra, procura-se estabelecer um diálogo com os leitores em que os verbos conjugados na primeira pessoa do plural do imperativo afirmativo como “fujamos”, “aprendamos”, “tenhamos”, por exemplo, indicam que o diálogo se mantém por meio de exortações, ordens e pedidos que não deveriam ser perdidos de vista. Na obra é visível a ideia de que das histórias do Antigo Testamento deveriam ser retiradas “lições de vida”. As expressões “Não percamos também de vista o que aconteceu com a mulher de Loth”, “O procedimento de José é, pois digno de admiração”, “Assim devemos nós, a exemplo de David”, “Aprendamos por este grande exemplo”, “Fujamos, sobretudo de imitar Esau”, aparecem com frequência nessa parte do livro.

Na reflexão referente à lição IX, “Abrão quer antes sofrer que perder a paz. Deus promete-lhe a posse de toda aquela terra”, José Ignacio Roquete sentencia o seguinte:

Quantos filhos, quantos moços imprudentes e levianos imitam o exemplo de Loth! E’-lhes fastidiosa a companhia de seus pais, esquivam-se o mais depressa que podem á sua autoridade, deixam a vida socegada e venturosa da casa paterna, e vam engolfar-se nos mares tempestuosos e semeados d’escolhos das grandes cidades. Ah! E escapam elles tão facilmente como Loth dos perigos a que voluntariamente se exposeram? Não por certo: a experiência de todos os dias o atesta.³³⁰

Na História do Antigo Testamento, Ló, sobrinho de Abrão, havia cometido dois grandes erros: o primeiro foi separar-se de Abrão com muito desapego, principalmente pela pouca idade que tinha e ainda estar residindo em terra estranha, pois os conselhos de Abrão deveriam ter sido compreendidos por Ló como mais importantes e fundamentais em sua vida que os bens temporais. O segundo erro foi abandonar a vida campestre e ir habitar numa cidade sem necessidade alguma, sem consultar a Deus e sem se informar ao menos quais eram os costumes daqueles com quem iria morar³³¹. Nesse sentido, a reflexão elaborada por Roquete referente a esta “lição” faz menção à figura de filhos que abandonam seus pais e a casa paterna para irem morar nas grandes cidades. Aqui, o “erro” não estaria em sair dos cuidados paternos, mas na desobediência às ordens dos pais, ou o não consentimento dos pais

³³⁰ ROQUETE, José Inácio. **Historia sagrada do Antigo e Novo Testamento enriquecida com muitas notas e reflexões moraes, para instrucção e santificação dos fieis e particularmente para uso dos alumnos dos Seminarios do Portugal e do Brasil pelo presbytero J.-I. Roquete**. 10ª ed. Pariz: Aillaud, Guillard e C^a, [s.d.], p. 91.

³³¹ ROQUETE, José Inácio. **Historia sagrada do Antigo e Novo Testamento enriquecida com muitas notas e reflexões moraes, para instrucção e santificação dos fieis e particularmente para uso dos alumnos dos Seminarios do Portugal e do Brasil pelo presbytero J.-I. Roquete**. 10ª ed. Pariz: Aillaud, Guillard e C^a, [s.d.], p. 91.

com relação à determinadas atitudes dos filhos, agindo estes de forma contrária à opinião de seus pais.

Assim, o respeito às ordens dos pais sem pôr em dúvida sua autoridade, constitui um dos temas mais trabalhados na parte “Reflexões” por Roquete. Sendo o Antigo Testamento parte da Bíblia que apresenta as alianças e promessas feitas por Deus a seu povo, por meio das “lições” Ignacio Roquete discute constantemente as relações entre pais e filhos, sendo estes últimos, muitas vezes, os alvos das instruções nas reflexões.

Na lição de número 79, “Primeira desobediência de Saul. Perigo em que se vê Jonathas”, Saul, rei de Israel, que havia entrado em guerra contra os Filisteus dois anos após o início de seu reinado, tendo seu filho Jonathas vencido uma batalha contra estes, foi acompanhado por muitos Israelitas que juraram não comer nem descansar enquanto não destruíssem inteiramente os inimigos. Quando o exército partiu para derrotar os Filisteus encontrou um bosque por onde corria muito mel pelo chão, todos respeitaram o juramento feito ao rei, com exceção de Jonathas que passando pelo bosque molhou num favo a ponta da vara que tinha na mão e levou-a a boca, desobedecendo a ordem de seu pai que disse “maldito o que hoje comer alguma coisa”³³².

Na reflexão referente a esta lição, Jonathas não pecou por levar à boca um pouco de mel, mas porque ignorou o preceito que seu pai havia imposto e o juramento que fez ao povo, desrespeitando assim as ordens de seu pai, dando por este modo mau exemplo. Roquete direciona ao leitor a seguinte instrução: “Aprendâmos pois com quanta reserva devemos julgar as acções de nossos superiores, e com quanto respeito devemos obedecer a nossos pais sem nunca pormos em duvida os direitos que a natureza e as leis pozeram em suas mãos a respeito de seus filhos”³³³.

Vê-se que no livro *História Sagrada* a abordagem dos assuntos referentes ao Antigo Testamento estava para além de manter os leitores a par dos conhecimentos relativos às promessas feitas por Deus ao seu povo, pois a ênfase recaía sobre a questão da desobediência de alguns personagens do Antigo Testamento como Ló e Jonathas, evidenciando, assim, que sua utilização no ensino público inseria-se perfeitamente no “projeto civilizador” que a Instrução Pública estava inserida, pelo menos no campo dos discursos das

³³² ROQUETE, José Inácio. **Historia sagrada do Antigo e Novo Testamento enriquecida com muitas notas e reflexões moraes, para instrucção e santificação dos fieis e particularmente para uso dos alumnos dos Seminarios do Portugal e do Brasil pelo presbytero J.-I. Roquete.** 10ª ed. Pariz: Aillaud, Guillard e Cª, [s.d.], p. 341 e 342

³³³ *Ibid.*, p. 343.

autoridades responsáveis pelo ensino público na Província, agindo como instrumento formador de condutas e comportamentos.

Nesta direção, os livros utilizados na Instrução Moral e Religiosa, além de trazer aspectos referentes à doutrina cristã católica, veiculavam mensagens em seus conteúdos que estavam, muitas vezes, em consonância com os ideais de civilização apregoados pelas elites política e letrada. A disciplina, a manutenção da ordem, a debelação dos vícios, a formação do caráter e das virtudes cristãs são temas abordados nos compêndios que pertenciam não somente ao discurso religioso, mas estavam presentes nos debates nos campos políticos e intelectuais acerca da importância da educação para o progresso material e moral e como instrumento de regeneração social.

Sobretudo nas últimas décadas do século XIX, as diversas forças na Província procuravam consolidar sua hegemonia e supremacia no campo educacional. A Instrução Pública constituiu espaço de ferrenhas disputas ideológicas e políticas. A Igreja Católica procurou estar presente, principalmente por meio das obras utilizadas para a Instrução Moral e Religiosa. Nesse sentido, a utilização dos catecismos diocesanos e de outros manuais destinados ao ensino da moral e religião constituiu um dos principais instrumentos por onde a Igreja procurou difundir preceitos, normas e valores na Instrução Pública.

Nesse sentido, que função tinha os compêndios didáticos nesse momento em que a educação era considerada mola propulsora para o progresso material e moral? Qual o lugar do livro didático, em especial dos reservados ao ensino moral e religioso, na própria organização do programa escolar? Como os professores reagiram às medidas estabelecidas para a circulação e utilização dos manuais de catecismos?

Os Catecismos Diocesanos também estavam presentes nas listas feitas pelos professores acerca dos materiais indispensáveis às aulas públicas primárias e que deveriam ser fornecidos com urgência aos alunos “pobres” e “indigentes”. Apesar da “popularidade” destas obras, ou seja, de terem sido bastante citadas nos ofícios e utilizadas pelos professores, não foi encontrado referências a seu respeito no acervo da Biblioteca Pública do Estado Menezes Pimentel, nem na Sala de História Eclesiástica da Arquidiocese do Ceará e nem na Biblioteca do Seminário da Prainha, haja vista terem sido obras produzidas pelos bispos da Diocese do Ceará. No entanto, tal aspecto não nos impede que apresentemos algumas indagações sobre as referidas obras à luz das fontes pesquisadas: os ofícios produzidos pela Instrução Pública Primária.

No dia 18 de junho de 1873, o professor da escola pública da Vila de Quixadá, João Capistrano de Souza Vasconcelos, em ofício ao Diretor Geral da Instrução Pública, Justino Domingues da Silva, responde a uma circular na qual foi recomendado pelo referido diretor que fosse utilizada para a Instrução Religiosa somente o Catecismo Diocesano, obra aprovada pelo Conselho Diretor. O professor respondeu que não existia nas aulas da Vila nenhum catecismo organizado pelo bispo e que apenas eram usados cartilhas e folhetos com o resumo da doutrina cristã. Ressaltou ainda que os pais de família exigiam o uso dos catecismos diocesanos e a proibição das cartilhas e folhetos, solicitando a remessa de alguns catecismos para os alunos “pobres”³³⁴.

O fato de um compêndio utilizado no ensino da religião não ser produzido pelo bispo da Diocese poderia ser considerado nas últimas décadas do século XIX uma leitura “perniciosa” e, portanto, prejudicial à educação das crianças. Nesse momento, a autoria de catecismos que não tivessem sido escritos pelo bispo diocesano ou que não tivessem a aprovação do Conselho de Instrução Pública constituía aspecto passível de desconfiança por parte do diretor da Instrução Pública. Contudo, o fato é que muitos professores utilizaram em suas aulas os catecismos chamados “breves” e “resumidos”, cujo autor não era o bispo. Esta prática deveria ser combatida, visto que somente eram consideradas “leituras saudáveis” aquelas indicadas ou escritas por representantes da Igreja. Desse modo, a escolha e adoção dos compêndios utilizados nas aulas primárias para o ensino moral e religioso se processaram por meio de disputas envolvendo diferentes sujeitos.

Foi o caso do Professor Miguel Mendes de Souza que em 1874 colocou para fora de sua aula dois alunos, cujo pai não queria que seus filhos fossem instruídos por meio do Catecismo da Diocese, afirmando que os meninos sabiam muito do catecismo. O professor, porém, respondeu que os ditos alunos “não sabiam nada do catecismo e não podiam continuar em nenhuma aula da Província sem que não fosse admitido na importante matéria”³³⁵. A fim de corroborar suas argumentações, Miguel Mendes de Souza fez uma arguição aos ditos alunos e como não souberam responder a nenhuma definição do catecismo e, ainda, como o pai havia dito que “retirava seus filhos e não davam semelhante livro, produção de um bispo”, o professor resolveu expulsar os alunos de sua aula por esses motivos.

³³⁴ CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Quixadá, 1873. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Quixadá, Data Crônica: 1873. BR. CEAPEC. IP. PP. CO. RE. 66 (111)/CAIXA: 58.

³³⁵ CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Povoação da Amarração, 1874. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Povoação da Amarração, Data Crônica: 1874. BR. CEAPEC. IP. PP. CO. RE. 88 (57)/CAIXA: 60.

A não aceitação do pai da instrução de seus filhos no Catecismo Diocesano foi motivo que o levou a entrar em conflito com o professor Miguel Mendes. Para este, os alunos não poderiam continuar em nenhuma aula na Província se não estivessem preparados e aptos na matéria Instrução Religiosa. Por outro lado, o pai dos alunos ameaçava retirá-los da aula se fossem instruídos por meio do referido compêndio. É possível conjecturar que os reais motivos do conflito podem ter sido de ordem religiosa, haja vista o pai afirmar que seus filhos não seriam instruídos por meio de um livro produzido “por um bispo”. Nesse momento, um dos fins da Instrução Moral e Religiosa consistia em ensinar às crianças a doutrina cristã católica presente no catecismo produzido pelo bispo diocesano. Nesse caso, o direito do pai de escolher os princípios pelo qual sua família deveria ser educada, tão apregoado nos meios políticos e intelectuais como alavanca fundamental para a formação de homens virtuosos e ordeiros, ao mesmo tempo entrou em conflito com o que era estabelecido nos regulamentos referentes à instrução pública como dever dos professores, que era a educação das crianças, consistindo na formação do caráter que passava por uma instrução baseada nos dogmas e princípios cristãos católicos por meio dos catecismos produzidos pelo bispo diocesano.

Desse modo, é fundamental assinalar que a produção, escolha e circulação dos manuais escolares estiveram a serviço do “projeto civilizador” das elites dirigentes. Segundo Bittencourt, “estando o poder educacional dividido entre o Estado Civil e a Igreja Católica, o livro escolar desempenhava um papel fundamental na concretização dos projetos educacionais de ambos, ficando, por isso, sujeito aos interesses dessas forças”³³⁶.

O controle dos indivíduos e a normatização dos corpos colocaram a escola como instituição por excelência na propagação de valores e comportamentos. Nessa esfera, o livro teria seu papel fundamental, uma vez que poderia colaborar na viabilização deste projeto empreendido pelas elites dirigentes, atuando como condutor e difusor de saberes, direcionando práticas e condutas³³⁷. Nessa perspectiva, era necessário estabelecer, via legislação, normas e medidas para a regulação da produção, aprovação e utilização dos compêndios didáticos.³³⁸

Sua utilização na sala de aula passava antes por uma rede de relações estabelecidas entre diferentes sujeitos, que iam desde a elaboração, passando posteriormente

³³⁶ BITTENCOURT, Circe Maria F. Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo: Tese de Doutorado, 1993 *apud* TEIXEIRA, Giselle Baptista. **Entre livros de “Doutrina Christã” e “História”**: as contribuições do conego pinheiro na educação do século XIX. Disponível: www.sbhe.org.br/novo/.../Giselle%20Baptista%20Teixeira%20-%20Texto.pdf

³³⁷ TEIXEIRA, Giselle Baptista. **Compêndios autorizados, saberes prescritos**: uma análise da trajetória dos livros nas escolas da Corte Imperial. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional-MinC, 2008, p. 6.

³³⁸ *Ibid.*, p. 25.

pelo Conselho de Instrução Pública que autorizava sua utilização nas aulas³³⁹, pelos inspetores escolares que fiscalizavam sua utilização e os próprios professores que tratavam de informar a Inspeção e Diretoria da Instrução, o estado de conservação e sua importância no desenrolar das aulas. Assim, o controle exercido pelas autoridades sobre a Instrução Pública, sobretudo, por meio dos inspetores, não deixou de fora o controle sobre a principal ferramenta utilizada nas aulas: o livro didático. Nesse sentido, paralelo à própria organização da Instrução Pública na Província e ao controle que procuravam exercer sobre a vida dos professores e alunos, as ações de regulação e fiscalização dos livros, que encontrava legitimidade na legislação educacional do período, integrou a rede de poder em que se construiu a Instrução Pública. Nesse momento, “o controle sobre o que ler (os livros a serem adotados nas escolas) e o conteúdo dos livros de leitura assinalaram dispositivos pelos quais a leitura tornava-se alvo do poder e objeto do discurso moral”.³⁴⁰

Os principais assuntos que estavam na pauta dos debates políticos e letrados na segunda metade do século XIX, no que concerne ao campo do ensino público, eram os seguintes: necessidade de reformas na Instrução Pública, inspeção, compêndios didáticos, currículo, métodos, conteúdos e escola normal. Esses debates são, ao mesmo tempo, “expressão das demandas da escola” e de sua organização e apresentação como instituição por excelência “capacitada” não apenas para a instrução, mas para a educação das crianças, bem como as tentativas de “convertê-la em tecnologia a serviço da ordem”.³⁴¹

No Regulamento Orgânico da Instrução Pública e Particular da Província do Ceará de 1881, dois artigos apresentavam os sujeitos responsáveis pela adoção, revisão e substituição de compêndios utilizados nas aulas públicas primárias. No Art. 2 § 8 é dito que é de competência do Inspetor Geral da Instrução Pública “rever ou mandar rever os compêndios para as escolas publicas, corrigi-los ou mandá-los corrigir e substituí-los quando for necessário”³⁴². Já o Art. 6 § 6 diz que esta tarefa é de competência também do Conselho de Instrução Pública – composto pelo Inspetor Geral, pelo professor mais antigo do Liceu, pelo

³³⁹ Regulamento Orgânico da Instrução Pública e Particular da Província do Ceará de 1881. Fonte: VIEIRA, Sofia Lerche e FARIAS, Isabel Maria Sabino de. (Orgs.). Documentos de política educacional no Ceará: Império e República. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacional Anísio Teixeira, 2006, Cap. 1, Art. 6, § 6, p. 43.

³⁴⁰ SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos da civilização: a implantação da Escola Primária Graduada no Estado de São Paulo (1890-1910)**. São Paulo; Fundação Editora da Unesp, 1998, p. 177.

³⁴¹ TEIXEIRA, Giselle Baptista. **Compêndios autorizados, saberes prescritos: uma análise da trajetória dos livros nas escolas da Corte Imperial**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional-MinC, 2008, p. 93.

³⁴² Regulamento Organico da Instrução Pública e Particular da Província do Ceará de 1881. Fonte: VIEIRA, Sofia Lerche e FARIAS, Isabel Maria Sabino de. (Orgs.). Documentos de política educacional no Ceará: Império e República. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacional Anísio Teixeira, 2006. Citação encontra-se no v. 3, Seção I, Art.2, p. 40.

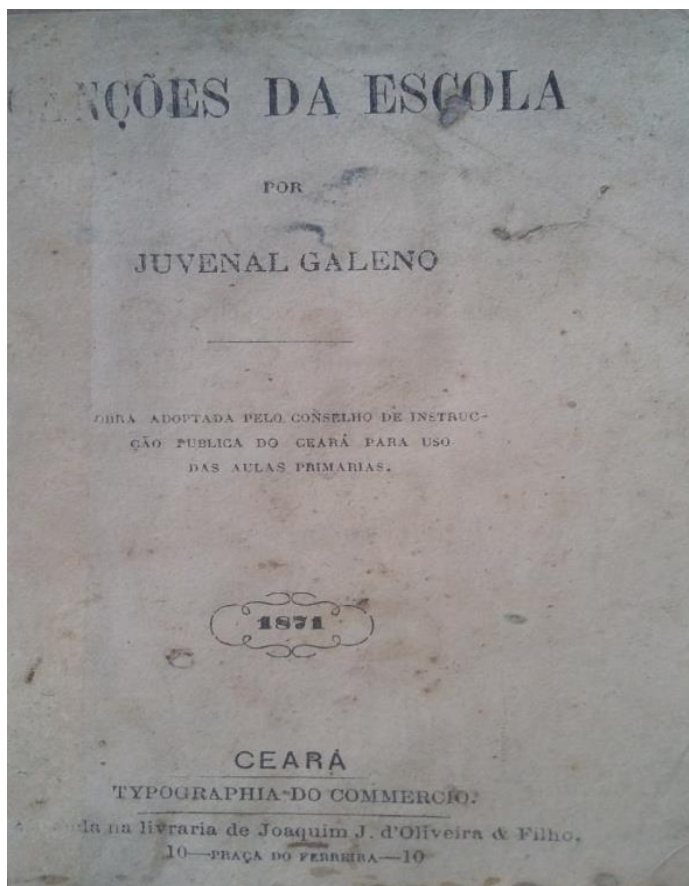
professor de pedagogia da Escola Normal, por um dos professores públicos da capital anualmente eleito pelo professor da mesma classe, pelo Inspetor paroquial e por quatro cidadãos que se tenham distinguido nas letras ou no magistério, nomeados anualmente pelo Presidente da Província, podendo ser reconduzidos³⁴³.

No mesmo Regulamento não é dito se os compêndios que contenham a matéria Instrução Religiosa precederão a aprovação do bispo diocesano. No entanto, a obra *Canções da Escola* de Juvenal Galeno tinha na sua capa a seguinte informação: “Obra adoptada pelo Conselho de Instrucção Pública do Ceará para uso das aulas primárias”. Tal informação nos remete ao controle que se procurava exercer sobre as obras a serem utilizadas nas aulas públicas primárias. As autoridades responsáveis pelo ensino público na Província temiam que a circulação de obras que não fossem aprovadas pelo Conselho de Instrução Pública viesse a chegar ao alcance de crianças e jovens. Daí os controles exercidos sobre os compêndios didáticos submeterem-nos “a uma censura que deveria apartar tudo o que pusesse em perigo a ordem, a religião ou a moral”³⁴⁴.

³⁴³ Em 1878, a Lei nº 1790 de 28 de dezembro estabelecia a criação de uma escola normal na capital da Província do Ceará destinada a formar professores para o ensino primário. Em 1881, mais uma vez, essa questão aparece no Regulamento Orgânico da Instrução Pública e Particular, onde é estabelecido no seu Cap. IV a criação de uma escola normal na capital. Porém, a fundação da Escola Normal da Província do Ceará só viria a ocorrer em 22 de março de 1884. Contudo, desde os anos finais da década de 1870 e início da década de 1880, ou seja, período anterior a fundação da Escola Normal, a legislação referente ao ensino público procurava organizar a Instrução Pública Primária baseando-se na ideia de que a Província contava, pelo menos na letra da lei, com uma escola normal para a formação do professorado. Fonte: Regulamento Organico da Instrucção Pública e Particular da Província do Ceará de 1881. Fonte: VIEIRA, Sofia Lerche e FARIAS, Isabel Maria Sabino de. (Orgs.). Documentos de política educacional no Ceará: Império e República. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacional Anísio Teixeira, 2006, p. 39, 43, 56.

³⁴⁴ CHARTIER, Roger. **A ordem dos livros: leitores, escritores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII**. Brasília: Universidade de Brasília, 1999, p. 25.

Figura 10 – Capa do livro *Canções da Escola*/ 1871.



Fonte: GALENO, Juvenal. 1871.

A própria capa atestando que tal obra foi aprovada pelo Conselho de Instrução Pública, ou no caso das que abordavam os ensinamentos da doutrina cristã católica, contendo a aprovação do bispo, evidencia a preocupação com a circulação dos compêndios didáticos. Daí o próprio mercado editorial apresentar tal informação na capa das obras como uma estratégia de venda.

Os compêndios didáticos estiveram a serviço dos “projetos de sociedade” pensados e discutidos pelas elites dirigentes nas últimas décadas do século XIX. Os catecismos diocesanos, por exemplo, procuraram inculcar condutas e comportamentos a partir dos valores cristãos católicos, bem como dos interesses das elites eclesiásticas. A rede de controle construída desde a produção até a autorização para serem utilizados na instrução primária, passando por diferentes sujeitos, desde o autor, que não apenas produzia a obra, mas ditava as formas como deveriam ser utilizadas; o editor e ou livreiro; e os que autorizavam sua utilização, não apenas procuravam controlar a produção dos livros e sua circulação, mas, sobretudo, controlar a produção de sentido, “fazendo com que os textos escritos, publicados,

glozados, ou autorizados por eles sejam compreendidos, sem qualquer variação possível, à luz de sua vontade prescritiva”³⁴⁵.

Mesmo com a rede de controle em que os compêndios didáticos estavam inseridos, vê-se que a “a leitura é, por definição, rebelde e vadia. Os artifícios de que lançam mão os leitores para obter livros proibidos, ler nas entrelinhas, e subverter as lições impostas são infinitos”³⁴⁶. Aqui, a utilização de cartilhas e dos catecismos “breves e resumidos” em oposição à exigência por parte da legislação educacional do período, que estabelecia para utilização na Instrução Moral e Religiosa somente os catecismos produzidos pela diocese ou os aprovados por esta instituição, marcava não somente o lugar dos professores como “interventores” nesta rede de controle, mas também dos pais de família que se mostraram algumas vezes contrários a esta medida.

Mesmo sendo produzidos para instaurar uma determinada ordem, seja a ordem de quem a produziu, ou a ordem que reflete os interesses de uma dada realidade, os professores/leitores produziram estratégias ou formas para reivindicarem acerca da própria utilização dos catecismos na sala de aula. Desse modo, muitos mestres escreveram ofícios ao diretor da Instrução Pública, fazendo reclamações acerca dos Catecismos Diocesanos, como é o caso do professor público primário do sexo masculino da Vila da Imperatriz, atual cidade de Itapipoca, Augusto Pontes de Aguiar, que respondendo em 21 de junho de 1873 ao ofício do Diretor Geral Interino da Instrução Pública, Justino Domingues da Silva, o qual recomenda que no “ensino do catecismo” seja admitido somente o catecismo do bispo diocesano, argumenta o seguinte:

Quanto ao ensino de catecismo tenho tambem a dizer a V. S. que até agora tenho admittido é o catecismo breve e resumido o qual encontrei como uso pelo meu antecessor. O catecismo da nossa Diocese é, sem dúvida, muito proveitozo aos meninos para o seu ensino, mas sendo elle um pouco extenso, parece-me gravoza a memoria, entendimento e vontade dos mesmos.³⁴⁷

Nas argumentações do professor o que estava fundamentalmente em questão não era a autoria dos catecismos, mas a quantidade de conteúdos que traziam. A posição do professor Augusto era a de que achava mais conveniente que “os meninos depois de

³⁴⁵ CHARTIER, Roger. **A ordem dos livros: leitores, escritores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII**. Brasília: Universidade de Brasília, 1999, p. 7.

³⁴⁶ CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Imperatriz, 1873. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Imperatriz, Data Crônica: 1873. BR. CEAPEC. IP. PP. CO. RE. 04/CAIXA: 50.

³⁴⁷ CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Imperatriz, 1873. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Imperatriz, Data Crônica: 1873. BR. CEAPEC. IP. PP. CO. RE. 04/CAIXA: 50.

decorarem este catecismo passassem a dar como leitura o apreciado Catecismo da Diocese, como mais amplos e logicos conhecimentos”. O professor finaliza o seu ofício afirmando que aguarda resposta do diretor com relação à sua posição.

A preocupação do professor Augusto Aguiar com a quantidade de conteúdos nos Catecismos Diocesanos estava relacionada à questão da assimilação dos assuntos por parte das crianças. Fato que também estava inteiramente ligado aos exames que os alunos eram submetidas pelos inspetores escolares e pelas autoridades políticas locais a fim de saber se estavam preparadas em relação aos conteúdos do programa escolar, uma vez que o resultado dos exames era entendido como parte do cumprimento dos deveres dos professores no magistério. Nos exames, a arguição, que seria feita aos alunos por meio dos catecismos com a intenção de especular acerca se “sabiam” da doutrina cristã católica, poderia pôr em desconfiança os procedimentos dos professores na medida em que os alunos não soubessem responder a alguma questão, fazendo com que os inspetores associassem que o mestre estava faltando com seus deveres no magistério.

O professor Augusto de Aguiar defendeu a utilização dos Catecismos da Diocese desde que, primeiramente, os ensinamentos da moral e da religião fossem dados por meio dos catecismos ditos “breves” e “resumidos”. Os professores, portanto, não foram meros intermediários entre os alunos e os livros, muitos deles avaliaram as obras, seus conteúdos e métodos, e em várias vezes afirmaram a impossibilidade das crianças “decorarem” tais conteúdos por serem muito longos.

As reivindicações se deram devido à quantidade de conteúdos que os catecismos apresentavam. O fato é que poderia ter tido várias outras justificativas, ou este argumento poderia trazer implicitamente outras reivindicações, porém, os professores utilizaram esta explicação para exporem suas posições acerca de como pensavam os conteúdos, os compêndios didáticos, marcando ao mesmo tempo uma função de participante dessa rede de relações em que a utilização dos compêndios didáticos estava inserida na instrução pública.

Nesta direção, na Biblioteca Pública do Estado houve o contato com o *Catechismo Bíblico para as classes infantis*. Embora não se tenha registros de seu uso nas aulas públicas primárias na Província, esta obra constitui fonte fundamental para investigar como foram construídos tais livros e que mensagens veiculavam.

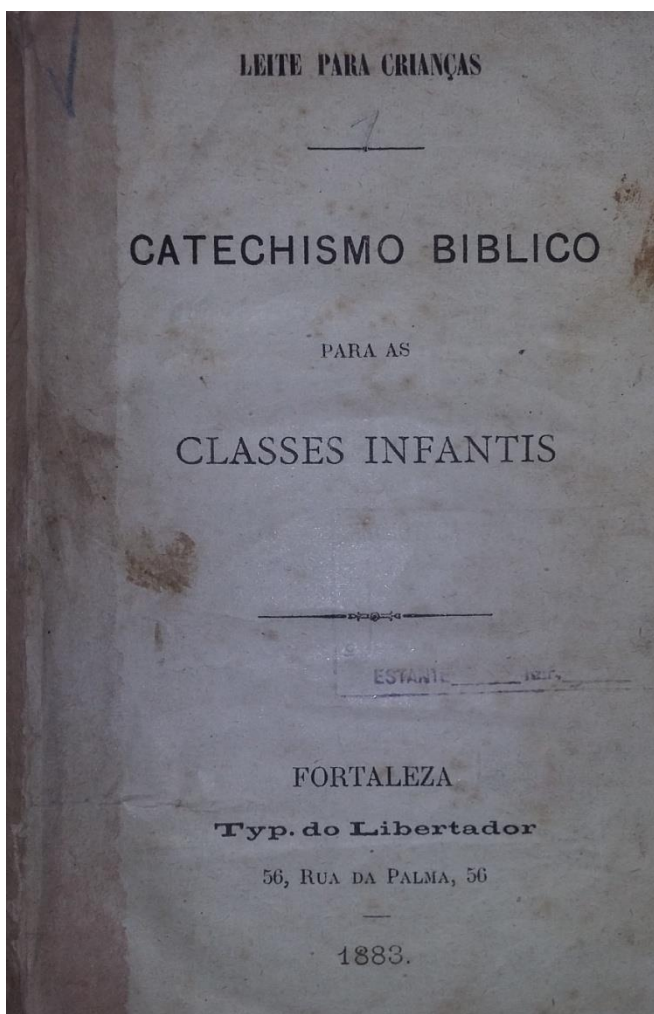
O *Catecismo Bíblico para as classes infantis* foi publicado em 1883 pela Tipografia do jornal abolicionista *Libertador*, órgão da Sociedade Cearense Libertadora. A obra foi utilizada em várias províncias do Império e publicada por outras editoras nas últimas

décadas do século³⁴⁸. O exemplar que pertence ao acervo de Obras Raras da Biblioteca Pública do Estado do Ceará não traz o autor, porém como foi citado na historiografia em trabalhos como o da historiadora Micheline Reinaux de Vasconcelos, em seus estudos acerca dos impressos, cultura protestante e edição de textos didáticos religiosos, observa-se que a autoria do referido catecismo foi do educador norte-americano Samuel Bradhurst Schieffelin.

Na capa do referido catecismo a frase “Leite para as crianças” evidencia o seu caráter doutrinário e pedagógico, agindo como “alimento” na formação das crianças. O catecismo contém 66 páginas e 519 perguntas e respostas, incluindo na parte final algumas orações e os dez mandamentos. Inicialmente as perguntas dizem respeito à própria construção da Escritura Sagrada (Bíblia), seguindo com perguntas relativas a Deus, à Trindade e à Criação, dando continuidade com assuntos do Antigo Testamento (como os profetas) até o Novo Testamento com perguntas referentes a Jesus e aos dez mandamentos e por fim o “juízo final”.

³⁴⁸ VASCONCELOS, Micheline Reinaux de. **Impressos e cultura protestante: a edição de textos didáticos religiosos (1830-1920)**. Revista de Teologia e Ciências da Religião, V. 4, n. 1, dezembro de 2014.

Figura 11 – Capa do *Catechismo Biblico para as Classes Infantis*/1883



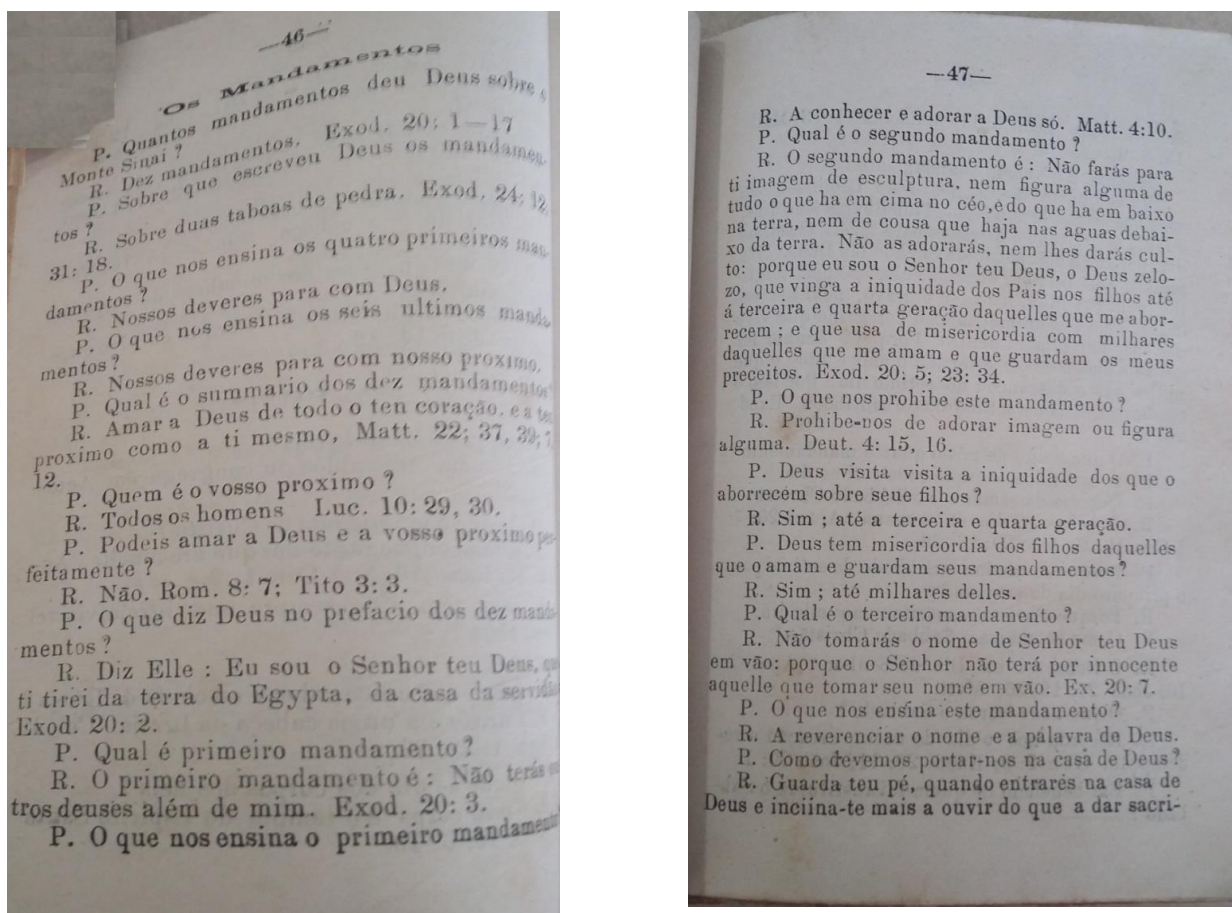
Fonte: *Catechismo Biblico para as classes infantis*. Fortaleza: Typographia do Libertador, 1883.

A organização da obra em formato de perguntas e respostas aponta para o ensino por meio da memorização. As perguntas e respostas feitas de forma curta evidenciam o caráter com que as crianças eram ensinadas: repetir para memorizar.

Os dez mandamentos constituem o tema mais explorado no Catecismo. São dedicadas 6 páginas com 61 perguntas e respostas. Funcionando como instrumento de inculcação de valores, a ênfase na abordagem sobre os mandamentos demonstra a preocupação em fazer com que as crianças memorizassem determinados valores que deveriam ser externados através de atitudes e comportamentos. O catecismo anunciava, portanto, “mais do que crenças religiosas, práticas educativas que moldaram o comportamento de grupos sociais”³⁴⁹ num determinado momento.

³⁴⁹ NASCIMENTO, Ester Fraga Vilas-Bôas Carvalho do, ALMEIDA, Mirianne Santos de. Circulação de impressos no Brasil: considerações sobre os catecismos protestantes. In: BERGER, Miguel André e

Figura 12 – *Catechismo Biblico para as Classes Infantis* (Os Mandamentos) 1883



Fonte: *Catechismo Biblico para as classes infantis*. Fortaleza: Typographia do Libertador, 1883, p. 46 e 47.

Nas últimas páginas do catechismo tem-se a “Oração para noite”, a oração do “Credo” e a “Oração dominical” (Pai-Nosso). O referido catechismo, portanto, poderia ser utilizado não apenas em aulas de catequese ou nas aulas em colégios protestantes, pois as orações demonstram os espaços em que tal obra poderia ser utilizada, como no espaço familiar e no quarto antes de dormir, já que logo após as perguntas e respostas encontra-se a seguinte oração: “Agora me deito para dormir. Guarda-me, ó Deus, em teu amor e se eu morrer sem acordar recebe minha alma ó Senhor”³⁵⁰.

As obras destinadas à Instrução Moral e Religiosa não estavam relacionadas apenas a inculcação de valores, condutas e comportamentos ou ao exercício da leitura, os aspectos pedagógicos também se fizeram presentes. O livro *Canções da Escola*, por exemplo, constituía um recurso fundamental defendido por Juvenal Galeno para acabar com a palmatória ainda utilizada por professores públicos primários. Esta obra apresentou-se como

NASCIMENTO, Ester Fraga Vilas-Bôas Carvalho do (Org.). **Imprensa, impressos e práticas educativas: estudos em história da educação**. Fortaleza: Edições UFC, 2012, p. 23.

³⁵⁰ *Catechismo Biblico para as classes infantis*. Fortaleza: Typographia do Libertador, 1883, p. 61.

recurso que oferecia os caminhos que os professores deveriam seguir na própria organização das aulas, bem como a pedagogia a ser utilizada. Segundo o autor, as canções serviriam de estímulo, prêmio e castigo para os alunos. Estes aspectos seriam vivenciados a partir da mensagem incutida na letra da música, assim como da própria utilização desta como recurso que agiria contra o tédio e o sono³⁵¹.

Desse modo, é notável como questão basilar neste tópico a compreensão de que os compêndios didáticos foram utilizados também pelos professores como ferramenta pedagógica, ou seja, serviram como instrumento de auxílio ao professor para dominar os conteúdos que deveriam ser ensinados às crianças. De acordo com Circe Bittencourt, o livro didático representaria instrumento fundamental na sala de aula, uma vez que, além do conteúdo da disciplina, representaria um “método de ensino”³⁵².

A Escola Normal na Província do Ceará só foi fundada em 22 de março de 1884³⁵³, nos anos anteriores os aspirantes ao magistério não dispunham de uma instituição para formá-los. Os aspirantes a função de professor primário eram selecionados por meio dos Exames de Capacidade Profissional, apresentando os documentos exigidos para comprovar sua moralidade civil e religiosa, bem como respondendo provas referentes às matérias a serem ensinadas nas aulas primárias. Nesse sentido, evidenciamos um aspecto bastante interessante da função dos livros na instrução pública primária naquele momento: estes foram utilizados como recurso de ensino, como instrumento de prática pedagógica.

Em 13 de fevereiro de 1873, o bispo do Pará, Dom Antônio de Macedo Costa, oferece ao Presidente da Província do Ceará, Francisco D’Assis D’Oliveira Maciel, um exemplar intitulado *Resumo da História Bíblica ou Narrativas do Velho e Novo Testamento*, ilustrado com cerca de 200 estampas, para a instrução da “mocidade”. O Bispo do Pará pediu a Francisco D’Assis Maciel que tomasse conhecimento da referida obra a fim de que fosse admitida nas escolas públicas da Província. No ofício, D. Antonio de Macedo Costa afirma que o ensino da História Sagrada fazia parte do programa oficial dos estudos nos

³⁵¹ GALENO, Juvenal. **Canções da Escola**, Ceará: Typographia do Commercio, 1871, p. 4.

³⁵² BITTENCOURT, Circe Maria F. **Autores e editores de compêndios e livros de leitura (1810-1910)**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 30, n.3, set./dez. 2004, p. 483.

³⁵³ De acordo com Maria Goretti Lopes Pereira e Silva (2008, p. 2) as discussões acerca da necessidade de formação do professorado, bem como da criação de uma escola normal na Província do Ceará são iniciadas na primeira metade do século XIX, mas sua fundação veio acontecer somente no final deste século. A Escola Normal foi criada no final da segunda metade do século XIX, com a Lei nº 1790 de 28 de dezembro de 1878, que seria sancionada em 28 de dezembro de 1879 e teria o lançamento da pedra fundamental somente em 1881, porém sua fundação só se deu em 1884. Para mais informações ver: SILVA, Maria Goretti Lopes Pereira e. **Escola Normal do Ceará: impasses de criação e a tônica reformista**. IV Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação. O oral, o escrito e o digital na História da Educação, 2 a 5 de abril de 2008, Porto-Alegre, RS, Brasil, p. 2.

estabelecimentos de ensino em todos os países civilizados, “e nada é mais próprio a formar o coração dos meninos, e a interessá-los agradavelmente, do que essas narrativas tão sublimes e tão simples extraídas dos nossos livros santos”³⁵⁴.

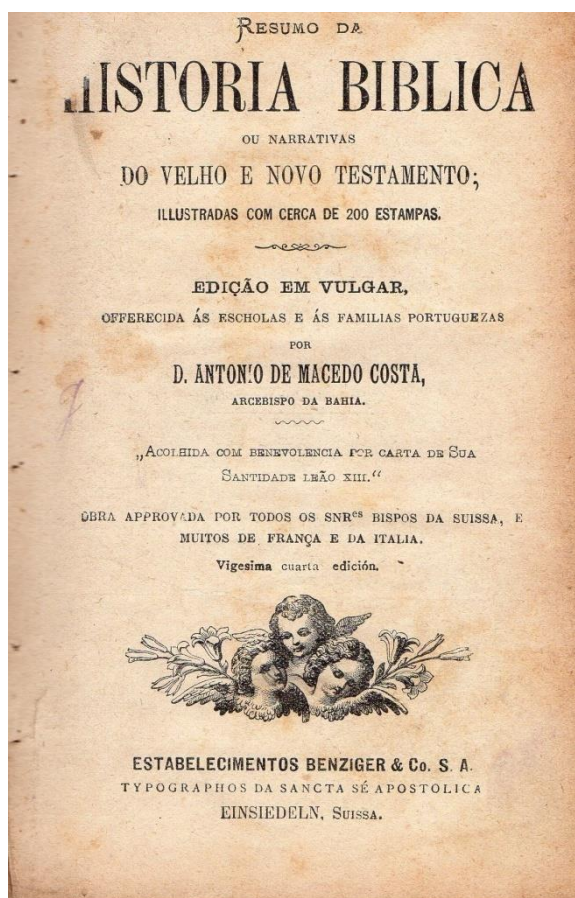
O referido livro oferecido às escolas e às famílias portuguesas constituía uma obra traduzida e comentada para o português pelo bispo do Grão Pará. O *Resumo da História Bíblica* foi composto inicialmente em alemão “por um douto Sacerdote da diocese de Basileia”³⁵⁵, difundido em várias línguas e divulgado com aceitação das autoridades eclesiásticas em países como Suíça, Alemanha, França e Estados-Unidos. Para D. Antonio de Macedo Costa seria uma vantagem para a instrução pública a tradução desta obra para o português.

Nesse momento, os conflitos entre a Igreja Católica e a Maçonaria reverberaram nas ações da Igreja diante da defesa cada vez mais crescente do ensino laico nos meios políticos e letrados. De alguma forma, a tradução, assim como a produção de manuais voltados para o ensino da religião nas escolas primárias participaram do contexto de reação de membros da Igreja Católica aos intensos debates na Câmara dos Deputados, na Assembleia Provincial e na imprensa que defenderam a laicização do ensino e a secularização do programa escolar.

³⁵⁴ CEARÁ. Governo da Província, Palácio Episcopal, Freguesias cearenses, 1873. Disponível: APEC. Fundo: Palácio Episcopal do Ceará. Grupo: Vigários das freguesias do Ceará. Série: Ofícios expedidos pelas diversas freguesias cearenses. Data: 13 de fevereiro de 1873, Caixa 02, pacotilha 26.

³⁵⁵ COSTA, Antonio de Macedo. **Resumo da Historia Bíblica ou Narrativas do Velho e Novo Testamento ilustradas com cerca de 200 estampas**. 24ª ed. Einsiedeln, Suíça: Estabelecimentos Benziger & Co. [s.d.], parte “Ao Leitor”.

Figura 13 – Capa do livro *Resumo da Historia Biblica ou Narrativas do Velho e Novo Testamento*



Fonte: COSTA, Antonio de Macedo. [18--].

Para os representantes da Igreja Católica era fundamental alimentar *o povo* de instrução moral e religiosa. A tradução feita pelo Bispo do Pará contém 293 páginas e divide-se em “História do Velho Testamento” e “História do Novo Testamento”. Suas primeiras páginas apresentam os comentários de seis bispos explicando o motivo pelo qual aprovavam a leitura desta obra em suas dioceses, são eles: Dom Vital, bispo de Olinda; Conde de S. Salvador, arcebispo da Bahia; Dom Lino Deodato Rodriguez de Carvalho, bispo de São Paulo; Dom Luiz Antônio dos Santos, bispo do Ceará; Dom Américo Ferreira dos Santos, bispo do Porto e Dom Antonio Viçoso, bispo de Mariana. Estes aprovaram e recomendaram sua leitura nas dioceses, principalmente aos pais de família e aos educadores da “mocidade”. Esta obra, segundo os bispos, não continha nada que se opusesse a fé e aos bons costumes,

sendo de muita utilidade para formar o espírito religioso das crianças e “jovens” nas famílias e nos estabelecimentos de instrução pública e particular³⁵⁶.

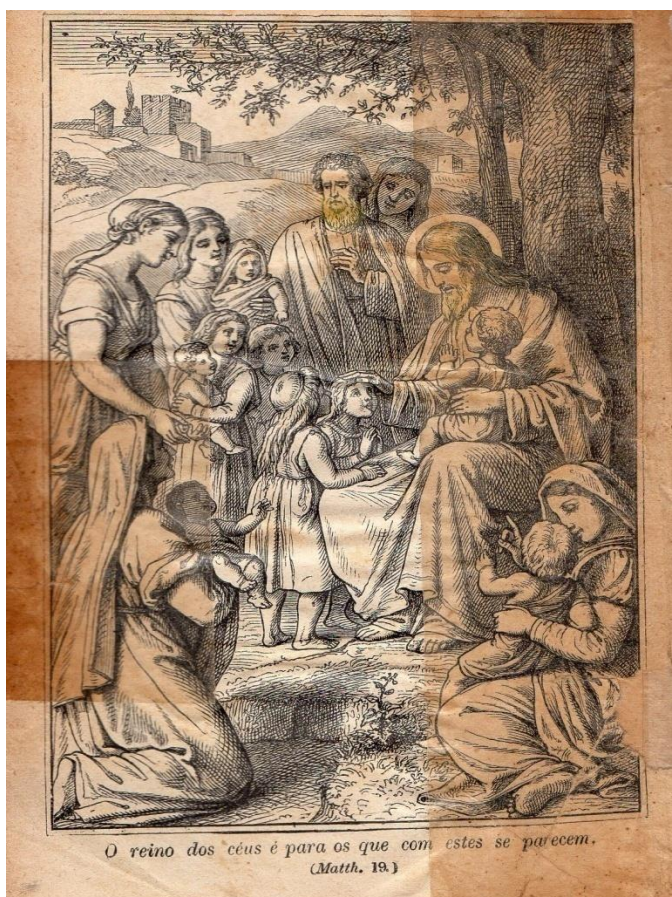
Para Dom Vital, bispo de Olinda, a leitura do referido livro deveria ser espalhada com profusão entre todas as camadas da sociedade, principalmente, as menos favorecidas do ensino religioso. Vê-se, logo de início, a preocupação em espalhar os ensinamentos bíblicos entre a população destituída dos meios necessários para receber instrução, seja no âmbito particular ou na Instrução Pública. Já o Bispo do Ceará, Dom Luiz Antonio dos Santos, em 10 de fevereiro de 1875, aprovou a utilização do *Resumo de História Bíblica* em toda a diocese e recomendou sua leitura aos diocesanos, ficando admitido no Seminário e no Colégio das Órfãs (Imaculada Conceição) da capital.

A obra é “oferecida às escolas e famílias portuguesas”. Esta informação presente na sua capa mantém estreita relação com uma gravura logo no início do *Resumo de História Bíblica* que ilustra uma passagem do livro de Mateus do Novo Testamento: “O reino dos céus é para os que com estes se parecem”³⁵⁷. Na passagem, as crianças são identificadas como “puras” e “inocentes”, características que levariam a garantir um lugar no “Paraíso”. Pode-se conjecturar que a gravura exercia o papel de atrair a atenção tanto das escolas quanto das famílias para a compreensão de seu alvo principal: as crianças, conforme é possível observar na imagem:

³⁵⁶ COSTA, Antonio de Macedo. **Resumo da Historia Biblica ou Narrativas do Velho e Novo Testamento ilustradas com cerca de 200 estampas**. 24ª ed. Einsiedeln, Suíça: Estabelecimentos Benziger & Co. [s.d.], parte “Aprovação do Bispo do Porto”.

³⁵⁷ *Ibid.*, (Passagem presente logo após a capa da obra/ sem paginação).

Figura 14 – Livro *Resumo da História Bíblica ou Narrativas do Velho e Novo Testamento* ilustradas com cerca de 200 estampas



Fonte: COSTA, Antonio de Macedo. [18--], p. 1 (verso).

Na imagem, Jesus Cristo está sentado com uma criança no colo e afagando outra, tendo à sua frente crianças com maior idade, mulheres em pé e sentadas segurando crianças de colo. Observa-se que três mulheres estão à espera de apresentar seus filhos ao Cristo e outra apresenta o Cristo a seu filho, com o olhar direcionado a este eleva a mão e aponta para Jesus como se estivesse conversando com o menino. Na gravura só aparece a figura de um único homem evidenciando o papel reservado a mulher na educação dos filhos, esta conduziria os filhos a escutar os ensinamentos dados pelo mestre. Todos parecem estar interessados em escutar os ensinamentos até as criancinhas de colo, que pela pouca idade não entendem o ambiente ao seu redor, mas na gravura prendem sua atenção inclinando a cabeça e direcionando o olhar para o mestre Jesus.

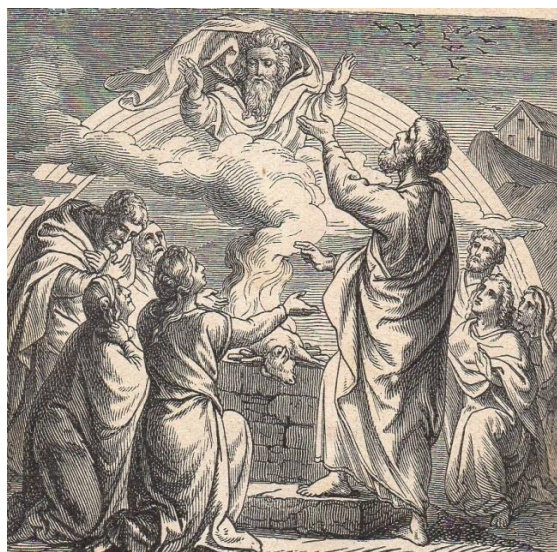
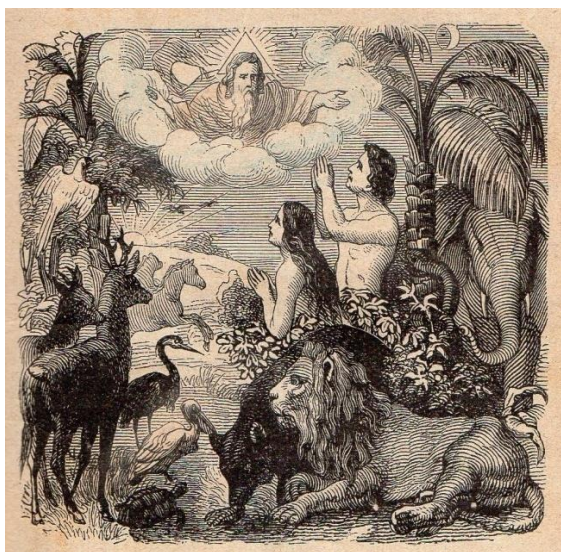
A figura de Jesus Cristo representaria os próprios educadores, sendo eles pais ou mestres. As crianças desde tenra idade deveriam receber os ensinamentos necessários à sua formação, daí na imagem ter crianças com pouca idade (de colo) e as com maior idade.

Dividida em “História do Velho Testamento” e “História do Novo Testamento”, a parte Velho Testamento é composta por cinco “épocas”, são elas: “História Primitiva desde Adão até Abraão”; “Eleição do povo de Israel, ou de Abraão até Moisés”; “Prodigiosa educação do povo de Israel, desde Moisés até David”; “Grandeza do povo de Israel, de David até a divisão do reino sob Roboam”; “Sucessiva decadência do povo de Israel até Jesus Cristo”. Após as cinco épocas são dedicados três capítulos ao assunto do “Cativeiro da Babilônia” até Jesus Cristo.

A “História do Velho Testamento” divide-se em 86 assuntos e 57 ilustrações. Já na “História do Novo Testamento”, o livro aborda 114 assuntos, desde a “Anunciação do nascimento de São João Batista” até o “Cativeiro e morte de São Paulo” e apresenta 80 ilustrações. Esta parte da obra é composta de duas divisões, a primeira tem sete capítulos e contém 94 assuntos, sendo a figura de Jesus Cristo o centro de toda a narrativa desde o seu nascimento até sua “ascensão aos céus”. Já a segunda é constituída da “História dos apóstolos”, onde é abordado a “vinda do Espírito Santo”, a “vida dos primeiros cristãos” e o “cativeiro e morte de Paulo”.

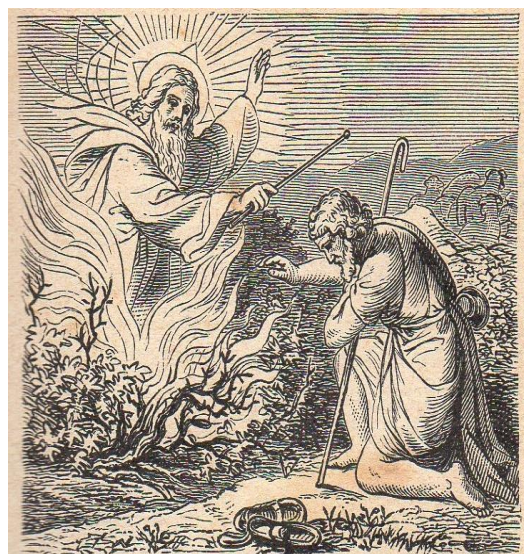
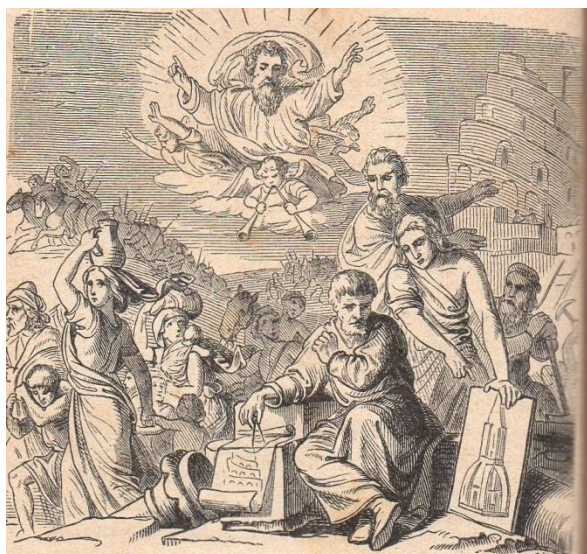
Vê-se que a obra é eminentemente elaborada tendo como base o texto bíblico. Constituída de resumos acerca de eventos do Velho e Novo Testamento, estes tentam abarcar a ideia central dos acontecimentos, apresentando vários versículos bíblicos, sobretudo, aqueles que representam o diálogo mantido entre Deus e seu povo. A maioria dos resumos apresenta uma gravura ilustrando os assuntos abordados e que representam a ideia central do evento bíblico, como podemos observar:

Figura 15 – Assunto de 1 “Criação do mundo”/Assunto de número 8 “O sacrifício de Noé em ação de graças”



Fonte: COSTA, Antonio de Macedo. [18--], p. 1 e 10.

Figura 16 – Assunto de número 9 “Os filhos de Noé e a Torre de Babel”/Assunto de número 29 “Vocação de Moisés”



Fonte: COSTA, Antonio de Macedo. [18--], p. 12 e 43.

Na parte “História do Velho Testamento”, as gravuras apresentam frequentemente a figura do Criador de forma esplêndida e gloriosa, surgindo das nuvens sempre numa posição acima das demais personagens e acompanhada por raios de luz e algumas vezes por anjos, como se estivessem anunciando sua presença naquele lugar e, ao mesmo tempo, engrandecendo seu caráter divino. Vê-se, portanto, a figura do Criador a observar e interferir

nos feitos terrenos por meio do diálogo estabelecido com seus filhos que estão na posição de servos a obedecerem suas ordens.

Já nas gravuras da parte “História do Novo Testamento” a figura central é a de Jesus Cristo apresentado como servidor de seu povo. As gravuras procuram explicar por meio da imagem os assuntos abordados nos “resumos”, reforçando o entendimento daquilo que é dito nesta parte, enfatizando, sobretudo, a vida pública de Jesus Cristo: seus milagres, seus ensinamentos, bem como seu “sofrimento”, de sua flagelação até a morte de cruz.

Figura 17 – Assunto de número 77 “Jesus é açoitado e coroado de espinhos”/ Assunto de número 83 “Jesus morre na cruz”



Fonte: COSTA, Antonio de Macedo. [18--], p. 226 e 230.

Ao final dos “resumos”, Dom Antonio de Macedo Costa faz uma espécie de “explicação” ou mesmo comentário, relacionando a história do Velho Testamento com assuntos referentes ao Novo Testamento. No final do assunto concernente a Caim e Abel, por exemplo, há o seguinte comentário: “o inocente Abel é a figura de Jesus Cristo, Caim representa o traidor Judas e a nação judaica que deram a morte ao Salvador do mundo”³⁵⁸. Da mesma forma que o “inocente” Abel é a figura de Cristo, por ter sido morto por seu irmão, Jó é apresentado como a figura do divino “paciente” Jesus Cristo. Assim, ao longo dos assuntos a figura de Jesus Cristo aparece acompanhada de predicativos que, ao mesmo tempo,

³⁵⁸ COSTA, Antonio de Macedo. **Resumo da História Bíblica ou Narrativas do Velho e Novo Testamento**. Suíça: Typographos da Sancta Apostolica/Estabelecimentos Benziger & Co. S. A. p.7.

caracterizam as atitudes e comportamentos que o leitor deveria apresentar em sua vida, tendo o Cristo como referência.

Os comentários ao final dos assuntos além de fazerem comparações e referências de personagens do Velho Testamento com a figura do Cristo, aspectos da doutrina cristã católica, como o “Sacrifício da Missa” e a organização da estrutura hierárquica da Igreja, também são abordados. Na página 14, no final do assunto de número 11, “Virtudes de Abraão”, Dom Macedo Costa faz o seguinte comentário:

Como Abraão livrou os seus do cativeiro dos reis estrangeiros, assim Jesus Cristo Senhor nosso arrancou às potências infernais a humanidade cativa, e para perpetua memória e continua renovação d’esta vitória, instituiu um Sacrifício segundo a ordem de Melchisedech, debaixo das espécies de pão e vinho, o santo Sacrifício da Missa³⁵⁹.

Nesse momento, a intenção é explicar a própria instituição das “verdades cristãs”, dos fundamentos que explicam a doutrina cristã católica. Nessa parte, o leitor na medida em que tinha às suas mãos a história do Velho e Novo Testamento, entrava em contato também com aspectos da doutrina cristã católica. A Igreja é apresentada como instituição “obra de Deus” sempre na tentativa de afirmar ter seu caráter “divino”. Sua hierarquia, por exemplo, composta do papa, dos bispos, sacerdotes e diáconos é comparada à estrutura que havia na Antiga Lei do povo de Israel do Antigo Testamento e o Sacrifício da Missa teria sido instituído pelo próprio Jesus Cristo.

Na página 138, o assunto de número 7, “Reis do Oriente”, discute acerca da visita que os reis fizeram ao menino Jesus sendo guiados por uma estrela. Mais uma vez, a obra dedica-se a apresentar a Igreja Católica como meio por onde os cristãos seriam guiados até Jesus.

³⁵⁹ COSTA, Antonio de Macedo. **Resumo da História Bíblica ou Narrativas do Velho e Novo Testamento**. Suíça: Typographos da Sancta Apostolica/Estabelecimentos Benziger & Co. S. A. p. 14.

Figura 18 – Assunto de número 7 “Reis do Oriente”/Parte História do Velho Testamento



Fonte: COSTA, Antonio de Macedo. [18--], p. 139.

Na explicação ao final do assunto é dito que “uma estrela também nos conduz para Jesus, vem a ser a luz de sua graça, que nos alumia, e aquece o coração e também a palavra de Deus pregada pela verdadeira Igreja”³⁶⁰. Aqui, as referências feitas à figura da “estrela” inserem a “palavra de Deus” pregada “somente” pela “verdadeira” Igreja como uma espécie de guia que mostraria os caminhos a serem seguidos para chegar até Jesus. Desse modo, ao mesmo tempo em que a referida obra apresentava os resumos dos eventos bíblicos, chamava a atenção para o papel que cabia a Igreja Católica exercer na estrutura social, desconsiderando as experiências dos demais credos religiosos.

A doutrina cristã católica é apresentada também nas “Sentenças Morais”, parte final da obra dedicada a discutir os seguintes temas: oração; respeito das igrejas; pais e filhos; modéstia e pureza; instrução e amor do próximo; trabalho; más companhias; caridade, obras de misericórdia; a língua; humildade e modéstia; fidelidade e amor da paz; o caminho dos justos e o caminho dos ímpios.

As “Sentenças Morais” constituem passagens bíblicas que abordam os temas mencionados acima. No tema “oração” encontra-se várias passagens bíblicas cuja ideia central é a importância do ato de se direcionar a Deus por meio do diálogo que deveria ser mantido com Ele. A escolha das passagens para esta parte priorizou aquelas que davam

³⁶⁰ COSTA, Antonio de Macedo. **Resumo da História Bíblica ou Narrativas do Velho e Novo Testamento**. Suíça: Typographos da Sancta Apostolica/Estabelecimentos Benziger & Co. S. A., p. 140.

instruções de como se comportar antes das orações e as que faziam exortações em forma de pedidos, onde o exercício da oração deveria ser constante na vida dos fiéis católicos.

Nessa parte da obra, as mensagens são direcionadas tanto aos filhos quanto aos pais. No tema “Pais e filhos”, são apresentadas dez passagens bíblicas em que são pedidos para que os preceitos dos pais fossem escutados e as advertências das mães não fossem desprezadas. Aos pais são dadas instruções de como proceder diante do mau comportamento dos filhos. As passagens são extraídas, sobretudo, do Livro dos Provérbios, como as seguintes: “Todo aquelle que disser más palavras a seu pai ou mãe, há de ver a luz apagar-se-lhe no meio das trevas”³⁶¹; “Ao que escarnece do próprio pai, e despreza as dores da mãe, arranquem-lhe o olho os corvos das torrentes, e devorem-no os filhos das águias”³⁶². Este livro da bíblia tem um caráter profundo de ensinamento, os provérbios expressam um modo de ver que pertence ao Velho Testamento. Do ponto de vista do que é dito no Novo Testamento, o próprio Jesus Cristo não concordaria com um considerável número deles, principalmente os que tratam de “vingança”, mas no *Resumo de História Bíblica*, Dom Macedo Costa apresenta os provérbios que justamente trazem a ideia do “castigo”, cujas metáforas apresentam a imagem do “temor” e do “medo”.

As passagens bíblicas nas “Sentenças Morais” instruem como se deveria agir na prática para que os vícios fossem evitados. O horror a preguiça, a ociosidade, a mentira, a desonestidade que as passagens trazem acabam apresentando o ideal de educação que a obra defendia: as crianças deveriam desde tenra idade ter amor a instrução e ao trabalho. Aqui, “o trabalho” corresponde a ação de trabalhar, verbo contrário à ideia de preguiça e ócio.

Os temas procuravam prevenir os vícios alertando para as consequências e castigos que receberiam os que desobedecessem aos direcionamentos que o “Livro Sagrado” trazia para a vida dos cristãos. A ideia de que não era possível se “esconder” de Deus é fortemente apresentada como forma de “convencer” o leitor a não cometer “iniquidades”. Até os pensamentos, o mais íntimo do ser, deveriam ser habitados por coisas que não fossem abomináveis aos olhos de Deus. Além dos pensamentos, a “língua” também constituía uma preocupação dessa parte da obra. Da boca não deveria sair nem mentiras e nem calúnias.

A “caridade e obras de misericórdia”, a reconciliação e o perdão deveriam presidir as relações sociais. As “más companhias” deveriam ser evitadas, principalmente aquelas dadas à embriaguez e à desonestidade. A obra, portanto, propunha uma instrução religiosa

³⁶¹ COSTA, Antonio de Macedo. **Resumo da História Bíblica ou Narrativas do Velho e Novo Testamento**. Suíça: Typographos da Sancta Apostolica/Estabelecimentos Benziger & Co. S. A., p. 276 (Provérbios 20, 20).

³⁶² *Ibid.*, (Provérbios 30, 17).

baseada no aprendizado da bíblia e nos direcionamentos que esta apresentava para a vivência e prática na vida dos fiéis católicos. A utilização do *Resumo de História Bíblica* para a formação da “mocidade” evidencia, ao mesmo tempo, que a obra manifestava ainda uma certa preocupação em apresentar uma ideia de religião atrelada a vivência da doutrina cristã católica, como, por exemplo, a forma de se portar nas igrejas (templo), onde se deveria evitar “vãs” e “profanas” conversações, acabava por ditar o que era aceitável e o que deveria ser excluído da vivência cristã católica.

Nesse sentido, ao longo da obra os assuntos são tratados procurando apresentar os momentos de glórias dos personagens que obedeceram às ordens de Deus, bem como as consequências que sofreriam aqueles que as desobedecessem. Sendo a obra baseada na bíblia, não deixa de chamar a atenção para determinados aspectos relacionados, por exemplo, à questão das virtudes e dos bons costumes. Ao lado dos resumos dos eventos bíblicos, não poderia deixar de ter os direcionamentos à vida prática daquilo que fora pregado no Velho e Novo Testamento. Os pais, os filhos e os professores teriam as instruções de como proceder para viver conforme os comportamentos alertados ao longo da obra, em que a moral evangélica baseada na doutrina cristã católica era a referência para a educação.

4 A INSTRUÇÃO PÚBLICA PRIMÁRIA COMO ESPAÇO DE PRODUÇÃO E EXERCÍCIO DA MORAL RELIGIOSA E CIVIL

4.1 Mecanismos de inspeção na Instrução Pública e as estratégias apresentadas pelos professores como aptos ao exercício do magistério

Os professores públicos primários, na segunda metade do século XIX, na Província do Ceará, recebiam em suas aulas a visita de inspetores escolares que observavam e registravam seus procedimentos, comportamentos e o próprio andamento das aulas. Essas visitas tinham o objetivo de examinar os alunos a fim de saber se estavam aptos nos conhecimentos exigidos nas matérias do programa da instrução primária. No ato das visitas os inspetores, ao mesmo tempo, inspecionavam o ambiente da sala de aula: as acomodações, os móveis e objetos para saber sobre os cuidados ou zelo dos professores para com os materiais pertencentes às aulas públicas primárias. Posteriormente, os professores enviavam ao Inspetor

Geral da Instrução Pública os “Termos de visita” dos inspetores locais, contendo o resultado das inspeções, ou seja, as observações feitas pelos inspetores.

De acordo com o Regulamento Orgânico da Instrução Pública e Particular da Província do Ceará de 1881, a inspeção ao ensino primário e secundário, público ou particular, deveria ser exercida pelo Inspetor Geral da Instrução Pública coadjuvado por um Conselho de Instrução, um Inspetor Escolar de Distrito, um Inspetor Escolar de Paróquia e por um Conselho Escolar³⁶³.

O Inspetor Geral tinha atribuições que iam desde “inspecionar por si, ou pelas autoridades literárias subalternas, as escolas, colégios, casas de educação e estabelecimentos de instrução primária ou secundária, públicos ou particulares”³⁶⁴ até a correção ou substituição quando fosse necessário dos compêndios utilizados na instrução pública. Semestralmente, o inspetor geral deveria “apresentar ao presidente da Província um balanço dos fatos mais importantes contidos nos relatórios dos inspetores de distrito e das medidas e providências que estes lembrarem como convenientes ao serviço público”³⁶⁵.

O Conselho de Instrução Pública deveria ser composto pelo Inspetor Geral, pelo professor mais antigo do Liceu, o professor de pedagogia da Escola Normal, por um professor público da capital, anualmente eleito pelo professor da classe, pelo Inspetor paroquial e por quatro cidadãos que se tenham distinguido nas letras ou no magistério, nomeados anualmente pelo presidente da Província, podendo ser reconduzidos. O Conselho estava incumbido de dar parecer, dentre outras coisas, acerca dos métodos e processos de ensino; da adoção, revisão ou substituição de compêndios; da necessidade de criação, transferência e supressão de cadeiras; da vitalicidade, acesso por antiguidade, remoção disciplinar, gratificações extraordinárias e jubilação; de infrações disciplinares dos professores públicos; e da elaboração de bases para qualquer reforma ou melhoramento de que necessitasse a Instrução Pública³⁶⁶.

De acordo com o mesmo Regulamento, a Província do Ceará seria dividida em cinco distritos escolares onde em cada um haveria um inspetor nomeado pelo presidente da Província sob a proposta do inspetor geral da Instrução Pública. O primeiro distrito abrangeria as comarcas da Capital, Maranguape, Pacatuba e Baturité, devendo ser fiscalizado diretamente pelo inspetor geral. O inspetor escolar de distrito deveria visitar três vezes por

³⁶³ Regulamento Orgânico da Instrução Pública e Particular da Província do Ceará de 1881. Fonte: VIEIRA, Sofia Lerche e FARIAS, Isabel Maria Sabino de. (Orgs.). Documentos de política educacional no Ceará: Império e República. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacional Anísio Teixeira, 2006, v. 3, Cap. 1, Art. 1, p. 40.

³⁶⁴ *Ibid.*, Art. 2, § 1, p. 40.

³⁶⁵ *Ibid.*, Art. 2, § 20, p. 41.

³⁶⁶ *Ibid.*, Art. 6, § 5 ao 10, p. 43.

ano todos os estabelecimentos de ensino públicos e particulares de seu distrito, e nessas visitas deveria examinar:

- Art. 14 § 2. I O procedimento moral e civil dos professores, a maneira por que ensinam; se observam o Regimento e instruções para esse fim expedidas; se são assíduos no cumprimento de seus deveres;
- II A casa da escola, suas condições hygienicas e capacidade para o numero de alumnos;
- III A disciplina, a ordem, a regularidade das lições e o gráo de adiantamento dos alumnos;
- IV Os livros da escripturação da escola;
- V Os compendios que existem ou faltam, quaes os necessários para os meninos indigentes, indagando como tem sido feita a distribuição.³⁶⁷

Com o término da visita os inspetores escolares deveriam apresentar ao inspetor geral da instrução pública um relatório sobre o movimento do ensino no distrito. O relatório deveria ser acompanhado por um mapa referente a quantidade de alunos, idade, frequência escolar e adiantamento; relação dos professores e suas respectivas cadeiras; inventário dos móveis e utensílios pertencentes às aulas com a data em que foram fornecidos e seu estado de conservação. O inspetor escolar de distrito era também responsável por organizar uma comissão composta pelo inspetor paroquial e o presidente da câmara municipal para examinar os alunos; suspender e propor criação de cadeiras; admoestar e repreender professores quando fosse necessário³⁶⁸.

Além dos inspetores de distrito, o Regulamento Orgânico da Instrução Pública de 1881 estabelecia que em cada paróquia deveria haver um inspetor paroquial devendo ser nomeado pelo inspetor geral da instrução pública sob proposta do inspetor escolar de distrito³⁶⁹. Estes estavam responsáveis, dentre outras funções, por visitar as escolas pelos menos duas vezes ao mês; vigiar os procedimentos dos professores; comunicar o inspetor de distrito qualquer ocorrência que prejudicasse o ensino; atestar a frequência dos professores; presidir os exames no final do ano quando não estivesse presente o inspetor geral ou o de distrito³⁷⁰.

No Regulamento, a aparelhagem de fiscalização à instrução pública primária deveria ser composta ainda pelos Conselhos Escolares constituídos de um inspetor escolar, do presidente da câmara municipal e de cinco chefes de famílias nas cidades e de três nos demais

³⁶⁷ Regulamento Orgânico da Instrução Pública e Particular da Província do Ceará de 1881. Fonte: VIEIRA, Sofia Lerche e FARIAS, Isabel Maria Sabino de. (Orgs.). Documentos de política educacional no Ceará: Império e República. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacional Anísio Teixeira, 2006, v. 3, Cap. 1, Art. 14, p. 44.

³⁶⁸ *Ibid.*, Art. 14, p. 46.

³⁶⁹ *Ibid.*, Art. 18, p. 46.

³⁷⁰ *Ibid.*, Art. 19, p. 46.

lugares³⁷¹. Em cada paróquia deveria ter um conselho escolar, cujas principais funções era auxiliar os inspetores de paróquia na fiscalização do ensino e procurar fazer efetiva a obrigação do ensino³⁷².

As iniciativas do poder público no campo educacional na Província nas últimas décadas do século XIX traduziram-se, sobretudo, na criação de inúmeras leis e regulamentos a fim de organizar e regular a instrução pública. Expressando projetos políticos de civilização, a legislação referente a Instrução Pública estava carregada de direitos e deveres, desejos e interesses, por isso é fundamental atentar para as incorporações e resistências dos setores diretamente relacionados com as medidas, devendo as leis serem vistas não de forma isolada ou estática, pois é no efetivo exercício da lei que as contradições aparecem e as resistências se expressam.

No Regulamento Orgânico da Instrução Pública e Particular de 1881, é possível observar os valores morais, religiosos e sociais, bem como as exclusões e os mecanismos de controle. No cruzamento deste documento com os ofícios da Instrução Pública produzidos pelos professores, inspetores, diretor e presidente da província, pode-se perceber se tais artigos encontraram viabilidade na prática, assim como as impossibilidades de sua aplicação, ou as contradições entre as intenções daqueles que criaram tais medidas e a vivência destas no cotidiano das aulas públicas primárias.

Os regulamentos e regimentos relativos à instrução pública serviram como uma espécie de “guia” direcionando os procedimentos a serem tomados nas aulas, assim como um espaço de “formação” para os professores. Tanto é que, nas listas feitas pelos mestres acerca dos móveis e utensílios de que necessitavam suas aulas, eram frequentes os pedidos de fornecimento dos regulamentos e regimentos, atestando o caráter com que procuravam colocar suas ações de acordo com o que era estabelecido nesses documentos.

Por meio do Regulamento de 1881 observa-se como se produziu todo o aparato de inspeção, bem como as concepções que envolveram a criação dos deveres designados a cada função no interior da instrução pública, na medida em que foi construída uma hierarquia de funções que procurava organizar, controlar, disciplinar os diversos sujeitos (professores, alunos, inspetores, diretor e presidente de província).

³⁷¹ Regulamento Orgânico da Instrução Pública e Particular da Província do Ceará de 1881. Fonte: VIEIRA, Sofia Lerche e FARIAS, Isabel Maria Sabino de. (Orgs.). Documentos de política educacional no Ceará: Império e República. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacional Anísio Teixeira, 2006, v. 3, Cap. 1, Art. 22, p. 47.

³⁷² *Ibid.*, Art. 23, p. 47.

O “projeto de instrução popular”, em que estava inserida a instrução pública primária com o desejo de que a instrução chegasse ao maior número de crianças possível, necessitava, ao mesmo tempo, instituir mecanismos de fiscalização das *camadas populares* no ambiente escolar e dos professores primários na sua vida particular. Os instrumentos de fiscalização das aulas foram instituídos para controlar e disciplinar os professores e os alunos e, estavam inseridos, portanto, no “projeto” de civilização e progresso do país empreendido pelas classes dirigentes. Nesse sentido, o sistema de inspeção que se procurou instituir na Província é entendido neste tópico não apenas como um mecanismo da Instrução Pública, uma vez que estão entrelaçadas outras questões, como o controle e organização da população, que se procurou construir por meio dos cargos de inspetores escolares que representavam as ramificações do Estado nas localidades mais longínquas da Província.

Desse modo, nosso objetivo neste tópico é analisar como se organizou a aparelhagem de inspeção na Instrução Pública Primária e a forma pela qual os professores se apresentavam ao inspetor escolar, os modos como buscavam atender as exigências e as expectativas dos mecanismos de fiscalização e como reagiram ou não a esses instrumentos.

A fiscalização do trabalho dos professores iniciava nos Exames de Capacidade Profissional com as especulações acerca da vida dos aspirantes ao magistério e se estendia até as suas ações e comportamentos em sua vida particular, vigiada por diversos sujeitos da localidade em que lecionavam e ou moravam. Nos exames, a especulação se dava não somente por meio da apresentação dos atestados de moralidade civil e religiosa, mas também pelas perguntas que os aspirantes respondiam sobre os deveres dos professores na sala de aula e os comportamentos que teriam que apresentar em sua vida. Nesse processo, participavam diversos sujeitos, exercendo não apenas a posição de fiscalizador, pois também no exercício de suas funções propuseram procedimentos e anunciaram as condutas que deveriam fazer parte da vida dos mestres. Servindo de canal que ligaria e intermediaria os professores ao governo, a função da inspetoria concretizava a presença do Estado nos rumos da instrução pública.

Os professores públicos primários escreviam ofícios ao inspetor geral ou ao diretor da instrução informando as observações feitas pelo inspetor escolar ao visitar suas aulas. Nos ofícios, comunicavam que no ato da visita os inspetores procederam a ligeiros exames em diversos alunos e chamavam a atenção, especialmente, para a observação feita pelo inspetor sobre o adiantamento dos alunos no ensino da Doutrina Cristã, pois muitas vezes

nada era dito sobre o adiantamento ou não em outras matérias³⁷³. Muitos dos ofícios traziam informações somente acerca deste ensino, e muitas vezes os inspetores recomendavam aos professores que continuassem seus deveres no zelo moral e religioso (1873) na educação de seus alunos ou que continuassem a levá-los a Igreja (1872)³⁷⁴.

Na década de 1870, a matéria Instrução Moral e Religiosa fazia parte do programa da Instrução Pública Primária na Província do Ceará. No entanto, os relatórios feitos pelos professores e inspetores chamavam a atenção para o adiantamento dos alunos na Doutrina Cristã que possivelmente se referia à esta matéria.

Em 15 de abril de 1872, de acordo com o professor público primário da povoação chamada Saco de Orelha³⁷⁵, atual município de Ererê, Antonio Augusto de Peixoto Alencar, o inspetor local Pe. Daniel Fernandes de Moura sentenciou o seguinte a respeito de sua aula:

Que examinando alguns alumnos em catecismo achou adiantamento n'elles; que o professor continuasse a levar os alumnos á Egreja; que finalmente, estava satisfeito com o zelo do respectivo professor visto como, tem desempenhado com louvor os mistérios de sua profissão.³⁷⁶

O documento não menciona se os alunos foram examinados em outras matérias além do ensino do catecismo. Na citação, o verbo “continuar”, em “pediu que continuasse a levar seus alunos a igreja” demonstra que na inspeção ou o professor foi interrogado quanto se conduzia as crianças aos ritos católicos ou o professor apresentou como justificativa de estar cumprindo com seus deveres o argumento de que ia com seus alunos a igreja, sendo a posição do inspetor a de que “continuasse” a fazer tal ato.

É importante assinalar que no século XIX integrantes da Igreja Católica estavam no interior do funcionalismo público exercendo diversas funções. Homens de política e de letras integravam as experiências de muitos padres no período Imperial. Era função dos

³⁷³ CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Vila do Limoeiro, 1888. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Vila de Limoeiro, Data Crônica: 1888. BR. CEAPEC. IP. PP. CO. RE. 72/CAIXA: 59.

³⁷⁴ CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Saco de Orelha, 1872. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Saco do Orelha, Data Crônica: 1872. BR. CEAPEC. IP. PP. CO. RE. 118/CAIXA: 61.

³⁷⁵ Distrito criado com a denominação de Saco de Orelha pela lei estadual n. 1. 135, de 24-11-1864 e por ato provincial de 22-061869. Pelo decreto-lei estadual de n. 1. 519 de 30-07-1918 o distrito de Saco de Orelha passou a denominar-se Ipiranga e em 30-12-1943 pelo decreto-lei estadual n. 1. 114 este distrito passou a denominar-se Ererê. Em 28-091962 é elevado à categoria de município com a denominação de Ererê pela lei estadual n. 6. 072. Fonte: IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Acesso: [ehttp://ibge.gov.br/cidadesat/painel/historico.php?lang=&codmun=230427&search=ceara%7Cerer%7Cinfograficos:-historico](http://ibge.gov.br/cidadesat/painel/historico.php?lang=&codmun=230427&search=ceara%7Cerer%7Cinfograficos:-historico)

³⁷⁶ CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Saco de Orelha, 1872. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Saco de Orelha, Data Crônica: 1872. BR. CEAPEC. IP. PP. CO. RE. 118/ CAIXA: 61.

párocos, por exemplo, fazer os atestados de moralidade civil e religiosa para que os aspirantes ao magistério se inscrevessem em concursos de cadeiras públicas e, ainda, por vezes, atestavam o estado de saúde dos que desejavam se inscrever nos referidos concursos, exercendo funções que competiam a um médico.

No interior da Instrução Pública Primária da Província do Ceará, muitas vezes as funções de inspetor escolar eram exercidas por vigários. No caso relatado acima, o inspetor local era um padre. Desse modo, vê-se claramente que o que era inspecionado e dado publicidade nos termos de visitas estava diretamente relacionado à posição que os inspetores ocupavam na sua vida social. Chamar a atenção para que o professor continuasse a levar seus alunos à igreja não estava presente como norma no regulamento da instrução pública do período, mas era legitimado pela autoridade que os inspetores exerciam sobre o que deveria ser feito e o que deveria ser excluído dos procedimentos dos professores, como medida de não serem denunciados e considerados destituídos de moral civil e religiosa para exercerem as funções de professor público primário.

Nesse sentido, as posições e o lugar social desses sujeitos interferiram e estiveram presentes nas relações sociais entre os sujeitos que compunha a Instrução Pública Primária naquele momento. Nas inspeções que os inspetores escolares faziam às aulas públicas primárias, por exemplo, os aspectos religiosos estavam presentes como requisitos fundamentais para a elaboração de um relatório a ser entregue ao inspetor geral e ao diretor da instrução pública como mecanismo para que o professor não sofresse punições acerca do cumprimento de seus deveres no magistério. As vozes desses sujeitos ressoaram e muitas vezes em seus relatórios se colocaram na posição de inspetor e também de vigário para acusarem professores de não cumprirem as leis e normas exigidas em sua função.

O que era observado no comportamento dos professores pelos inspetores estava relacionado ao seu lugar social, ao seu lugar de pertencimento, ou seja, estava marcado pelo lugar de inspetor que ocupava com seus deveres e, portanto, com um olhar direcionado a atender para determinados aspectos das funções de professor, mas também estava marcado pelas funções que os inspetores ocupavam na sua vida social e política, como a posição de vigário, representante do poder espiritual.

Quando os professores escreviam os ofícios ao Inspetor Geral da Instrução Pública registrando a visita do Inspetor Local davam uma maior importância em informar que este achou seus alunos adiantados no ensino da Doutrina Cristã. Contudo, por que era dada tanta importância em informar somente o que se referia ao desenvolvimento das crianças nos ensinamentos da doutrina cristã católica?

Na ocasião dos exames que os inspetores submetiam os alunos, os professores também eram alvos de seu olhar vigilante. Os alunos deveriam ser examinados nos ensinamentos das disciplinas do programa da instrução primária a fim de saber se estavam aptos nos conteúdos exigidos nas matérias. Os resultados dos exames apresentavam-se, portanto, como parte do cumprimento dos deveres dos professores no magistério que era promover o aprendizado nos ensinamentos das disciplinas.

Se apresentando não apenas na posição de “vigia”, o trabalho dos inspetores não se restringia apenas em observar e registrar o andamento das aulas, pois levavam consigo os procedimentos corretos que os professores deveriam apresentar no exercício de suas funções. Assim, os inspetores exerceram a função de agentes com a “missão” de levar aos professores e aos alunos os procedimentos que deveriam ser externados e aqueles que não deveriam fazer parte do cotidiano das aulas e nem de sua vida particular.

No interior da instrução pública, os professores apareciam na mira dos mecanismos de fiscalização e, ao mesmo tempo, como instrumento ou agente do Estado no projeto civilizatório em que estava inserida a Instrução Pública. Logo, os professores, seriam instrumentos fundamentais na debelação da ignorância. Para isto, irão criar imagens compatíveis ou que procurassem atender as exigências desse “projeto”.

Agindo como testemunhas oculares, haja vista suas idas às aulas, os inspetores fiscalizavam a fim de controlar e normatizar determinados comportamentos e condutas dos professores e alunos. Testemunhavam uma dada realidade e selecionavam aquilo que deveria ser registrado e informado ao inspetor geral, ao diretor e presidente da Província.

As visitas dos inspetores às aulas era um momento de autorrepresentação dos professores, que passava pelos comportamentos, procedimentos e exercício das funções. Nesse momento, os mestres procuravam construir representações de si como apto ao exercício do magistério que incluía imagens de sacrifício, sacerdócio e abnegação em prol do progresso da instrução pública e da formação das crianças.

Nesta direção, a forma pela qual a sala de aula se apresentaria a quem fosse visitá-la constituiu item das preocupações dos professores. Nos seus ofícios acerca dos objetos e utensílios que necessitavam em suas aulas eram constantes os pedidos de quadros com a imagem do Senhor apresentando o uso e importância deste na sala: para que a aula se tornasse mais respeitosa aos alunos e a qualquer pessoa que fosse visitá-la³⁷⁷. Essa questão nos faz

³⁷⁷ CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Vila de Quixadá, 1873. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Vila de Quixadá, Data Crônica: 1873. BR CEAPEC IP PP CO RE 66 (110)/CAIXA: 58.

pensar sobre dois aspectos: a importância do quadro do Senhor poderia estar relacionada não apenas a representação que os professores procuravam construir do espaço da sala de aula como ambiente onde predominava o respeito e despertava confiança a quem fosse visitá-la, mas também poderia estar ligada à intenção de procurar incutir nos alunos a disciplina e o respeito ao seu mestre, na medida em que o ambiente com a imagem do Senhor representada pelo Cristo Crucificado imporia um certo temor e respeito para com aquele ambiente.

No que concerne às imagens de sacrifícios e abnegação, o perfil apresentado pelo professor público primário da Povoação de Goyaninha, da Comarca do Crato, Ignacio Rufino de Moura, explica bem essa questão. O referido professor em ofício ao Diretor Geral da Instrução Pública, João Augusto da Frota, em 17 de abril de 1880, afirmou o seguinte sobre as acusações feitas a seu respeito:

Passando pois á responder, cumpre-me declarar a VS^a que tais acusações não são mais do que negras calúnias que me faz um coração baixo movido de desgostos particulares, que pouco ou nada se importa pelo progresso da Instrução; tudo para provar que a vida de um empregado publico é um contínuo martyrio. Tenho o prazer de scientificar a VS^a que no cumprimento de meus deveres não perco de vista Deus e a sociedade publica, e esmero tanto pelo progresso do meu ensino, que em horas vagas applico-me em ensinar musica gratuitamente a alguns de meus alumnos.³⁷⁸

De um lado, o professor se apresentava como alguém interessado no progresso da Instrução, sendo as calúnias feitas a seu respeito como parte daquilo que se apresentava como obstáculo ao desenvolvimento do ensino e, ao mesmo tempo, como um dos aspectos presentes na vida de um funcionário público: o martírio. Nesse sentido, mesmo com as dificuldades encontradas no exercício das funções de professor primário, o “não perder de vista a Deus e a sociedade pública” anunciava os esforços feitos pelo professor Ignacio Rufino para ver progredir a Instrução.

O professor Ignacio Rufino afirmou ainda que, em consequência da seca, mandou fazer plantações por pessoas particulares e que nas horas vagas se fazia presente a fim de dar as determinações necessárias. Esta iniciativa era para garantir sua subsistência, alegou o professor. Argumentou ainda que com a falta de instrução na localidade, nas horas vagas prestava favores em escrituração e contabilidade a quem o pedisse. Desse modo, o referido professor foi acusado por “um senhor” que residia na localidade de estar se ocupando em

³⁷⁸ CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Crato, 1880. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Crato, Data Crônica: 1880. BR CEAPEC IP PP CO RE 28 (477)/CAIXA: 55.

atividades estranhas ao magistério, ato não permitido para um professor público primário de acordo com as leis que regia a instrução pública.

As atividades de escrituração e contabilidade foram apresentadas pelo professor Ignacio Rufino como “favores” prestados a qualquer pessoa que o solicitasse. Aqui, a ideia de “favor” trazia, ao mesmo tempo, o aspecto do “sacrifício”, uma vez que mesmo com as dificuldades que apareciam no exercício de suas funções, como sua própria situação econômica, apresentada pelo professor como tendo que recorrer à construção de plantações para sua subsistência, restava ainda a disposição para servir à sociedade pública. Nesse sentido, o professor procurou justificar que suas atividades nas plantações e nos serviços de escrituração e contabilidade eram realizadas nas horas vagas, ou seja, não atrapalhavam sua função de professor público primário, e, ainda, que os argumentos das acusações feitas a seu respeito não se firmavam, ou seja, não poderiam “incriminá-lo”, pois não cobrava pelos serviços. O fato é que cobrando ou não pelos serviços prestados ou se suas plantações eram para sua subsistência ou uma espécie de “negócio”, o professor Ignacio Rufino transformou as “acusações” em “favores”, construindo, assim, uma imagem de abnegação e martírio, em que a função de professor era marcada por adversidades que procuravam “interromper” o progresso da instrução.

Nas inspeções às aulas públicas primárias observa-se uma certa insistência por parte dos professores em apresentar às autoridades responsáveis pela instrução pública que em suas funções não perdia de vista seus deveres religiosos. Aqui, os deveres religiosos e a função de professor no interior da instrução pública estavam intrinsecamente relacionados, e, muitas vezes, o exercício dos deveres religiosos, ou seja, de ser um bom cristão, de apresentar virtudes e comportamentos condizentes com os princípios pregados pela Igreja para a vida dos sujeitos confundia-se com os próprios deveres que os professores deveriam cumprir no exercício do magistério.

Nesse sentido, vida particular e vida pública estavam inteiramente sobre a mira dos mecanismos de inspeção. Os comportamentos dos professores constituíram alvos dos inspetores escolares, dos familiares e de outros professores que manifestavam interesses diversos em denunciar seus “colegas de profissão”, como os interesses nas cadeiras públicas primárias. Os professores, portanto, não deixaram de construir no interior da instrução pública táticas para se apresentarem como “aptos” e “preparados” para o exercício de suas funções. Várias vezes nos seus ofícios associaram o cumprimento de seus deveres no magistério com o adiantamento das crianças na Doutrina Cristã e o “não perder de vista a Deus” como forma de chamar a atenção do destinatário para afirmar que não estavam faltando com seus deveres.

Desse modo, esses aspectos revelam o caráter com que foi construída a Instrução Pública na Província, fortemente baseada nos princípios e normas designados pela Igreja para a vida dos sujeitos. Nesse sentido, a Igreja Católica esteve presente no ensino público não apenas através da matéria Instrução Moral e Religiosa, muitas vezes chamada pelos professores como “Doutrina Cristã”, mas nos próprios princípios em que foram construídos os regulamentos e regimentos que organizaram a instrução pública e os significados dados para a construção do modelo de professor “ideal” que atuaria como agente na debelação da ignorância.

O ensino da Doutrina Cristã, como vimos nos capítulos anteriores, proporcionaria não apenas o aprendizado de uma doutrina, mas também por meio da referida matéria se inculcaria princípios, valores e normas com o objetivo de promover, sobretudo, a ordem e a harmonia nas relações sociais. Assim, nas visitas feitas pelos inspetores a ênfase em apresentar às autoridades se as crianças estavam adiantadas ou não na doutrina cristã estava muito mais relacionada à formação do caráter por meio da referida matéria do que a soma de conhecimentos referentes à doutrina cristã católica.

Para as autoridades responsáveis pelo ensino público primário, o adiantamento dos alunos neste ensino era sinônimo de que os professores estavam cumprindo com suas funções no magistério. E isso foi apropriado pelos professores como forma de prestar contas à Inspeção e à Diretoria da Instrução a respeito de que estavam cumprindo seus deveres.

Nos ofícios, os professores além de informarem sobre o andamento das aulas, tratavam de deixar o Inspetor da Instrução Pública a par dos esforços empregados para despertar em seus discípulos a aplicação necessária ao estudo, fazendo-os compreender os seus deveres, a fim de reinar na aula união, progresso e moralidade, “sem o que não poderia a educação ser perfeita”³⁷⁹. Observa-se através dos ofícios, a preocupação em informar que em suas aulas as crianças aprendiam a respeitar a Deus e a serem obedientes às autoridades constituídas e que pretendiam em suas aulas arrancar a ignorância moral, religiosa e literária³⁸⁰.

No ofício do professor Ignacio Rufino, relatado em parágrafos anteriores, vê-se que se procurou apresentar a ideia de que o sacrifício e a abnegação eram características presentes no exercício de suas funções, pois em seu tempo livre estava ministrando aulas, e,

³⁷⁹ CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Monte-mór, 1877. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Monte-mór, Data Crônica: 1877. BR CEAPEC IP PP CO RE 42/CAIXA: 56.

³⁸⁰ CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Crato, 1873. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Crato, Data Crônica: 1873. BR CEAPEC IP PP CO RE 28/CAIXA: 55.

ainda, sem cobrar qualquer quantia aos alunos. Ignacio Rufino tentou, portanto, influenciar as opiniões dos inspetores por meio da insistência em construir uma imagem de comprometimento e zelo com a “missão” a ele confiada.

Em outros momentos, os professores reivindicavam junto à Inspetoria e à Diretoria da Instrução a situação de precariedade em que se encontravam suas aulas, relatando as dificuldades em exercer suas funções devido à falta de materiais. Será que os professores ao reivindicarem suas gratificações e seus vencimentos ou quando se queixavam das situações precárias em que se encontravam suas aulas não estavam, ao mesmo tempo, tentando romper com a imagem de sacrifícios e sacerdócio em que a “docência” estava envolvida?

De um certo modo, vê-se que nesse momento a questão não era romper com a imagem de sacrifício e sacerdócio, mas fazer com que melhorias fossem realizadas no âmbito da instrução pública para que conseguissem exercer “bem” suas funções, ou seja, reivindicavam a prática daquilo que lhe era de direito e estabelecido nos regulamentos e regimentos da instrução pública a fim de que tivessem os meios necessários para exercerem seu “sacerdócio”.

Os mecanismos de fiscalização das aulas na Província do Ceará não foram colocados em prática somente pelas autoridades da Instrução Pública, mas também pelas famílias que de alguma forma procuraram intervir na educação de seus filhos ou pela comunidade que vigiava e se valia de instrumentos de fiscalização, como os abaixo-assinados. Aqui, ressalta-se que o olhar observador e interventor dos sujeitos denunciava e tornava público determinados procedimentos dos professores nas aulas, bem como na sua vida particular.

Afora as visitas dos inspetores, os abaixo-assinados feitos pelos pais dos alunos e os ofícios escritos pelos professores comunicando ao inspetor geral a visita dos inspetores locais compunham os mecanismos de fiscalização das aulas públicas primárias. Os ofícios e abaixo-assinados produzidos por meio da palavra escrita representavam uma documentação fruto dos dispositivos de inspeção utilizados pelo trabalho vigilante e disciplinador dos pais, inspetores e professores.

Nesse momento, o sistema de inspeção exerceu a tarefa de manter sob o controle do presidente da Província não apenas os professores e alunos, mas também os pais, na medida em que por meio dos regulamentos e regimentos era estabelecida a obrigação escolar sob pena de cobrança de multas aos pais que infringissem tal medida. Nesse sentido, a organização da inspeção atuou como instrumento do Estado no controle da própria Província. Logo, as cadeiras de ensino primário espalhadas pela capital e pelo interior, muitas vezes

ministradas nas casas dos professores, necessitariam da intervenção do Estado, uma vez que, voltada para a instrução das *camadas populares*, o sistema de inspeção instituído pelas elites dirigentes funcionaria como instrumento de controle, como parte do projeto em que estava inserida a Instrução Pública tida como alavanca para o progresso material e moral.

Os instrumentos de fiscalização utilizados pelos inspetores escolares organizavam o próprio funcionamento da instrução pública, visto que relatórios eram feitos e enviados ao inspetor e ao diretor informando o funcionamento desta, bem como procuravam fazer com que as medidas estabelecidas nos regulamentos fossem efetivadas na prática escolar através da imposição de uma série de normas que buscavam interferir nas funções dos professores e deveres dos alunos com a intenção de atingir os comportamentos, os procedimentos e as atitudes.

As inspeções, portanto, serviram também como meio de construção de um modelo de professor através de mecanismos que tentavam controlar, organizar, disciplinar as relações entre os sujeitos (professores, alunos, pais, inspetor, diretor). A aparelhagem de inspeção serviu ainda como meio de participação de diferentes “instâncias” nos rumos do funcionamento das aulas públicas primárias. Assim, não apenas os inspetores contribuíram na formação de um “modelo ideal” de professor, muitos pais de alunos também se colocaram enquanto sujeitos capazes de utilizar mecanismos de fiscalização para interferir na educação de seus filhos. Por residirem nos locais onde os professores lecionavam, para os inspetores as famílias eram “testemunhas chaves” nos atos e procedimentos dos mestres. Logo, os abaixo-assinados feitos pelas famílias e também por outros professores eram aceitos pelos inspetores locais como mecanismo de denúncia dos comportamentos dos professores. Desse modo, tiveram participação fundamental nos processos disciplinares que envolveram muitos mestres.

Nesta direção, na Instrução Pública Primária não foram raros os casos de professores que denunciaram às autoridades responsáveis pelo ensino público na Província sujeitos que aspiravam as cadeiras públicas primárias. Como é o caso do professor da 2ª Cadeira do Aracati, Jozé Achilles Carlos Barata, que em ofício ao diretor do Liceu do Ceará, José Lourenço de Castro e Silva, em 8 de agosto de 1872, diz o seguinte:

Constando-me que o senhor Vicente Marques da Silva que requireo ou pretende requerer perante VS. uma licença para ensinar 1ª letras desta Cidade e como o dito pode, de alguma forma, illaquear a boa fé de VS. na concessão da predita licença, vou por meio do presente levar ao conhecimento de VS. que o pretendente não pode absolutamente conseguir dita licença, visto ser menor de 20 annos: art. 68 do Reg. de 2 de janeiro de 1855. Além disso, quando não houvesse lei que o vedasse ocorre que o pretendente, obedecendo docilmente aos influxos de sua mocidade, jamais

poderá dar a mocidade uma educação baseada nos sãos princípios da Religião, respeitando a sociedade a quem pertencemos e tendo horror ao vício.³⁸¹

A justificativa utilizada pelo professor Jozé Achilles foi a de que Vicente Marques, por ser menor de vinte anos, não poderia conseguir a licença, haja vista que, de acordo com o professor, sua idade o impossibilitava de dar a “mocidade” uma educação baseada nos princípios religiosos e, ainda, de acordo com a lei, de exercer a função de professor público primário, pois era necessário ser maior de vinte anos. Assim, para o professor Jozé Achilles seria um verdadeiro desastre entregar o ensino da mocidade a quem em vez de combater com severidade os vícios iria tolerá-los na intenção de adquirir como prosélitos os mesmos alunos³⁸². Tal justificativa pode ter sido utilizada com interesses diversos, mas o fato é que um professor informar ao diretor do Liceu que o aspirante ao magistério não poderia obter licença para lecionar traduz o próprio interesse na cadeira. Assim, as denúncias contra professores no interior da Instrução Pública no século XIX muitas vezes foram feitas por outros mestres com a intenção de que fossem removidos de sua cadeira. Nas acusações, a intenção era além de dar publicidade às autoridades responsáveis pelo ensino público, informando os atos e procedimentos que tornavam incapaz de exercer a função de professor os que desejavam obter licença para ensinar primeiras letras na Província, apresentar os integrantes de sua família como aptos ao exercício do magistério para ocupar as referidas funções. Dessa forma, os próprios professores se colocaram como “fiscalizadores” de suas ações e construíram significados acerca do que deveria estar presente nos procedimentos dos mestres, bem como daquilo que os impediriam de exercer suas funções. Atuaram, portanto, como agentes cujas ações procuravam legitimar e tornar efetiva as normas presentes nas leis relativas à instrução pública, apresentando diversos interesses.

4.2 Professor público primário: exemplo de moralidade e “agente da civilização”

“Eis porque vejo na Escola um bem, o futuro, a vida! Do deserto – isto consola – surge a Terra Prometida!”. As palavras de Justiniano de Serpa no poema *A Escola* publicado na revista *A Quinzena*³⁸³, órgão do Clube Literário³⁸⁴, em 15 de janeiro de 1887, mostravam a

³⁸¹ CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Aracati, 1873. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Aracati, Data Crônica: 1873. BR CEAPEC IP PP CO RE 10 01 (160)/CAIXA: 52.

³⁸² *Ibid.*

³⁸³ A Quinzena (1887-1888) revista de caráter filosófico, científico e literário; de tiragem quinzenal foi órgão do Clube Literário, “formado por integrantes do movimento abolicionista cearense como Guilherme Studart, Antonio Martins, Antonio Bezerra, Justiniano de Serpa, João Lopes, e outros como Rodolfo Teófilo, Paulino

opinião construída pelo autor em relação ao papel da escola na vida social dos sujeitos. Nas últimas décadas do século XIX no Ceará, vários sujeitos que exerceram funções no interior da Instrução Pública na década de 1880 como Francisca Clotilde³⁸⁵, José de Barcellos³⁸⁶ e Amaro Cavalcanti³⁸⁷ encabeçaram discussões, principalmente por meio de periódicos existentes na Província como a revista *A Quinzena* e o jornal *Cearense*, e discutiram acerca dos métodos mais adequados para a elevação intelectual e moral do *povo*. Por meio de ofícios enviados às autoridades responsáveis pelo ensino público, reivindicaram aumento nos seus vencimentos e demonstraram preocupação com as condições materiais das aulas públicas primárias.

Esses sujeitos manifestaram suas ideias por meio da palavra impressa e escreveram ofícios ao Inspetor Geral da Instrução Pública, reivindicando melhorias nas condições por conta da precariedade em que se encontrava o ensino público primário na Província. Apontando caminhos e, ao mesmo tempo, se colocando enquanto colaboradores no progresso do país, esses sujeitos se envolveram em questões pertinentes a seu tempo como os debates em torno da educação e instrução das crianças como necessidade fundamental para o país alcançar o progresso material e moral.

Desse modo, esses sujeitos identificaram a escola como espaço onde se poderia plasmar visões de mundo e modelar condutas e não apenas contribuíram para os debates sobre a educação imperial, mas, principalmente, disputaram entre si ideias, opiniões e propostas

Nogueira e Abel Garcia. Escreveram também nesta revista Antonio Sales e Francisca Clotilde”. Para mais informações ver: CARDOSO, Gleudson Passos. **As repúblicas das letras cearenses: literatura, imprensa e política (1873-1904)**. Dissertação (Mestrado em História Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2000, p. 256.

³⁸⁴ De acordo com Gleudson Cardoso, o Clube Literário (1887-1889) foi agremiação literária que congregou boa parte dos intelectuais abolicionistas na capital. Para mais informações ver: CARDOSO, Gleudson Passos. **As repúblicas das letras cearenses: literatura, imprensa e política (1873-1904)**. Dissertação (Mestrado em História Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2000, p. 83.

³⁸⁵ Francisca Clotilde Barbosa Lima entrou para o magistério cearense em junho de 1882, foi professora da Escola Normal de Fortaleza até março de 1890. “Redigiu em 1888 com Duarte Bezerra e Fabricio de Barros a *Evolução*, jornal Científico e Literário”. Colaborou em jornais do Estado, como *O Libertador* e *A Quinzena*. Para mais informações ver: **Dicionário Bio-bliográfico Cearense de Barão de Studart**. Fortaleza: Typo-Lithographia a vapor, 1910, Tomo I, p. 279.

³⁸⁶ Foi professor adjunto das escolas primárias de Fortaleza e em 1881 seria designado para reger a cadeira de Pedagogia e Metodologia da Escola Normal e posteriormente seria nomeado o primeiro diretor da mesma; redigiu o Regulamento da Instrução Pública Primária de 12 de outubro de 1881; foi enviado à Europa, pelo então presidente Pedro Leão Veloso, para estudar os métodos e processos de ensino primário aplicáveis à Província onde permaneceu no período de outubro de 1881 a outubro de 1882. Para mais informações ver: VALDEZ, Alba. Uma grande figura da história educacional cearense. **Revista do Instituto do Ceará**, Tomo LXII, p. 166-179, 1952.

³⁸⁷ Professor de latim em Baturité e no Liceu de Fortaleza. Foi Diretor do Liceu e Inspetor Geral da Instrução Pública do Ceará entre 1881 e 1883. Para mais informações ver: **Dicionário Bio-bliográfico do Centro de Documentação do Pensamento Brasileiro (CDPB)**. Acesso: http://www.cdpb.org.br/dic_bio_bibliografico_cavalcantiamaro.html.

políticas para a sua sociedade³⁸⁸. Nesse sentido, para José de Barcellos – que segundo Alba Valdez³⁸⁹, estivera na Bahia em 1866 para estudar a organização da Escola Normal daquela Província e foi enviado a Europa em 1881 para estudar os métodos e processos do ensino primário aplicáveis à Província –, Pestalozzi, pedagogo suíço, era autor da ideia mais fecunda dos tempos modernos: a regeneração dos povos por meio da educação elementar.³⁹⁰

Nas últimas décadas do século XIX, as elites política e intelectual se envolveram em discussões acerca da modernização e progresso do país, discutindo sobre o crescimento econômico e a transição para o trabalho livre e trazendo a crença no poder da instrução primária como instrumento de regeneração social e de moralização. Dessa forma, “a crença no poder redentor da educação pressupunha a confiança na instrução como elemento (con) formador dos indivíduos”³⁹¹. Assim, para inserir o país nos rumos de uma nação “civilizada”, a instrução pública primária era tida como espaço para se inculcar novos hábitos às crianças. Estas deveriam ser entregues em braços e consciências “preparadas” para atender ao “projeto civilizador” das elites dirigentes que associavam à instrução primária a responsabilidade da formação intelectual e moral das crianças.

No que concerne aos sujeitos que manifestaram suas opiniões por meio da imprensa, Amaro Cavalcanti, então Inspetor Geral da Instrução Pública, havia viajado em 1881 aos Estados Unidos com o intuito de informar ao Presidente da Província, Pedro Leão Veloso, sobre a organização da instrução primária e das escolas normais e sobre a inspeção do ensino público naquele país. Como já discutimos no primeiro tópico do segundo capítulo desta dissertação, nos meses de setembro e outubro de 1881 o jornal *Cearense* publicou o Relatório de Amaro Cavalcanti contendo as informações observadas. Nesta direção, Cavalcanti, em seu Relatório publicado em 13 de setembro de 1881 no *Cearense*, afirmou o seguinte:

Preparar, pois, o educador é o que urge fazer quanto antes; - de muito pouco ou de quase nada, servirão os bons methodos e os mais excellentes apparatus escolares se

³⁸⁸ SCHUELER, Alessandra. **Experiências profissionais e produção intelectual de professores públicos primários na corte imperial (1869-1889)**. Disponível em: http://www2.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/553Alessandra%20Schueler_Josele%20Teixeira.pdf p. 6124.

³⁸⁹ VALDEZ, Alba. **Uma grande figura da história educacional cearense**. Revista do Instituto do Ceará, Tomo LXII, p. 166-179, 1952.

³⁹⁰ “Pestalozzi”, **A Quinzena**, 15 de junho de 1887, n. 11, p. 81.

³⁹¹ SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos da civilização: a implantação da Escola Primária Graduada no Estado de São Paulo (1890-1910)**. São Paulo; Fundação Editora da Unesp, 1998, p. 26.

estes forem entregues à inteligências incultas ou à braços incapazes de bem manejá-los.³⁹²

No trecho supracitado, os professores, considerados os “arquitetos do porvir”, tinham papel fundamental no bom desenvolvimento da instrução pública primária. No entanto, observa-se nesse momento a ausência de políticas e ações de valorização da carreira docente, haja vista a Escola Normal na Província ter sido fundada apenas em 1884. Assim, entre o discurso de Amaro Cavalcanti sobre a necessidade urgente de “preparar” os professores e a prática havia uma distância, pois, o verbo preparar implicava uma ação que na prática não existia. Na prática, era muito mais exigido dos professores uma conduta impecável, tanto nas aulas quanto em sua vida particular, como critério para exercer as funções de professor público primário, do que a criação por parte do Estado de ações que preparassem e valorizassem os aspirantes ao magistério.

Nesse sentido, nosso objetivo neste tópico é discutir como as exigências por parte da Inspeção, da Diretoria da Instrução Pública e dos pais de família para o cumprimento dos deveres no magistério projetaram-se no cotidiano das aulas e na vida dos professores com uma espécie de “política de controle”, com critérios para o ingresso e permanência no magistério, implicando a produção de um espaço em que as fronteiras do público e do privado dissolviam-se.

A Igreja Católica participou na condução do ensino público no Ceará e influenciou na construção dos regulamentos, das leis relativas à instrução pública e dos próprios currículos escolares no século XIX. As funções de inspetor local, professor e diretor no interior da Instrução Pública, muitas vezes, foram exercidas por padres³⁹³. Os estabelecimentos de ensino público eram inspecionados por funcionários da Instrução Pública que observavam se os professores conservavam os preceitos da moral e da religião. Para os professores exercerem o magistério era necessário ainda que comprovassem sua conduta moral, civil e religiosa, enviando atestados feitos pelos párocos³⁹⁴.

³⁹² “Relatório do Dr. Amaro Cavalcanti”, Seção Instrução Pública, **Cearense**, 13 de setembro de 1881, n. 195, p. 3, 3ª coluna.

³⁹³ Nos documentos do Palácio Episcopal do Ceará é possível evidenciar vigários exercendo a função de inspetor local da Instrução Pública Primária fazendo denúncias “na qualidade de inspetor e vigário” ao presidente da Província contra professores afirmando não “incutirem nenhum respeito aos seus discípulos e nem confiança aos pais de família”. Acervo do Arquivo Público do Estado do Ceará. Fundo: Palácio Episcopal do Ceará. Grupo: Vigários das freguesias do Ceará. Série: Ofícios expedidos pelas diversas freguesias cearenses. Data: 14 de dezembro de 1883, Caixa 02, pacotilha 01.

³⁹⁴ CEARÁ: Regimento Interno das Escolas Primárias da Província do Ceará (1881), V. 3. In: VIEIRA, Sofia Lerche e FARIAS, Isabel Maria Sabino de. (Orgs.). Documentos de política educacional no Ceará: Império e República. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacional Anísio Teixeira, 2006. CD-ROM – (Coleção Documentos da Educação Brasileira). Art. 190 § 2, p. 63.

Imaginemos a complexidade que era na vida particular dos professores pôr em prática o que os párocos atestavam nos documentos a respeito de sua conduta moral e, além disso, permanecerem fiéis a esses atestados num sistema de ensino onde as condições de trabalho eram precárias, sendo constante nas listas de objetos indispensáveis às suas aulas os professores mostrarem as dificuldades em exercer suas funções por falta de objetos como bancos e livros. Nesse momento, são inúmeros os ofícios enviados pelos professores públicos primários à Inspetoria da Instrução solicitando aumentos de seus vencimentos ou o recebimento de suas gratificações.

Muitas das informações colhidas por Amaro Cavalcanti em sua viagem aos Estados Unidos foram incorporadas no Regulamento Orgânico da Instrução Pública de 1881 e, anos depois, influenciou na construção do Regulamento da Escola Normal de 1889. Ao tratar sobre a necessidade de um curso Normal na Província, Cavalcanti apresentou em seu Relatório os modelos de escolas normais americanas que poderiam ser referência para a criação de um curso normal na Província do Ceará. Enfatizou que os aspirantes ao magistério deveriam exibir atestados valiosos de boa conduta civil, moral e religiosa e que a falta desta, durante qualquer tempo do curso, seria motivo de expulsão e incapacidade para ser professor.

No Regulamento da Escola Normal de 1889, observa-se um claro indício das influências das informações coletadas por Amaro Cavalcanti em sua viagem aos Estados Unidos. No Art. 80, “Da Disciplina”³⁹⁵, era dito que “nesta instituição o procedimento dos alunos fora da escola será objeto de particular atenção do diretor e professores para observarem sua capacidade moral”. Os alunos da Escola Normal, portanto, deveriam ter uma boa conduta na sua vida particular como parte do cumprimento de seus deveres como aspirante às funções de professor primário. No entanto, é possível observar que na segunda metade do século XIX vários professores foram denunciados à Diretoria da Instrução Pública e acusados de não ter conduta civil, moral e religiosa, bem como de não cumprir com seus deveres em suas funções, praticando muitas vezes atividades estranhas ao magistério. Mas, o que seriam estas condutas quando se tratava de professores públicos primários?

Os professores deveriam estar preparados para o exercício do magistério, visto que os exemplos dos adultos formariam o caráter das crianças, pois atuariam como modelos nos quais os alunos se espelhariam. Francisca Clotilde, professora da Escola Normal, demonstrou em seu artigo *A educação moral das crianças na escola*, publicado na revista *A*

³⁹⁵ CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Fortaleza, 1889. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Fortaleza, Data Crônica: 1889. BR CEAPEC IP EM CO EX 08/CAIXA: 68.

Quinzena em fevereiro de 1887, a preocupação com essa fase da vida do indivíduo. Segundo Clotilde:

A epocha mais importante da vida, como disse Richter é a da infancia, quando a creança começa a modelar-se por aquelles com quem convive, por isso a influencia do primeiro professor excederá sempre a dos outros; portanto, os pais devem ser cautelosos na escolha d'aquelle que tem de continuar logo depois delles na educação moral e intellectual de seus filhos e nunca entregal-os a uma pessoa destituída de virtudes e incapaz de dar-lhes bons e salutaes exemplos.³⁹⁶

Claramente percebemos nas palavras de Francisca Clotilde que os professores deveriam possuir “virtudes” para exercer as funções de professor primário. A família, a Igreja (o catecismo) e a escola agiriam como espaços de formação das virtudes consideradas essenciais ao cristão. Na vida adulta, portanto, as virtudes construídas nesses espaços, baseadas nos valores cristãos católicos, deveriam estar presentes nas funções de professor primário como forma de estar preparado para exercer este “ofício”.

Na década de 1880 a conduta civil, moral e religiosa dos aspirantes ao magistério constituía principal requisito para exercer as funções de professor primário. No Regulamento Orgânico da Instrução Pública e Particular da Província do Ceará de 1881, no Art. 189, era dito:

Só poderá se propor ao magistério público o cidadão brasileiro, que reunir os seguintes requisitos provados perante o Inspetor Geral:

§ 1. Maioridade legal.

§ 2. Moralidade.

§ 3. Isenção de pena e culpa.

§ 4. Não soffrer enfermidade ou defeito physico.

§ 5. Capacidade Profissional³⁹⁷. (Grifo nosso)

A moralidade nesse momento significava o exercício de uma boa conduta civil e religiosa que incluía a isenção de crimes e viver os valores adquiridos no seio familiar e na Igreja. Estes valores deveriam ser externados nas relações entre os sujeitos. A falta de moralidade impedia o acesso ao exercício do magistério, assim como também era motivo para a perda da cadeira e das funções de professor público primário. Vemos, por meio do Regulamento, que a formação dos professores quanto aos ensinamentos da leitura, da escrita,

³⁹⁶ “A educação moral das crianças na escola”, **A Quinzena**, 15 de fevereiro de 1887, n. 3, p.22.

³⁹⁷ Regulamento Orgânico da Instrução Pública e Particular da Província do Ceará de 1881, Art. 189. Fonte: VIEIRA, Sofia Lerche e FARIAS, Isabel Maria Sabino de. (Orgs.). Documentos de política educacional no Ceará: Império e República. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacional Anísio Teixeira, 2006, v, 3, p. 62.

da aritmética, da gramática, por exemplo, era o último requisito para o exercício do magistério.

A moralidade, ao mesmo tempo, não abarcava apenas os aspectos religiosos, pois observamos que naquele momento ter moral não significava apenas exercer seus deveres de cristão católico ou ter boa conduta. A moral também estava relacionada à prática do respeito às autoridades públicas constituídas e à manutenção da ordem estabelecida.

Nos concursos das cadeiras públicas primárias a moralidade, portanto, estava presente como requisito indispensável. Os atestados de moralidade deveriam ser entregues nos Exames de Capacidade Profissional e também quando a comunidade (família dos alunos e moradores dos lugares em que os professores lecionavam suas cadeiras) observasse que os professores não conservavam boa conduta moral em seu cotidiano. Desse modo, teriam que comprovar junto à comunidade que não estavam faltando com uma boa conduta moral e ainda obter a aprovação desta.

Nos próprios Exames de Capacidade Profissional, mais do que saber se os professores apresentavam conhecimentos nas matérias, claramente é possível observar as tentativas de esquadramento da vida dos aspirantes às funções de professor primário, procurando saber sobre como prosseguiriam nos seus deveres ou sobre o seu comportamento em sua vida particular. No interior dos Exames de Capacidade Profissional, portanto, os conhecimentos nas matérias referentes ao ensino primário, por exemplo, estavam em segundo plano quando se tratava em obter informações sobre a conduta dos professores no cumprimento de seus deveres no magistério.

Em 26 de agosto de 1875, Idalina Tavares de Miranda, pretendendo se inscrever no concurso da 2ª cadeira da cidade da Telha, atual Iguatu³⁹⁸, solicitou ao diretor da Instrução Pública que fosse permitida sua inscrição na referida cadeira. Para isto, enviou as provas realizadas no Exame de Capacidade Profissional. Na sala de exames do Liceu, a candidata foi examinada quanto à análise gramatical e com as perguntas: Quantos são os métodos do ensino? Qual deles é o melhor?; e, ainda, com o tema “Programa” foi perguntado: O que se entende por sacramento? Quantos são os sacramentos? De todos eles qual é aquele de que não se pode prescindir para ser cristão?³⁹⁹

³⁹⁸ Informação obtida no site do IBGE (Instituto de Geografia e Estatística)/Acesso: http://ibge.gov.br/cidadesat/painel/historico.php?codmun=230550&search=ceara%7Ciguatu%7Cinphographics:-history&lang=_ES

³⁹⁹ CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Telha, 1875. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Telha, Data Crônica: 1875. BR CEAPEC IP CO EXM 01 09 (110)/CAIXA: 72.

Assim, é oportuno o questionamento: a pergunta nos Exames de Capacidade Profissional sobre os sacramentos revela a preocupação por parte dos examinadores em saber se os aspirantes ao magistério tinham conhecimento acerca de assuntos referentes à doutrina cristã católica ou especular em relação à prática dos sacramentos na sua vida particular?

No período em questão a influência da Igreja Católica, religião oficial do Império, na vida social de homens e mulheres era bastante forte. Os sacramentos assim como os mandamentos da lei de Deus, de uma certa forma, serviam como uma espécie de “manual” ou “compêndio” onde se mostrava os caminhos a serem seguidos na obediência a Deus e a Igreja. A especulação acerca dos sacramentos evidencia a preocupação em saber, sobretudo, se os aspirantes ao magistério praticavam seus deveres religiosos, que passava pela vivência e prática das virtudes cristãs e da doutrina cristã católica.

O comportamento e procedimentos dos professores na sala de aula e na sua vida particular foram objeto de observação por parte de professores, inspetores escolares e pais de família. Quando um professor perdia a confiança dos pais de família da localidade em que lecionava ou morava era um sinal de que não estava cumprindo com seus deveres no magistério ou que seu comportamento incomodava os pais dos alunos. Foi o que aconteceu com o professor público primário da Vila de Quixadá, atual cidade de Quixadá, João Capistrano de Souza Vasconcellos, que em novembro de 1873 foi acusado pela Câmara Municipal de estar “se desviando do trilho do dever e da honra atirando-se como um louco no plano inclinado de vícios e abusos perdendo a força moral com seus alunos e a confiança dos pais de família”⁴⁰⁰.

Mas o que significava um professor público primário desviar-se do “trilho do dever e da honra”? As justificativas da Câmara Municipal para a referida afirmação consistiam em acusar o professor João Capistrano de ausentar-se de sua cadeira sem licença para ocupar-se em negócios estranhos à sua profissão, como a advocacia, de aplicar a quantia recebida para as despesas com os “alunos pobres” em seu próprio proveito e de gastar o dinheiro recebido da Coletoria para a compra de utensílios para sua aula e, ainda, de viver amasiado com uma escrava. Para a Câmara Municipal de Quixadá:

A base da civilização de um povo é a boa educação da mocidade, também é certo que um professor que não tiver a precisa capacidade, isto é conhecimentos,

⁴⁰⁰ CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Quixadá, 1873. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Quixadá, Data Crônica: 1873. BR CEAPEC IP CO QX 01 39 (2)/CAIXA: 48.

moralidade e vocação para o ensino, não poderá jamais transmitir aos discípulos seu benéfico enfluxe, e n'este cazo se acha o professor público desta villa.⁴⁰¹

As justificativas da Câmara Municipal de Quixadá para afirmar que o professor João Capistrano estava se desviando do “trilho do dever e da honra”, além de não possuir moralidade e vocação para o exercício do magistério, nos faz pensar: que moral é essa pretendida pelas elites política e intelectual nesse momento?

Observa-se que as ações ou comportamentos que entrassem em confronto com a ordem estabelecida, no caso do professor João Capistrano, que entrassem em choque com aquilo que era considerado dever do professor, eram tidos como atos destituídos de moral, e, portanto, que impossibilitariam o exercício da função de professor primário. O sujeito que fugisse dos padrões da época, acumulando, portanto, em sua vida particular toda a extensão de fuga das normas impostas, era identificado como um indivíduo “sem caráter” e sem moral. Nesse sentido, “por ultrapassar os limites entre o permitido e o proibido, era repreendido, julgado e punido.”⁴⁰²

No trecho supracitado, um professor estaria apto a lecionar se possuísse conhecimentos, vocação e moralidade. Contudo, na mesma denúncia, os conhecimentos referentes às matérias ensinadas eram colocados em segundo plano quando se pensava a formação das crianças. Os professores deveriam reunir mais do que conhecimentos nas matérias ensinadas. A Inspeção Literária de Quixeramobim, respondendo as informações pedidas pela Diretoria da Instrução Pública acerca do professor João Capistrano reitera o seguinte:

Se aquelles que se dedicação ao magisterio e a quem a sociedade tem confiado a direção e ensino da mocidade, devem revestir alguma coisa mais que a simples aptidão intelectual ou literaria, isto é, se o professor ás habilitações intellectuais deve reunir predicados morais; o professor Capistrano está um pouco longe de attingir essa importante e profícua reunião.⁴⁰³

Desse modo, os conhecimentos referentes às matérias eram considerados “simples aptidão intelectual” e não eram suficientes para ser professor público primário. Os

⁴⁰¹ CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Quixadá, 1873. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Quixadá, Data Crônica: 1873. BR CEAPEC IP CO QX 01 39 (2)/CAIXA: 48.

⁴⁰² CARNEIRO, Maria Luiza Tucci Carneiro. **Livros proibidos, ideias malditas:** o DEOPS e as minorias silenciadas. São Paulo; Ateliê Editorial, PROIN – Projeto Integrado Arquivo do Estado/USP: Fapesp, 2002, p. 22.

⁴⁰³ CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Quixadá, 1873. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Quixadá, Data Crônica: 1873. BR CEAPEC IP CO QX 01 39 (2)/CAIXA: 48.

“predicados morais” deveriam ser apresentados como forma de estar preparado para o exercício do magistério. O professor, portanto, deveria funcionar mais como um agente disseminador de uma mentalidade moralizante do que como um difusor de conhecimentos e para isto deveria ser vigiado e fiscalizado⁴⁰⁴.

A preocupação com a formação moral de homens e mulheres esteve presente durante todo o século XIX nas leis e regulamentos que procuraram organizar a Instrução Pública na Província⁴⁰⁵. Por meio destes documentos, é possível observar que para as elites dirigentes os professores deveriam manifestar rigidamente uma disciplina de si, expressando “hábitos de aceio, de limpeza, de ordem, de comportamento, gentileza de expressões e maneiras”⁴⁰⁶. O Exame de Capacidade Profissional de Juvêncio da Costa Lobo, em 14 de janeiro de 1876, revela bem essa questão.

Juvêncio da Costa Lobo, candidato ao magistério público primário, foi examinado quanto à análise gramatical, discorreu acerca do tema “Notícia sobre a cidade de Aracaty” e sobre as obrigações do professor para com seus alunos ponderou o seguinte:

Deve, pois o professor ser docil e affavel para com seus discipulos quer admoestando-os; quer punindo-os. Deve ter em vista em primeiro logar não dar motivo a que elles desanimem, nem aborreção a escola; não escandalisal-os; contribuir para com sua moralidade e para com sua felicidade⁴⁰⁷. (Grifo nosso)

Além dos comportamentos que fugiam dos padrões impostos serem considerados atos destituídos de moral, a moral abarcava todo um manancial de civilidade, de boas maneiras e costumes⁴⁰⁸. Os Exames de Capacidade Profissional, além de avaliarem os candidatos, constituíam um meio de inculcar determinados valores e preceitos e de incutir nos ânimos dos candidatos as características indispensáveis ao professor no exercício de suas funções. Por meio dos exames de capacidade profissional as autoridades responsáveis pela instrução pública (inspetor, diretor e presidente da Província) apresentavam aos aspirantes ao magistério um conjunto de normas e preceitos que deveriam ser observados. A vivência

⁴⁰⁴ VILLELA, Heloisa. O mestre-escola e a professora. In: LOPES, Eliane; VEIGA, Cynthia; FARIA FILHO, Luciano M. **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011, p. 126.

⁴⁰⁵ SILVA, Bárbara Eliza Soares. **Uma história da educação: a invenção da Instrução Pública na Província do Ceará (1858-1889)**. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012, p. 44.

⁴⁰⁶ Regimento Interno das escolas públicas primárias da Província do Ceará de 1881, Art. 25 “meios disciplinares/ recomendações”, § 6º. Fonte: Fonte: VIEIRA, Sofia Lerche e FARIAS, Isabel Maria Sabino de. (Orgs.). Documentos de política educacional no Ceará: Império e República. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacional Anísio Teixeira, 2006, v. 3.

⁴⁰⁷ APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Fortaleza, Data Crônica: 1876. BR CEAPEC IP CO EXM 01 09 (60)/CAIXA: 72.

⁴⁰⁸ SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos da civilização: a implantação da Escola Primária Graduada no Estado de São Paulo (1890-1910)**. São Paulo; Fundação Editora da Unesp, 1998, p. 179.

destes valores e normas nas aulas e na vida particular concretizaria o “projeto” de formação do indivíduo baseado na obediência e na disciplina. Nesta direção, a preocupação por parte das elites dirigentes com o trabalho dos professores “estava muito mais voltada ao potencial que estes desempenhavam como agente da administração responsável pela difusão de um modelo de sociedade do que pelos conhecimentos básicos dos conteúdos aplicados no dia-a-dia da sala de aula”⁴⁰⁹.

No Regulamento Orgânico da Instrução Pública e Particular da Província do Ceará de 1881, um dos deveres dos professores públicos constituía em “trabalhar fielmente para o desenvolvimento intelectual e moral dos alunos, inculcando-lhe, pela palavra e pelo exemplo, princípios de verdade, de honradez, de patriotismo e a prática das virtudes cristãs”⁴¹⁰. Observa-se que não bastava na sala de aula o professor usar da palavra falada e da palavra escrita por meio dos catecismos da doutrina cristã, principalmente, para direcionar as crianças à prática das virtudes, este aspecto deveria estar combinado à prática do bom exemplo que deveria apresentar em sua vida particular.

O comportamento dos professores públicos primários no cumprimento de seus deveres no magistério constituiu assunto abordado com frequência nos ofícios feitos pelos inspetores na década de 1880 quando informavam ao diretor da Instrução Pública o andamento das aulas públicas primárias. As análises dos inspetores traziam os professores como protagonistas na construção da “civilização” do país.

O termo “civilização” no Brasil Imperial, segundo Martha Abreu, foi bastante utilizado pelas elites política e intelectual. Médicos, professores, literatos, juristas, polícia e religiosos utilizaram o termo em seus discursos ao chamar a atenção para o fato da necessidade de mudanças que deveriam ser implementadas para que o país avançasse no progresso e “civilização”. De acordo com a autora, nos dicionários de época, “‘civilidade’ significava ‘cortesia’, ‘urbanidade’, ‘polidez’, ‘boa educação’, ‘boas maneiras’, ‘delicadeza’, ‘etiqueta’, ou seja, tudo que se opunha à rusticidade grosseira dos setores sociais mais baixos”⁴¹¹. Segundo Martha Abreu, “as razões e os motivos da civilização tornaram-se uma obsessão a ser perseguida pelas elites imperiais”⁴¹². Tomando as nações europeias como

⁴⁰⁹ CASTANHA, André Paulo. **Pedagogia da moralidade: a ordem civilizatória imperial**. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo_014.html. p. 19.

⁴¹⁰ Regulamento Orgânico da Instrução Pública e Particular da Província do Ceará de 1881, Art. 244, § 18. Fonte: VIEIRA, Sofia Lerche e FARIAS, Isabel Maria Sabino de. (Orgs.). Documentos de política educacional no Ceará: Império e República. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacional Anísio Teixeira, 2006, v, 3,

⁴¹¹ ABREU, Martha. Civilização. In: VAINFAS, Ronaldo (org.). **Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002, p. 142.

⁴¹² *Ibid.*

modelo, buscavam superar “os males e problemas do país, dentre eles, a forte presença da herança africana na aparência da população e em seus costumes”⁴¹³.

Nesse sentido, para o país alcançar o patamar das nações ditas civilizadas era fundamental a “civilização” estar presente nos movimentos mais ordinários dos sujeitos, seja nos hábitos, nos costumes, nos comportamentos, nos gestos, nas salas de aulas, nos espaços urbanos. Naquele momento, para as elites política e letrada era necessário superar os problemas e os males enfrentados, debelando a imagem de atraso que consideravam encontrar o país. A civilização deveria, portanto, ser o foco, o objetivo a ser alcançado. Devendo estar presente em “todos os aspectos da sociedade, moldando os valores, as normas e os padrões não apenas das elites, mas também dos homens e mulheres livres”⁴¹⁴.

Na Província do Ceará, nas últimas décadas do século XIX, o saber médico e policial procurava esquadrihar a vida cotidiana dos sujeitos, objetivando dissipar os males causadores da doença e da desordem. No âmbito nacional, em várias Províncias foram implementadas medidas na tentativa de construir uma nação civilizada nos moldes europeus. As elites dirigentes através de seus discursos construíram explicações para justificar o atraso que julgavam encontrar o país e se colocaram enquanto sujeitos, cujas ideias atuariam no caminho de “civilizar” o território brasileiro. A escola, portanto, foi identificada como o lócus por excelência para a intervenção de seus saberes.

Nesse momento, o processo de melhorias e reformas urbanas na capital da Província foi acompanhado pela busca de saúde do corpo e da mente com uma maior preocupação por parte das elites dirigentes com os usos do espaço urbano, assim como também com o disciplinamento e repressão dos indivíduos desviantes, aqueles que não se enquadravam nos padrões da época de disciplina, ordem e trabalho. Dessa maneira, os debates nos meios políticos e intelectuais sobre a importância da educação como meio para a regeneração social vinculava ao aumento dos crimes a falta de instrução. Assim, no âmbito da Instrução Pública, os professores atuavam como agentes da civilização com a “nobre missão” de educar as crianças. Os professores assim como os médicos e a polícia tinham seu papel no “projeto civilizador” das elites política e intelectual, atuavam através da palavra e do exemplo na debelação da ignorância.

Na revista *A Quinzena* do dia 15 de fevereiro de 1887, Francisca Clotilde, professora da Escola Normal e colaboradora de vários periódicos na Província e que se

⁴¹³ ABREU, Martha. Civilização. In: VAINFAS, Ronaldo (org.). **Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002, p. 142

⁴¹⁴ *Ibid.*, p. 142.

envolvera nos debates acerca da educação, endossando a ideia de que esta constituía meio para o progresso material e moral do país, defendeu o seguinte:

Si o professor possuir qualidades moraes elevadas e se à vocação juntar uma instrução completa e uma educação aprimorada, concorrerá honrosamente para a formação do character de seus alumnos e contribuirá para o desenvolvimento e progresso de sua patria realizando a phrase do grande Pestalozzi: “O futuro das nações está nas escolas.”⁴¹⁵ (Grifo nosso)

Na citação acima que se remete ao seu artigo *A educação moral das crianças na escola*, a autora pondera que o desenvolvimento e “progresso” do país seriam garantidos por meio da formação do caráter dos alunos e que esta dependeria da própria formação dos professores. Neste caso, os mestres contribuiriam para o progresso de seu país desde que possuíssem “qualidades morais elevadas” e vocação para o exercício do magistério. Os professores, portanto, teriam um papel fundamental, representariam os agentes da “civilização”. Observa-se nas palavras de Clotilde que o futuro da nação estava nas escolas, desde que os professores estivessem “aptos” à tarefa de conduzir as crianças a um futuro promissor.

No Regimento Interno das escolas públicas primárias da Província do Ceará de 1881, no Art. 8 § 8, os professores são chamados a atenção para observarem que “os meninos estão constantemente vigiando seu comportamento, e que estes são inclinados a imitar o que observam e, portanto, jamais devem ver coisa alguma, que não possam imitar”. Vê-se que a escola seria um local privilegiado para a civilização das crianças, e os professores, devidamente disciplinados, se tornariam aliados do governo no projeto de civilização do *povo*. Juntos poderiam atuar de modo eficaz na formação de sujeitos civilizados. Para isto, havia a necessidade de controlar os procedimentos dos professores⁴¹⁶.

Em 23 de outubro de 1876 na Povoação da Conceição⁴¹⁷, o inspetor Pe. Joaquim Romualdo de Holanda enviou um ofício ao Diretor Geral da Instrução Pública, Pe. Justino Domingues da Silva, acusando a casa da professora Josepha Olimpia d’Oliveira Veras de ser

⁴¹⁵ “A educação moral das crianças na escola”, **Quinzena**, 15 de fevereiro de 1887, n. 3, p. 22.

⁴¹⁶ BORGES, Angélica. **Ordem no ensino**: A inspeção de professores primários na Capital do Império brasileiro (1854-1865). Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008, p. 29.

⁴¹⁷ No que concerne a Povoação da Conceição, no site do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) nas informações referentes a cidade de Guarimiranga é dito que o distrito foi criado com a denominação de Guarimiranga, por ato provincial de 10-10-1868. “Pelo decreto de 01-01-1890 foi elevado à categoria de vila com a denominação de Guarimiranga, desmembrado de Baturité. Sede na antiga povoação de Conceição”. Fonte: <http://www.cidades.ibge.gov.br/pacodmuninel/historico.php?=230510>

“uma casa de prostituição e não de educação”⁴¹⁸, sendo a professora “a primeira a dar o mau exemplo”. Segundo o inspetor, o comportamento da professora Josepha provocou desgosto dos pais de família da Povoação, pois em sua aula ocorriam “cenas imorais”.

De acordo com o Inspetor Pe. Joaquim, a professora Josepha mantinha uma amizade com um homem solteiro que tinha “entrada franca de dia e de noite em sua casa, apesar mesmo da censura pública e da consternação que tem causado esta amizade a família dele”⁴¹⁹. A conduta moral e religiosa da professora foi considerada imprópria para uma moça e principalmente para uma professora que deveria “ser o modelo e exemplo para suas alunas”⁴²⁰.

Naquele momento, uma moça manter amizade com um homem solteiro e ainda mais este ter livre entrada em sua casa ia de encontro aos princípios morais e religiosos da época com relação ao comportamento que as moças solteiras deveriam externar em sua vida particular. O recato e o pudor deveriam fazer parte de suas ações. Para o inspetor local, Pe. Joaquim Romualdo, a conduta moral da professora Josepha Olimpia era considerada imprópria para exercer sua função pelo próprio fato de deixar suas alunas sozinhas nas aulas para se ocupar em outros afazeres e, ainda, ser uma pessoa em que os pais das crianças não confiariam para instruir suas filhas.

A professora foi acusada de passar a maior parte de seu tempo na presença do homem com o qual mantinha amizade, costurando roupas para sua loja até tarde da noite, e, portanto, nenhum aproveitamento tinha as suas alunas que ficavam ausentes de sua mestra, ocasionando “cenas imorais”. Em seu ofício o inspetor argumentou:

Foi num dia d’aula, brincavão as meninas a hora de estudo como em dia feriado, quando appareceu um homem no meio da sala e misturando-se com ellas abraçava a uma e beijava a outra e a todas procurava seduzir dirigindo se de preferencia a uma quasi môça a palpar-lhe os seios, abraça-a e beijando-a lhe diz que se não namorasse com elle não sairia approvada no fim do ano.⁴²¹

Segundo o inspetor, o ocorrido na aula da Professora Josepha Olimpia motivou a ausência das alunas e o “desgosto” dos pais de família e sugere, portanto, ao Diretor da Instrução Pública nomes que poderiam servir como testemunha dos fatos ocorridos, como o pai da moça ofendida e alguns moradores da Povoação. Logo, a professora foi considerada

⁴¹⁸ CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Povoação da Conceição, 1876. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Povoação da Conceição, Data Crônica: 1876. BR CEAPEC IP CO QX 01 53/CAIXA: 48.

⁴¹⁹ *Ibid.*

⁴²⁰ *Ibid.*

⁴²¹ *Ibid.*

“incapaz” para atuar como “agente da civilização”, tendo em vista seu comportamento na sala de aula e em sua vida particular. O fato, é que o caso da professora Josepha ganhou visibilidade por meio da denúncia feita, e o comportamento da professora não passou somente pelo crivo das autoridades responsáveis pela Instrução Pública, mas também pelos pais e pela comunidade que serviram de testemunhas nas acusações.

É fundamental assinalar que as sanções previstas no Regulamento Orgânico da Instrução Pública e Particular de 1881 aos professores eram as seguintes:

- Art. 260 – Os professores públicos ficam sujeitos das seguintes penas disciplinares:
- § 1. Admoestação.
 - § 2. Repreensão.
 - § 3. Multa até 1000\$000.
 - § 4. Remoção disciplinar.
 - § 5. Disponibilidade disciplinar.
 - § 6. Suspensão de exercício e vencimento até tres mezes.
 - § 7. Demissão⁴²².

É oportuno explicitar que no texto da lei a pena de admoestação seria imposta quando os professores não guardassem as disposições menos graves do Regulamento, do Regimento Interno e das instruções expedidas para as escolas; quando o professor comerciasse, advogasse, exercesse qualquer emprego incompatível com as funções do magistério ou quando sem justificativa plausível abandonasse o exercício de seu cargo, podendo ser multado. A remoção do professor de sua cadeira seria feita quando seu comportamento no desempenho de seus deveres levasse a perder a confiança dos pais de família, se tornando prejudicial ao ensino.

Nesta direção, vê-se que as leis relativas à instrução pública estavam marcadas por uma “explosão de discursos normativos que construía zonas de permissão, proibição e de penalidade”⁴²³. Os regulamentos e regimentos foram empregados como “um dispositivo de controle, determinando aquilo que os sujeitos podiam, o que eram capazes e o que estavam sujeitos a fazer, bem como aquilo que estavam na iminência de fazer, não descartando o emprego do princípio da punição”⁴²⁴.

Compreendemos, portanto, o controle do Estado sob os professores no âmbito da sala de aula e também na sua vida particular, buscando disciplinar, vigiar e modelar suas

⁴²² Regulamento Orgânico da Instrução Pública e Particular da Província do Ceará de 1881, Art. 260. Fonte: VIEIRA, Sofia Lerche e FARIAS, Isabel Maria Sabino de. (Orgs.). Documentos de política educacional no Ceará: Império e República. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacional Anísio Teixeira, 2006, v. 3, 71.

⁴²³ GONDRA, José Gonçalves. A educação conciliada: tensões na elaboração, redação e implantação de reformas educacionais. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 12/13, n. 2/3, 2000/2001, p. 1.

⁴²⁴ *Ibid.*

ações, não como fato isolado pertencente somente à organização da Instrução Pública, mas como parte do projeto das elites política e intelectual, que buscava ordenar e corrigir comportamentos nas últimas décadas do século XIX.

Neste ponto, a observação de Célia Maria Giglio é significativa, pois ao trabalhar as práticas e discursos da inspeção na Província de São Paulo no século XIX, a autora discute que ao lado de uma milícia armada destinada “a vigiar as populações e a garantir as condições necessárias à administração da justiça”, os professores atuavam como “milícias pacíficas a civilizar através da palavra e do olhar a rude população da província, numa verdadeira cruzada civilizatória”⁴²⁵.

Sob essa perspectiva, a ideia de que os alunos se inspirariam nos professores reforçava a atenção dos pais de famílias e dos inspetores sobre a vida particular dos mestres. Os anseios pessoais dos professores estavam em jogo e, quando se tratava em manter boa conduta moral e religiosa, deveriam ser colocados em segundo plano ou excluídos de sua vida particular para não incorrer no risco de serem denunciados. Assim, observa-se claramente essa questão na denúncia feita contra o professor primário Paulino Henrique Vieira Junior.

Em 22 de outubro de 1878, o Inspetor Literário, Belisario Cícero Alexandrino, da cidade de Telha, respondeu ao ofício do Diretor Geral da Instrução Pública, Pergentino da Costa Lobo, a respeito das informações que este pediu sobre a conduta civil e moral do professor público primário Paulino Henrique Vieira Junior:

É verdade que o referido professor tem a pior conduta, quer moral e quer civil; levou sempre sua vida aqui entregue a embriaguez, insultando pelas ruas, arremessando contra os seus os mais injuriosos epítetos e obscenidades, chegando até, um dia, espancar a um moço de família; não cessava de jogar a dinheiro, em cujas bancas sacrificava sempre seus ordenados, concluindo por desodens e embriaguez, a sua voluptuosidade era o temor das famílias deste lugar, frequentava sempre todos os lupanares; defamou algumas miseráveis mocinhas. E, não é só isso, atacou a lavadeiras no rio em pleno dia; levando sua perversidade ao extremo de vestir-se com as roupas das senhoras das famílias cujas escravas ali se achavam, e nesse ato cheirava as roupas e proferia palavras escandalosas e infamantes! [...]. Consta a desafeição dos habitantes deste lugar, de sorte que sua aula já não era mais frequentada, sendo razão para isso, nem só a sua depravação e vida irregular, como as intrigas que adquirio. Finalmente desde que foi addido a cadeira do Aracaty, embora a necessidade de que temos de um professor aqui, as famílias descansarão. Outros muitos factos poderia referir a V.S^a, porem a modestia me faz calar.⁴²⁶ (Grifo nosso)

⁴²⁵ GIGLIO, Célia Maria Benedicto. A civilização pelo olhar: práticas e discursos da inspeção na província de São Paulo no século XIX. In: Pintassilgo et al. **História da escola em Portugal e no Brasil: circulação e apropriação de modelo culturais**. Edições Colibri: Lisboa, 2006, p. 351.

⁴²⁶ CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Telha, 1878. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Telha, Data Crônica: 1878. BR CEAPEC IP CO QX 01 64 (35)/CAIXA: 48.

O professor primário Paulino Henrique foi acusado pelo Inspetor Literário, pelo empregado público Francisco Alves Teixeira e pela Câmara Municipal da cidade de Telha de ter uma má conduta moral, sendo “homem devasso, dado constantemente a embriaguez, insolente [...] e que, além de entregado e odiado na localidade, é inapto para preceptor da mocidade”⁴²⁷.

Em 12 de julho de 1879, o Inspetor Literário Belisario Cicero Alexandrino informou ao Diretor Geral da Instrução Pública que o professor Paulino Henrique se ausentou de sua cadeira por ter sido provido a uma cadeira em Aracati no ano de 1878, tendo saído, porém, antes desse tempo. Segundo o inspetor, o professor foi chamado ao cumprimento de seus deveres, mas este não deu nenhuma resposta. E ainda, de acordo com o inspetor, “ninguém sabe ao menos que me conste, o destino que tiverão os moveis e utensílios da escola do mencionado professor”⁴²⁸. Os acusadores pediam, portanto, a vinda de um professor para a cidade, mas com a condição de que seria melhor para a localidade continuar sem professor do que ter novamente como professor primário Paulino Henrique Vieira Junior, de “vida assaz imoral”.

Em resposta às acusações, o professor Paulino Henrique escreveu um ofício com doze páginas ao Diretor Geral da Instrução Pública tratando de sua trajetória como professor na comarca de Telha. Afirmou que nesse tempo o inspetor literário da cidade dominava o Partido Conservador o qual pertencia e que era seu objetivo fazer com que pedisse remoção da cadeira ou permutasse com o professor que desejava colocar em seu lugar. Segundo Paulino Henrique, o inspetor literário chegou a oferecer-lhe dinheiro e vantagens não só políticas como materiais.

Respondendo que estava satisfeito com sua cadeira e que mantinha relações harmoniosas com os habitantes da cidade, o professor Paulino diz não ter atendido aos interesses de Belisario. Segundo o professor, o inspetor literário por não ter conseguido fazer com que saísse de “forma voluntária” de sua cadeira tratou de se vingar fazendo denúncia contra a sua conduta ao diretor da Instrução Pública. Interessante observar que, mesmo afirmando que mantinha relações harmoniosas na cidade, o professor Paulino tratou em seu ofício como inimigo algumas autoridades que atestaram serem verdadeiras as acusações, como o subdelegado de polícia. Em relação às acusações feitas a sua conduta, Paulino Henrique afirmou:

⁴²⁷ CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Telha, 1878. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Telha, Data Crônica: 1878. BR CEAPEC IP CO QX 01 64 (35)/CAIXA: 48.

⁴²⁸ *Ibid.*

Nunca andei embriagado e nem metido n'essas orgias e Bachanais como se me accuza, e nem tão pouco difamei a familia alguma, e os principios de moralidade honra e respeito a soiedade sempre forão por mim até hoje observados e para prova do meo comportamento e desmentido a essas infamias contra mim arguidas peço permissão a V.S.^a para juntar os documentos sobre o n.º. 1 ao 5.⁴²⁹

A explicação construída pelo referido professor utilizou ainda o seguinte argumento: “se é certo que quem foi rei é sempre majestade já devia ter mostrado nesta cidade que na Telha vivia n'essas depravações de que me accuzão”⁴³⁰. Para o professor se fossem verdadeiras as acusações feitas contra a sua conduta, já deveria ter mostrado por meios práticos em Aracati, cidade atual onde morava e lecionava, o comportamento anunciado por seus acusadores.

Interessante observar que o professor Paulino enviou cinco documentos onde o Presidente da Câmara Municipal de Aracati, o Inspetor de Distrito, o Juiz de Paz, o Delegado e o Subdelegado de Polícia atestavam que cumpria regularmente com seus deveres de professor primário e que a sua conduta tanto civil quanto moral era “boa”. No entanto, esses documentos dizem respeito a sua conduta em Aracati, cidade atual onde residia e exercia sua função de professor primário, não fazendo, portanto, nenhuma referência à sua trajetória como professor na cidade de Telha, de onde partiram as acusações.

A partir das justificativas utilizadas para acusar ao professor Paulino e as utilizadas por este para se defender, observa-se que as acusações envolviam questões como o interesse na cadeira primária ocupada pelo referido professor. A conduta moral do professor foi posta como argumento pelo fato de ser naquele momento imprescindível para se manter na função de professor primário uma boa conduta moral.

Eram diversas as táticas utilizadas pelos professores na tentativa de fugir das acusações feitas à sua conduta. Vários mestres foram denunciados à Inspeção Geral da Instrução Pública por participarem de pagodes⁴³¹, ou acusados de desrespeito a vigários e a mulheres que frequentavam a igreja com “conversas imorais”⁴³². Outras vezes, professoras foram acusadas de terem um comportamento destituído de moral por terem um

⁴²⁹ CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Telha, 1878. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Telha, Data Crônica: 1878. BR CEAPEC IP CO QX 01 64 (35)/CAIXA: 48.

⁴³⁰ *Ibid.*

⁴³¹ Queixa contra o professor público primário Raymundo Victor de Sousa Costa. BR APEC, IP. CO, QX. 1/25. Data tópica: Amarração, Data crônica: 1871.

⁴³² Queixa contra o professor público primário Manoel do Nascimento Moreira. BR APEC, IP. CO, QX. 1/33. Data tópica: Paracuru, Data crônica: 1873.

relacionamento impróprio⁴³³ ou por terem filhos sem ser casada ou sendo viúva, causando a indignação de muitos pais de família⁴³⁴. Entretanto, o que nos importa não é somente saber se os professores de fato deixaram de cumprir com seus deveres no magistério ou se manifestaram, muitas vezes, em sua vida particular, comportamentos que para as autoridades responsáveis pelo ensino público na Província não condiziam com sua posição de professor primário, mas sim compreender como os diversos sujeitos envolvidos se articularam e de que forma utilizaram a moral, tida como principal requisito para o exercício do magistério, para justificar as denúncias contra professores.

É fundamental explicitar que o professor Paulino Henrique foi acusado de não ter conduta moral e civil. Contudo, as justificativas apresentadas tratavam de enfatizar somente o que dizia respeito à sua conduta moral. O desrespeito às mulheres, os insultos e palavras indecorosas, a embriaguez, os jogos, a libidinagem e a devassidão, tornando-se objeto de escândalos e obscenidades e, ainda, de imoral exemplo para as crianças, foram as explicações utilizadas para denunciá-lo. Em relação à questão de o professor ter saído de sua cadeira antes do tempo previsto no regulamento por ter sido provido em uma cadeira na cidade Aracati, e que não sabiam o destino dado aos móveis e utensílios de sua aula, foram argumentos utilizados em segundo plano e, se comparado a questão da conduta moral, apareceu muito pouco nos ofícios que relatavam a denúncia feita contra o professor Paulino.

Desse modo, a justificativa da moral foi utilizada nas acusações contra professores para argumentar que estes não estavam aptos às funções de professor público primário, haja vista não despertarem a confiança dos pais de família devido seus procedimentos não atenderem aos comportamentos que um professor primário deveria apresentar, representados, principalmente, pelo caráter que deveria preservar, aspecto que passava pelo respeito a ser infiltrado em seus alunos.

É o caso do vigário Joaquim Manuel de Sampaio, da vila de Milagres, que em ofício ao Presidente da Província, em 14 de dezembro de 1883, informou que denunciou, na qualidade de Inspetor local e de vigário, o professor José Antenogenes Beserra de Meneses “por não ter nenhuma habilitação para exercer emprego e nem muito menos ser preceptor de meninos”⁴³⁵.

⁴³³ Queixa contra a professora pública primária Carlotta Amélia Baptista. BR APEC, IP. CO, QX. 1/32. Data tópica: Meruoca, Data crônica: 1873.

⁴³⁴ Queixa contra a professora pública primária Cândida Amélia Baptista. BR APEC, IP. CO, QX. 1/40. Data tópica: Aracati (Vila da União), Data crônica: 1874.

⁴³⁵ CEARÁ. Governo da Província, Palácio Episcopal, Freguesias cearenses, 1883. Disponível: APEC. Fundo: Palácio Episcopal do Ceará. Grupo: Vigários das freguesias do Ceará. Série: Ofícios expedidos pelas diversas freguesias cearenses. Data: 14 de dezembro de 1883, Caixa 02, pacotilha 01.

O vigário e inspetor local da Instrução Pública alicerçou sua argumentação afirmando que a cadeira foi entregue ao referido professor porque seu pai era tabelião da vila e acompanhava o Partido Conservador e que, portanto, por considerações políticas a cadeira foi entregue ao seu filho. É interessante observar que quando subiu ao poder o Partido Liberal, o vigário foi nomeado inspetor local da Instrução Pública. O vigário, nesse momento, pediu ao professor que cumprisse com os seus deveres e também chamou a atenção de seu pai, alertando sobre o comportamento do filho. Posteriormente a denúncia foi feita. Para o inspetor e vigário, o professor Antenogenes além de não cumprir com seus deveres não incutia nenhum respeito em seus discípulos e nem confiança nos pais de família. Entretanto, o vigário pediu ao Presidente da Província, Satyro de Oliveira Dias, que concedesse a cadeira de ensino primário a Antenogenes em outra vila.

Nesse sentido, Joaquim Manuel de Sampaio em sua inspeção chamou a atenção para o aspecto da moral. O não incutir confiança nos pais e respeito nos alunos apresentava-se como aspecto que o tornava destituído de moral para exercer a função de professor primário. Contudo, se o referido professor na argumentação do inspetor local e vigário não estava apto a exercer as funções de professor primário, por que solicitar ao Presidente da Província que o concedesse uma cadeira em outra vila? Se o professor Antenogenes não estava preparado para ministrar aulas, o exercício de suas funções em outra vila da Província o tornaria preparado à função de professor primário? A moralidade era um dos principais requisitos para o exercício do magistério, mas, nesse caso, podemos conjecturar que os reais motivos do conflito com o referido professor estavam relacionados às questões políticas, às disputas entre conservadores e liberais. Estes, quando estavam na administração da Província colocavam nos cargos públicos pessoas de seu interesse. Assim, os cargos no interior da Instrução Pública, inclusive o de professor primário, não ficaram de fora dos jogos e relações estabelecidas entre os membros dos partidos políticos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presença do ensino moral e religioso no programa escolar do ensino público no Ceará no século XIX suscitou discussões e contendas entre diversos sujeitos representantes das mais variadas posições políticas e filosóficas. Com o desejo de fazer com que suas ideias fossem ouvidas e aceitas, a questão referente ao que as crianças deveriam aprender na instrução pública primária foi uma constante nas discussões acerca da educação na Província. O debate, portanto, era em torno do que deveria ser ensinado às crianças nas aulas primárias e

quais os limites da responsabilidade da família, da Igreja e do Estado. Tais debates foram traduzidos na imprensa, nas agremiações literárias e filosóficas e no espaço da política por meio das posições defensoras, sobretudo, dos ideais ilustrados e do conservadorismo católico que não abriria mão de fazer parte do “novo” estado de coisas que se desenhava na estrutura político-social das últimas décadas deste século no país, direcionando críticas ao ensino laico, bem como à exclusão do ensino religioso do programa escolar da instrução pública.

No século XIX, a disciplina de Instrução Moral e Religiosa esteve presente no programa escolar da instrução pública primária apresentando-se como parte dos interesses do grupo católico e da própria organização da sociedade fortemente baseada nos preceitos e valores religiosos, tendo na doutrina e moral evangélica católica os recursos necessários para a instrução das crianças. No início da década de 1880 vê-se de forma latente as discussões em torno da introdução da Instrução Moral e Cívica no currículo da Instrução Pública Primária no Ceará. No Regulamento Orgânico da Instrução Pública e Particular de 1881, estão presentes como conteúdos a serem trabalhados nas aulas o ensino do catecismo e da moral evangélica católica, assim como o ensino da instrução cívica. Assim, ao lado dos ensinamentos referentes aos deveres do cristão estavam os “primeiros ensinamentos dos deveres do cidadão”.

O Decreto 119-A, de 07 de janeiro de 1890, marcou a separação entre o *trono* e o *altar* e “introduziu” a liberdade religiosa, a laicidade do ensino público e a secularização dos programas escolares, deixando o ensino moral e religioso de pertencer ao programa de estudos do ensino público. A Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1891, influenciada pelo positivismo e pelo ideário liberal, estabeleceu o fim do ensino religioso nas escolas públicas. Nesse momento, deu-se continuidade a um processo que não surgiu especialmente com a separação do Estado e da Igreja, mas que desde os inícios da década de 1880 estava em discussão e presente na legislação educacional do Ceará, que era a inclusão das “primeiras noções dos deveres do cidadão” como conteúdo obrigatório do programa de estudos da instrução pública primária. Com a República, a este conteúdo foi acrescentado a transmissão dos valores republicanos, visando inculcar hábitos de ordem, de trabalho e de disciplina.

Com o fim do Padroado, a separação entre os poderes temporal e espiritual não significou uma ruptura da Igreja Católica com os grupos dirigentes locais e nem suscitou políticas no sentido de ampliação do seu público fora do espaço da classe dirigente⁴³⁶. As

⁴³⁶ MICELI, Sérgio. **A Elite Eclesiástica Brasileira (1890-1930)**. Tese (livre docência em sociologia). Departamento de Ciências Sociais, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 1985, p. 45.

autoridades eclesiásticas se articularam com as oligarquias locais, fazendo alianças com os detentores do poder local. Nas primeiras décadas do século XX, os bispos foram se tornando importantes figuras no cenário político local e alargaram suas pretensões de influência⁴³⁷, pois embora legalmente vigorasse o regime de separação entre Igreja e Estado, observa-se um conjunto de favores entre as principais figuras políticas locais e figuras eclesiásticas.

Do mesmo modo, integrantes da Igreja Católica não deixaram de se posicionar diante das novas mudanças no currículo do ensino público. Para os bispos, por ser os brasileiros na sua maioria católicos, o ensino religioso baseado na doutrina cristã católica deveria ter espaço na educação pública. Em muitos momentos, a ideia de secularização foi compreendida pelo clero como “estado sem Deus” e o ensino laico foi entendido como instrução “ateia”. Assim, é pertinente a indagação: podemos falar de uma perda de espaço da instrução moral e religiosa nas aulas públicas primárias nos anos finais do século XIX e início XX?

Num primeiro momento, por meio da análise da fonte com o qual dialogamos para construir essa parte da dissertação, poderíamos pensar que o ensino religioso esteve, de fato, fora das aulas públicas no Ceará durante a República. Passemos a explicação de tal questão.

Em 1922, o diário escolar da professora Isabel Pereira, da cidade de Maranguape, traz os planos de aula produzidos para os alunos do 1º ano, organizados a partir das seguintes matérias e assuntos: Leitura; Ideia de tempo material; Unidades, dezenas e centenas; Geografia (Penínsulas e Portos, limites de São Paulo); Instrução moral e cívica (Bandeira nacional); Arithmetica; Os dentes; Dar noção sobre o mar, praia-porto e farol; Ideia de fração decimal e Noções sobre frações ordinárias. Junto a esses assuntos, a professora também elaborou uma espécie de explanação dos conteúdos dos seguintes temas: Pátria, Monographia de Maranguape, Ensino da Leitura, Primeiros passos do ensino de arithmetica, Geometria (figuras geométricas), Ideia da colonização do Ceará e Geografia (denominações dadas às terras e às águas). Chamo de “explanação” porque nesta parte a professora Isabel Pereira não organizou em forma de plano de aula com assuntos, materiais, desenvolvimento e observações, como fez em quase todo o diário, mas sim como recurso de compreensão dos próprios conteúdos pertencentes a cada tema para posteriormente elaborar a forma como iria ensiná-los às suas alunas.

⁴³⁷ MICELI, Sérgio. **A Elite Eclesiástica Brasileira (1890-1930)**. Tese (livre docência em sociologia). Departamento de Ciências Sociais, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 1985, p. 47.

Dessa forma, os ensinamentos de Leitura, Escrita, Aritmética, Geografia, Instrução Moral e Cívica, História do Ceará e Noções de Higiene compunham as matérias ensinadas às crianças do 1º ano nesse momento. Estas duas últimas, apesar de não aparecerem explicitamente nos planos de aula, são percebidas por meio dos assuntos “Colonização do Ceará” e “Os dentes”.

No diário, a professora Isabel Pereira afirmou que pretendia em suas aulas “combater a timidez” das crianças estabelecendo conversas com estas. Dependendo dos conteúdos, a participação das alunas reservava-se à leitura de trechos das lições, às perguntas que teriam que responder no decorrer da explicação dos assuntos e às idas a lousa para responder as questões designadas pela professora. O empenho de Isabel Pereira em fazer com que todas as alunas compreendessem os conteúdos ensinados era evidente. Recorria a diversas “estratégias” para chamar a participação de todos na aula. Assim, procurando fazer com que suas alunas mostrassem interesse no aprendizado dos conteúdos e, ao mesmo tempo, para prender sua atenção, a professora apresentava a aluna que respondesse todas as perguntas como a mais “ativa” da classe.

Recorrendo a esses “artifícios” para organizar suas aulas, a professora Isabel corrigia os erros cometidos pelas alunas nas lições, fazendo com que repetissem a forma correta, de maneira que a utilização desse “método” faria com que as meninas “aprendessem” os conteúdos ensinados por meio do recurso da memória. No final do plano de aula referente ao ensino da leitura há a seguinte observação:

As condições a serem observadas são as seguintes: ensino activo, ensino concreto, ensino interessante, a posição e distancia convenientes dos livros, pronuncia clara e correcta e evitar a fadiga. Farei também uma permanente sondagem da atenção, chamando mesmo aquellos que me pareçam muito atenciosos.⁴³⁸

Além do recurso de memorização, Isabel Pereira também recorreria ao “concreto” para explicar os conteúdos. Inicialmente, a explicação se dava por meio de perguntas feitas às alunas e de suas respostas, pois a intenção era ensinar os conteúdos por meio de exemplos concretos e conhecidos pela classe. Nas aulas de Geografia, por exemplo, com o conteúdo “Dar às crianças a ideia de ilha, ilhota e archipelago”, o objetivo era explicar o assunto por meio das experiências das alunas com a observação de aspectos da natureza, como a contemplação de um rio. Na aula a professora prosseguia da seguinte forma:

⁴³⁸ Diário Escolar da professora Isabel Pereira da cidade de Maranguape de 1922, p. 3.

Para isso procurarei encaminhar a aula fazendo com que a atenção das crianças se voltem para todos os factos concatenados ao assumpto e conhecidos por ellas para que esses exemplos indusam-nas a resolver todas as questões apresentadas e a descobrir por si mesmas o que lhes quero ensinar.⁴³⁹

Vê-se claramente o empenho de Isabel Pereira em fazer com suas alunas entendessem os conteúdos das matérias. Para a professora, suas funções seria despertar e manter a atenção da classe durante toda a aula, tornar o ensino concreto e ativo, procurar usar de uma linguagem clara, falar em voz alta e chamar a atenção dos menos atentos. Para verificar se todas as alunas compreenderam as explicações, a professora fazia perguntas exigindo de todas uma resposta clara e precisa. Aqui, está presente a ideia da “utilidade” dos conteúdos, uma vez que um aspecto bastante trabalhado em suas explicações era a ideia de que todas as crianças deveriam frequentar a escola onde aprenderiam coisas “boas” e “úteis”, como o respeito e amor à pátria, por meio da identificação da bandeira como uma “coisa santa”. Neste ponto, eram trabalhadas as virtudes como o respeito, a disciplina, a ordem e o amor à pátria, este último traduzido, sobretudo, nos bons hábitos e comportamentos que os alunos deveriam apresentar na escola e fora dela.

No diário, não há referências à instrução moral e religiosa. Esta matéria, nesse momento, não fazia parte do programa de estudos do ensino público, o que talvez seja um aspecto a se considerar no que concerne a sua ausência no diário da professora Isabel. No entanto, esta ausência de referências não significa que constituía matéria excluída das aulas públicas nesse momento, pois, no que concerne à laicidade estabelecida pela Constituição de 1891 durante a República (1889-1930), em vários momentos vê-se retrocessos, no sentido de que a influência do catolicismo provocou mudanças, sendo o ensino religioso reintroduzido nas escolas públicas. Assim, com a Revolução de 1930 e a aproximação da Igreja Católica com o Governo Vargas, o Decreto 19.941, de 30 de abril de 1931, e, posteriormente, a Constituição Federal de 1934 reintroduziu a instrução religiosa de forma facultativa no ensino público. Nesses dois documentos, o ensino da religião foi admitido de acordo com a confissão religiosa dos alunos e com os princípios e valores religiosos de sua família.

Nesta direção, no que concerne ao ensino religioso como matéria pertencente às aulas públicas, as ações políticas durante a República foram marcadas por avanços e retrocessos. As preocupações das elites dirigentes tinham a educação como fundamental para o estabelecimento de uma sociedade harmônica e ordenada, em que o programa de estudos da instrução pública primária foi tema de debates diversas vezes na tentativa de caracterizar o

⁴³⁹ Diário Escolar da professora Isabel Pereira da cidade de Maranguape de 1922, p. 5.

ensino moral e religioso baseado na doutrina e nos valores cristãos católicos como fundamental para a garantia da ordem e disciplina, tidas como sinônimos de progresso.

Esse debate em torno da construção da “civilização” e do “progresso”, em diversos momentos, não excluiu a religião de seu “projeto” disciplinador e ordenador, pelo contrário, a religião foi considerada recurso fundamental para a garantia da diminuição dos crimes na Província, bem como instrumento essencial para incutir bons hábitos e costumes.

Dessa forma, esta investigação buscou compreender as discussões entre várias posições na Província representativas do ideal liberal ilustrado, do ultramontanismo e do conservadorismo católico nas últimas décadas do século XIX, em que o ensino moral e religioso não foi trabalhado somente a partir do aspecto da exclusão ou da permanência no programa da instrução primária, pois compreendemos que ao mesmo tempo em que era defendido a exclusão desta matéria do programa escolar, considerada obstáculo na tentativa de construção de uma mentalidade laica e baseada na razão, devendo o professor não ser o responsável por este ensino; em outros momentos era identificado como tarefa do professor a formação do caráter das crianças que se daria por meio da referida matéria, sendo estas moldadas e disciplinadas, e os maus costumes debelados. Assim, vê-se, na verdade, um movimento de posições que apresentaram o ensino da moral baseado na religião católica como antídoto e também como obstáculo de acordo com as especificidades de seus desejos e das mudanças que intencionavam para a Província, demarcando, ao mesmo tempo, o seu saber como essencial para direcionar a Província nos rumos da civilização e do progresso.

FONTES

CARTAS PASTORAIS [Acervo da Sala de História Eclesiástica da Arquidiocese de Fortaleza]

Pastoral de Dom Joaquim José Vieira publicando a encíclica *Libertas* (1888) de Leão XIII. Data: 15 de outubro de 1888, p. 127. Acervo da Sala de História Eclesiástica do Ceará da Arquidiocese de Fortaleza.

4ª Pastoral de Dom Joaquim José Vieira. Data: 25 de março de 1886, p. 57, 58. Acervo da Sala de História Eclesiástica do Ceará da Arquidiocese de Fortaleza.

1ª Pastoral de Dom Joaquim José Vieira. Data: 09 de dezembro de 1883, p. 06. Acervo da Sala de História Eclesiástica do Ceará da Arquidiocese de Fortaleza.

Pastoral de Dom Joaquim José Vieira publicando a Carta Encíclica de S.S Padre o Papa Leão XIII sobre a Liberdade Humana. Data: 15 de outubro de 1888, p. 127. Acervo da Arquidiocese de Fortaleza. Sala Eclesiástica de História.

ENCÍCLICA

Quanta Cura e Syllabus Errorum do Papa Pio IX, de 1864. Disponível: [\[https://w2.vatican.va/content/pius-ix/it/documents/encyclica-quanta-cura-8-decembri-1864.html \]](https://w2.vatican.va/content/pius-ix/it/documents/encyclica-quanta-cura-8-decembri-1864.html)

LIVROS

MARAVALHO, João Scaligero Augusto. **O seculo atual e o dogma da infallibilidade ou as questões do dia.** Ceará: Typographia Contitucional, 1871. (Acervo da Biblioteca Menezes Pimentel, Obras Raras/Ceará, 262.72 M 298s)

Primeiro Synodo Diocesano Fortalixiense celebrado na respectiva Igreja Cathedral 31 de janeiro, 1º e 2º de fevereiro de 1888. Typografia Economica, Praça do Ferreira, nº 43, p. XI, XII (Acervo da Biblioteca Pública Menezes Pimentel, Obras Raras/Ceará, 262.5 V 657s, 1 ed. Ex. 1)

GALENO, Juvenal. **Canções da Escola,** Ceará: Typographia do Commercio, 1871. Acervo da Biblioteca Pública Menezes Pimentel, Obras Raras/Ceará. 784.5 G153c.

Catechismo Biblico para as classes infantis. Fortaleza: Typographia do Libertador, 1883. (Acervo da Biblioteca Pública Menezes Pimentel, Obras Raras/Ceará).

ROQUETE, José Ignacio. **História Sagrada do Antigo e Novo Testamento Enriquecida com notas e reflexões moraes, para instrução e santificação dos fieis,** Pariz: Vª J.-P. Aillaud, Guillard e Cª, [s.d.], 10ª ed. 2 vol.

COSTA, Antonio de Macedo. **Resumo da História Biblica ou Narrativas do Velho e Novo Testamento.** Suissa: Typographos da Sancta Apostolica/Estabelecimentos Benziger & Co. S. A, [s/d].

BARBOSA, Rui. **Reforma do Ensino Primário e várias instituições complementares da Instrução Pública**. Obras Completas. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, Vol X, Tomo II, 1947. [Acervo de Obras Raras da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará]

BARBOSA, Rui. **Reforma do Ensino Secundário e Superior**. Obras Completas. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, Vol IX, Tomo I, 1942. [Acervo de Obras Raras da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará]

PERIÓDICOS (Jornais)

FRATERNIDADE (Acervo de jornais do Instituto Histórico do Ceará)

FRATERNIDADE, 30 de junho de 1874, Seção Escola Popular, n. 32, p. 2 e 3, 1 e 3 col.

FRATERNIDADE, 30 de março de 1875, Seção Fraternidade, n. 56, p. 1, 3 col.

FRATERNIDADE, 4 de dezembro de 1874, Seção Diversos, n. 50, p. 3 e 4, 1 e 4 col.

FRATERNIDADE, 9 de dezembro de 1873, Seção Fraternidade, n. 6, p. 1, 3 col.

FRATERNIDADE, 18 de novembro de 1873, Seção Fraternidade, n. 4, p. 2, 2e 3 col.

FRATERNIDADE, 25 de novembro de 1873, Seção Diversos, n. 5, p. 2, 3 e 4 col.

FRATERNIDADE, 13 de janeiro de 1874, Seção Diversos, n. 10, p. 3, 2 col.

FRATERNIDADE, 04 de novembro de 1873, Seção Diversos, n. 1, p. 2, 3 col.

FRATERNIDADE, 23 de dezembro de 1873, Seção Diversos, n. 8, p. 3, 2 col.

FRATERNIDADE, 16 de dezembro de 1873, Seção Diversos, n. 7, p. 1, 1 col.

TRIBUNA CATÓLICA (Acervo de jornais do Instituto Histórico do Ceará)

TRIBUNA CATÓLICA, 14 de abril de 1872, Seção Comunicado, n. 31, p. 4, 2 col.

TRIBUNA CATÓLICA, 4 de fevereiro de 1872, Seção Tribuna Católica, n. 21, p. 1, 3 col.

TRIBUNA CATÓLICA, 3 de março de 1872, Seção Tribuna Catholica, n. 25, p. 1, 2 col.

TRIBUNA CATÓLICA, 4 de fevereiro de 1872, Seção Tribuna Catholica, n. 21, p. 2, 1col.

TRIBUNA CATÓLICA, 18 de agosto de 1872, Seção Tribuna Catholica, n. 49, p. 1, 4 col.

TRIBUNA CATÓLICA, 18 de fevereiro de 1872, Seção Tribuna Catholica, n. 23, p. 2, 4 col.

TRIBUNA CATÓLICA, 11 de fevereiro de 1872, Seção Tribuna Católica, n. 22, p. 2, 2 col.

CEARENSE (Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Pública Nacional do Rio de Janeiro)

CEARENSE, 15 de fevereiro de 1872, n. 13, Seção Cearense, p. 1 (capa), 1 e 2 col.

CEARENSE, 7 de setembro de 1881, Seção Instrução Pública, n. 192, p. 3, 1ª coluna.

CEARENSE, 16 de setembro de 1881, Seção Instrução Pública, n. 198, p. 3, 2ª coluna.

CEARENSE, 18 de maio de 1882, Seção Parlamento Brasileiro, n. 107, p. 2, 4ª coluna.

CEARENSE, 18 de agosto de 1882, Seção Parlamento Brasileiro, n. 152, p. 2, 4ª coluna.

CEARENSE, 22 de agosto de 1882, Seção Parlamento Brasileiro, n. 155, p.2 e 3, 1ª e 5ª coluna.

CEARENSE, 13 de outubro de 1882, Seção Parlamento Brasileiro, n. 107, p. 2, 4ª coluna.

CEARENSE, 28 de setembro de 1881, Seção Instrução Pública, n. 208, p. 3, 3ª coluna.

CEARENSE, 22 de agosto de 1882, Seção Parlamento Brasileiro, n. 155, p. 2 e 3, 1ª e 5ªcoluna.

CEARENSE, 13 de outubro de 1882, Seção Parlamento Brasileiro, n. 107, p. 2, 4ª coluna.

CEARENSE, 13 de setembro de 1881, n. 195, p. 3, 3ª coluna.

CEARENSE, 19 de outubro de 1881, Seção Instrução Pública, n. 224, p. 3, 4 col.

GAZETA DO NORTE (Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Pública Nacional do Rio de Janeiro)

GAZETA DO NORTE, 21 de setembro de 1881, Seção Assembleia Provincial, n. 202, p. 1 (capa), 3ª coluna.

GAZETA DO NORTE, 22 de setembro de 1881, Seção Assembleia Provincial, n. 203, p. 1, 5 col.

GAZETA DO NORTE, 31 de maio de 1882, Seção Instrução Pública, n.119, p. 2, 1ª coluna.

A VERDADE (Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Pública Nacional do Rio de Janeiro)

A VERDADE, 28 de fevereiro de 1892, n. 29, p. 3. 1 col.

PERIÓDICOS (REVISTA)

[Acervo da Academia Cearense de Letras]

A Quinzena, 15 de fevereiro de 1887, n. 3, p. 21 e 21

A **Quinzena**, 15 de junho de 1887, n. 11, p. 81.

CORRESPONDÊNCIAS (Fundo: Instrução Pública/Arquivo Público do Estado do Ceará-APEC)

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Aracati, 1874. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Aracati, Data Crônica: 1874. BRCEAPEC. IP. CO. EXM. 01 13 (107)/CAIXA: 72.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária., Vila do Pereiro, 1875. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Vila do Pereiro, Data Crônica: 1875. BR CEAPEC IP CO EXM 01 08 (161)/CAIXA: 72.

CEARÁ, Governo da Província, Instrução Pública Primária. Fortaleza, 1876. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Fortaleza, Data Crônica: 1876. BR CEAPEC IP CO EXM 01 08 (69)/CAIXA: 72.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Barro Vermelho, 1877. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Barro Vermelho, Data Crônica: 1877. BR CEAPEC IP CO EXM 01 11/CAIXA: 72.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Fortaleza, 1871. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Fortaleza, Data Crônica: 1871. BR. CEAPEC IP CO EXM 01 13/CAIXA: 72.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Fortaleza, 1874. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Fortaleza, Data Crônica: 1874. BR. CEAPEC. IP.CO. EXM. 01 09/CAIXA: 72.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Fortaleza, 1877. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Fortaleza, Data Crônica: 1877. BR. CEAPEC. IP.CO. EXM. 01 11. CAIXA: 72.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Povoação de Jubaia, 1874. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Povoação de Jubaia, Data Crônica: 1874. BR CEAPEC IP CO EXM 01 08 (62)/CAIXA: 72.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Imperatriz, 1875. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Imperatriz, Data Crônica: 1875. BR CEAPEC IP CO EXM 01 09/CAIXA: 72.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Cascavel, 1880. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Cascavel, Data Crônica: 1880. BR CEAPEC IP PP CO RE 08 01/CAIXA: 52.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Tabatinga, 1872. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Tabatinga, Data Crônica: 1872. BR. CEAPEC. IP. PP. CO. RE. 93. CAIXA: 60.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Vila da União, 1872. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Vila da União, Data Crônica: 1872. BR. CEAPEC. IP. PP. CO. RE. 82 (58) CAIXA: 59.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Quixadá, 1873. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Quixadá, Data Crônica: 1873. BR. CEAPEC. IP. PP. CO. RE. 66 (111) CAIXA: 58.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Povoação da Amarração, 1874. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Povoação da Amarração, Data Crônica: 1874. BR. CEAPEC. IP. PP. CO. RE. 88 (57)/CAIXA: 60.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Imperatriz, 1873. Disponível: Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Imperatriz, Data Crônica: 1873. BR. CEAPEC. IP. PP. CO. RE. CAIXA: 50 04.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Vila de Limoeiro, 1888. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Vila de Limoeiro, Data Crônica: 1888. BR. CEAPEC. IP. PP. CO. RE. 72. CAIXA: 59.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Saco de Orelha, 1872. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Saco do Orelha, Data Crônica: 1872. BR. CEAPEC. IP. PP. CO. RE. 118. CAIXA: 61.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Crato, 1880. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Crato, Data Crônica: 1880. BR. CEAPEC IP PP CO RE 28 (477)/CAIXA: 55.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Monte-mór, 1877. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Monte-mór, Data Crônica: 1877. BR. CEAPEC IP PP CO RE 42. CAIXA: 56.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Crato, 1873. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Crato, Data Crônica: 1873. BR. CEAPEC IP PP CO RE 28. CAIXA: 55.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Aracati, 1873. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Aracati, Data Crônica: 1873. BR. CEAPEC IP PP CO RE 10 01 (160). CAIXA: 52.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Fortaleza, 1889. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Fortaleza, Data Crônica: 1889. BR. CEAPEC IP EM CO EX 08/CAIXA: 68.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Cidade da Telha, 1875. Disponível: Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Telha, Data Crônica: 1875. BR. CEAPEC IP CO EXM 01 09 (110)/CAIXA: 72.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Quixadá, 1873. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Quixadá, Data Crônica: 1873. BR CEAPEC IP CO QX 01 39 (2)/CAIXA: 48.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Fortaleza, 1876. Disponível: Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Fortaleza, Data Crônica: 1876. BR CEAPEC IP CO EXM 01 09 (60)/CAIXA: 72.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Povoação da Conceição, 1876. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Povoação da Conceição, Data Crônica: 1876. BR CEAPEC IP CO QX 01 53/CAIXA: 48.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Telha, 1878. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Telha, Data Crônica: 1878. BR CEAPEC IP CO QX 01 64 (35)/CAIXA: 48.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Amarração, 1871. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Amarração, Data Crônica: 1871. BR CEAPEC IP CO QX 01 25 (2)/CAIXA: 47.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Aracati (Vila da União), 1874. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Aracati (Vila da União), Data Crônica: 1874. BR CEAPEC IP CO QX 01 40 (2)/CAIXA: 48.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Meruoca, 1873. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Meruoca, Data Crônica: 1873. BR CEAPEC IP CO QX 01 32 (2)/CAIXA: 48.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Paracuru, 1873. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Paracuru, Data Crônica: 1873. BR CEAPEC IP CO QX 01 33 (2)/CAIXA: 48.

CORRESPONDÊNCIAS (Fundo: Palácio Episcopal do Ceará/Arquivo Público do Estado do Ceará-APEC)

CEARÁ. Governo da Província, Palácio Episcopal, Freguesias cearenses, 1873. Disponível: APEC. Fundo: Palácio Episcopal do Ceará. Grupo: Vigários das freguesias do Ceará. Série: Ofícios expedidos pelas diversas freguesias cearenses. Data: 13 de fevereiro de 1873, Caixa 02, pacotilha 26.

CEARÁ. Governo da Província, Palácio Episcopal, Freguesias cearenses, 1883. Disponível: APEC. Fundo: Palácio Episcopal do Ceará. Grupo: Vigários das freguesias do Ceará. Série: Ofícios expedidos pelas diversas freguesias cearenses. Data: 14 de dezembro de 1883, Caixa 02, pacotilha 01.

DOCUMENTAÇÃO ESCOLAR

Diário Escolar da professora Isabel Pereira da cidade de Maranguape de 1922.

LEGISLAÇÃO

CEARÁ. Regulamento Orgânico da Instrução Pública e Particular da Província do Ceará (1881), V. 3. In: VIEIRA, Sofia Lerche e FARIAS, Isabel Maria Sabino de. (Orgs.).

Documentos de política educacional no Ceará: Império e República. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacional Anísio Teixeira, 2006. CD-ROM – (Coleção Documentos da Educação Brasileira).

CEARÁ. Regimento Interno das Escolas Primárias da Província do Ceará (1881), V. 3. In: VIEIRA, Sofia Lerche e FARIAS, Isabel Maria Sabino de. (Orgs.). **Documentos de política educacional no Ceará:** Império e República. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacional Anísio Teixeira, 2006. CD-ROM – (Coleção Documentos da Educação Brasileira).

ARROLAMENTO

O Arrolamento da população de Fortaleza realizado em 1887. Documento pertencente ao Fundo Chefatura de Polícia/Acervo do Arquivo Público do Estado do Ceará-APEC. Livros: 355, 382, 383, 384, 444.

FALA DO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA DO CEARÁ

Fala do Presidente da Província do Ceará Dr. Enéas de Araújo Torreão de 1º de julho de 1887. Disponível: Center of Research Libraries Global Resources Network (<http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/ceara>)

SITES ACESSADOS

Instituto Brasileiro de Geografia Estatística. Vila do Pereiro. Disponível: <https://cidades.ibge.gov.br>

Instituto Brasileiro de Geografia Estatística. Barro Vermelho. Disponível: <https://cidades.ibge.gov.br>

Instituto Brasileiro de Geografia Estatística. Solonopole. Disponível: <https://cidades.ibge.gov.br>

Instituto Brasileiro de Geografia Estatística. Saco de Orelha. Disponível: <https://cidades.ibge.gov.br>

Instituto Brasileiro de Geografia Estatística. Telha. Disponível: <https://cidades.ibge.gov.br>

Instituto Brasileiro de Geografia Estatística. Povoação da Conceição. Disponível: <https://cidades.ibge.gov.br>

Dicionário Bio-bliográfico do Centro de Documentação do Pensamento Brasileiro (CDPB). Amaro Cavalcanti. Disponível: http://www.cdpb.org.br/dic_bio_bibliografico_cavalcantiamaro.html.

Senado Federal. Projeto Lei 867/2015 apresentado à Câmara Federal pelo deputado Izalci Lucas Ferreira. Disponível:
<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1050668>

REFERÊNCIAS

ABREU, Berenice. **Intrépidos romeiros do progresso: maçons cearenses no Império**. Fortaleza: Museu do Ceará: Secult, 2009.

ABREU, Martha. Civilização. In: VAINFAS, Ronaldo (org.). **Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

ALMEIDA, Luciana Andrade de. **Francisca Clotilde e a palavra em ação (1884-1921)**. Dissertação (Mestrado em História Social). Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.

ALONSO, Angela. **Ideias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ANJOS, Juarez José Tuchinski dos. **Uma trama na história: a criança no processo de escolarização nas últimas décadas do período imperial (Lapa, Província do Paraná, 1866-1886)**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

AZEVEDO, Sânzio de. **A Academia Francesa do Ceará (1873-1875)**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 1971.

BARROS, Roque Spencer Maciel de. **A ilustração brasileira e a idéia de universidade**. São Paulo: Editora Convívio, Edusp-Editora da Universidade de São Paulo, 1986.

BASTOS, Maria Helena Camara. A educação como espetáculo. In STEPHANOU, Maria, BASTOS, Maria Helena Câmara (orgs.). **Histórias e memórias da educação no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, v.II: século XIX, 2005.

BITTENCOURT, Circe Maria F. **Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar**. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

BITTENCOURT, Circe Maria F. Autores e editores de compêndios e livros de leitura (1810-1910). **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n.3, set./dez. 2004.

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. **Diccionario Bibliographico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1902, vol. 7.

BORGES, Angélica. **Ordem no ensino: A inspeção de professores primários na Capital do Império brasileiro (1854-1865)**. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

CÂMARA, Fernando. Dom Joaquim José Vieira e os oitenta anos de sua morte. **Revista do Instituto do Ceará**, Tomo. 91, 1997.

CAPELATO, Maria Helena; PADRO, Maria Lígia Coelho. **O bravo matutino: imprensa e ideologia no jornal O Estado de São Paulo**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980.

CATROGA, Fernando. **Entre Deuses e Césares: secularização, laicidade e religião civil. Uma perspectiva histórica**. Coimbra: Edições Almedina, 2006.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci Carneiro. **Livros proibidos, ideias malditas: o DEOPS e as minorias silenciadas**. São Paulo; Ateliê Editorial, PROIN – Projeto Integrado Arquivo do Estado/USP: Fapesp, 2002.

CARDOSO, Gleudson Passos. **As repúblicas das letras cearenses: literatura, imprensa e política (1873-1904)**. São Paulo: Dissertação (Mestrado em História Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2000.

CORDEIRO, Maria Celeste M. **Antigos e modernos: progressismo e reação tradicionalista no Ceará Provincial**. Tese (Doutorado em Sociologia). Departamento de Ciências Sociais e Filosofia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Ceará, 1997.

COUTROT, Aline. Religião e política. In: REMOND, René (Org.) **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.

CRUZ, André Silvério da. **O pensamento católico à procura de lugar na Primeira República brasileira**. Disponível em: <http://www.abhr.org.br/wp-content/uploads/2008/12/cruz-andre-gp01.pdf>

CASTANHA, André Paulo. **Ser professor no Brasil do século XIX**. ANPUH – XXIII Simpósio Nacional de História – Londrina, 2005.

CASTANHA, André Paulo. Pedagogia da moralidade: a ordem civilizatória imperial. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo_014.html

CUNHA, Tiago Donizette. Igreja e política durante a Primeira República: o caso do Cônego José Valois de Castro. **Revista Brasileira de História das Religiões**. ANPUH, ano III, n. 7, Mai. 2010.

DAVIS, Natatlie Zemon. **O Retorno de Martín Guerre**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

DUARTE, Constância Lima. A ficção didática de Nísia Floresta. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive (org.). **500 anos de educação no Brasil**, Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

FERNANDES, Ana Carla Sabino. **A imprensa em pauta: entre as contendas e paixões partidárias dos jornais Cearense, Pedro II e Constituição na segunda metade do século XIX**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Ceará, 2004.

GIGLIO, Célia Maria Benedicto. A civilização pelo olhar: práticas e discursos da inspeção na província de São Paulo no século XIX. In: Pintassilgo et al. **História da escola em Portugal e no Brasil: circulação e apropriação de modelos culturais**. Edições Colibri: Lisboa, 2006.

GIRÃO, Raimundo. **Geografia estética de Fortaleza**. Fortaleza: Casas José de Alencar/UFC, 1997.

GOMES, Ângela de Castro. A escola republicana: entre luzes e sombras. In: GOMES, Angela de Castro; PANDOLFI, Dulce Chaves; ALBERTI, Verena. **A República no Brasil**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2002.

GOMES, Ângela de Castro. **República, educação cívica e história pátria: Brasil e Portugal**. ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Fortaleza, 2009.

GONDRA, José Gonçalves. **A educação conciliada: tensões na elaboração, redação e implantação de reformas educacionais**. Revista Educação em Questão, Natal, v. 12/13, n. 2/3, 2000/2001.

HERMANN, Jacqueline. Religião e política no alvorecer da República: os movimentos de Juazeiro, Canudos e Contestado. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil Republicano: o tempo do Liberalismo excludente - da Proclamação da República à Revolução de 1930**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira 2003, vol. 1.

LARA, Tiago Adão. **O Tradicionalismo católico em Pernambuco**. Recife, Fundação Joaquim Nabuco. Editora: Massangana, 1988.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2011, p. 140.

MACHADO, Maria Cristina Gomes. **O projeto de Rui Barbosa: o papel da educação na modernização da sociedade**. Tese (Doutorado). Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.

MARTINS, Karla Denise. **O sol e a lua em tempo de eclipse: a reforma católica e as questões políticas na Província do Grão-Pará (1863-1878)**. Dissertação (Mestrado em História). Departamento de História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2001.

MAINWARING, Scott. **Igreja Católica e política no Brasil (1916-1985)**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

MICELI, Sérgio. **A Elite Eclesiástica Brasileira**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

MONTENEGRO, João Alfredo de Sousa. **Evolução do catolicismo no Brasil**. Editora Vozes: Petrópolis, Rio de Janeiro, 1972.

MONTENEGRO, João Alfredo de Sousa. **O Trono e o altar: as vicissitudes do Tradicionalismo no Ceará (1817-1978)**. Fortaleza, BNB, 1992.

MOURA, Sérgio Lobo de, ALMEIDA, José Maria Gouvêa de. A Igreja na Primeira República. In: FAUSTO, Boris (org.). **História Geral da Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro, São Paulo: DIFEL, 1977. Tomo III, Vol. 2.

NASCIMENTO, Ester Fraga Vilas-Bôas Carvalho do, ALMEIDA, Mirianne Santos de. Circulação de impressos no Brasil: considerações sobre os catecismos protestantes. In: BERGER, Miguel André e NASCIMENTO, Ester Fraga Vilas-Bôas Carvalho do (Org.). **Imprensa, impressos e práticas educativas: estudos em história da educação**. Fortaleza: Edições UFC, 2012.

NEVES, Fernando Arthur de Freitas. **Solidariedade e conflito: estado liberal e nação católica no Pará sob o pastorado de Dom Macedo Costa (1862-1889)**. Tese (Doutorado em História Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2009, 364p.

NOBRE, Geraldo da Silva. **Introdução à história do jornalismo cearense**. Fortaleza: NUDOC/ Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, 2006.

OLINDA, Ercília Maria Braga de. **Tinta, papel e palmatória: A escola no Ceará do século XIX**. Fortaleza: Museu do Ceará/ Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2004.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **A questão nacional na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense; Brasília: CNPq, 1990.

OLIVEIRA, Almir Leal de. **Saber-poder: o pensamento social cearense no final do século XIX**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: PUC-SP, 1998

PAIVA, Maria Arair Pinto. **A elite política do Ceará Provincial**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1979.

PEREIRA, Adelaide Maria Gonçalves. Educando para a obediência: experiências na instrução de pobres no Ceará. In: CAVALCANTE, Maria Juraci Maia; QUEIROZ, Zuleide Fernandes de; VASCONCELOS JUNIOR, Raimundo Elmo de Paula; ARAUJO, José Edvar Costa de (Org.). **História da educação – vitrais da memória: lugares, imagens e práticas culturais**. Fortaleza: Edições UFC, 2008.

PEREIRA, Nilo. **Conflitos entre a Igreja e o Estado no Brasil**. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1970.

PONTE, Sebastião Rogério. **Fortaleza Belle Époque: Reformas Urbanas e Controle Social (1860 - 1930)**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1993.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar – Brasil 1890-1930**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

REIS, Edilberto Cavalcante. Visitas e cartas pastorais: a construção de um projeto eclesial. ANAIS DO III ENCONTRO NACIONAL DO GT HISTÓRIA DAS RELIGIÕES E DAS RELIGIOSIDADES – ANPUH: Questões teórico-metodológicas no estudo das religiões e religiosidades. In: **Revista Brasileira de História das Religiões**. Maringá (PR) v. III, n.9, jan/2011.

REIS, Edilberto Cavalcante. O episcopado brasileiro e a acolhida dos ensinamentos políticos e sociais dos papas na República do Brasil (1889-1890). **Revista Historiar** -Universidade Estadual Vale do Acaraú – v.3. n. 3 (jul./dez. 2010). Sobral-CE: UVA, 2010. ISSN 2176-3267 [www.uvanet.br/revistahistoriar].

REMOND, René. **O século XIX 1815-1914: Introdução a história de nosso tempo 2.** Trad. Frederico Pessoa de Barros. São Paulo: Editora Cultrix, 1997.

RIBEIRO, Emanuela Souza. **Igreja Católica e Modernidade no Maranhão, 1889-1922.** Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

RIOS, Kênia Sousa. **Campos de concentração no Ceará: isolamento e poder na seca de 1932.** Fortaleza: Museu do Ceará/Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2006.

RODRIGUES, Ana Maria Moog. **A Igreja na República.** Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1981.

SANTIROCCHI, Ítalo Domingo. Uma questão de revisão de conceitos: Romanização-Ultramontanismo- Reforma. **Revista Discente do Programa de Pós-graduação em História da UFMG**, vol. 2, n.º 2, Agosto/Dezembro de 2010.

SANTOS, Fábio Alves dos. **Rui Barbosa e o ensino no Pedro II: um discurso pedagógico no Brasil oitocentista 1880-1885.** Dissertação (Mestrado em Educação). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2005.

SANTOS, Fabio Alves dos. **Rui Barbosa, educação e política: um discurso pedagógico no Brasil oitocentista- 1880-1885.** Disponível em:
<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe5/pdf/972.pdf>

SCHUELER, Alessandra. **Experiências profissionais e produção intelectual de professores públicos primários na corte imperial (1869-1889).** Disponível em:
[http://www2.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/553Alessandra%20Schueler_Josele%20T](http://www2.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/553Alessandra%20Schueler_Josele%20Teixeira.pdf)
eixeira.pdf p. 6124.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República.** São Paulo: Brasiliense, 1989.

SEVCENCKO, Nicolau. O Prelúdio Republicano, astúcias da Ordem e ilusões do Progresso. In: NOVAIS, F. A. **História da Vida Privada no Brasil. vol. 3.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SILVA, Bárbara Eliza Soares. **Uma história da educação: a invenção da Instrução Pública na Província do Ceará (1858-1889).** Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.

SILVA, Wendell Guedes da. **A todo vapor! Formação de trabalhadores na Estrada de Ferro de Baturité (1877-1880).** 2013. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2013.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos da civilização: a implantação da Escola Primária Graduada no Estado de São Paulo (1890-1910).** São Paulo; Fundação Editora da Unesp, 1998.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Inovação educacional no século XIX: A construção do currículo da escola primária no Brasil.** Cadernos Cedes, ano XX, n. 51, novembro/2000.

STUDART, Barão de. **Dicionário Bio-bliográfico Cearense**. Fortaleza: Typo Lithographia a vapor, 1910, Tomo I.

STUDART, Barão. **Para a história do jornalismo cearense (1824-1924)**. Fortaleza: Typographia Moderna, 1924.

TEIXEIRA, Giselle Baptista. **O grande mestre da escola: os livros de leitura para a Escola Primária da Capital do Império Brasileiro**. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

TEIXEIRA, Giselle Baptista. **Compêndios autorizados, saberes prescritos: uma análise da trajetória dos livros nas escolas da Corte Imperial**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional-MinC, 2008.

VALDEZ, Diane. **A representação de infância nas propostas pedagógicas do Dr. Abílio Cesar Borges: o Barão de Macahubas (1856-1891)**. Tese (Doutorado). Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, 2006.

VALDEZ, Alba. Uma grande figura da história educacional cearense. **Revista do Instituto do Ceará**, Tomo LXII, 1952.

VASCONCELOS, Micheline Reinaux de. Impressos e cultura protestante: a edição de textos didáticos religiosos (1830-1920). **Revista de Teologia e Ciências da Religião**. V. 4, n. 1, dezembro de 2014.

VIANA, Fabiana da Silva; VEIGA, Cynthia Greive. **Relação governo, família e educação na primeira metade do século XIX na província de minas gerais**. Disponível em: sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema7/0742.pdf.

VILLELA, Heloisa. O mestre-escola e a professora. In: LOPES, Eliane; VEIGA, Cynthia; FARIA FILHO, Luciano M. **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.